



ANAIS DO
5º CONGRESSO DA REDE DE ITCPS
20 ANOS RESSIGNIFICANDO A UNIVERSIDADE NO BRASIL

1ª Edição

Rio de Janeiro
Rede de ITCPS
2019

Diretor

Carlos Henrique Figueiredo Alves

Vice-Diretor

Maurício Saldanha Motta

Diretoria de Extensão

Maria Alice Caggiano de Lima

Coordenador do Evento

Vinícius Mattos von Doellinger

Comissão Organizadora

Aline Mendonça dos Santos

Ana Carolina Gerra

Ana Maria Rodrigues de Carvalho

Ana Neri Gaspar Barreto

Antônio Carlos Martins da Cruz

Christiane Florinda de Cima Aires

Edina Souza Ramos Mendes

Eliane Ribeiro Pereira

Ellen Guimarães Duarte Dias

Fabiana da Silva Olini

Layon Carlos Cezar

Leila Andrésia Severo Martins

Liandra Peres Caldasso

Lourença Santiago Ribeiro

Neli Maria Castro de Almeida

Sandro Miguel Mendes

Valmor Schiochet

Projeto Gráfico

Luiz Felipe Trindade da Silva

Colaboradores

Eduardo Cavadas Diniz

Lucas Silva de Carvalho

Maria Gabriela Carregosa de Santana

Compilação e Diagramação

Caian Soares Mello

Avaliadores

Amáble Tolio Boessio

Ana Carolina Guerra

Ana Maria Rodrigues de Carvalho

Bruno Luiz Americo

Carla Cristina Da Silva

Christiane Florinda de Cima Aires

Daliana Cristina de Lima Antonio

Dimitri Augusto da Cunha Toledo

Douglas Carvalho F Viana

Edina Souza Ramos Mendes

Eliane Ribeiro Pereira

Ellen Guimarães Duarte Dias

Isabela Ariane Bujato

José Edemir Da Silva Anjo

Layon Carlos Cezar

Lourença Santiago

Luci Helena Silva Martins

Mariana Luísa da Costa Lage

Mateus de Carvalho Reis Neves

Nayara Ellen Juventino

Neli Maria Castro de Almeida

Pablo Murta Baião Albino

Romilda Sérgio de Oliveira

Samuel Rodrigo da Silva

Sandro Miguel Mendes

Tiago Rafael de Sousa Nunes

Valmor Schiochet

Vinicius de Souza Moreira

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do CEFET/RJ

C749 Congresso da Rede de ITCPs: 20 anos ressignificando a Universidade no Brasil (5. : 2019 : Rio de Janeiro, RJ)

Anais. / V Congresso da Rede de ITCPs: Universidade e economia solidária: Rede ITCPs: 20 anos ressignificando a universidade no Brasil, 01 a 04 de maio no Rio de Janeiro, RJ – Rio de Janeiro, CEFET/RJ, 2019.

Área temática: Economia Solidária

ISBN: 978-65-81393-00-7

CDD 334.0981

Elaborada pelo bibliotecário Leandro Mota de Menezes CRB-7/5281

Sumário

Área temática

GT 01 – Gênero e Economia Solidária.....	05
GT 02 – Políticas Públicas de Economia Solidária.....	47
GT 03 – Economia Solidária, Agroecologia e Soberania Alimentar.....	70
GT 04 – Economia Solidária e Processo Educativo.....	88
GT 05 – Economia Solidária e Territorialidade.....	170
GT 06 – Produção, Consumo Responsável, Comercialização e Comércio Justo.....	193
GT 07 – Finanças Solidárias.....	236
GT 08 – Economia Solidária, Catadores e Gestão de Resíduos Sólidos.....	269
GT 09 – Tecnologias Sociais e Economia Solidária.....	326
GT 10 – Economia Solidária, Legislação e Marco Legal.....	373
GT 11 – Economia Solidária e Saúde Mental.....	387
GT 12 – Empreendimentos de Cultura na Economia Solidária.....	437



V Congresso da Rede de ITCPs

**UNIVERSIDADE E ECONOMIA SOLIDÁRIA:
REDE ITCPS - 20 ANOS RESSIGNIFICANDO A UNIVERSIDADE NO BRASIL**

**CEFET/RJ
RIO DE JANEIRO - RJ
01 A 04 DE MAIO DE 2019**

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Área temática

Gênero e Economia Solidária

Coordenação: Edina Souza Ramos Mendes

DIAGNÓSTICO RÁPIDO PARTICIPATIVO EMANCIPADOR (DRPE): ESTUDO DE CASO DAS DOCEIRAS DE IBITURUNA - MG.

Paula Wanessa Castro, graduanda em Administração Pública, Universidade Federal de Lavras, paula.castrol@estudante.ufla.br

Gustavo Costa Teixeira, graduando em Engenharia Civil, Universidade Federal de Lavras, gustavo.teixeira@estudante.ufla.br

José Roberto Pereira, Professor Titular, Universidade Federal de Lavras, jpereira@ufla.br

Introdução

A economia solidária é uma alternativa para inserção de grupos de pessoas no mercado de trabalho e geração de renda, tendo como base na autogestão e cooperativismo. Para assistir esses grupos foram criadas as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP's), partindo da economia solidária para a ação de pesquisa, ensino e extensão universitária. Por meio delas, trabalhadores, desempregados ou trabalhadores informais são auxiliados para geração de trabalho e renda. As ITCP's começaram na Universidade de São João Del-Rei (UFSJ) em 1999, passando a fazer parte da Rede de ITCP's, constituída por incubadoras universitárias brasileiras visando semear a economia solidária e uma integração entre as incubadoras (MARTINS et al., 2018).

A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (INCUBACOOP), sediada na Universidade Federal de Lavras (UFLA), foi criada com o objetivo de assessorar a constituição e funcionamento de cooperativas populares com vista ao desenvolvimento e melhoria do município de Lavras e da região, no intuito de realizar a geração de trabalho e renda, contando com uma equipe de formação multidisciplinar, no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão universitária, também é vinculada à Rede de ITCP's.

Dentre as associações atendidas pela incubadora, a “Delícias de Ibituruna” é uma associação de doceiras de Ibituruna, MG, onde as associadas passaram pela aplicação do método trabalhado pela incubadora, o Diagnóstico Rápido Participativo Emancipador (DRPE). Dessa forma o objetivo da realização da aplicação do DRPE com a associação de doceiras, feito com finalidade de promover a emancipação das associadas.

Referencial Teórico

A economia solidária que tem como um dos objetivos refletir sobre o bem-estar de uma sociedade, almejando o desenvolvimento sustentável e solidário, além da geração de trabalho e distribuição de renda, tudo ancorado na autogestão e cooperativismo. Para tal, as cooperativas e associações populares, também conhecidas por Empreendimentos Solidários (EES), correspondem a união voluntária de indivíduos com objetivo comum e assim buscam por melhorias econômicas, sociais e culturais (SINGER, 2002).

A metodologia empregada DRPE (Diagnóstico Rápido Participativo Emancipador) consiste em um método praxiológico visando o diagnóstico da situação, tendo em vista um resultado qualitativo, com base na discussão coletiva e com a cultura local envolvida. Esta metodologia vem dos Diagnósticos Rápidos Participativos (DRPs) que visam a interação de um grupo identitário. Desta forma, o método DRPE tem como objetivo atuar em grupos sociais tais como os assentamentos rurais da Reforma Agrária, associações, cooperativas, empreendimentos de economia solidária, dentre outros (PEREIRA, 2017).

Se tratando de uma associação de integrantes unicamente do sexo feminino, seu empoderamento é algo a se discutir. O empoderamento feminino se dá pela reflexão e envolvimento das mulheres nos espaços sociais conduzindo assim ao exercício da cidadania, sendo importante para promover visibilidade, libertação e empoderamento pelo capital social (HEFFEL et. al, 2016). Os índices de capital social (CS) são essenciais para a autonomia feminina, visto que para promover equidade política entre homens e mulheres é visível que em países que possuem altos índices de CS possuem também maior igualdade social e política de gênero (SACCHET, 2008)

Justificativa

De acordo com Pereira (2017) os resultados alcançados pelo DRPE, tendo como base o tempo, espaço e o contexto onde foi aplicado, permite designar critérios qualitativos e quantitativos de análise para uma determinada situação e lugar. Uma vez estabelecidos os critérios, estes possibilitam analisar programas ou planos de desenvolvimento dos grupos envolvidos.

Material e Método

Ibituruna, é um município que se encontra localizado na mesorregião do Oeste de Minas, com a população estimada em 2982 habitantes (IBGE, 2018). Possui uma associação local denominada Associação de Desenvolvimento Cultural e Turístico de Ibituruna (ADECUTI) que por meio desta foi criado um projeto para produção de doces cristalizados, formando assim um grupo de mulheres produtoras de doces, o qual foi intitulado “Delícias de Ibituruna”. O trabalho da associação de doceiras é realizado em um prédio público, onde anteriormente funcionava um centro escolar de nível básico. Após a desativação do centro, o local foi cedido pela prefeitura para o funcionamento da produção dos doces. Atualmente as doceiras produzem os doces cristalizados de figo, abóbora, laranja, mamão, dentre outros. Como vêm passando por diferentes dificuldades, a Incubacoop/UFLA atua de modo a auxiliar o grupo e assim realizou a aplicação do DRPE.

A aplicação da metodologia ocorreu entre os dias 11 e 14 de março de 2019 com a participação da maioria das associadas, o desenvolvimento das atividades são apresentados na sequência.

Previamente a execução do método, foi constituída uma equipe interdisciplinar com graduandos dos cursos de Administração Pública, Administração e Engenharia Civil e uma doutoranda de Administração. A equipe foi responsável pela triangulação na coleta de informações que consiste: 1) Os elementos produzidos no âmbito de atuação dos atores sociais; 2) Os processos e produtos centrados nos atores sociais e 3) Os processos e produtos originados pela estrutura socioeconômica do macroambiente social dos atores; com essas informações secundárias em mãos a equipe possui um panorama geral sobre os atores e a região. Para então, a análise e interpretação de conteúdo onde a equipe interdisciplinar elaborasse possíveis temas geradores com base no grupo a ser atendido e assim criar o quadro de referência de temas geradores que aponta as melhores técnicas a serem aplicadas.

Foram utilizadas as seguintes técnicas: apresentação, rotina diária, calendário sazonal, entra e sai, diagrama de venn, construção, matriz realidade/objetivo e eleição de prioridades.

No primeiro dia foi feita a apresentação que consiste no contato inicial, os aplicadores se apresentam e abrem espaço para a apresentação das associadas. Seguindo para a rotina diária, cada aplicador selecionou uma associada para anotar toda a sua rotina individual diária.

No segundo dia, o calendário sazonal serve de base para a representação gráfica a fim de demonstrar as variações de produção conforme os meses do ano, levando em consideração o ano de

2018, evidenciando as oscilações registradas e abrindo discussão acerca. A técnica de entra e sai, promoveu a tabelação dos materiais que possuem, seu destino, fornecedores, compradores e precificação e a reflexão a respeito se os dados coletados são satisfatórios ou não para as associadas.

No terceiro dia, o diagrama de venn resultou em evidenciar a proximidade e interação que as instituições, por eles listadas anteriormente, tem vínculo com a associação por meio de circunferências, que se diferenciam em tamanho e intersecção, para ilustrar o objetivo. A construção, que é feita inicialmente para a tomada de reflexão do estado atual e a projeção de modificações nas instalações, se conclui com a realização de desenhos, feitos pelas próprias associadas, para ilustrar as alterações propostas.

No quarto e último dia de técnicas, a matriz realidade/objetivo foi proposta a definição dos problemas existentes, o caminho para resolução com seus possíveis parceiros e o objetivo a ser alcançado com a resolução. Por fim, a eleição de prioridades, que é representada por meio de notas de dinheiro fictícias nos valores de: R\$1,00, R\$5,00 e R\$10,00, foi realizada a votação para elencar as três principais prioridades para o grupo.

A última etapa é a elaboração e entrega do relatório final para a associação.

Resultados

Durante a aplicação foi constatado problemas estruturais, pertinentes à prefeitura, e interpessoais, pois há uma falta de comprometimento por algumas associadas com as atividades. Outro problema relatado refere diretamente à ADECUTI, apontada como ausente pelas associadas. A dependência das associadas em relação à prefeitura e ADECUTI impossibilita uma grande melhoria e alavancamento, esses problemas apontados serão apresentados e discutidos com elas na entrega do relatório final.

Ao que se refere o empoderamento feminino por parte das associadas, é possível fazer alguns levantamentos. Em sua maioria as mulheres desempenham cargos, primeiramente, como donas de casa e o papel realizado por elas na doceria não é visto, pelas mesmas, como seu principal trabalho devido a jornada dupla que estas enfrentam. Acarretando assim, em conflitos internos na pauta de comprometimento, onde foi apontado pelas integrantes que há maior envolvimento de umas em relação a outras.

Salientando que o diagnóstico foi realizado em um município pequeno, o qual não oferta amplas vagas de trabalho, dificultando a obtenção do capital social. Abrindo margem assim para exploração, uma vez que as doceiras já se encontraram em situação de trabalho, na mesma função de produção de doces, recebendo R\$200,00 por mês sendo este valor apresentado como uma forma de ‘incentivo’ por um empresário que apoia alguns empreendimentos na região.

Sendo assim, é evidenciado que as mulheres da associação ainda não possuem pleno empoderamento feminino. Mas o fato de estarem buscando trabalhar em equipe, agora sem nenhum apoio financeiro externo, é margem para que possam ter visibilidade, se libertarem por meio do capital social.

Após a elaboração do relatório final, poderá ser avaliado a eficiência do diagnóstico além da análise do engajamento das associadas frente a aplicação e desenvolvimento do DRPE e ainda o principal, a emancipação das associadas quanto aos problemas que vierem enfrentar.

Conclusão

O objetivo foi alcançado, uma vez que a aplicação da técnica foi bem-sucedida. O DRPE cumpriu a meta de apontar os problemas e dificuldades da associação, sendo a próximo passo a emancipação definitiva das doceiras.

Referências Bibliográficas

HEFFEL, C. K. M.; SILVA, V.; LONDERO, J. C. A construção da autonomia feminina: o empoderamento pelo capital social. In: VII Colóquio Nacional Representação de Gêneros e Sexualidades, 2016, Campina Grande.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **IBGE Cidades**. Brasil, 2018. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/ibituruna/panorama>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

MARTINS, P. L.; SANDIM, D. A.; NETA, M. C. S. Empreendimentos econômicos solidários acompanhados pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares de uma instituição de Ensino Superior em Minas Gerais. **Colóquio**, Taquara, v. 15, n. 2, jul./dez. 2018.

PEREIRA, J. R. **Diagnóstico participativo: o método DRPE**. Tubarão: Perito, 2017.

SACCHET, T. Capital social, gênero e representação política no Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, v. 15, n. 2, 2009.

SINGER, P. **Introdução a economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

ECONOMIA SOLIDÁRIA E PATRIARCADO: UM OLHAR A PARTIR DA ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES(AS) BEM DA TERRA DE PELOTAS/RS

Luana Fernandes Ribeiro¹

Rovena Ramos Lima²

Aline Mendonça dos Santos³

Podemos definir a Economia Solidária (EcoSol) como “o conjunto de atividades econômicas organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores sob a forma de autogestão, é formada pelos empreendimentos econômicos solidários (EES) e suas formas de apoio” (OGANDO; GAIGER, 2009, p. 11). Quando vivencia-se a EcoSol, seus princípios mostram relações e construções horizontais, valorização do trabalho, autogestão, um processo que se diferencia das práticas e valores do sistema capitalista, “com a noção de EcoSol, a questão que se coloca é aquela de um novo relacionamento entre economia e sociedade” (FRANÇA FILHO, 2002, p.13) que busca incluir trabalhadores e trabalhadoras no processo produtivo, visando a sustentação das formas de vida e buscando como horizonte a possibilidade de uma outra lógica de organização da sociedade pautada em outros valores. França Filho (2002, p. 213) define “[...] a noção de EcoSol remete a uma perspectiva de regulação, colocada como uma questão de escolha de um projeto político de sociedade”.

Ainda que esteja abarcada pela lógica do mercado, a EcoSol não busca de forma utilitarista responder às demandas do mercado capitalista, gerando algum tipo de renda para os trabalhadores e trabalhadoras, mas sim, através das demandas de subsistência articular o caráter político e de

¹Luana Fernandes Ribeiro, bacharel em Serviço Social pela Universidade Católica de Pelotas em 2018 e graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Pelotas.

²Rovena Ramos Lima, bacharel em Filosofia pela Universidade Católica de Pelotas em 2018, atualmente realizando graduação em licenciatura pelo Instituto Federal Sul-rio-grandense.

³ Doutora em Serviço Social pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Brasil. Pós Doutora pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra – PT. Atualmente é professora do Programa de Pós-graduação em Política Social e Direitos Humanos da Universidade Católica de Pelotas onde integra o Grupo de Pesquisa Emancipação e o Núcleo de Economia Solidária e Incubação de Cooperativas– NESIC/UCPEL – Brasil.

organização destes, neste caso a “Economia Solidária seria organizada através de um processo de gestão social, e não de uma gestão estratégica precária” (COSTA; CARRION, 2009 p. 70)⁴.

Além destas condições, que implicam em outras formas de produzir e viver, a EcoSol tem-se constituído em espaço que agrega resistência às violências sofridas pelas diferentes formas de opressão do sistema vigente: o patriarcado é uma delas. Esta historicamente vem sendo cenário para ativação econômica, social e política das mulheres. Embora os dados do mapeamento nacional de EcoSol indique um perfil do trabalhador majoritariamente masculino e rural, no espaço urbano e nos espaços de organização da EcoSol é visível uma presença majoritariamente feminina. (SANTOS, 2017).

Desta forma, o que se propõe aqui é, a partir de um olhar oriundo das experiências vivenciadas através de atividades de extensão, pesquisa realizadas junto do Núcleo de Economia Solidária e Incubação de Cooperativas (NESIC), mais especificamente do processo junto a Associação de Produtores Bem da Terra, dialogar e refletir criticamente sobre este campo tendo como objeto pautas identitárias de gênero e do patriarcado.

Dentre as questões que orientam a nossa reflexão, destaca-se: a EcoSol, ao se orientar por valores distintos da lógica dominante, rompe, de alguma forma, com a lógica de desigualdade de gênero imposta pela sociedade patriarcal-capitalista?

Em uma análise da história da construção sociedade Engels (1984) apresenta que a primeira forma de opressão existente em nossa civilização foi a do homem sob a mulher, principalmente na construção da família monogâmica. Isso se deu pela primeira produção do excedente, gerando uma acumulação de riquezas dos homens, tendo as mulheres submissas a uma lógica de reprodução dos filhos e da monogamia. Estes dois fatores foram a base na construção do patriarcado

1) produção do excedente econômico, núcleo de desenvolvimento da propriedade privada e, portanto, o domínio e exploração do homem sobre a mulher, e 2) a descoberta da participação dos homens na procriação dos filhos(as), o que antes era divino das mulheres. Este sistema tornou as

⁴Muito embora a adesão primeira dos trabalhadores no processo de trabalho da EcoSol ocorre por força das circunstâncias (garantir trabalho e complementação de renda). Apenas depois de uma vivência dos valores e princípios da EcoSol é que os trabalhadores assumem uma consciência de causa em relação outra lógica de produzir e viver. (SANTOS, 2010)

mulheres objetos de satisfação sexual dos homens, reprodutoras de herdeiros, de força de trabalho e novas reprodutoras (Alves *et al*; *apud* SAFFIOTI, 2004, p. 03).

O sistema capitalista soube utilizar do patriarcado para a sua consolidação e, assim, percebe-se o quão importante ele é para a sua reprodução. De acordo com Posadas (1982) o que auxilia nessa reprodução é a chamada divisão sexual do trabalho, uma divisão socialmente construída e reproduzida pela sociedade que indica o papel do homem privilegiado e opressor frente o papel da mulher. O capitalismo se apropria dessa divisão e as intensifica, tentando naturalizar essas desigualdades. Essa separação é importante para o capital a fim de evitar uma organização de ambos contra a sua ordem vigente.

Tal naturalização se expressa na construção de um imaginário social, econômico, político e cultural sexista. Cisne (2015) afirma que é a partir da educação sexista que homens e mulheres naturalizam e acreditam que nasceram destinados a realizar determinadas tarefas, o que mantém a divisão sexual do trabalho.

O modelo do espaço privado sujeito às mulheres, vem se reproduzindo em todas as esferas de sociedade. São as mulheres, negras e negros⁵ que mais sofrem com a precarização de vida e do trabalho, por consequência, são a mão-de-obra mais barata no mercado. Pode-se também destacar que as mulheres são as mais atingidas pela dupla jornada de trabalho. Segundo dados mensurados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, “no Brasil, as mulheres dedicam aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos cerca de 73% a mais de horas do que os homens (18,1 horas às mulheres e 10,5 horas os homens)” (IBGE, 2016, p. 03). Assim, a EcoSol consiste em um espaço ainda em disputa e em construção, passível de repensar práticas e teorias.

Segundo Cherfem (2014), somente em 2008, na IV Plenária do Fórum Brasileiro de EcoSol (FBES), a questão de gênero foi apontada pelas mulheres, levantando a questão identitária e reivindicando o seu protagonismo, uma vez que, representam um número expressivo, 43,6%, segundo último Mapeamento de Economia Solidária no Brasil (SIES, 2009). A partir desta plenária,

5 Refletindo também o colonialismo como forma de opressão. Ver CÉSAIRE, 1978.

foi constituído o Grupo de Trabalho de Gênero do interior do FBES. Esta iniciativa visibiliza e fortalece debates referentes às questões de gênero e raça no movimento de EcoSol no Brasil.

O Bem da Terra (BT) também vivencia este processo de disputa conceitual e política frente a lógica patriarcal. A Associação Bem da Terra, nosso objeto/sujeito de reflexão neste ensaio, foi formada no ano de 2009 na região sul do Rio Grande do Sul, na cidade de Pelotas, e busca unir EESs urbanos e rurais para viabilizar a comercialização de produtos através de Feiras mensais, tanto presenciais quanto virtuais. A associação faz parte da Rede Bem da Terra⁶, uma experiência de EcoSol que reúne produção, comercialização e distribuição tendo como componentes dessa rede a Associação de Produtoras(es), Associação de Consumidoras(es) e o Rizoma. Essa liga faz com que a Rede BT consiga aproximar produtor e consumidor com propósito de geração de renda, consumo consciente e responsável, comércio e justo e solidário e ampliação através de outras Redes com o mesmo viés.

A reflexão proposta aqui, implica num processo reflexivo realizado junto a coordenação do BT em um estudo (Lima, 2017) que buscou compreender as relações de gênero e o protagonismo das mulheres na instância de gestão e deliberação (coordenação eleita) da BT, uma vez que, nas três últimas coordenações foi composta majoritariamente por mulheres.

Observa-se que o BT se constitui como um espaço importante para as mulheres. Neste espaço a organização das produtoras em espaços coletivos permite a análise e reflexão sobre os espaços ocupados por elas, como a coordenação. Reuniões, assembleias, espaços deliberativos e decisórios que possibilitam a participação, a promoção das capacidades, construção da autoestima e a concepção de laços para além daqueles do espectro familiar, novos laços que se relacionam a partir do mundo do trabalho, fazem diferença na vida das trabalhadoras.

O resultado do estudo realizado (Lima, 2017) se estruturou a partir de uma pesquisa qualitativa, com questões fechadas e abertas, com as mulheres a respeito de questões pontuais dos EESs dos quais fazem parte, e questões que abordavam suas atuações nos mesmos na vida familiar, buscando compreender sua relação entre ambos os espaços.

Dentre os resultados, pode-se observar uma reprodução de valores patriarcais tanto na vida privada como no espaço do trabalho. No campo do trabalho, as mulheres alegavam certa insegurança quando ocuparam a coordenação do BT. Tratava-se de uma composição mista, mas de maioria

6 Para maiores informações ver: <http://bemdaterra.org/>

feminina e elas diziam estranhar a ausência masculina, algumas apontavam uma dependência da presença masculina para legitimar o processo e transmitir mais confiança frente ao coletivo. Assim, é possível perceber uma naturalização do homem nas instâncias de poder em detrimento da mulher que, neste caso, reflete numa insegurança de atuar nas tomadas de decisões. Por outro lado, ao relatarem sobre o processo de coordenação compartilhada com outras mulheres, foi possível perceber cumplicidade, apoio e incentivo entre elas, inclusive no aspecto familiar, que aparece como elemento constante nas relações e nas atividades na coordenação e EESs. Desta forma, o processo de trabalho autogestionário é importante ferramenta na constituição de resistências frente a lógica paternal e patriarcal gerado pela presença masculina. A partir destes processos, percebe-se uma construção coletiva entre as mulheres que legitima discussões que vão além de questões operacionais dos espaços de comercialização, mas também pautas políticas e de representações em espaços públicos da realidade do BT.

No entanto quando questionadas se elas percebiam uma diferença de tratamento entre homens e mulheres no âmbito do BT, todas apresentaram respostas negativas, inclusive afirmando uma igualdade e a boa relação entre todos os associados de forma indiferente. A partir desta afirmativa, pode-se perceber que essas relações patriarcais-machistas são naturalizadas e estruturais, mas aos poucos elas vão repensando o processo.

Para Dalla Costa & James (1971) o rompimento com a estrutura patriarcal-capitalista, implica na necessidade da mulher ressignificar os espaços da reprodução da vida “o ponto de partida não é como fazer o trabalho doméstico de forma mais eficiente, mas como encontrar um lugar como protagonista na luta, ou seja, não uma maior produtividade do trabalho doméstico, mas uma maior subversão na luta”.

Porém, pode-se observar que o trabalho produtivo e reprodutivo (trabalho remunerado e trabalho doméstico) ainda acabam se confundindo nos EES e por vezes reforçando a lógica capitalista que direciona a mulher para uma dupla e/ou tripla jornada de trabalho. O que resulta na desvalorização do trabalho das mulheres. Churfem (2014) aponta:

[...] muitas mulheres compreendem que a sua atividade principal é a atividade doméstica, tendo dificuldades de se reconhecer como protagonistas de um empreendimento solidário, o que também deveria ser observado com maior atenção em outros setores da ES (CHURFEM, 2014, p. 37).

Essa realidade também se encontra presente no BT ainda que elas consigam estarem em campos além do da produção e ocupem esses espaços de deliberação e de poder de decisão, ainda não conseguem se desvincular dos seus afazeres domésticos como responsabilidades unicamente suas o que, compreende uma lógica culturalmente construída e que ainda necessita de estratégias para que as mulheres superem a extensão do espaço privado a elas reservado.

Ao término desta análise, é notável que ainda são muito recentes as pesquisas na questão de gênero relacionado à EcoSol, e, enquanto pesquisadoras(es) e militantes dessa frente, precisamos avançar os estudos a fim de apresentar respostas e ações para a superação do patriarcado na sociedade. Como perspectiva de ação, dentro do campo de atuação do NESIC, começamos a construir metodologias e espaços específicos para a discutir esta temática com as produtoras da EcoSol do Bem da Terra, dentro de seus espaços de produção, bem como do espaço familiar.

Por fim, apesar dos processos de reprodução da lógica patriarcal, parece visível que a autogestão e o viés político que a EcoSol tem para além da organização econômica dos EESs, a perspectiva de outra forma de produzir e viver e de uma outra lógica de desenvolvimento são processos importantes e de resistência às opressões do patriarcado.

REFERÊNCIAS

ALVES, Leonardo Nogueira; *et al.* **A relação de dominação/exploração no capitalismo-patriarcal: apropriação da vida das mulheres.** Disponível em: <<http://cress-mg.org.br/hotsites/Upload/Pics/d1/d1a7e2cf-175d-4c94-bc17-d8d71143c62a.pdf>>. Acesso em: 05 de março de 2019.

CESAIRE, Aimé, (1978). Discurso sobre o colonialismo, 1ª Ed. Livraria Sá da Costa Editora, Lisboa.

CISNE, Mirla. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social**. São Paulo: Outras Expressões. 2ª ed., 2015.

CHERFEM, Carolina Orquiza. **Consustancialidade De Gênero, Classe E Raça no Trabalho Coletivo/Associativo**. Campinas-SP: Tese de doutorado UNICAMP, 2014.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Global, 1984.

IBGE. **Estatística de gênero**: indicadores sociais das mulheres no Brasil. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf>. Acesso em: 13 de março de 2019.

SANTOS, Aline Mendonça. (2010). Os movimentos de economia solidária no Brasil e os dilemas da organização popular. Rio de Janeiro: Tese de doutorado UERJ.

_____. (2017). **A economia solidária no Brasil: avanços e contradições da organização popular**. In SANTOS, Boaventura de Sousa Santos (org). As outras economias. No prelo.

GÊNERO, ECONOMIA SOLIDÁRIA E EMPODERAMENTO FEMININO NO TERRITÓRIO DO PLANALTO CATARINENSE

Doutoranda: Josilaine Antunes Pereira

Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS

antunesjo@hotmail.com

Profº. Dr. Telmo Adams

Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS

adams.telmo@gmail.com

Profª. Drª. Mareli Eliane Graupe

Universidade do Planalto Catarinense – UNIPLAC

mareligraupe@hotmail.com

O objetivo deste trabalho é refletir sobre gênero, economia solidária e o empoderamento feminino no território do Planalto Catarinense. Nossa abordagem é histórica, descritiva, interdisciplinar e participativa, pois seus autor@s são pesquisador@s vinculad@s a grupos de pesquisa no Programa de Pós-Graduação Mestrado em Educação da Universidade do Planalto Catarinense e no Programa de Pós-Graduação em Educação da Unisinos. Como refletem Moretti e Adams (2011, p. 456), assumimos “[...] uma compreensão dialética da história, uma clara intencionalidade política transformadora e uma opção de trabalho junto com as classes oprimidas na sociedade”.

Apresentamos um breve cenário histórico de uma sociedade adensada no paradigma do patriarcado e machista. Em reação a esta realidade estrutural, descrevemos diferentes estratégias que coletivos de mulheres, instituições acadêmicas, jurídicas e da economia solidária incrementam no

enfrentamento de uma cultura que se expressa em fatos cotidianos configurados como violência de gênero. Neste contexto, a identidade de mulher feminista emerge como um imperativo ético e indicativo de militância social e política. As palavras *feminismo e feminista, movimento feminista, igualdade de gênero, economia solidária, emancipação social*, passam a ter uma conotação cada vez mais significativa. Com finalidade de expressar nossa experiência com a potência gerada por estas categorias, que não são mais simplesmente palavras, porque estão a criar novas realidades, torna-se oportuno trazer a reflexão de Bondía (2002):

[...] as palavras produzem sentido, criam realidades e, às vezes, funcionam como potentes mecanismos de subjetivação. Eu creio no poder das palavras, na força das palavras, creio que fazemos coisas com as palavras e, também, que as palavras fazem coisas conosco [...] As palavras com que nomeamos o que somos, o que fazemos, o que pensamos, o que percebemos ou o que sentimos são mais do que simplesmente palavras. (BONDÍA, 2002, p. 20-21)

Lages, cidade polo regional, integra a Associação dos Municípios da Região Serrana (AMURES), correspondendo a 18 municípios. No território da Planalto Catarinense a reação das mulheres ao estado de dominação e exploração econômica, cultural e política tem história. Para ilustrar, tomemos os nomes de “Chica Pelega”, “Maria Rosa”, compreendidas como mulheres personagens míticas e lendárias da Guerra do Contestado, um conflito social de repercussão internacional desencadeado na região no período de 1912 a 1916. Elas trazem ao imaginário popular a resistência diante do massacre etnocida e genocida sofrido por sua gente, a insurreição frente ao direito de permanecer na terra para morar e plantar; e manter a utopia de organizar a “Irmandade cabocla” nas “Cidades Santas do Contestado” onde reinaria a solidariedade e a partilha. (QUEIROZ, 1981; AURAS, 1995).

Do ponto de vista da economia solidária encontramos indícios desta outra economia presentes na ancestralidade dos primeiros povos ocupantes do território. Anterior ao período da industrialização e urbanização da região, até por volta de 1940 no sertão do Planalto Catarinense, era comum a prática de valores e princípios que hoje configuram a economia solidária, conforme aponta Locks (1998): mutirão, pixurum, troca de dias de trabalho, escambo. São práticas sociais e econômicas a demonstrar vínculos de reciprocidade base da solidariedade humana, a exemplo do que a academia consagrou no clássico “Ensaio sobre a Dádiva” de Marcel Mauss (2003).

Fatos naturalizados nem sempre são pautas de políticas públicas, veiculados pelos meios de comunicação ou observados pela opinião pública. Foi a partir do Mapa da Violência/2012 que

organizações públicas, mídia, instituições da sociedade civil, lideranças sociais e políticas deram maior atenção para o fenômeno da violência contra mulher em Lages. Afinal, ela apareceu como a cidade a ocupar o primeiro lugar em violência de gênero no Estado de Santa Catarina e a décima sétima no país.

Uma das reações mais visíveis e que desejamos enfatizar neste texto tem se dado na academia. Nos últimos seis anos grupos de pesquisas como GECAL (Gênero, Educação e Cidadania na América Latina) e GEDETER (Grupo de Estudos em Educação e Desenvolvimento Territorial), articulado com outras organizações e instituições, tem impulsionado estudos, seminários e outras formas de mobilização nas quais podemos identificar o empoderamento feminino nos campos de gênero e economia solidária em Lages e região.

Com o GECAL as palavras *educação, gênero e cidadania* passaram a soprar na região como a força do vento minuíano. E eram ouvidas não como palavras soltas, mas articuladas com clara intenção de dar visibilidade ao fenômeno da violência simbólica, psicológica, moral, física e institucional, nomeadamente na cidade de Lages. Rompendo os muros da academia, estas palavras encontraram coletivos de mulheres comprometidas, em posição de resistência e insurreição na luta pela igualdade de gênero, em defesa dos direitos humanos. Hoje, são dezenas de mulheres feministas na luta contra o patriarcado, o machismo e o modo de produção capitalista que articula gênero, etnia-raça e classe como expressão de dominação e exploração. Além da pesquisa na área de gênero, atividades sociais, como o Seminário de 8 de Março, vem anualmente reunindo pesquisadoras, acadêmicas, representantes de organizações e movimentos sociais, entidades públicas e privadas de proteção a mulher, conselho de direitos da mulher, incluindo a participação de agentes do judiciário. Realização de Audiências Públicas, manifestações de rua são outros espaços criados pelas mulheres. Algumas pesquisadoras e pesquisadores do GECAL são convidad@s para integrar mesas de debate sobre gênero em outros municípios. Neste cenário de múltiplas ações, como é perceptível o empoderamento feminino de diversos modos, entre eles destacamos: o protagonismo das mulheres em todas estas iniciativas; suas vozes são ouvidas e repercutidas na mídia local; este movimento reflete-se nas políticas públicas, por exemplo, no município de Lages, criou a Secretaria Municipal de Política para a Mulher e Assuntos Comunitários, em 24 de fevereiro de 2017, pela lei complementar n. 481. O judiciário vem dando maior atenção e alguns de seus agentes participando das ações pró-empoderamento feminino.

Neste contexto o Gecal tem pautado na sociedade lageana uma discussão sobre feminismo. Muitas pessoas demonstravam/demonstram uma certa rejeição ao feminismo. Mas, o que é feminismo? Segundo Marcia Tiburi feminismo é uma ético-política e é uma ético-poética que visa desestabilizar um estado de coisas caracterizado por sua injustiça. Uma das maiores injustiças do patriarcado – ou a injustiça originária, aquela que se de repete todo dia - é não tornar possível a presença das mulheres na história nem permitir que elas ocupem algum espaço de expressão na sociedade. (TIBURI, 2018, p. 92)

Nestes seis anos de GECAL já constatamos que as instituições que trabalham com a temática de enfrentamento às violências de gênero, começaram a incorporar as discussões sobre feminismo, luta contra o patriarcado, o machismo, o sexismo e a misoginia.

Numa visão interdisciplinar, na qual os estudos e práticas de gênero e economia solidária vão sendo compreendidos como campos específicos e indissociáveis, focado na educação e o desenvolvimento regional, a ITCP- UNIPLAC incorporou essa discussão com a finalidade de disseminar a economia solidária no território do Planalto Catarinense. Desenvolve atualmente o Projeto Educação, Economia Solidária e Emancipação Social. Nos cinco anos de sua atuação, podemos contabilizar avanços significativos como, a aprovação da lei municipal de economia solidária; ato contínuo a criação do Conselho Municipal com seu respectivo Fundo de Economia Solidária; a consolidação da feira municipal e a retomada do Fórum Regional de Economia Solidária.

Nas atividades de incubação de empreendimentos econômicos solidários, a incubadora desde 2015, em parceria com o Consórcio Intermunicipal Serra Catarinense (CISAMA), tem como um dos eixos de sua atuação a organização de cooperativas de trabalho de catadores de materiais recicláveis no âmbito da AMURES. As ações são orgânicas ao Plano Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PIGIRS), executado pelo CISAMA. Trata-se de um Plano articulado com a política nacional de resíduos sólidos instituída pela Lei 12.305/2010. Das cinco cooperativas projetadas para atuarem nas cinco Centrais de Gerenciamento de Resíduos Sólidos na região, três delas foram incubadas e acompanhadas pela ITCP. Estas cooperativas incorporam em seus estatutos sociais os princípios da economia solidária. Outros empreendimentos nas atividades de panificação, artesanato e agricultura familiar também compõe o universo de incubação da ITCP. Todos os empreendimentos, sejam cooperativas de catadores, sejam os demais, a participação de mulheres tem proeminência. O “Morenas do Divino”, localizado no município de Rio Rufino, é totalmente constituído de mulheres, negras, empobrecidas e remanescentes quilombolas. Duas das cooperativas

de catadores tem na presidência a presença de mulheres. Não se faz mais necessário, afirmar que no movimento e na política pública da economia solidária do território do Planalto Catarinense as mulheres vem encontrando espaços de empoderamento feminino.

Em suma, nossa reflexão permitiu demonstrar que num território historicamente construído por relações socioculturais com base no paradigma do patriarcado, portanto, uma sociedade machista e misógina, na contemporaneidade, reações e ações desenvolvidas por diferentes setores, nomeadamente da academia nas áreas de gênero e a economia solidária e respectiva participação de mulheres, podem ser observados como possibilidades reais de empoderamento feminino, tendo no horizonte o longo percurso a ser percorrido. Mas, considerando o curto período analisado e percorrido neste trabalho, podemos agora parafrasear Bondía (2002), afirmando que, de fato, as palavras produzem e criam realidades, fazemos coisas com as palavras e que as palavras fazem coisas conosco. Os fatos narrados acima são testemunhas.

Referências

AURAS. Marli. **Guerra do Contestado: a organização da irmandade cabocla**: Florianópolis, Editora da UFSC. 1995.

BONDÍA, Jorge Larosa. **Notas sobre a experiência e o saber de experiência**. Revista Brasileira de Educação. Jan/Fev/Mar/Abr 2002 n.19.

LOCKS, Geraldo Augusto. **Identidade dos Agricultores Familiares Brasileiros de São José do Cerrito-SC** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UFSC. Florianópolis, 1998.

MAUSS, Marcel. MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac & Naifty, 2003.

MORETTI, Cheron Zanini; ADAMS, Telmo. **Pesquisa participação e educação popular: epistemologias do sul**. In: **Educ. Real.**, Porto Alegre, v. 36, n. 2, p. 447-463, maio/ago. 2011. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/16999/12915>. Acesso em: 11.mar.2019.

QUEIROS, Maurício Vinhas de. **A Guerra do Contestado**: Messianismo e Conflito Social. São Paulo. Civilização Brasileira, 1981.

TIBURI, Marcia. **Feminismo em comum para todas, todes e todos**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

INCUBADORA TECNOLÓGICA E O APOIO À MULHER IDOSA EMPREENDEDORA

Autora: Fernanda Gonçalves Fernandes Mestre em
Cognição e Linguagem Universidade Estadual do Norte

Fluminense Darcy Ribeiro E-mail:

fernandagfernandes1@hotmail.com 22 999636612

Co-autora: Nilza Franco Portela

Mestre em Planejamento Regional e Gerência de Cidades - Universidade Estadual do Norte

Fluminense Darcy Ribeiro (UENF)

E-mail: ngabby0@gmail.com

Telefone de contato: 22 981176431

Co-autora: Márcia Regina Pacheco Soares Mestre em
Cognição e Linguagem Universidade Estadual do Norte

Fluminense Darcy Ribeiro E-mail:

mpachecosoares@gmail.com 22 981113638

Co-autora: Heloisa Landim Gomes

Mestranda em Cognição e Linguagem

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

Introdução

A população brasileira vem passando nas últimas décadas por um processo de transformação com alterações em seu regime demográfico e na sua estrutura etária. Paralelamente as expectativas de longevidade, surgem novos paradigmas e discussões na perspectiva de inclusão e participação ativa desse grupo na sociedade. Alterações no comportamento e no papel social dos idosos são percebidas, atualmente, em função do grande número de idosos que retornam ao mundo do trabalho, mesmo depois de aposentados. Estudos justificam esse fato destacando que os baixos valores pagos pela previdência social, mais o aumento de gastos com tratamentos de saúde, contribuem para que idosos, busquem outras fontes de renda para aumentar os seus rendimentos e complementar a renda familiar. Dados estatísticos comprovam que um número significativo de idosos, pós-aposentadoria, já atua no mercado de trabalho, muitos deles desenvolvendo atividades por conta própria na informalidade e/ou algum tipo de empreendimento, em função de encontrar resistência à sua readmissão no mercado de trabalho formal. Quando se trata da questão de gênero, apesar das mulheres viverem mais do que homens, em relação as oportunidades de trabalho formal, as mulheres apresentam desigualdades se comparadas as oportunidades masculinas. Fato que corrobora para que em idades avançadas, muitas mulheres desempenhem atividades informais autônomas e/ou como empreendedoras pelo modelo da economia solidária, que começa a se fortalecer nos processos produtivos e de renda. No âmbito da economia solidária a Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Populares (ITEP), situada em Campos dos Goytacazes/ RJ, que visa contribuir para o aumento de trabalho e renda na região através de novos modelos de organização, é um campo de apoio, suporte e incentivo a mulher idosa empreendedora local e regional. Diante disso, este trabalho tem como objetivo de investigar qual foi, na percepção das empreendedoras, o apoio recebido que teve maior impacto na constituição do processo empreendedor, com bases nas experiências da Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Populares (ITEP/UENF).

1. Fundamentação teórica

Estudos revelam que o processo de transição demográfica e o envelhecimento da população brasileira trarão consequências, num futuro próximo, para toda a população brasileira com impactos, inclusive, no mercado de trabalho. A tendência da redução da população jovem, considerada como economicamente ativa, afetará o perfil do trabalhador brasileiro. O IBGE (2011) considera que em 2025 o Brasil ocupará o sexto lugar de população mais idosa em todo o mundo. De acordo com as projeções a partir de 2030 o número de pessoas com 60 anos ou mais de idade será maior que o de crianças até 14 anos de idade, em 2050 o número de idosos será maior que o número de crianças e jovens com idade até 29 anos (IBGE, 2013).

Contudo, estudos apontam que a permanência de pessoas em idades avançadas no mercado de trabalho formal envolve grandes dificuldades. Camarano et al. (2014) destacam que uma das dificuldades vista pelos empregadores diz respeito à relação entre a idade e a produtividade. Apesar da vantagem da experiência que falta aos mais jovens, são considerados como menos produtivos, em função de terem mais resistência as mudanças tecnológicas, e apresentarem mais justificativas para faltar ao trabalho. Para Felix (2016, p 248) “São duas as condições principais do idoso no mercado de trabalho: i) aposentado ainda em atividade; e ii) trabalhador por conta própria (autônomo ou para o próprio consumo, aposentado ou não)”. Que segundo o autor essas duas condições constata uma inserção marginal do idoso no mercado de trabalho, considerando que quando o idoso é absorvido pelo mercado formal é comum aceitar salários reduzidos e sem registros trabalhistas, fato que justifica a opção de muitos trabalhadores idosos em trabalhar por conta própria na informalidade. Nesse contexto Furtado (2005) acrescenta que as estratégias de inserção ou permanência da maioria dos idosos no mercado de trabalho não envolvem, prioritariamente, a busca de um emprego formal, mas sim o trabalho por conta própria, a propriedade de uma empresa e a agricultura de subsistência no caso de idosos de áreas rurais.

Cunha (2007) destaca que há exemplos significativos de apoio de movimentos e organizações sociais diversas aos empreendimentos solidários, bem como exemplos de apoio de agentes governamentais através da adoção de políticas específicas para a Economia Solidária. Dentre esses atores, o autor menciona as Incubadoras Universitárias. A participação das incubadoras tecnológicas de empreendimentos solidários e cooperativos (ITCP's) é importante na proposição não só a inclusão econômica, como também a inclusão social da parcela da população considerada excluída (GUIMARÃES, 2000).

Nesse sentido, o objetivo das incubadoras de economia solidaria é auxiliar e capacitar os empreendimentos, para que seu trabalho passe da informalidade para uma gestão orientada, organizada permitindo a uma renda equivalente e relacionada ao trabalho próprio, promovendo autogestão, autonomia, mutualismo e solidariedade.

2. Metodologia

A natureza da pesquisa foi de caráter aplicado, com delineamento transversal com abordagem qualitativa. Do ponto de vista dos objetivos caracteriza-se por exploratória e descritiva. O universo da pesquisa foi constituído por idosas participantes do Projeto Rede de Economia Solidária, desenvolvido pela Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Populares (ITEP), na Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF, localizada no município de Campos dos Goytacazes/RJ. A amostragem deste estudo foi composta por 92 (noventa e duas) mulheres com mais de 60 anos de idade, através de seleção aleatória e mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Como instrumentos para coleta de dados foram utilizados formulário e entrevista estruturada.

3. Resultados alcançados

Relativo às questões socioeconômicas foi constatado que em relação à idade apresentaram idade média de 64 anos, com variação entre a idade mínima de 60 anos e a idade máxima de 75 anos, a faixa etária predominante foi de 63 a 67 anos, considerados jovens idosos de acordo com Nery (2007) que caracteriza como idosos jovens aqueles que têm entre 60 e 70 anos de idade, medianamente idosos entre 70 e 80 e muito idosos acima de 80. Quanto à cor, a predominância foi da cor branca, de origem da zona urbana do município. No que diz respeito ao estado civil a maioria era casada e com filhos. Constatou - se ainda que 98% recebia aposentadorias ou pensões e a renda familiar média era de 3,5 salários mínimos, em relação a atividade laboral desenvolvida antes da aposentadoria, os maiores percentuais foram professora da rede pública (25%) e do lar (20%). A maioria (52%) apresentou nível fundamental de educação. A questão financeira teve grande relevância na motivação em fazer parte de novos empreendimentos. Porém foi observado que o convívio social e novas aprendizagens também foram fatores importantes. Quanto ao tipo de apoio recebido através

da ITEP que teve maior impacto, houve uma pequena variação entre as opções, com percentuais aproximados entre os itens apresentados. Os mais citados foram: qualificação profissional e técnicas (75%), assessoria de marketing e comercialização (73%), planejamento e análise de viabilidade (70%).

Conclusões

O empreendedorismo e a economia solidária ganham importância a medida que a população envelhece e optam por permanecerem ativos no mercado de trabalho, principalmente para a mulher idosa. Diversos fatores contribuem para que mulheres com idade acima de 60 anos busquem oportunidades laborais, pesar dos eminentes ganhos sociais e cognitivos apontados pela literatura, trata-se, na maioria dos casos, da oportunidade de aumentar os seus rendimentos, em função da necessidade de complementar os valores pagos por aposentadorias ou pensões. Os resultados desse estudo apontaram que o apoio da Incubadora Tecnológica e da Economia Solidária é de fundamental importância para a mulher idosa empreendedora. A inserção da idosa em Programas de Economia Solidária favorece não apenas na questão de renda, mas também na questão de inclusão social, valorização de seus conhecimentos e preservação das funções cognitivas, ou seja, contribui efetivamente para melhor qualidade de vida na velhice.

Principais referências bibliográficas

CAMARANO, Ana Amélia; KANSO, Solange; FERNANDES, Daniele. MENOS JOVENS E MAIS IDOSOS NO MERCADO DE TRABALHO? In: **Novo regime demográfico: uma nova relação entre população e desenvolvimento?** Ana Amélia Camarano (Organizadora). Rio de Janeiro: Ipea, 2014.

CUNHA, G. C. Políticas públicas de Economia Solidária enquanto ressignificação das relações Estado-sociedade, alguns elementos teóricos e empíricos. In: **Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia**. 25 a 27 de abril de 2007, UFSC, Florianópolis, Brasil. Disponível em <http://www.planejamento.gov.br>

FELIX, Jorge. O idoso e o mercado de trabalho. In: **Política nacional do idoso: velhas e novas questões**. Orgs: ALCÂNTARA, Alexandre de Oliveira; CAMARANO, Ana Amélia; GIOCOMIN, Karla Cristina. Rio de Janeiro: Ipea, 2016.

FURTADO, Adolfo. **A participação do idoso no mercado de trabalho brasileiro**. Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados. Brasília, fevereiro, 2005. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/1681>. Acesso em Setembro 2017.

GUIMARÃES, G. **Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares**: contribuição para um modelo alternativo de geração de trabalho e renda. In: SINGER, P.; SOUZA, A. R. In: A economia solidária no Brasil – a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. **Projeção da população do Brasil por sexo e idade para o período 2000/2060**. Projeção da população das unidades da federação por sexo e idade para o período 2000/2030. IBGE, 2013. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/projecao_da_populacao/projecao_da_populacao_2013/nota_metodologica_2013. Acesso em Setembro 2017.

MULHERES E ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA NA CONSTRUÇÃO DO BEM-VIVER

Carlúcia Maria Silva (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade do Estado de Minas Gerais – E-mail: carlucia.silva@uemg.br

Helania Martins de Souza (Mestrado em Geografia) - Universidade do Estado de Minas Gerais – E-mail: helania.martins@yahoo.com.br

Valnides Araújo da Costa (Mestrado em Serviço Social) - Universidade do Estado de Minas Gerais – E-mail: valnides.costa@uemg.br

Resumo

O presente trabalho é fruto de ações extensionistas desenvolvidas por docentes e discentes da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG Barbacena), no ano de 2018. As ações do referido Projeto teve como um de seus principais objetivos acompanhar, na Microrregião Barbacena, grupos de mulheres atuantes na prática do cooperativismo, da autogestão e da economia popular solidária. Na implementação das ações previstas foram adotadas as seguintes estratégias metodológicas: participação em reuniões, observação direta junto a empreendimentos de economia popular solidária, diário de campo objetivando o registro de informações e observação participante em eventos formativos, organizativos e celebrativos dos empreendimentos, nas reuniões do Fórum Regional Vertentes de Economia Popular Solidária e do Fórum Estadual de Economia Solidária. Os resultados apontam o protagonismo das mulheres e a economia popular solidária como ferramenta e instrumento de participação, cidadania; inclusão produtiva e Bem-viver.

Palavras-chave: Mulheres; Economia Solidária; Educação Popular; Bem-viver.

Economia Solidária e Mulheres: Ações Mobilizadoras na construção do Bem-viver

A Economia Solidária é um modo de produção de bens ou prestação de serviços, de comercialização e de consumo, cujo trabalho é realizado de forma coletiva, e pautado nos princípios da autogestão, cooperação e sustentabilidade. A economia popular solidária, também denominada de a “outra economia”, representa uma importante estratégia no combate às desigualdades sociais produzidas pelo atual sistema capitalista. Nessas iniciativas, argumenta Neves (2012) esses trabalhadores buscam no trabalho coletivo novas alternativas de geração de renda, pautados por um conjunto de princípios e valores, dentre os quais podemos destacar: a posse coletiva dos meios de produção e distribuição, a gestão democrática, a cooperação e autogestão, a valorização do trabalho e dos trabalhadores. Uma diversidade de práticas econômicas e sociais se fazem presentes, oportunizam a democratização das relações sociais e consideram o ser humano em sua integralidade como sujeito e finalidade da atividade econômica. O trabalho é movido por uma forte consciência socioambiental em busca do bem-viver, de um modelo de desenvolvimento sustentável e os resultados compartilhados entre todos.

Estudos⁷ apontam que a economia popular solidária recobre uma realidade heterogênea, diversa. O público dos empreendimentos econômicos solidários geralmente é composto por mulheres pobres com baixa qualificação, mães chefes de família com idades bem variadas e com filhos e/ou netos ainda pequenos. Trata-se de uma parcela significativa da população historicamente excluída do mercado formal de trabalho. Considerando que os empreendimentos de economia solidária são constituídos e protagonizados pelas mulheres, de acordo com Silva (2009) e Silva (2014), esses grupos produtivos, por meio de suas práticas, resgatam experiências e metodologias pautadas na sabedoria popular e troca de saberes, os quais são permanentemente socializados, transmitidos e repassados às novas gerações. Essas mulheres encontram nos empreendimentos solidários, o horizonte de suas utopias e constroem alianças, tendo em vista criar e/ou fortalecer “laços orgânicos de solidariedade” e assim, fortalecer as lutas comuns por transformação social.

As ações extensionistas realizadas pela UEMG Barbacena, em 2018 perseguiram os seguintes objetivos: apoiar e assessorar, numa perspectiva inter/multidisciplinar, empreendimentos econômicos solidários, visando o fortalecimento das iniciativas de economia popular solidária na Região do Campo das Vertentes; fomentar e/ou potencializar o trabalho em redes buscando assim

⁷ Araújo e Lombardi (2013), Neves (2012), dentre outros.

fortalecer a produção e a comercialização, bem como a organização e articulação dos trabalhadores e trabalhadoras da economia solidária; realizar ações em parceria com organizações da sociedade civil e gestores públicos atuantes nesse campo e oferecer suporte técnico-jurídico-administrativo que contribuam para o fortalecimento dos empreendimentos econômicos solidários e fortalecer a atividade extensionista da UEMG, proporcionando aos estudantes de graduação da UEMG oportunidades diferenciadas de aprendizagem, e aos docentes de diferentes áreas do conhecimento, o fomento da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

Considerando a realidade socioeconômica dessas mulheres, constatou-se também, que frente à atual crise econômica, este público enfrenta situação de maior precariedade. A baixa escolarização é um complicador. Essas iniciativas pressupõem que os empreendimentos tenham capacidade de autogestionar seu negócio e, na medida em que lhes falta conhecimento neste campo, somente a vivência e “boa vontade” das pessoas não é suficiente para dar conta de todo o processo. O desafio da renda, da falta de espaço físico e de infraestrutura foram elementos salientados, pois quem chega naquele empreendimento vem apenas com a mão de obra e a força de vontade. Falta equipamento, crédito, capital de giro, formação, qualificação e onde vender seus produtos.

A ausência de políticas públicas para o público dos empreendimentos de economia popular solidária é perceptível, e na visão de lideranças dos fóruns, o Poder Público tem realizado algumas ações, apoiado alguns projetos, os quais, efetivamente, não correspondem às reais necessidades dos empreendimentos, uma vez que, na avaliação dessas lideranças, os governos não dialogam com seus pares. As iniciativas não são assumidas como política pública e os projetos desenvolvidos pelas entidades de apoio e fomento não oferecem garantia de continuidade.

Outro dilema constatado diz respeito ao processo de constituição dos grupos. A formação inicial de um empreendimento é extremamente desafiadora. O desenvolvimento humano e envolvimento de equipe é um processo lento, contínuo e precisa ser trabalhado no cotidiano, exigindo metodologias que possibilitem isso. Formas emancipatórias e não doutrinárias que ajudem seus integrantes a perceberem que aquele caminho é viável porque possibilita a cooperação e promove qualidade de vida não somente para os seus integrantes, mas para a comunidade toda e para as gerações futuras. Alinhado aos conflitos internos que se fazem presentes, as reuniões e debates realizados chamaram a atenção para a valorização de princípios e valores fundamentados na solidariedade, no apoio mútuo e na participação. Os ganhos e conquistas são por todos valorizados, ou seja, tanto por parte de lideranças, como também pelos demais integrantes dos empreendimentos.

As experiências vivenciadas apontaram para a necessidade de continuidade às ações realizadas em 2018, potencializando o trabalho em redes de produção, comercialização e consumo solidário e abrir outras possibilidades de intervenção, de modo que não somente apareçam a pobreza e a precarização, mas também oportunidades que possibilitem conquista de direitos, trabalho e inclusão produtiva. Ficou patente também a necessidade de fortalecer a luta política frente a necessidade de implementação de políticas públicas emancipatórias, que contribuam para reinventar a reprodução da vida e vida de qualidade para este grupo tão vulnerável.

Considerações finais

A economia popular solidária aponta para um cenário desafiador. No entanto, os ganhos não-econômicos reafirmam mudanças significativas, sendo possível, inclusive, visualizar o antes e o depois da inserção desses sujeitos sociais nos empreendimentos. No entanto, não obstante as questões problematizadoras que dizem respeito aos desafios e dilemas da economia popular solidária, ficou patente a necessidade de valorizar essas experiências e iniciativas, pois são alternativas de produção não apenas econômicas, mas holísticas. Seu potencial emancipatório, sua perspectiva de êxito e organização comunitária vão além dos processos econômicos, associados às atividades produtivas e dinâmicas integradas a processos culturais, sociais, políticos e afetivos. Enfim, são muitos os desafios e o maior deles é prosseguir na busca dos “fios” que aos poucos tecem a teia de uma educação para a autonomia, processos de subjetivação e construções identitárias que contraponham o modelo hegemônico de produção e consumo capitalista. Trabalho e inclusão socioprodutiva que traga consigo as condições objetivas e subjetivas de reprodução ampliada da vida.

Referências

ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro; LOMBARDI, Maria Rosa. Trabalho informal, gênero e raça no Brasil do início do século XXI. **Cadernos de Pesquisas**, v.43, n.149, p. 452-477, 2013.

NEVES, Magda de Almeida. Dilemas dos empreendimentos solidários: entre a precarização e a inserção social. In: LEITE, Márcia de Paula, GEORGES, Isabel P. H. **Novas configurações do trabalho e economia solidária**. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2012. p. 323-349.

SILVA, Carlúcia Maria. **Experiências de economia popular solidária na região metropolitana de Belo Horizonte**: observações, percepções e papéis de agentes mediadores e de atores sociais. 2009. 189f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte.

SILVA. **Trabalho, cidadania e reconhecimento**: a Rede CATAUNIDOS e o protagonismo sociopolítico de Catadores de Recicláveis na RMBH. 2014. 395f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte.

PROTAGONISMO FEMININO NA AGRICULTURA FAMILIAR: UM RELATO DA EXPERIÊNCIA DE INCUBAÇÃO DO MOBI

Luiza Avelar Martins

Graduanda; Universidade Federal de Alfenas; luizaamartins@yahoo.com.br

Ana Carolina Guerra

Doutora; Universidade Federal de Alfenas; ana.guerra@unifal-mg.edu.br

Dimitri Augusto da Cunha Toledo

Doutor; Universidade Federal de Alfenas; dimitri.toledo@unifal-mg.edu.br

INTRODUÇÃO

A economia ocidental se impõe sobre as relações sociais contemporâneas de uma maneira excludente, uma vez que sustenta gritantes desigualdades de escolha e controle baseadas na condição sexual (COELHO, 2009). A esfera econômica se consolidou, no decorrer da história, sobre estruturas androcêntricas que hierarquizaram praticamente todos os âmbitos que perpassam as relações de gênero. Os tipos de trabalho determinados às mulheres, como o trabalho doméstico e o reprodutivo, são, assim, inferiorizados em uma lógica de mercado. O trabalho feminino no espaço rural é marcado por um processo de invisibilização ainda mais intenso, uma vez que a mulher do campo, além de protagonizar uma jornada dupla ou até mesmo tripla de funções, ainda possui seu trabalho subvalorizado à categoria de mera “ajuda” às incumbências ditas masculinas (PACHECO, 2004).

Em contrapartida ao contexto de subordinação imposto, diversos coletivos e grupos de mulheres têm surgido nas últimas décadas, como forma de abrir espaço para diálogos conjuntos e para uma reestruturação coletiva da realidade desigual preestabelecida (SALES, 2007). O intuito deste trabalho é apresentar um destes grupos de mulheres, o MOBI (Mulheres Organizadas Buscando Independência), através de um relato a partir do acompanhamento do grupo pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares – ITCP/UNIFAL-MG.

ECONOMIA FEMINISTA, ECONOMIA SOLIDÁRIA E AGRICULTURA FAMILIAR

A Economia Neoclássica é marcada pela divisão sexual do trabalho. Neste modelo, os papéis socialmente construídos relacionados à vida profissional são legitimados, ou não, pelo gênero dos indivíduos que os desempenham. Nessa perspectiva, a economia dominante invisibiliza a produção e contribuição econômica feminina. No entanto, abordagens feministas acerca da economia consideram que há uma falsa autonomia dos indivíduos do sexo masculino quando se trata de produção econômica, uma vez que a esfera mercantil e salarial não é isolada e depende de trabalhos não-remunerados que na maioria das vezes são realizados por mulheres, como o trabalho doméstico (FARIA, 2009).

De acordo com Faria (2009), a divisão sexual do trabalho foi construída de maneira que o trabalho produtivo se tornasse automaticamente incumbência masculina e o trabalho reprodutivo, incumbência feminina. Para além disto, o trabalho produtivo é hierarquicamente considerado como mais importante e legítimo, e mesmo com a inserção das mulheres nesta esfera assalariada, a realização de trabalhos reprodutivos domésticos ainda se manteve associada à sua identidade primária.

Assim, a entrada da mulher no mercado de trabalho não necessariamente trouxe a libertação dos papéis historicamente determinados, e a mulher, pelo contrário, passou a ser sobrecarregada com jornadas duplas e triplas de trabalho. No campo, dentro da esfera da agricultura familiar, o valor da unidade familiar de produção toma outro viés e agrega ainda mais heranças patriarcais e colonizadoras. A mulher é responsável pelos cuidados da casa e do núcleo familiar, enquanto o homem é responsável pela lavoura e abastecimento desse núcleo (BIASE, 2010). Quando a mulher do campo realiza atividades produtivas para além daquelas que lhe são fixadas, seu trabalho é considerado uma extensão do trabalho doméstico, além de mera ajuda ao trabalho masculino (PACHECO, 2004).

A Economia Solidária – ES como um modo de produção cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual (SINGER, 2004), se reforça no Brasil nos anos 90, com a formação de cooperativas e grupos de produção, comercialização e crédito. Esta outra economia, apesar de anti-hegemônica, não rompeu com a característica androcêntrica do trabalho, demonstrando certa dificuldade em reconhecer e questionar a divisão sexual do trabalho (FARIA, 2011).

Entretanto, há uma aproximação possível e necessária entre a ES e a Economia Feminista, de maneira que, juntas, possam questionar a divisão social e sexual do trabalho em uma lógica emancipatória (SANTOS, 2009). Na esfera da agricultura familiar e do histórico de construção da mulher do campo como sujeito político, tanto a ES como a Economia Feminista se tornam importantes instrumentos e apresentam importantes práticas para a mudança de valores e vivências, visando o caminho da autonomia e emancipação das mulheres do campo. Nesse sentido, diversos grupos produtivos e coletivos de mulheres têm surgido nesses espaços, possibilitando mudanças na realidade e transformando a visão dessas mulheres sobre elas mesmas e sobre suas próprias vidas.

Um exemplo claro e palpável da aproximação entre a Economia Solidária e Feminista no contexto da agricultura familiar pode ser visto na realidade das mulheres integrantes do grupo MOBI – Mulheres Organizadas Buscando Independência, protagonistas do presente trabalho.

METODOLOGIA

A metodologia sobre a qual este trabalho se fundamenta é a observação participante, que consiste em um tipo de abordagem na qual o(a) investigador(a) se adapta à determinada situação, de maneira a fazer parte do grupo a ser observado e, a partir desta participação, obter um retrato natural e mais espontâneo acerca da realidade desse grupo (MÓNICO et al, 2017).

Tal metodologia, no contexto deste trabalho, se mescla com a metodologia de incubação utilizada pela ITCP/UNIFAL-MG: a pesquisa ação participativa-prática. Esta pode ser caracterizada por associar pesquisadores a atores de determinado contexto social, no intuito de modificar uma realidade nos moldes da Educação Popular de Paulo Freire.

O MOBI E O PROTAGONISMO FEMININO NA AGRICULTURA FAMILIAR

O MOBI é um grupo atualmente constituído por catorze mulheres, dentre artesãs e produtoras de café, vinculadas à Cooperativa de Agricultores Familiares de Poço Fundo e Região – COOPFAM, em Minas Gerais. Mesmo em um espaço marcado pela cooperação e democracia na tomada de decisões, uma vez que a COOPFAM é uma cooperativa bem consolidada no cenário nacional, as mulheres perceberam que ainda se encontravam em um espaço permeado por relações desiguais de gênero. A fim de se fortalecerem, formaram o grupo MOBI, que deu origem ao café orgânico

feminino, produzido somente por mulheres e um dos mais vendidos de todos os cafês produzidos pela cooperativa.

Desde o início do ano de 2017 a ITCP/UNIFAL-MG passou a acompanhar o grupo, na intenção de fortalecer coletivamente as discussões de gênero. Nesse sentido são realizados encontros mensais, nos quais são tratados assuntos demandados pelas próprias mulheres. Os objetivos contemplados na proposta de incubação envolvem a busca pela sensibilização das agricultoras familiares a respeito dos princípios da ES e a busca por atender demandas de capacitação em autogestão, associativismo, cooperativismo e a respeito das relações de gênero.

Dentre todos os possíveis relatos que podem advir da experiência de incubação e da observação participante, talvez um dos mais importantes a ser exposto seja a veemência das mulheres em afirmar como o MOBI foi capaz de modificar suas vidas, sua relação com a própria família e seu casamento. É importante ressaltar que a COOPFAM se localiza na cidade de Poço Fundo, no Sul de Minas Gerais. A cidade tem como características marcantes a forte religiosidade e a manutenção de tradições familiares, além um forte protagonismo do meio rural no desenvolvimento local do município.

Portanto, mesmo vivendo em um contexto rígido quando se trata das questões ligadas ao gênero, à família e ao papel da mulher no campo, a força proveniente da união das mulheres no intuito de modificarem sua realidade trouxe bons frutos. Os relatos apreendidos nas reuniões realizadas, envolvendo mais de uma das mulheres, puderam confirmar uma impressão que se firmava desde o início do acompanhamento do grupo: a possibilidade de empoderamento através do coletivo. As mulheres, neste recorte da realidade vivenciada, relataram que desde a inserção no MOBI, entenderam que poderiam ter voz ativa em suas próprias vidas. Muitas delas afirmam que a existência do grupo abriu campo de visão para novos posicionamentos como mulheres. As relações com os maridos, dentro da cooperativa e como agricultoras familiares foram transformadas, e isso se reflete na forma como se posicionam e como tomam frente das atividades propostas pelo grupo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As percepções, contextos e experiências relatados demonstram que a união entre a ES e a Economia Feminista é extremamente pertinente para a mudança da realidade hegemônica –

patriarcal e capitalista. Um grupo de mulheres, unidas no contexto da ES e da Agricultura Familiar, foi capaz de transformar a realidade individual de todas as suas integrantes, em diversos níveis.

O MOBI se tornou um ponto de apoio, onde a solidariedade entre mulheres gera força e resistência. A partir do discurso dessas mulheres, é possível perceber que elas passaram a entender que podem e devem ser protagonistas das próprias vidas e de seu próprio trabalho, além de que também precisam lutar para conquistar e manter um espaço em que possuam voz ativa na sociedade e na cooperativa, fazendo valer suas percepções, indagações, propostas e vontades. Esse novo papel ocupado pelas mulheres na própria cooperativa se reflete na eleição de uma das mulheres, pertencentes ao MOBI, para a vice presidência da cooperativa. Tal fato nunca havia ocorrido antes da consolidação do grupo.

Assim, pode-se afirmar que a reconstrução da mulher, inclusive da mulher do campo, como sujeito político, deve ser realizada contínua e cotidianamente, para mudanças efetivas no seio da sociedade, rumo à emancipação unida às questões relacionadas ao gênero.

REFERÊNCIAS

COELHO, L. Economia Feminista. In: CATTANI, A. D. et al (coord.). **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra: Almedina, 2009.

PACHECO, M. E. L. Em defesa da agricultura familiar sustentável com igualdade de gênero. In: **Perspectivas de Gênero: debates e questões para as ONGs**. Recife: GT Gênero Plataforma de Contrapartes Novib/SOS CORPO Gênero e Cidadania, 2002.

SALES, C. D. M. V. Mulheres rurais: tecendo novas relações e reconhecendo direitos. **Estudos Feministas**. v. 15, n.2, 2007. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2007000200010/4264>>. Acesso em: 26 de fev. 2019.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

MÓNICO, L. S. et al. A observação participante enquanto metodologia de investigação qualitativa. In: CONGRESSO IBERO AMERICANO DE INVESTIGAÇÃO QUALITATIVA, 6., 2017, Salamanca. **Anais...** Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/318702823_A_Observacao_Participante_enquanto_metodologia_de_investigacao_qualitativa>. Acesso em: 27 de fev. 2019.

FARIA, N. Economia feminista e agenda de luta das mulheres no meio rural. In: Sabato, H. P. M. et al. (Org.). **Estatísticas rurais e a economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres**. Brasília: MDA, 2009.

FARIA, N. Mulheres rurais na economia solidária. In: BUTTO, A.; DANTAS, I. **Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural**. Brasília: MDA, 2011.

SANTOS, G. Economia Solidária e Feminista: um encontro possível. In: **Mulheres, Economia Solidária e Cidadania**. Recife: Casa da Mulher do Nordeste, v. [S. I.] n. 5, 2009. p. 69-90.

UM OLHAR SOBRE A PARTICIPAÇÃO E ATUAÇÃO DAS MULHERES NO FÓRUM DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA - PR.

Autora 1: Jayne Thalya Souza da Cunha. Graduanda de Serviço Social. UEPG.
jthalyya@gmail.com.

Autora 2: Lorene Camargo. Mestre em Ciências Sociais Aplicadas. UEPG.
lorene.psicamargo@gmail.com.

Este trabalho tem por objetivo fazer um breve resgate histórico sobre a participação e atuação política das mulheres que compõem a economia solidária no município de Ponta Grossa, no Fórum Municipal de EcoSol, através das experiências vivenciadas pelos empreendimentos incubados pela Incubadora de Empreendimentos Solidários – IESOL, bem como pelos membros da incubadora, no período que abrange aos anos de 2014 a 2018. Visto que a economia solidária busca através de seus princípios fundamentais atingir a igualdade de gênero, de forma geral, ainda podemos colocar este objetivo como uma possibilidade utópica concreta, mesmo dentro da economia solidária, em que ainda nos deparamos com machismo enraizado em nossa sociedade, processo que estruturalmente é a intersecção entre o modo e produção capitalista e o patriarcado. Propomo-nos aqui a mostrar como pequenas ações têm condições de fomentar a igualdade de gênero no interior da economia solidária na cidade de Ponta Grossa, Paraná, especificamente a atuação feminina em espaços de tensão política como o fórum municipal de ecosol.

O trabalho é de caráter qualitativo, a partir de revisão bibliográfica e documental. Minayo (2011) aborda que a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. Assim, tanto a pesquisa documental como a bibliográfica têm o documento como objeto de investigação e contribuem para o embasamento teórico da pesquisa. No entanto, o conceito de documento ultrapassa a ideia de textos escritos e/ou impressos.

O documento como fonte de pesquisa pode ser escrito e audiovisual, tais como filmes, vídeos, slides, fotografias, jornais, atas, etc, bem como todos os documentos que forem disponibilizados pela

Incubadora de Empreendimentos Solidários – IESOL. Tais recursos, de primeiro ou segundo grau, são utilizados como fontes de informações, indicações e esclarecimentos que trazem seu conteúdo para elucidar determinadas questões e servir de prova para outras, de acordo com o interesse do pesquisador (FIGUEIREDO, 2007).

Outra justificativa para o uso de documentos em pesquisa é que ele permite acrescentar a dimensão do tempo à compreensão do social. A análise documental favorece a observação do processo de maturação ou de evolução de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas, entre outros (CELLARD, 2008).

Já a pesquisa bibliográfica, para Oliveira (2007) é uma modalidade de estudo e análise de documentos de domínio científico tais como livros, periódicos, enciclopédias, ensaios críticos, dicionários e artigos científicos. Como característica diferenciadora ela pontua que é um tipo de “estudo direto” em fontes científicas, sem precisar recorrer diretamente aos fatos/fenômenos da realidade empírica. Assim, argumenta que a principal finalidade da pesquisa bibliográfica é proporcionar aos pesquisadores e pesquisadoras o contato direto com obras, artigos ou documentos que tratem do tema em estudo. A pesquisa bibliográfica proporciona a investigação a partir de trabalhos e estudos já realizados por outras pessoas podendo ser entendida como o ato de ler, selecionar, fichar e arquivar conteúdos de interesse para a pesquisa que está sendo elaborada (OLIVEIRA, 2007).

A incubadora de empreendimentos solidários de Ponta Grossa - IESOL teve início em 2005 sob o nome “incubar para incubar”, porque foi iniciada pela incubadora da Universidade Federal do Paraná (ITCP/UFPR) e era categorizado como um projeto. O projeto cresceu, passou por uma adaptação e tornou-se um programa de extensão da Universidade Estadual de Ponta Grossa, vinculada a Pró-reitora de Extensão e Assuntos Culturais – PROEX. A partir de então, a IESOL torna-se uma incubadora e passa a incubar e assessorar empreendimentos que são ou pretendem adotar e trabalhar dentro dos princípios da Economia Solidária, sendo elas associações ou cooperativas. A IESOL trabalha estes princípios com os empreendimentos solidários e adota essas diretrizes para sua própria gestão, sendo alguns princípios: autogestão, democracia, solidariedade, cooperação, respeito à natureza, comércio justo e consumo consciente e solidário.

Atualmente a IESOL incuba 9 (nove) empreendimentos em diferentes fases de incubação, todos eles com a presença marcante de mulheres, sendo eles:

Associação dos Campos Gerais de Jardinagem (ACGJ): O serviço de jardinagem é feito de forma coletiva, bem como o serviço de fabricação de produtos de higiene/limpeza e comercialização.

Associação de Feirantes da Economia Solidária (AFESOL): Grupo de artesãs que individualmente produzem artesanato e alimentos, e que coletivamente produzem produtos oriundos de doação de malotes inservíveis. O grupo transforma os malotes em novos produtos, como mochilas, bolsas, estojos, pastas, crachás, etc.

Associação de Reciclagem de Porto Amazona (ARPA): Grupo de reciclagem que são responsáveis pela coleta seletiva do município de Porto Amazonas/PR, executando a triagem e separação do material reciclável com o intuito de comercializar tais resíduos, gerando renda para os trabalhadores.

Associação de Recicladores Rei do PET (ARREP): O grupo atua na separação e triagem de materiais recicláveis advindos do “Programa Feira Verde” e “Programa de Entrega Voluntária” (PEV), ambos promovidos pela Prefeitura Municipal de Ponta Grossa (PMPG). Atualmente, o grupo conta com cerca de vinte e três integrantes e têm como princípios a igualdade, o trabalho coletivo, a emancipação feminina e a sustentabilidade ambiental.

Comunidade Emiliano Zapata: O Grupo Rede de Mulheres Produtoras em Agroecologia pertence à Comunidade Emiliano Zapata, o empreendimento surgiu em novembro de 2014 no interior do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Tem por objetivo principal a geração de renda através do trabalho na horta, pautada nos princípios da economia solidária e organização coletiva para atividades do movimento social. Seus produtos são comercializados através da rede de sacolas orgânicas.

Luau Terra: É um grupo diferenciado por tratar-se de acadêmicos que constituem o empreendimento. O grupo produz alimentos envolvidos na “Inclusão Alimentar”, feito para o público vegano, vegetariano, para aqueles que possuem restrição alimentar (alérgicos, intolerantes) e também para aquelas pessoas que buscam uma alimentação mais saudável.

Acampamento Maria Rosa do Contestado: Grupo situado na área rural de Castro, composto por cerca de 200 famílias integrantes do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. O acampamento é uma organização de luta dos trabalhadores rurais fundada a partir da ocupação em agosto de 2015. O acampamento tem como objetivos lutar pela reforma agrária, trabalhar com o manejo sustentável da agricultura e trabalhar coletivamente, respeitando as famílias que o compõem.

Rede de Educação Popular em Irati: A Rede é composta por empreendimentos de economia solidária e por parceiros ligados a Economia Solidária de Irati.

E em uma modalidade diferente de incubação voltado a territorialidade o Centro Social Educacional Marista Santa Mônica: O Centro Educacional compõe a rede Marista Solidariedade (RMS), que atua na promoção e defesa dos direitos de crianças e jovens na educação para a solidariedade, contemplando ensino fundamental e médio.

A população atendida pela incubadora é heterogenia, atendemos grupos rurais e urbanos, grupos formados apenas por mulheres, crianças, famílias e etc.

Desde os primórdios, a divisão sexual do trabalho se fez presente, e as mulheres são rebaixadas a funções mais “apropriadas” à sua natureza e seu caráter reprodutivo. Tal polaridade ainda se expressa na contemporaneidade, porém, com novas roupagens. Podemos dizer que hoje as mulheres avançam no campo do trabalho, ocupando cargos elevados, destacando-se em meios acadêmicos, políticos, culturais e etc. Porém, a desigualdade de gênero se expressa em novas expressões da questão social, como na diferença salarial entre homens e mulheres que ocupam o mesmo cargo, no não cumprimento das leis voltadas aos direitos reprodutivos das mulheres e inúmeras outras violações existentes dentro do campo formal. Então nos questionamos: como combatermos a diferença de gênero dentro da economia solidária? Será que continuamos reproduzindo (conscientemente ou inconscientemente) a desigualdade de gênero? E através de quais mecanismos lutamos para que esta realidade mude? E qual é nossa concepção de gênero acerca de tais assuntos. Para Gebara (2000) citado por Amorim (2008, p. 4):

[...] A categoria gênero inclui-se especialmente em duas dimensões interligadas. A primeira afirma que a realidade biológica do ser humano não é suficiente para explicar o comportamento diferenciado do masculino e do feminino na sociedade. Por esse motivo, o conceito gênero é introduzido para afirmar algo mais amplo que o sexo, em que o gênero é um produto social aprendido, representado, institucionalizado e transmitido de geração a geração. Num sentido preciso, tornar-se homem ou mulher depende de certas construções culturais e sociais. As diferenças entre homens e mulheres são entendidas como fruto de uma convivência social mediada pela cultura [...] (AMORIM, 2008, p. 4)

O intuito deste trabalho consiste, portanto, em mapearmos (através de atas de reunião, imagens, relatorias das equipes de incubação e outras fontes disponíveis) as inclusão e participação das mulheres da EcoSol no Fórum Municipal de Economia Solidária de Ponta Grossa, a fim de verificarmos o quanto desta participação engendra o enfrentamento ao patriarcado e às formas estruturais do machismo. Importante ressaltar que nosso recorte é sócio-crítico, ou seja, tem fundamentação teórica nos pilares de autoras feministas marxistas, já que compreendemos que é a partir da compreensão do funcionamento do sistema econômico capitalista que as diversas expressões sectárias e misóginas têm terreno fértil. Ou, como conceitua Saffioti (1987), as formas de supremacia masculina neste modo de produção.

Isto não significa inferir que há esta concretização simples no sentido homem – mulher. Mas que, à medida que o capitalismo se desenvolveu, tanto mulheres como homens da classe trabalhadora acabam por reproduzir o padrão patriarcal, crendo ser o melhor formato da expressão de suas vidas no mundo. Porém, há prejuízo das relações neste processo, de maneira imediata e verticalizada: burguesia no processo constante de opressão às classes que compõem a base da pirâmide socioeconômica. E, com isto, o exercício do capital se mantém de mãos dadas com o patriarcado e vice-versa, numa relação de retroalimentação constante e de aplicação opressora à classe trabalhadora (SAFFIOTI, 1987).

REFERÊNCIAS:

AMORIM, Luciana Martins. Relações de gênero e economia solidária: um estudo na maricultura catarinense. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, v. 1, n. 1, p. 1-23, 2008.

DE SOUZA MINAYO, Maria Cecília; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Editora Vozes Limitada, 2011.

FIGUEIREDO, N.M.A. **Método e metodologia na pesquisa científica**. 2a ed. São Caetano do Sul, São Paulo, Yendis Editora, 2007.

GEBARA, Ivone. **Rompendo o silêncio: uma fenomenologia feminista do mal**. Petrópolis: Vozes, 2000.

SAFFIOTI, I. B. Heleieth. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.



V Congresso da Rede de ITCPs

**UNIVERSIDADE E ECONOMIA SOLIDÁRIA:
REDE ITCPs - 20 ANOS RESSIGNIFICANDO A UNIVERSIDADE NO BRASIL**

**CEFET/RJ
RIO DE JANEIRO - RJ
01 A 04 DE MAIO DE 2019**

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Área temática

Políticas Públicas de Economia Solidária

Coordenação: Ana Carolina Guerra

**DESMONTE DO ESTADO E OS DESAFIOS DA EMANCIPAÇÃO:
REFLEXÕES A PARTIR DA ECONOMIA SOLIDÁRIA E DOS
DIREITOS DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA**

Aline Mendonça dos Santos

Doutora em Serviço Social (UFRJ) e professora da Universidade Católica de Pelotas

Email: aline.santos@ucpel.edu.br

Tiago Lemões

Doutor em Antropologia (UFRGS) e pós-doutorando pela Universidade Católica de Pelotas

Email: tiagolemoes@gmail.com

Nos últimos 13 anos, o cenário político e social brasileiro assistiu à consolidação de uma série de conquistas da sociedade civil organizada no campo das políticas públicas e sociais, tendo como uma de suas consequências a visibilidade política de determinados sujeitos, acionada pela formação de uma rede institucional coprodutora de novas linguagens, saberes, tecnologias de militância, organização e performances de contestação de sujeitos políticos que passaram a reivindicar a substituição de políticas assistencialistas por políticas sociais efetivas.

Porém, no atual cenário político brasileiro, é inegável a radicalização dos processos de desmonte das políticas que foram conquistadas pelos movimentos sociais, inibindo as condições de diálogo e participação da sociedade no Estado. Neste caso, nos questionamos: o Estado deixa de ser uma alternativa para sociedade, mais especificamente para os movimentos sociais? Em caso afirmativo, é possível construir outros caminhos? É plausível falar em radicalização do conteúdo democrático do Estado nas condições políticas do Brasil bolsonarista?

Este trabalho se propõe refletir sobre os limites e possibilidades da democracia, tendo em conta as atuais transformações da relação entre Estado e sociedade no Brasil. Como ponto de partida

procura-se compreender os movimentos da sociedade em relação ao Estado e a si próprios frente a uma lógica de desigualdade radical das políticas emancipatórias em favor de políticas econômicas funcionais ao mercado. O trabalho de pesquisa é resultado de um estudo exploratório e dialógico entre resultados de pesquisas que dedicaram atenção a dois conjuntos de sujeitos políticos que estão à margem das políticas públicas na vigente gestão governamental: a economia solidária e a população em situação de rua – ambas fruto de conquistas sociais em diálogo com uma configuração heterogênea do Estado, fortalecida durante a era Lula e Dilma, que promoveu e incentivou a organização política e a participação da sociedade civil organizada na elaboração e monitoramento de políticas públicas.

Metodologicamente, o estudo inscreve-se no marco de uma pesquisa militante, em que o pesquisador é compreendido como “aquele que participa e partilha do projeto social e político de seu campo de estudo” (CUNHA & SANTOS, 2010, p.11). Especificamente, a pesquisa, de caráter preliminar, compreende um estudo envolvendo revisão bibliográfica, análise documental e trabalho de campo, com foco no acompanhamento de algumas estratégias, espaços e ações alternativas ao enfraquecido aporte do poder estatal, que se agrava com os efeitos de medidas neoliberais, que vilipendiam direitos sociais conquistados a duras penas pela via da mobilização social organizada.

Sabemos, no entanto, que a ampliação do cânone democrático para dentro do Estado, não significou a eliminação da lógica de desigualdade presente no mesmo. Foram significativas as diferenças estruturais que compuseram a linha do tempo da gestão do Partido dos Trabalhadores (PT) nos últimos anos. Percebe-se que houve avanços muito importantes e reconhecidos. Contudo, as expectativas sobre as tão esperadas reformas (política, agrária, tributária, etc.) eram maiores, inclusive no que diz respeito à democratização do Estado. A complexidade para compreender o porquê dos processos dentro desta história está na capacidade política de atender diferentes matrizes que se desdobram numa diversidade enorme de interesses organizados em todos os setores da sociedade brasileira. São interesses que refletem diretamente nos anseios das diferentes forças políticas que compunham a gestão governamental. Neste sentido, o PT fez um esforço de dialogar com a multiplicidade de vozes e reivindicações, mas não fez nada que comprometesse o projeto de aceleração do capitalismo em curso no Brasil.

Este processo ganha novos contornos a partir de 2016, na era pós-impeachment, diante de uma proposta de governo neoliberal semelhante à que atingiu a Europa e que vinha perdendo a disputa com o voto popular nas últimas eleições no Brasil, embora os governos anteriores já viessem

assumindo fortes indícios de implementação da mesma. De toda forma, trata-se de uma lógica de governo que ataca especialmente as conquistas trabalhistas e as políticas sociais inibindo quaisquer espaços para políticas consideradas emancipatórias, a exemplo da economia solidária, agroecologia, povos e comunidades tradicionais e população em situação de rua.

No que se refere à população em situação de rua, percebemos que a trajetória de mobilização, levada a cabo por uma diversidade de agentes e organizações sensibilizadas com a causa desde pelo menos a década de 1970 (LEMÕES, 2017, DE LUCCA, 2007), sua consolidação como “sujeitos de direitos” ocorreu somente no segundo mandato do presidente Lula, quando foi aprovado o Decreto 7053/09, instituindo uma política nacional, com serviços específicos para a referida população. Em sua textualidade oficial, o decreto incentiva a organização política e a participação das pessoas em situação de rua na elaboração e monitoramento de políticas públicas. Mas, não obstante a comemoração de um campo de inserção na disputa pela gestão democrática, é necessário reconhecer que um feixe de questões sobre a população em situação de rua ainda não foi enfrentado por políticas públicas específicas.

O que se percebe claramente é um esforço governamental na produção de sujeitos “empoderados”, “autônomos” e “protagonistas”. Mas esse esforço guarda consigo os mecanismos que visam retirar as pessoas das ruas, a todo custo, sem o enfrentamento de questões históricas e estruturais. Isso fica evidente frente à ineficácia dos programas governamentais que emergem sob o discurso do acesso à moradia digna ou de ajuda às famílias em situação de “vulnerabilidade social”. Por exemplo, o programa de Aluguel Social, benefício federal assistencial de caráter temporário, gerenciado à nível municipal, oferece 500 reais mensais, por no máximo um ano, para famílias que apresentam documentos comprobatórios de sua condição vulnerável. O que acontece na prática é que as pessoas são alocadas em residências precarizadas, de baixo custo, muitas vezes sem água e luz, em regiões marcadas por conflitos e disputas por territórios do narcotráfico.

Percebendo tais precariedades das políticas e a conjunção entre as forças repressivas e sociais do Estado e suas consequências no modo de gestão supostamente democrático das políticas, os militantes do Movimento Nacional da População de Rua⁸ (MNPR), em Porto Alegre, passaram a

8 Esse movimento organiza-se a partir de uma coordenação nacional composta por “pessoas em situação de rua” ou com “trajetória de rua”. Sua coordenação é constituída por um membro de cada uma das mais de 13 bases estaduais. Cada representação regional, por sua vez, elege um coordenador que articula as discussões e demandas entre a coordenação nacional e as bases estaduais. Ao menos nos últimos cinco anos, estas representações se reúnem mensalmente em Brasília, pelo Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional da População em

entender que é somente na prática cotidiana que existem possibilidades de resistência. Resumidamente, é possível assinalar três estratégias de resistência e conjuração do poder estatal desenvolvidas pelo MNPR em suas práticas cotidianas de organização política: (1) o cuidado dos militantes em “confiar desconfiando” e não ultrapassar a fronteira que conduz à captura totalizante, tendo em vista que demasiada proximidade com agentes e instituições estatais possui uma dimensão tóxica e perigosa que deve ser monitorada; (2) em razão disso, os militantes inserem-se no interior das instituições, por meio de programas e projetos variados, atuando como espiões dos modos como os usuários são tratados no interior da rede de acolhimento assistencial e, ao mesmo tempo, evitando tornarem-se reféns de benefícios concedidos em troca de apoio institucional; (3) por fim, como efeito das especificidades anteriores, os militantes que, por razões diversas, deixem-se capturar e passem a reproduzir os discursos estatais (de recuperação, criminalização e culpabilização) sejam extremamente criticados e inclusive expulsos do coletivo de mobilização.

Por sua vez, a economia solidária como política pública começou a tomar forma em nível nacional após a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, em 2003. A história da institucionalização do movimento de economia solidária através do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), se confunde com a história de institucionalização da Política, uma vez que o segundo foi constituído para ser interlocutor do movimento com o Estado e foi legitimado na terceira plenária do movimento realizada um dia após a formalização da SENAES.

No contexto da composição da política, compreende-se que o lugar que a política de economia solidária sempre ocupou no governo federal é resultado de mobilizações sociais que vêm mantendo a economia solidária como uma política do governo frente às oscilações do Estado. Este processo caracteriza a política de ecosol como uma coquista do movimento e não mera concessão do Estado. No entanto, são muitas as contradições deste processo que historicamente implicam em disputas do movimento para dentro e fora do Estado.

Logo no início da SENAES, sabia-se dos desafios e da complexidade que seria desenvolver estas políticas frente às condições estruturais e políticas que o governo oferecia. Apesar de esforços, o governo PT pouco alterou a lógica capitalista presente no processo de governação e isso colocou

Situação de Rua, composto por um representante de cada ministério e da sociedade civil, na atribuição de monitorar a política nacional instituída pelo decreto 7053/09, aplicada em municípios que façam o aceite da política.

a economia solidária e outras políticas consideradas emancipatórias em um lugar bastante periférico na estrutura de governo, sobretudo no que se refere a questão orçamentária dos recursos financeiros.

Embora os limites estruturais, institucionais e as divergências políticas e conceituais, a política de economia solidária avançou. Ao longo dos anos programas e projetos foram desenvolvidos e foram contribuindo para a institucionalização da economia solidária como política pública a exemplo da democratização da política pública de economia solidária com a constituição dos espaços de participação e controle social com a instalação do Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES) e com a realização das Conferências Nacionais da Economia Solidária, entre outros. No entanto, os processos políticos oriundos desde a última eleição da Presidente Dilma foram contribuindo para um rápido desmonte desta política. Já no governo Dilma sinalizava-se a intenção de um rebaixamento da SENAES da condição de Secretaria para Subsecretaria, o que de fato aconteceu no Governo Temer (sucedeu Dilma após o processo de impeachment) e, mais recentemente, o governo bolsonarista desmonta ainda mais a política extinguindo o Ministério do Trabalho e colocando a ecosol sobre responsabilidade da pasta assistencialista (Ministério da Cidadania) e desconsiderando todo e qualquer diálogo entre Estado e Sociedade ao decretar a descontinuidade do CNES. Somado a isso, percebe-se uma fragilidade do FBES e do movimento (que merecem mais atenção de pesquisa) em repensar as estratégias frente uma dinâmica de invisibilização da política e de silenciamento dos sujeitos.

REFERÊNCIAS

CUNHA, G. & SANTOS, A. M. (2010). Economia solidária e pesquisa em ciências sociais: Desafios epistemológicos e metodológicos. In P. Hespanha & A. M. Santos, (orgs.), Economia Solidária: Questões Teóricas e Epistemológicas. Coimbra: Almedina.

DE LUCCA, Daniel. A Rua em Movimento: experiências urbanas e jogos sociais em torno da população de rua. 240f. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social. Universidade de São Paulo, 2007.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA – FBES (2005a). Histórico – Do Fórum Social Mundial ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Disponível em <http://www.fbes.org.br>

LEMÕES, Tiago (2017). De vidas infames à máquina de guerra: etnografia de uma luta por direitos. Tese de doutorado em Antropologia Social. PPGAS-UFRGS, Porto Alegre.

SANTOS, A. M. & CARNEIRO, V. (2015). As estruturas de ação política e de representação da Economia Solidária no Brasil. Revista de Economia Solidária - acessa - Associação Centro de Estudos de Economia Solidária do Atlântico.

FEIRA DE INCLUSÃO PRODUTIVA EM NAVEGANTES/SC: INTEGRANDO POLÍTICAS PÚBLICAS E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA ECONOMIA SOLIDÁRIA

NUNES, Ruan Kaio Silva Nunes. Acadêmico em Nutrição (UNIVALI). Bolsista de Extensão na Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade do Vale do Itajaí – ITCP/UNIVALI - ruan.nunes@edu.univali.br

OLIANI, Fabiana da Silva. Mestre em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental (UDESC). Analista de Projetos na Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade do Vale do Itajaí – ITCP/UNIVALI – fabiana.oliani@univali.br

MARTINS, Leila Andrésia Severo Martins. Mestre em Educação e Cultura (UDESC). Professora e Coordenadora na Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade do Vale do Itajaí. – ITCP/UNIVALI – leilasevero@univali.br

RESUMO EXPANDIDO

O presente trabalho relata a experiência da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) da Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), na articulação e mobilização de política públicas com o Programa de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho - Acessuas Trabalho no município de Navegantes/SC. Segundo o Manual de Orientações Técnicas, o Acessuas é uma iniciativa da Política Nacional de Assistência Social para promover o acesso dos usuários da Assistência Social a oportunidades no mundo do trabalho. Este relato de experiência tem por objetivo compartilhar as ações desenvolvidas pela equipe da ITCP em parceria Secretaria Municipal de Assistência Social considerando a importância de integrar ações no campo das políticas públicas e da extensão universitária. A pesquisa se desenvolveu a partir de fontes bibliográficas, documentais, legislação e da sistematização da vivência durante as oficinas, feiras e rodas de conversas realizadas pela ITCP durante o período de outubro a novembro de 2018. É consensual o reconhecimento das transformações que atravessam o mundo do trabalho: novas tecnologias e modelos organizacionais, surgimento e desaparecimento de ocupações, novos requisitos para obtenção de empregos, aumento do desemprego em termos de volume e tempo de duração. A economia solidária é um modo de organização da produção, comercialização, finanças e consumo que privilegia o trabalho associado,

de forma solidária, a cooperação e a autogestão. Ela vem se transformando em um eficiente mecanismo gerador de trabalho e renda, onde o agir coletivo se coloca como alternativa para os atores sociais que estão excluídos do mercado de trabalho e da sociedade. Segundo SINGER (2001), a economia solidária é definida como um modo de produção que se caracteriza pela igualdade de direitos. Os meios de produção são de posse coletiva dos que trabalham com eles – essa é a característica central, além da autogestão, ou seja, os empreendimentos de economia solidária são geridos pelas/os próprias/os trabalhadoras/es coletivamente de forma inteiramente democrática. Isso quer dizer que cada sócia/o, cada membro do empreendimento tem direito a um voto. Os empreendimentos econômicos solidários - EES são formados predominantemente por trabalhadoras e trabalhadores de segmentos sociais de baixa renda, desempregadas/os ou em via de desemprego, trabalhadoras/es do mercado informal ou subempregadas/os e pela/os empobrecida/os, que através dessa forma de trabalho conseguem gerar renda e garantir sua sobrevivência. Neste contexto, as políticas sociais surgem através das formações econômico-sociais capitalistas contemporâneas, de ação e controle sobre as necessidades sociais básicas das pessoas não satisfeitas pelo modo capitalista de produção. É uma política de mediação entre as necessidades de valorização e acumulação do capital e as necessidades de organização da força de trabalho disponível para o mesmo. Nesta perspectiva, a política social é uma gestão estatal da força de trabalho e do preço da força de trabalho (BEHRING, 2007). A assistência social é um meio de o cidadão buscar os seus direitos, através da consolidação de leis e projetos sociais que visam o seu bem estar, dessa forma, trabalhar a política de assistência social dentro de um mundo globalizado envolve várias questões que devem ser discutidas, tais como, sua prática, operacionalização, as políticas sociais. (BRASIL, 2013). O ACESSUAS TRABALHO trata de estratégias de inclusão social de pessoas e famílias com maior grau de vulnerabilidade social, para tratar de problemas sobre a desigualdade e a busca por melhoria da qualidade de vida da população. As ações de Inclusão Produtiva compreendem a qualificação profissional; a intermediação pública e de mão-de-obra; o apoio ao microempreendedor individual e

à economia solidária; como também o acesso a direitos sociais relativos ao trabalho (formalização do trabalho) e a articulação entre comerciantes e empresários locais para o mapeamento e fomento de oportunidades (BRASIL, 2017). Em Navegantes, a Lei nº 2852 de 21 de março de 2014 instituiu o Programa de Acesso ao Mundo do Trabalho – ACESSUAS TRABALHO enquanto:

“um conjunto de ações de articulação, mobilização e encaminhamento do público preferencial de pessoas em situação de vulnerabilidade e/ou risco social, beneficiárias ou não de programas sociais, para a garantia do direito de cidadania a inclusão ao mundo do trabalho, por meio do acesso a cursos de qualificação e formação técnica profissional, ações de inclusão produtiva e serviços de 57

intermediação de mão de obra, além de ações de articulação com outras políticas públicas para superação das vulnerabilidades sociais.”

É dirigido à moradoras e moradores de Navegantes entre 14 e 59 anos, desde que jovens interessadas/os em ingressar no mercado de trabalho, como adultos em busca de recolocação profissional, desempregadas e desempregadas em busca de acesso à qualificação ou com interesse nos cursos de geração de renda. Inclui ainda pessoas com deficiências para orientação e encaminhamento para o trabalho. No final de 2017 foi contratada a equipe técnica, os primeiros atendimentos aconteceram em fevereiro de 2018, as ações de formação e qualificação em março. O trabalho realizado envolve principalmente a mobilização da população para a participação, articulação com políticas setoriais e em redes; a elaboração de mapa de oportunidades e demandas nos territórios, além dos cursos de qualificação. Em abril de 2018 foi realizado evento de lançamento do Acessuas Trabalho. No mês seguinte, ainda no processo de mobilização e articulação de políticas públicas, a Secretaria de Assistência Social, do município de Navegantes, convidou a ITCP/UNIVALI para firmar parceria e participar do I Seminário Acessuas e o Mundo do Trabalho e I Feira da Empregabilidade. Na ocasião foi realizada uma roda de conversa sobre Empreendedorismo Social e Economia Solidária. Em julho é realizado um Encontro Regional para discutir o processo de implementação do Programa, bem como para avaliar o trabalho e aplicar novas estratégias baseadas nas experiências de outros municípios. Novamente a ITCP/UNIVALI esteve presente divulgando os trabalhos realizados e as possibilidades de parcerias na economia solidária. Em outubro foi organizado pela ITCP um Ciclo de Oficinas abordando princípios e conceitos da economia solidária, questões sobre empreendedorismo social e cooperativismo e outras formas de trabalho associado. Como resultado do Ciclo de Oficinas foi organizada, junto às/aos participantes e outras pessoas atendidas pelos Centros de Referência em Assistência Social (CRAS), a Feira de Inclusão Produtiva no dia 28 de novembro. A ideia de realizar uma feira na comunidade surgiu no terceiro dia de oficina como forma de divulgar o Acessuas Trabalho e a economia solidária e a possibilidade de geração de renda por meio de feiras organizadas pelo poder público. O Ciclo de Oficinas se encerrou com a visita técnica das/dos participantes ao Centro de Economia Solidária de Itajaí Idalina Maria Boni – CEPESI, para vivenciar uma experiência de economia solidária e mais um espaço para divulgar os trabalhos e serviços, as/os participantes puderam vivenciar na prática o que foi abordado nos encontros anteriores e de como funciona a economia solidária. A iniciativa da Feira de Inclusão Produtiva foi levar inspiração para outras pessoas e também para dar mais

visibilidade a outras formas de geração de renda. Foram expostos artesanato, alimentação, costura e móveis artesanais. Além de gerar uma renda para os pequenos empreendedores locais, os mesmos tiveram a oportunidade de ampliar seus conhecimentos a respeito da sua área de trabalho, por meio de oficinas e rodas de conversa promovidas por bolsistas da ITCP, acadêmica/os de comércio exterior, nutrição e engenharia ambiental e sanitária. As atividades realizadas tiveram como pontos fortes à troca de saberes entre todos as/os presentes. As oficinas realizadas proporcionaram conhecimentos, foram trabalhados assuntos que tratavam gestão de custo, vendas, boas práticas e manipulação de alimentos, reciclagem, compostagem e horta caseira. Durante a atividade foi criada uma roda de conversa os assuntos abordados proporcionaram uma aproximação entre a/os bolsistas da ITCP e as/os empreendedoras/es. Foi possível conhecer um pouco da história de vida de cada um deles. Foram notáveis, em uma simples conversação as diferenças em aspectos culturais. Pois, entre elas/eles era eminente a diferença de sotaques e produtos expostos pelas/os feirantes, que trouxeram produtos alimentícios da sua região, mostrando como a espaços como a feira também pode ser um local de troca de aprendizados. A respeito das Oficinas durante a Feira foi uma oportunidade que a/os bolsistas tiveram de colocar os conteúdos estudados em sala de aula em prática, contribuindo para a transformação social, essência da extensão universitária. Levando às comunidades a aplicação de pesquisas e ensinados realizados em seus departamentos acadêmicos, buscando modificar realidades e melhorar a qualidade de vida das populações. Com as oficinas se proporcionou a convivência e interação da equipe da ITCP com a comunidade e, no convívio, novos conhecimentos foram descobertos e situações diferentes daquelas vivenciadas nos intramuros da Universidade. Constrói-se, dessa forma, uma pluralidade que flexibiliza a elaboração de projetos de pesquisa e extensão e fortalece o ensino que ali se constituem (CHESANI, et al, 2018). Para as/os feirantes foi um grande aprendizado, por estarem envolvida/os em um espaço de comercialização de produtos e tendo acesso ao conhecimento sobre como organizar suas vendas, os resultados, orçamentos durante a Oficina de Custos e Vendas. Tiveram a oportunidade de entender mais como funciona a manipulação de alimentos, como evitar contaminações e outras burocracias que a legislação exige no manuseio de alimentos na Oficina sobre Boas Práticas de Manipulação de Alimentos, além de aprenderam a reutilizar alimentos, com receitas caseiras. Foi também realizada uma Oficina de Compostagem Caseira e sobre a organização de Hortas Comunitárias. Neste sentido, é de suma importância que haja integração de ações entre o poder público e a sociedade civil para a construção de estratégias que fomentem a geração de renda e o desenvolvimento local com base em processos autogestionários, por meio da intersecção da economia solidária com a assistência social.

REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine Rosseti, BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**, 3ª Ed. Cortez. São Paulo. 2007.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Censo SUAS 2013: **Análise dos componentes sistêmicos da Política Nacional de Assistência Social**. p.15. Disponível em: <https://bit.ly/2UdB1NU>. Acesso em 18 de março de 2019.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. ACESSUAS trabalho: orientações técnicas. **Programa Nacional de Promoção do Acesso do Mundo do Trabalho**. MDSA, Secretaria Nacional de Assistência Social, Brasília. 2017. Disponível: em: <https://bit.ly/2Fw5Y6C>. Acesso em 01 de março de 2019.

CHESANI, Fabíola Hermes et al. **Nada como uma boa conversa para tirar a tristeza**. In: CONGRESSO IBERO-AMERICANO EM INVESTIGAÇÃO QUALITATIVA, 7., Ciaiq, v. 1, p. 1368 - 1376. Fortaleza. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2UVEaih>. Acesso em 18 março de 2019.

SINGER, Paul. Economia solidária versus economia capitalista. **Revista Sociedade e Estado**. v.16, n.12, p.100-112. Dezembro, Brasília, 2001. Disponível em: <https://bit.ly/2HUqC3a>. Acesso em 14 de março de 2019.

INSTITUI-SE, SOB QUAL ÓTICA? A CONTRIBUIÇÃO DOS VALORES DA ECONOMIA SOLIDÁRIA ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS

Ana Carolina Guerra (Doutora; Universidade Federal de Alfenas; ana.guerra@unifal-mg.edu.br).

Kaio Lucas da Silva Rosa (Graduando; Universidade Federal de Alfenas; kkaiorosa98@gmail.com).

INTRODUÇÃO

A fundamentalidade do aporte de instrumentos públicos de apoio e reconhecimento às iniciativas de economia solidária traz à tona a importância do processo de fortalecimento organizativo para conquista e consolidação de políticas públicas de economia solidária no Brasil. Voltando-se enfaticamente aos seus atores, sejam esses membros de Empreendimentos Econômicos Solidários – EES ou gestores públicos, e aos desafios de ordem teórica e metodológica, em especial, ao próprio sentido, significado e valores que são atribuídos à economia solidária.

É nesse contexto que este trabalho se insere, buscando discutir acerca dos valores atribuídos à Economia Solidária pelos gestores públicos municipais em relação às políticas públicas. Ressalta-se que este resumo é proveniente de uma iniciação científica ainda em desenvolvimento vinculada à Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de Alfenas – ITCP/UNIFAL-MG.

ECONOMIA SOLIDÁRIA

Enquanto temática ampla, a economia solidária vem sendo abordada por vários autores, constituída de sentido polissêmico, ela depende da perspectiva de observação. Em meio a essa ampla variedade, as abordagens aqui empregadas decorrem de três delimitações do conceito realizadas por Guerra (2014).

A 1ª abordagem compreende a Economia Solidária enquanto Proposta Alternativa de Organização do Trabalho para os Setores Populares. Nesta abordagem, os autores (RAZETO, 1999; LISBOA, 1999; CORAGGIO, 2003) não defendem uma proposta de auxílio aos mais pobres, e sim uma busca da ampliação do movimento de economia solidária, de forma sustentável, para

transposição dos limites de mera subsistência dos excluídos do mercado de trabalho formal. Esta abordagem destaca que a economia solidária deve ser compreendida como um fenômeno que vai além de questões meramente econômicas, levando-se em consideração também novas formas de comportamentos sociais e pessoais, pautados na cooperação, na solidariedade, no mutualismo e na autogestão.

A 2ª abordagem, Economia Solidária como Proposta de Alternativa ao Modo de Produção Capitalista, argumenta que a economia solidária vem se apresentando como uma resposta importante de trabalhadores e trabalhadoras acerca das transformações ocorridas no mundo do trabalho, no intuito de proposição de novas perspectivas de geração de trabalho e renda (SINGER, 2000, 2002, 2004). Isso significa que a economia solidária pode ser compreendida também, como uma estratégia de luta do movimento popular e operário do Brasil, contra o desemprego e a exclusão social. É importante ressaltar, que esta concepção de economia solidária remete sua formulação, em boa parte, a uma matriz teórica marxista, dotando-a da capacidade de ser uma alternativa à conformação capitalista.

Já a 3ª abordagem, a Economia Solidária como Proposta de Alternativa de Vida, é defendida por Arruda (2000, 2003, 2006), e baseia-se na compreensão de que, para que a economia solidária possa ser construída, inicialmente, há um período emergencial, para diminuição da situação de exclusão que se encontram a grande maioria dos trabalhadores, mas, sem deixar de lado a dimensão estratégica direcionada para a transformação de caráter objetivo e subjetivo da sociedade. Essa transformação passa necessariamente por uma inversão da lógica e dos valores, presentes na sociedade contemporânea, e que na grande maioria das vezes, se apresentam como causadores de diversos males.

VALORES DA ECONOMIA SOLIDÁRIA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

Estudar os valores atribuídos à economia solidária é importante, uma vez que o fenômeno da economia solidária vai além de uma simples estratégia para inserção de trabalhadores excluídos do mercado de trabalho. E se apresenta como uma proposta de transformação das relações de produção, de comercialização, de consumo, e principalmente das relações de trabalho. Assim, este trabalho se utiliza da Escala de Valores Relativos à Economia Solidária (EVES), proposta por Guerra (2014), que visa avaliar os princípios e pressupostos da organização do trabalho e de representações

valorativas da vida social, que permeiam a organização dos EES e as relações estabelecidas entre os seus membros e destes com o restante da sociedade.

Isso significa dizer que se parte do pressuposto de que a economia solidária, e consequentemente, o seu processo valorativo, tem como foco de atuação e de proposta de transformação duas frentes: a Organização do Trabalho e as Representações Valorativas da Vida Social. O desvelar desses valores pode ajudar na elaboração de políticas públicas que sejam mais condizentes com as práticas da economia solidária, isso porque elas inserem-se neste contexto mais amplo de se repensar as políticas sociais frente às novas configurações do trabalho.

Assim, o estabelecimento de políticas públicas de fomento à economia solidária torna-se parte da construção de um Estado Republicano e Democrático, pois reconhece a existência desses novos sujeitos sociais, novos direitos de cidadania e de novas formas de produção, reprodução e distribuição social, além de propiciar acesso aos bens e recursos públicos para seu desenvolvimento, tal qual permite a outros segmentos sociais.

METODOLOGIA

Para este trabalho, o procedimento metodológico empregado resultou da revisão de literatura acerca da economia solidária, seus valores, como ainda, suas políticas públicas.

Posteriormente, a pesquisa de natureza exploratória, com ênfase à identificação dos valores da economia solidária, se dará junto a gestores públicos dos municípios das microrregiões de Alfenas e Varginha no que se refere às políticas públicas de economia solidária. Para isso, inicialmente será realizado um levantamento das Políticas Públicas de economia solidária nesses municípios e o contato com os seus gestores.

A EVES (GUERRA, 2014) será utilizada para a identificação dos valores. Essa escala teve as concepções teóricas sobre a economia solidária e a teoria e o modelo de elaboração de instrumental psicológico de Pasquali (1999), e é composta por questões fechadas, utilizando-se da escala *Likert*.

Após a aplicação do instrumento – a EVES, serão iniciados os procedimentos para a análise, com a utilização da Técnica de Análise da Estrutura de Similaridades (*Smallest Space Analysis - SSA*), (FARLEY e COHEN, 1974), com a ferramenta de Escala Multidimensional (*ALSCAL – Alternating Least Squares SCALing*), disponibilizada pelo SPSS® (*Statistical Package for the Social*

Sciences) para aplicação da técnica SSA (*Singular Spectrum Analysis - Sum of Squares Among Groups*).

CONSIDERAÇÕES PARCIAS

Até o presente momento, foram finalizados os trabalhos de revisão bibliográfica, bem como o levantamento dos municípios da região estudada, que afirmam possuírem iniciativas voltadas à Economia Solidária. Esse foi proveniente de outro projeto de pesquisa: Mapeamento e Análise das Políticas Públicas de Economia Solidária das Microrregiões de Alfenas-MG e Varginha-MG⁹, também vinculado à ITCP/UNIFAL-MG. A partir do mesmo, também já foram iniciados os contatos com os gestores públicos para aplicação da EVES, etapa essa que deverá se finalizar no próximo mês.

No que se refere às experiências nos municípios foram mapeados, Carvalhópolis: Lei 1.201 de 17/12/2015, que cria uma incubadora tecnológica de fomento à cooperativas e associações; prevê a construção de um parque tecnológico e articulações entre comunidades e as universidades; e a criação de um armazém comunitário para os agricultores familiares.

Machado: Lei 2.141 de 15/06/2009, que dispõe sobre o programa Geração de Emprego, Renda e Esperança para fortalecer empreendimentos populares, com ênfase à EES.

Elói Mendes: Lei 1.068, de 26/10/2007, titula como entidade de utilidade pública diversas associações rurais; e também oferece assistências às Associações de Catadores de Materiais Recicláveis e dos Artesãos de Elói Mendes.

São Bento Abade: Lei 951 de 12/2006, que isenta os produtores rurais de qualquer associação de impostos municipais; e regulamenta a feira destes na cidade.

Três Pontas: Lei 3.071 de 19/03/2010 torna a Associação de Catadores de Materiais Recicláveis organização de utilidade pública, prevendo apoio financeiro e técnico à organização.

Três Corações: a Associação dos Artesãos de Três Corações possui espaço e um funcionário para a comercialização no Museu Tricordiano cedidos pela prefeitura, que também promove uma feira de vendas de várias organizações sociais.

São Tomé das Letras: Lei 862 de 12/11/1999 prevê um espaço para a Associação de Artesãos para a exposição e comercialização. A Lei 1.217 de 12/11/2009, reconhece a Associação de

⁹Projeto desenvolvido pelo discente Lucas Eduardo Juventino, sob a orientação do Prof. Dimitri Augusto da Cunha Toledo na Universidade Federal de Alfenas.

Costureiras e Artesãs da cidade como organização de utilidade pública. O município também promove uma feira mensal que abrange os ESS do município.

Alfenas: Lei 3.880 de 09/2006 autoriza o repasse do valor de R\$34.527,00 para a execução de uma das ações do Programa de Apoio à Extensão Universitária que prevê, a geração de trabalho e renda por meio da economia solidária e prevenção à doença.

Esse mapeamento das ações evidencia a necessidade da identificação dos valores atribuídos à economia solidária pelos gestores públicos. Isso porque, pode-se observar que embora os relatos caracterizem as iniciativas como de economia solidária, pode ser que não necessariamente se tratem de fato de experiências genuínas. Assim, com a efetivação das etapas sucessivas ao projeto de pesquisa, anseia-se o atingimento de um produto com rigor científico capaz de apontar as potencialidades e limitações das políticas públicas de economia solidária, em especial na região estudada. Aperfeiçoando assim os instrumentos públicos de emancipação do trabalhador e de desenvolvimento coletivo, organizados no entorno das políticas públicas de economia solidária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRUDA, M. Um novo humanismo para uma nova economia. In: KRAYCHETE, G.; LARA, F.; COSTA, B. (Org.) **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia**. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. **Humanizar o infra-humano: a formação do ser humano integral – homo evolutivo, práxis e economia solidária**. Rio de Janeiro: Vozes, 2003a.

CORAGGIO, J. L. Economia do Trabalho. In: **Economia Solidária**. Cadernos da Fundação Luiz Eduardo Magalhães. Salvador: FLEM, 2003.

GUERRA, A. C. **Os Valores da Economia Solidária e os Valores do Trabalho: um estudo em empreendimentos econômicos solidários**. Belo Horizonte: UFMG – Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração, 2014. Tese de Doutorado.

LISBOA, A. M. **A economia popular no contexto da grande transformação**. Florianópolis: UFSC, 1999.

PASQUALI, L. (Org.) **Instrumentos Psicológicos**: manual prático de elaboração. Brasília: Prática Gráfica e Editora LTDA, 1999.

RAZETO, L. Economia de solidariedade e organização popular. In: GADOTTI, M; GUTIERREZ, F. (Org). **Educação comunitária e economia popular**. São Paulo: Cortez, 1999.

SINGER, P. **A economia solidária no governo federal**. Mercado de Trabalho, IPEA, n. 24, p. 2-5, ago. 2004.

_____. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. Incubadoras universitárias de cooperativas: um relato a partir da experiência da USP. In: SINGER, P.; SOUZA, A. (Org.). **A economia solidária no Brasil**: autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Cortez, 2000.

UMA ANÁLISE DO PRONINC À LUZ DO DEBATE DAS POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL

Autores:

Ícaro Moreno – Mestre – Soltec/Nides/UFRJ - icarosouza.melo@gmail.com

Felipe Addor – Doutor – Soltec/Nides/UFRJ – felipe@nides.ufrj.br

Resumo:

Este resumo faz uma apresentação superficial de um profundo trabalho de pesquisa, resultado de uma dissertação de Mestrado, que analisou o Programa Nacional de Apoio às Incubadoras de Cooperativas (Proninc) à partir do referencial bibliográfico do campo das políticas sociais. O limite de tamanho não permitiu um aprofundamento, que esperamos apresentar adequadamente no evento.

Desde que o capitalismo se estabeleceu como modo hegemônico de reprodução social que diversos intelectuais, dos mais diversos matizes ideológicos, procuram compreender quais as origens das suas desigualdades e porque uma larga parcela da população mundial permanece sem acesso a direitos básicos. A partir da perspectiva desse trabalho, o tema das políticas sociais encontra lugar de destaque no entendimento de questões como essas. Não por coincidência há políticas sociais para lidar com determinadas problemáticas desde o início do capitalismo, principalmente para evitar o esgarçamento do tecido social ou o próprio colapso da sociedade (CASTEL, 2003; POLANYI, 2000).

As últimas décadas do Século XX assistiram a intensas transformações na forma de acumulação de capital e, por conseguinte, nas relações de trabalho. A precarização do trabalho se acentua nesse período, conforme os Estados passam a adotar uma agenda de desregulamentação e as empresas iniciam a contratar com mais regularidade trabalhadores por períodos intermitentes. Castel (2003) chamou atenção para o fato de que o contrato de trabalho por tempo indeterminado se tornava progressivamente menos importante à medida que a humanidade marchava em direção ao Século XXI. Nesse contexto de transformações, as políticas públicas do campo do trabalho se alteram também como forma de dar conta da nova realidade. Se a Europa ocidental assiste ao desmonte das proteções sociais erigidas em meados do Século XX, na América Latina os países são forçados a

adotar uma agenda de redução das garantias do trabalho simultaneamente à liberalização das contas de capital e a venda das empresas públicas para sustentar as políticas de estabilização monetária, tal como preconizava o Consenso de Washington.

É na esteira da crítica ao capitalismo e da nova conformação geopolítica global (fim da URSS) que se fortalece a proposta política da Economia Solidária (ES), na América Latina, mas também com destaque em outros países como Canadá e França. No Brasil, ela surge principalmente através de movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e outros setores organizados da sociedade civil, contando também com contribuições das universidades e de intelectuais militantes ligados a elas (SINGER, 2002). Organizados por um lado como empreendimentos de economia solidária (EES) na forma de associações, cooperativas, etc. e por outro como movimento através da constituição de fóruns permanentes em nível municipal, regional e estadual, passam a demandar ações do poder público que contemplem esse segmento.

A partir da década de 1990 começam a surgir em níveis municipal e estadual as primeiras políticas públicas de economia solidária (PPES), ao mesmo tempo que começam a ser formuladas as primeiras metodologias de incubação de cooperativas populares. Essas metodologias surgem justamente como forma contemporânea de se lidar com as questões relativas ao trabalho, buscando criar alternativas de geração de renda a partir do agrupamento de trabalhadores com dificuldades em se inserir ou reinserir no mercado de trabalho formal. As metodologias de incubação são sistematizadas pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP/COPPE/UFRJ), e começam também a se expandir para outras instituições de ensino superior (IES) em outras partes do país. Em 1997, o Proninc ganha sua primeira edição, no entanto, de forma não sistemática. Seria somente com a chegada do PT ao poder em 2003 e a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) que o programa passaria a ter edições regulares. Este trabalho buscou analisar o Proninc, principalmente a partir do lugar institucional que ocupa e compreendendo as suas especificidades no que tange à sua forma particular de atuação e objetivos.

O Proninc é uma política pública que vem sendo consolidada nos últimos quinze anos pela Senaes, apesar de não ter sido criada pela secretaria. O propósito principal desse programa é apoiar organizações que desenvolvem ações de apoio a empreendimentos de economia solidária (EES) tais como assessoria, qualificação, assistência técnica entre outras, ao passo que pretende também atingir a articulação com outras políticas públicas, formação de discentes em ES entre outros (SENAES,

2011). Neste trabalho chamamos essas organizações de Incubadoras Tecnológicas de Economia Solidária (ITES).

A análise feita na pesquisa que embasou este resumo busca situar os padrões de intervenção estatal no campo social e como elas variariam na história. A contextualização no caso brasileiro é fundamental para reconhecer as características específicas que essas iniciativas do poder público adquiriram. Sendo o programa fruto da organização da proposta política do movimento de economia solidária, se fez necessário também abordar o tema e suas especificidades, bem como a inserção do tema no aparelho estatal brasileiro, para melhor compreensão do objeto estudado.

A pesquisa desenvolvida permitiu identificar algumas limitações na forma de execução do Proninc, principalmente com respeito a estrutura de financiamento que este possibilita às ITES. Estas organizações frequentemente convivem com recursos limitados em suas atividades e possuem demandas de incubação de empreendimentos de economia solidária que não puderam ser atendidos, conforme foi possível depreender do último relatório do programa (SOLTEC, 2017). As interrupções de financiamento também impactam as incubadoras de outras formas como a dificuldade de se manter a equipe de trabalho e a complexidade de se manter as visitas aos grupos incubados com pouco ou nenhum recurso.

A intenção principal, ao destacar as insuficiências, advém de um propósito analítico, mais que um depreciativo. Como foi possível constatar ao longo da pesquisa, o Programa é complexo e possui características interessantes, perpassando desde o apoio às atividades de extensão universitária no país, pela articulação entre diversas políticas públicas e também pela mobilização de trabalhadores fora do mercado de trabalho formal para atividades autogestionárias. Uma das hipóteses levantadas é que o financiamento intermitente às incubadoras se relaciona com a forma frágil que as PPES se inserem no Estado brasileiro. A SENAES, que centralizava essas ações, se tornou uma subsecretaria em 2016, com a mudança do grupo no poder executivo federal. Apesar de não ter sido extinta e ainda contar com recursos, a execução desses atualmente é muito difícil, tanto por conta da reduzida equipe que atualmente trabalha no setor como por conta do crescente conflito de interesses que emerge no Estado brasileiro no presente.

A orientação ideológica do grupo político que ocupa o poder na atualidade não permite levantar prognósticos positivos para a situação do trabalho no país nem para as PPES. Sob a justificativa da deterioração da situação fiscal brasileira e da alta inflação, diversas medidas de austeridade econômica vêm sendo tomadas nos últimos anos pelo ente federativo central. Como foi

visto na pesquisa histórica desenvolvida, frequentemente as políticas sociais sofrem severos cortes em momentos de turbulência econômica. Essas medidas terminam por fortalecer a antinomia, descrita na bibliografia usada como base para essa pesquisa, entre as políticas sociais e econômicas.

A mudança no cenário coloca então dois desafios principais ao movimento organizado de economia solidária: o primeiro, de continuar produzindo em autogestão em momentos de baixo crescimento econômico; e o segundo, de manter sua mobilização e atuação em um período que o Estado não parece disposto a expandir as políticas públicas para o setor.

Nossa pesquisa pretendeu, assim, contribuir para a reflexão sobre as possibilidades e caminhos para a melhoria do quadro social e da situação dos trabalhadores no país, principalmente por acreditar que os movimentos sociais podem ser um meio para tanto. Estamos, portanto, imbuídos da ideia de que todos que são financiados pelo Estado e utilizam a estrutura proporcionada pelas instituições públicas têm o dever de retornar à sociedade um pouco daquilo que neles foi investido.

É justamente essa a ideia que orienta a perspectiva da extensão através da incubação de cooperativas populares, uma das principais temáticas abordadas nesse trabalho. Tentamos, assim, levantar algumas questões e debates que possam subsidiar agendas de pesquisas futuras e diagnósticos atuais sobre problemas relevantes do campo social no país. Sem pretender esgotar as discussões, procuramos realizar nossa contribuição para possíveis caminhos para o futuro das políticas públicas no país, mesmo considerando todas as limitações de nossa pesquisa.

Bibliografia

CASTEL, Robert (2003). *As metamorfoses da questão social*. Petrópolis: Vozes, 4ª edição.

POLANYI, Karl (2000[1944]). *A grande transformação: as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 7ª edição.

SENAES (2011). *Avaliação do programa nacional de incubadoras tecnológicas de cooperativas e empreendimentos solidários (PRONINC): relatório final*. Recife: Ministério do Trabalho e Emprego; IADH.

SINGER (2002). *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. 127 p.

SOLTEC [Núcleo de Solidariedade Técnica da UFRJ] (2017). *Avaliação participativa, qualitativa e quantitativa das ações do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares*. Rio de Janeiro: Multifoco. 154p.



V Congresso da Rede de ITCPs

**UNIVERSIDADE E ECONOMIA SOLIDÁRIA:
REDE ITCPs - 20 ANOS RESSIGNIFICANDO A UNIVERSIDADE NO BRASIL**

**CEFET/RJ
RIO DE JANEIRO - RJ
01 A 04 DE MAIO DE 2019**

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Área temática

Economia Solidária, Agroecologia e Soberania Alimentar

Coordenação: Christiane Aires

**A SOLIDARIEDADE E A AGROECOLOGIA NO PLANO MUNICIPAL
DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE
PINHALZINHO/SC - 2018/2021: DESAFIOS E PERSPECTIVAS.**

Carlos Eduardo Arns, Doutorando (UCPEL) carlos.arns@sou.ucpel.edu.br

Aline Mendonça dos Santos, Doutora (UCPEL) aline.santos@ucpel.edu.br

Palavras-chave: Política Pública; Segurança Alimentar e Nutricional; Economia Solidária

Introdução: o presente trabalho tem o objetivo de apontar alguns dos principais desafios e perspectiva para a implementação do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (PMSAN) em Pinhalzinho/SC – 2019-2022. O plano foi construído de forma participativa entre novembro de 2016 e novembro de 2018¹⁰, envolvendo secretarias municipais de agricultura, de educação, de saúde e de assistência social, reunidas na Câmara Intersetorial Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN), assessorados pela equipe do Instituto de Desenvolvimento Regional (Instituto SAGA). No processo de desenvolvimento da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, com a adesão do município ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), a implementação do plano constitui-se em um processo estratégico e importante para a consolidação desta política pública no território.

Políticas sociais no capitalismo contemporâneo: com o apoio de Vianna (2002) e Pereira (2017) o presente trabalho atenta para a compreensão adequada das políticas públicas nos respectivos contextos históricos, o que figura como mais importante do que a precisão dos conceitos. Nesta perspectiva, Vianna (2002) adverte que a não qualificação adequada do *governo* e dos *objetivos específicos* podem se constituir em armadilhas para a compreensão das políticas públicas. No que diz respeito a compreensão das políticas sociais e sua relação com a pobreza no Brasil, Pereira (2017)

10 Este período foi marcado por um conjunto de processos políticos que impactaram decisivamente no calendário de construção do PMSAN, dentre os quais vale destacar: o processo eleitoral com troca na gestão local 2015-2016; o processo de *impeachment* da presidenta Dilma em 2016; a reorganização política e administrativa do governo federal para a constituição do governo Temer, com profundas mudanças na condução das políticas públicas federais; atípico processo eleitoral de 2018, para presidência da república e governo do Estado.

reflete sobre o papel da política social frente aos regimes de economias capitalistas, uma vez que, o Brasil integra concretamente o ‘*modus operandi*’ do capitalismo financeiro como sua fase atual. Berhing (2011) contribui para o debate e ajuda a revelar as novas expressões da questão social na atual crise do capitalismo, com seus fortes impactos sobre o mundo do trabalho, promovendo um redimensionamento da política social em todas as suas dimensões e, assim, imprimindo uma dinâmica focalista e assistencialista da mesma, que difere da assistência social como política de seguridade social.

Pereira (2012) constata que a conjuntura mundial e brasileira da política social é sombria, uma vez que, a exclusão social e a pobreza expressam a forma como o capitalismo incorpora a questão de modo negativo, através do trabalho precarizado e da dinamização das classes sociais e grupos subalternos à sua lógica de reprodução (WANDERLEY, 2017).

Diante deste contexto, a PNSAN e, em particular, o Plano Municipal de Segurança Alimentar (PMSAN) de Pinhalzinho/SC, consiste numa proposta que se propõe em outro modelo de desenvolvimento, que vem ser objeto deste trabalho.

Elementos de cenário de Segurança Alimentar e Nutricional. Neste componente o trabalho se apóia em Schneider e colaboradores (2016) para demonstrar as questões demográficas, alimentares e a disponibilidade de fontes de energia, estão entre os maiores desafios a serem enfrentados pela humanidade no século XXI. Soma-se ainda as crescentes preocupações relacionadas com as questões de saúde, a disponibilidade e acesso da população aos alimentos necessários, bem como aos riscos causados pela composição dos alimentos (excesso de calorias e gorduras) e pela contaminação de dos mesmos por agrotóxicos. Nesta perspectiva, entende-se que os aditivos alimentares devem ser compreendidos e tratados, tendo em vista os níveis de complexidade e as múltiplas facetas desse conjunto de problemas.

São três grandes tendências e contradições do setor agroalimentar caracterizadas por Schneider Et all (2016): *a nova equação alimentar; a invisibilidade da questão alimentar; e a questão da saúde coletiva*. Este cenário é complementado com dados da ONU (Organização das Nações Unidas) alertando que em 2015 mais de 900 milhões de pessoas vivem na extrema pobreza, no mundo, enquanto que na América Latina, a CEPAL apontava que 8 milhões de pessoas passaram para a pobreza na região, com perspectivas de ampliação em 2017 (SCHNEIDER, 20 et al, 2016). No

entanto, no período das políticas consideradas mais progressistas (2003-2016), o Brasil, se constituiu em referência internacional a partir da elaboração e consolidação de um conjunto de iniciativas, ações e políticas públicas em atendimento as desigualdades historicamente construídas entre indivíduos, grupos sociais, setores econômicos, comunidades, cidades e regiões. Destaca-se neste conjunto de políticas sociais: o Sistema Único de Saúde (SUS), Sistema Único de Assistência Social (SUAS), Política Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), dentre outras. Na perspectiva da construção do DHAA – Direito Humano a Alimentação Adequada, até 2015, o Brasil avançava significativamente com a aprovação da LOSAN – Lei Orgânica de Segurança Alimentação e Nutricional (2006), a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), os Conselhos distrital, estaduais e municipais (CONSEAS), a Assistência Técnica e Extensão Rural Agroecológica (ATER), o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO), o Programa Nacional de Redução do Uso de Agrotóxicos (PRONARA), dentre outras (LEÃO; MALUF, 2012; BURITY, 2010).

O município de Pinhalzinho/SC. Nesta seção, destacam-se alguns aspectos que caracterizam o município de Pinhalzinho-SC, enquanto locus operativo da PNSAN, bem como alguns elementos do diagnóstico do PMSAN:

pesquisa bibliográfica compreendida por *aspectos Gerais: Sociais, Econômicos e Ambientais* com apoio de Mattei (2014), Maia, (2015) e SEBRAE, (2012);

sistematização dos dados cadastrais das famílias fornecedoras de alimentos para o Programa de Alimentação Escolar do município e o levantamento de campo constituído a partir de dados primários que traçou: o *Perfil dos fornecedores de produtos agrícolas*. Tal levantamento considerou questões de gênero, idade, escolaridade, renda; o *Perfil dos sistemas de produção* considerando as seguintes categorias: tamanho das propriedades, tipo da força de trabalho, os tipos de atividades produtivas de cultivo e criação, fonte de água e, por fim, a diversidade de produtos ofertados para uso em ações de segurança alimentar e nutricional no município de Pinhalzinho e seu entorno.

O PMSAN de Pinhalzinho/SC: alguns resultados. O processo de construção do Plano alcançou seus principais objetivos, na medida em que contou com o envolvimento de representantes das principais secretarias municipais (Agricultura, saúde, educação e assistência social), contou com a participação dos agricultores e suas organizações, como ofertantes de alimentos, bem como de entidades da sociedade civil urbana, muitas delas também demandantes de alimentos. O Plano

encontra-se estruturado sobre 5 dos 8 eixos da Política Nacional de SAN, para os quais foram estabelecidos objetivos, com suas ações estratégicas e atividades pertinentes, bem como seus responsáveis. Contém a estratégia de monitoramento e avaliação.

Considerações finais: desafios e perspectiva do PMSAN-Pinhalzinho. Aqui são apresentados desafios e perspectivas da PNSAN, materializada na implementação do PMSAN em Pinhalzinho, que diante do atual desmonte das políticas públicas sociais, ficam restritas a campo de luta local (município), para o qual será necessária a compreensão das “novas solidariedades” como propõe Ivo (2001, p.39) a “solidariedade como ideologia de base, capaz de mobilizar um conjunto de agentes políticos e sociais e legitimar sua ação política”, ou seja, diversas lutas de classe, gênero, raça e identitárias, que se alicerçam em uma nova sociabilidade de relação do ser humano-natureza expressas na agroecologia. Ampliando, assim, a “base de determinação e compreensão do social, antes localizada nas relações salariais para uma nova regulação que privilegia as dimensões cooperativas e os arranjos sociais na obtenção de consensos parciais e resultados específicos” (Idem).

Referências

BERHING, E. R. Desafios contemporâneos das políticas sociais. Revista Katálisis, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 09-10, jan./jun. 2011.

BURITY, Valéria (et al.). Direito humano à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar e nutricional. Brasília – DF. ABRANDH, 2010. 204 p.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo-agro-2017- resultados-preliminares*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm>. Acesso em 20 set. 2017.

IVO, Anete Brito Leal. Metamorfose da questão democrática: governabilidade e pobreza. Coleção Bolsa de Pesquisa CLACSO – Asdi, novembro de 2001.

LEÃO, M; MALUF, R. A construção social de um sistema públicos de segurança alimentar e nutricional: a experiência brasileira. Brasília-DF. ABRANDH, 2012. 2 p.

MAIA, Claudio (et ali) (2015). *Dinâmica populacional no Oeste Catarinense: indicadores de Dinâmica populacional no Oeste Catarinense: indicadores de crescimento populacional dos maiores municípios*. Disponível em:

[file:///C:/Users/User/Downloads/2015Cap_OesteSC_TerritAmbSociedad%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/2015Cap_OesteSC_TerritAmbSociedad%20(1).pdf)

MATTEI, L. O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro. *Rev. Econ. NE*, Fortaleza, v. 45, p. 71-79, 2014 (suplemento especial)

PEREIRA, P. A. P. **Utopias desenvolvimentistas e política social no Brasil**. Ser. Soc. Soc. São Paulo, n.112, p. 729-753, out./dez. 2012.

PEREIRA, C. P. **A proteção social em tempos sem brios**. Revista Argumentum. Vitória, v. 9, n. 3, p. 24-29, set./dez. 2017.

SCHENEIDER, S et al. Estratégias alimentares e de abastecimento: desafios e oportunidades para as cidades e para o meio rural. In: CRUZ, F. T. et al. (Org.) *Produção, consumo e abastecimento de alimentos: desafios e novas estratégias*. Porto Alegre. Editora da UFRGS, 2016. 324 p.

SEBRAE – SC. *Santa Catarina em números*. Disponível em:
<http://www.sebrae-sc.com.br/scemnumero/>. Acesso em 30 set. 2012.

VIANNA. M. L. T. W. **Em torno do conceito de política social: notas introdutórias**. Disponível em: <http://antigo.enap.gov.br/downloads/ec43ea4fMariaLucia1.pdf>, acessado em agosto de 2018.

CIRCUITOS CURTOS AGROALIMENTARES: CONSOLIDAÇÃO DA REDE RAÍZES NA TERRA DO MÉDIO PARAÍBA

Pedro Paulo Souza da Silva - Graduando em Ciências

Contábeis UFF pedropaulosilva@id.uff.br

Juliana Félix da Silva - Graduando em Administração Pública

UFF julianafelix144@gmail.com

Bruna Dias Garcia - Graduando em Administração UFF

brunadiasgarcia@id.uff.br

Introdução

Uma rede de comercialização em circuito curto é aquela entendida como uma “linha direta” entre o produtor e o consumidor final. Adicionalmente, o Circuito Curto Agroalimentar (CCA) se distingue, pois comercializa produtos agroalimentares de forma direta ou com apenas um intermediário (o oposto do que é amplamente praticado atualmente), o que proporciona, além da fácil rastreabilidade dos produtos e o estreitamento de laços de confiança entre os principais atores desse processo de produção-comercialização.

O objetivo deste trabalho é identificar as condições essenciais que permitem a um empreendimento que se organiza como CCA ser implementado e consolidado de forma satisfatória, tanto para produtores quanto para os consumidores. Para isso, o caso do CCA Rede Raízes na Terra, inicialmente implantado na Universidade Federal Fluminense (UFF) em Volta Redonda, em fevereiro de 2016, será utilizado como estudo de caso. Os objetivos específicos do trabalho são conhecer os consumidores da feira, se atentar às suas demandas e estreitar os laços; conhecer a capacidade de produção individual de cada produtor e, também, dos canais de comercialização além da feira dos mesmos para fins de logística da feira; fortalecimento da autogestão e cooperação em toda a escala produtiva, baseada nos conceitos da economia solidária.

Em suma, o propósito do presente artigo é, além de tudo, responder de que maneira é possível consolidar a Rede Raízes na Terra, fomentando a autogestão do grupo, o desenvolvimento local e a agricultura familiar, além da promoção da segurança alimentar na região.

Referencial Teórico

O termo Circuito Curto é originário da França, onde é utilizado para caracterizar os circuitos/redes de distribuição que mobilizam até, no máximo, um intermediário entre produtor e consumidor (CHAFFOTE; CHIFFOLEAU, 2007). Pode-se dizer que tais redes surgem como resposta aos problemas gerados pela agricultura convencional, como as desigualdades sociais acentuadas nas áreas rurais, os efeitos ambientais negativos, tal como a contaminação dos solos e reservas hídricas pelo uso irresponsável de substâncias químicas nocivas, os agrotóxicos e, a falta de segurança alimentar. A própria sociedade civil passa a se preocupar mais com tais questões, criando um nicho de consumo que preza pela sua saúde e meio ambiente, a partir da tomada de conhecimento e conscientização sobre a dinâmica mercadológica do agronegócio.

Uma eficaz articulação de iniciativas de circuitos curtos inclui uma ampla atuação em rede, englobando não só agricultores e consumidores, mas também a administração pública e organizações não governamentais (ONGs), formando o que LAMINE (2012) define como sistema agroalimentar territorial, onde toda a cadeia de produção, distribuição e consumo tem a participação efetiva de todos os referidos atores, uma importante estratégia que produz efeitos necessários para a elaboração de políticas públicas que garantam e estabeleçam direitos de interesses mútuos, valorizando, sobretudo, a figura do agricultor familiar. Ademais, ações em âmbitos que a princípio parecem não dialogar com o tema abordado no presente artigo, como a educação, pesquisa, são importantes para tal articulação.

Os integrantes da Rede Raízes na Terra trabalham sobre os preceitos da economia solidária, o que se traduz na necessidade de compreender esse mesmo sistema, pautado sobretudo na autogestão, para compreender o próprio funcionamento do empreendimento e os métodos que devem ser empregados em uma intervenção, que como veremos adiante, necessita ocorrer de forma conjunta, sempre respeitando a autonomia do grupo. Todos os atores envolvidos no processo de implantação e consolidação de um empreendimento autogestionário devem se atentar aos conflitos oriundos dessa diferença brusca no que se entende como as relações internas presentes em um ambiente de trabalho, havendo uma ampla necessidade de formação, seja por meio de dinâmicas ou até mesmo de aulas expositivas sobre autogestão aos envolvidos, visando a harmonia e evitando que o empreendimento se dissolva.

Metodologia

Pesquisa-ação, com auxílio de entrevistas e questionários individuais e em grupo de produtores e consumidores da rede.

Análise dos Resultados

A partir das entrevistas individuais com os produtores foi possível identificar a variedade de produtos orgânicos e agroecológicos, bem como os alimentos processados, produzidos por cada produtor e empreendimento da rede. Foi possível identificar uma grande variedade de vegetais orgânicos produzidos pelos membros da Rede, tais como hortaliças, frutas e leguminosas, sendo ao todo mais de cinquenta produtos in natura.

A pesquisa com o consumidor, em 2016, feita pelo grupo do Programa de Ensino e Tutoria da UFF, contou com dezesseis participantes, no momento em que estavam na feira. Para efeitos de comparabilidade e controle de variáveis, decidiu-se aplicar o questionário, em 2017, com poucas modificações e com o mesmo número de pessoas.

Em 2016, o perfil do mesmo, no que diz respeito ao gênero, era de 67% feminino e 33% masculino, distribuídos regularmente em faixas etárias dos 16 aos 60 anos ou mais, com exceção da faixa dos 30 aos 39 anos, que representava apenas 6,7% da população. Já em 2017, a porcentagem de participantes do gênero feminino aumentou para 81%, de forma que o masculino caiu para 19%, no mesmo ano, percebeu-se uma mudança nas faixas etárias da população, apresentando uma distribuição mais diversificada entre as mesmas; as pessoas distribuídas entre 30 e 39 anos já representavam 31,25% do conjunto total.

Foi constatado na pesquisa com os compradores, que alguns aspectos do CCA foram melhorados e outras novas demandas surgiram, além de ter sido possível traçar um perfil comparativo do consumidor no intervalo de quase um ano.

De 2016 para 2017, a quantidade de consumidores assíduos na feira passou de 60% para 94%, o que demonstra que, de maneira geral, há uma fidelização dos clientes e os mesmos se sentem satisfeitos em possuírem essa opção de comercialização de produtos agroecológicos.

Em contrapartida, foi constatado que o conhecimento a respeito dos canais de comunicação do CCA reduziu-se consideravelmente de um ano para outro, diminuindo assim a relação produtor-

consumidor, o que se converteu na necessidade da criação de um site para o empreendimento e uma utilização mais eficiente das redes sociais como forma de divulgação da feira e também do modo de comercialização solidário, além de uma identidade visual característica.

O sistema de encomendas, presente até o final do ano de 2016, foi suspenso pelos próprios membros do CCA, devido a problemas de não comparecimento das pessoas que encomendavam, falta de organização nas entregas das encomendas e falta de produtos para consumidores que não encomendavam previamente, impactando assim nas vendas e satisfação dos mesmos. Na pesquisa conduzida em 2017, 44% dos consumidores avaliaram como necessária a volta de um sistema de encomendas. Foi percebido que a maioria dos consumidores mais antigos da feira assinalaram que não gostariam que o sistema de encomendas retornasse, o que pode refletir na desorganização e insatisfação com o sistema anterior.

O nível de conhecimento, pelos consumidores, a respeito do conceito de circuito curto em 2016 foi de 33%, já em 2017 foi de 44%, o que também se relaciona com o aumento na preocupação com alimentação saudável, de 60% subiu para 75%, e garantia de qualidade e origem dos produtos adquiridos, de 40% subiu para 75%, além do vertiginoso acréscimo no número de pessoas que destacaram o fortalecimento dos produtos locais, onde no ano anterior era de 13,3% e em 2017 foi para 50%, como razão que levou a consumir os produtos do CCA.

Conclusões

A autogestão tem um papel essencial na consolidação de um empreendimento coletivo cujo protagonismo é exigido de todos os seus integrantes. O caso da Rede Raízes na Terra evidencia a importância e o desafio da condução do processo autogestionário de um circuito curto agroalimentar pelos produtores, o implica na disposição de cada um ao diálogo e cooperação, com o propósito de garantir maior equidade nas relações e resultados e sustentabilidade ao empreendimento.

O CCA vem se mostrando viável e possível. Muitos produtores passaram a ter uma vida financeira mais digna, visto que anteriormente precisavam vender seus produtos, principalmente hortaliças, a um preço muito baixo para atravessadores do Rio de Janeiro (RJ), e atualmente eles retêm 100% do valor da venda, com isso obtiveram uma receita maior e puderam melhorar sua situação financeira.

Verificou-se, também, que, na Região Sul Fluminense, os produtores, em sua maioria, possuem certificação oriunda do mecanismo de controle de garantia por Sistema Participativo de Garantia - SPG, utilizando ao menos dois canais de comercialização para escoamento de sua produção.

Em suma, pode-se perceber que houve conquistas muito significativas e é necessário continuar avançando, pois os resultados obtidos pelos agricultores, assim como as condições em que se encontra a agricultura familiar são em grande medida resultado da luta desses trabalhadores e da conquista por políticas públicas mais adequadas ao setor.

Sugere-se, para estudos futuros, a identificação das tendências no município de Volta Redonda quanto à produção orgânica e agroecológica. Estudos relacionados à viabilidade e consequências socioculturais da criação do mercado orgânico na Região Sul Fluminense também se mostram relevantes

Referências

ALBUQUERQUE, P. **Autogestão**. In CATTANI, A. A outra economia. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

DAROLT, M. R.; LAMINE, C.; BRANDEMBURG, A. **A diversidade dos circuitos curtos de alimentos ecológicos: ensinamentos do caso brasileiro e francês**. Revista Agriculturas, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 8-13, jun. 2013. Disponível em <<http://aspta.org.br/revista/v10-n2-construcao-social-dos-mercados/>>. Acesso em: 8. Mai. 2017.

DAROLT, M.R. **Conexão Ecológica: novas relações entre agricultores e consumidores**. Londrina: IAPAR, 2012. 162 p.

TEIXEIRA, F. S. L. **Circuitos Curtos Agroalimentares em Portugal: estudo de casos**. Set. 2014. 131 p. Dissertação (Mestrado em Estudos de Desenvolvimento: Diversidades Locais e Desafios Mundiais) – Escola de Ciências Sociais e Humanas, Departamento de Economia Política, Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa.

DIAS, V. V.; SALVATE, N. B.; RÉVILLION, J. P.; SCHNEIDER, S. **A importância da certificação nos circuitos curtos de alimentos orgânicos**. Revista Espacios, Caracas, v. 37, n. 3, mar. 2017. Disponível em: <<http://www.revistaespacios.com/a16v37n03/16370313.html>>. Acesso em: 17 mai. 2017.

BAVA, S. C. **Circuitos Curtos de Produção e Consumo**. In: BARTELT, D. D (Org.). Um campeão visto de perto: uma análise do modelo de desenvolvimento brasileiro. Rio de Janeiro: Heinrich-Böll-Stiftung, 2012. p. 178-187.

NUNES, D. **Incubação de empreendimentos de economia solidária**. 1. ed. São Paulo: Annablume Editora, 2009.

CASTANHEIRA, M. E. M.; PEREIRA, J. R. **Ação Coletiva no Âmbito da Economia Solidária e da Autogestão.** In: Rev. Katálysis. Florianópolis v. 11 n. 1 p. 116-122 jan./jun. 2008.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-Ação.** São Paulo: Cortez, 1985.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** São Paulo: Atlas, 2009.

**CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO AGROECOLÓGICO A PARTIR DO DEBATE
ACERCA DA SOBERANIA ALIMENTAR POR MEIO OFICINAS DE ALIMENTAÇÃO**

SAUDÁVEL DO MERCADO DA VIDA EM BONITO-PE¹¹

LINS, Maria Gabriela¹; DUBEUX, Ana²; GOMES, Tuanny Daniele Araujo³

¹Universidade Federal Rural de Pernambuco, mgabrielalins@gmail.com; ²Universidade Federal Rural de Pernambuco, anadubeux66@gmail.com; ³Universidade Federal Rural de Pernambuco, tuanny_araujo@hotmail.com

A dinâmica da produção de alimentos está pautada no agronegócio que ascendeu com a Revolução Verde, a qual tinha como objetivo a extinção da fome no mundo a partir do uso de tecnologias e técnicas agrícolas de produção intensiva. Nesse modelo, de acordo com Lappe et al (1998), a introdução também de variedades melhoradas e a integração econômica trouxeram impactos negativos, como a simplificação dos agroecossistemas, a perda de variedades crioulas e o aumento do uso de agrotóxicos.

Entretanto, a fome permanece assolando o mundo e, devido a isso, é possível enxergar o motivo de estudarmos questões relacionadas a sistemas mais eficientes e menos danosos de produção de alimentos. Dessa forma, a agricultura pode ser melhor entendida quando se estuda o consumo alimentício do ser humano, buscando entender em que perspectiva existe ou não alimentação saudável de uma dada população. Por isso, deve ser pensada de uma maneira mais complexa, para se entender esse processo de nutrição, tanto do indivíduo, quanto da natureza como um todo. Assim sendo, deve-se contemplar a demandas sociais, políticas, econômicas, ambientais, técnicas, energéticas, administrativas, éticas e de soberania alimentar, dimensões as quais estão, segundo Machado e Machado Filho (2017), relacionadas à agroecologia.

Uma grande parte da produção agrícola brasileira é destinada ao mercado externo. Porém, o que serve para o consumo interno, e que de fato alimenta a população brasileira é originário principalmente da agricultura familiar. Nos sistemas ligados ao agronegócio, a produção local não é

¹¹ Este trabalho é financiado pelo CNPq através do projeto “Agroecologia e economia solidária na Incubação de iniciativas econômicas-solidárias de territórios urbanos e rurais: sistematizando conceito, método e práticas” da chamada 17/2017.

destinada a população local e, o processo de soberania alimentar e nutricional fica em segundo plano às vistas da comercialização, ou seja, produzir para vender e não necessariamente para comer. Assim é fundamental valorizarmos as novas formas de se imaginar o mundo negando o desenvolvimentismo e construindo e fortalecendo outras bases que tenham como princípio, o fortalecimento dos territórios onde o alimento é produzido. Isso corrobora com o que Acosta (2016) traz em seu conceito de Bem Viver “uma oportunidade para imaginar outros mundos”.

Para construir uma estratégia de bem viver, é fundamental pensar em processos de organização coletiva, valorizando os avanços do grupo e não apenas os individuais. Assim, fortalece-se um outro tipo de economia a partir da construção de conhecimentos coletivos que misturam saberes populares e científicos dando visibilidade às epistemologias do sul (SOUSA SANTOS, 2010). Portanto, deve-se fazer uma crítica ao produtivismo e ao consumismo impostos, de forma a procurar soluções baseadas no contexto histórico-social e construído pelos próprios sujeitos inseridos em seus territórios.

Já que é importante valorizar as necessidades e desejos coletivos tendo em vista a importância de se manter o respeito pela natureza, assim como pela própria história da sociedade a qual se banha da solidariedade, o consumo solidário se mostra como uma alternativa a esse processo de colonização econômica e também cultural. Para isso, deve-se haver o processo de construção coletiva e isso se dá numa perspectiva educativa dialógica, a qual, segundo Freire (1996), exige compreender que a educação é uma forma de intervenção no Mundo.

Quando se fala em soberania alimentar, Acosta (2016) escreve que, a partir do mundo camponês, com a participação de consumidores e consumidoras, primeiro, precisa-se que a descentralização assuma papel preponderante. Logo, a construção do “Bem Viver” necessita ser um processo autodependente e participativo. Isso vai ao encontro do conceito de soberania alimentar que Mazzei (2007) propõe, o qual é algo amplo, pois é o direito dos povos de definir seu próprio alimento e agricultura, sua autosuficiência, de proteger e regular a produção agrícola doméstica e o comércio para criar objetivos de desenvolvimento sustentável de restringir a entrada de produtos em seus mercados.

Para isso, elencamos a adoção de uma postura de reconhecimento e respeito a diversidade de saberes, como propõe Caporal (2013) quando se fala nessa perspectiva da construção do conhecimento agroecológico. Além disso, ainda corroborando com o autor, propomos a criação de interconexões entre os saberes populares e os conhecimentos científicos, buscando gerar novos

conhecimentos adaptados às diferentes realidades. Para isso, o extensionista tem papel fundamental na mediação e mobilização junto das famílias agricultoras.

Nessa ótica, A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (INCUBACOOP) da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) vem envolvendo em um de seus territórios de atuação, Bonito-PE, sujeitos em um processo de sensibilização juntamente a agricultores do Mercado da Vida, um mercado de comercialização direta da agricultura familiar agroecológica local. Esse projeto envolve diferentes atores, além das(os) agricultoras(es), como: gestores municipais, professores e estudantes da rede municipal e da universidade, consumidores do Mercado da Vida e técnicos. Para uma ação efetiva, o projeto atua em diferentes áreas, dentre elas: educação ambiental com as escolas, transição agroecológica nas propriedades dos agricultores, economia solidária com os consumidores e famílias agricultoras e saúde a partir de alimentos saudáveis. Esse dinamismo ocorre a partir da troca de saberes, da construção coletiva e descentralização de decisões, a qual é entendido a partir da opção metodológica da pesquisa ação, para que assim o processo beneficie toda equipe horizontalmente.

Ao direcionar o olhar para o processo educativo em relação ao consumo consciente de alimentos saudáveis, percebeu-se que a melhor forma de entender os consumidores e construir coletivamente o conhecimento. Por isso, as atividades foram pensadas a partir de reuniões participativas concomitantes às ações, onde os diferentes atores debatem as questões pertinentes ao momento e, portanto, definem categorias e critérios a serem utilizados nas próximas etapas e na relação conjunta. Nesse caso, essas reuniões foram efetivadas com os consumidores/população a partir da experimentação de oficinas de alimentação saudável, as quais ocorreram mensalmente. As oficinas de alimentação saudável tiveram como formato: primeiro uma identificação do grupo, posteriormente um debate e, por fim, uma receita. Dessa forma, o local usado para comercialização de produtos agroecológicos, o Mercado da Vida, também foi pensado como um espaço público de debate acerca da produção sem a utilização de insumos industrializados, mas sobretudo de como avançar na conquista da autonomia e da soberania alimentar da população de Bonito.

A oficina, portanto, foi utilizada como instrumento educacional, onde foi possível trocar conhecimentos acerca da qualidade de vida e mudança de hábitos alimentares da parcela da população que a frequentava. Além disso, também serviu como instrumento consultivo para o processo de divulgação e para a melhoria das ações em geral. Dessa forma, os participantes, durante as oficinas, foram questionados sobre como realizar esse processo de divulgação; como realizar a

mudança de hábitos alimentares coletivamente, em família e em grupo, para haver uma promoção da qualidade de vida e; como aproximar a população ao Mercado da Vida.

No formato inicialmente pensado, a oficina deu alguns resultados, os quais foram percebidos pelos diálogos que as consumidoras iniciaram e também pelas iniciativas tomadas junto do grupo. Nesse processo, duas agricultoras se propuseram a oferecer a oficina com receitas que fazem em casa com alimentos produzidos em suas roças. Entretanto, percebemos que a oficina pode ter um resultado mais amplo e conseguir atingir a população de alguns bairros mais periféricos, isso porque foi percebido que houve diminuição de participantes da oficina e pelo debate na oficina de fechamento do ano, onde os consumidores apontaram que a divulgação dessas oficinas poderia ser nas comunidades para tentar aproximar mais a população que ainda não conhece o Mercado e a oficina. Portanto, um novo formato de oficina está sendo dialogada para que seja uma ferramenta educacional e de divulgação mais popular. Esses fatores promovem uma aproximação com os consumidores, bem como só acrescentam pontos positivos no processo de construção que tem sido feito acerca de uma campanha de consumo consciente de alimentos saudáveis a ser lançada no município, cujo slogan é “Bonito consciente. Alimentação saudável é vida”.

É com esse olhar, unindo os conceitos e princípios debatidos, que percebemos a construção do conhecimento agroecológico, a qual se caracteriza como geradora de processos de construção do conhecimento entre os atores, aproximando-os a partir da realidade local. Nesse caso, aproximando agricultor, universidade e consumidores. Dessa forma, o papel dos extensionistas é tão importante, pois deve apresentar-se como agente mediador das dinâmicas locais e territoriais a fim de facilitar processos de construção de conhecimentos agroecológico com todos os atores.

Referências Bibliográficas

ACOSTA, A. O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos. Elefante, 2016.

CAPORAL, R.C.. Aprendendo, fazendo, conhecendo. In: Revista Agriculturas: experiências em agroecologia v.10, n.3, p.4-6, 2013.

LAPPÉ, F. M., Collins, J., ROSSET, P., & ESPARZA, L. . World hunger: 12 myths. Grove Press, 1998.

MACHADO, L. C. P.; MACHADO FILHO, L. C. P. Dialética da agroecologia. Editora Expressão Popular, 2017.

MAZZEI, Umberto. Diferencias entre seguridad y soberania alimentaria. Territórios. Guatemala, Soberania alimentaria 2, p. 50-53, out.2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. MENESES, Maria Paula (Orgs.). Epistemologias do sul, 2010.



V Congresso da Rede de ITCPs

**UNIVERSIDADE E ECONOMIA SOLIDÁRIA:
REDE ITCPS - 20 ANOS RESSIGNIFICANDO A UNIVERSIDADE NO BRASIL**

**CEFET/RJ
RIO DE JANEIRO - RJ
01 A 04 DE MAIO DE 2019**

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Área temática

Economia Solidária e Processo Educativo

Coordenação: Ana Maria Rodrigues de Carvalho

EDUCAÇÃO AMBIENTAL, AGROECOLOGIA E ECONOMIA SOLIDÁRIA: A IMPORTÂNCIA DA RELAÇÃO ESCOLA/COMUNIDADE PARA O FORTALECIMENTO DO MERCADO DA VIDA (BONITO-PE)

GOMES, Tuanny Daniele Araujo ¹, LINS, Maria Gabriela², SILVA, José Nunes da ¹Universidade Federal Rural de Pernambuco, tuanny_araujo@hotmail.com; ²Universidade Federal Rural de Pernambuco, mgabrielalins@gmail.com Universidade Federal Rural de Pernambuco, zenunes13@yahoo.com.br

Os processos educativos voltados para a construção de uma relação harmônica entre as sociedades e o meio ambiente (Educação Ambiental) requerem reflexão-ação-reflexão, considerando a sociedade de risco que vem se consolidando e se incorporando, impiedosamente, em nossas relações com o meio ambiente (RUSCHEINSKY, 2002). Neste sentido é importante destacarmos a necessidade de a escola estimular os/as educandos/as para o desenvolvimento de uma consciência crítica, tornando-se assim transformadores/as do mundo e, portanto, sujeitos de ação e não de adaptação, como defende o modelo de educação “bancária” por meio da lógica de que quanto mais passividade lhes for imposta, mais eles tendem a se adaptar ao mundo, no invés de transformá-lo (FREIRE, 1987).

Essa educação ambiental transformadora que carece ser impulsionada junto aos/as educandos/as também tem uma importância fundamental em relação aos processos produtivos da agricultura familiar, na busca de uma melhoria da qualidade de vida.

A alternativa para se ter uma nova visão sobre o manejo dos recursos naturais é trabalhar a EA numa perspectiva de impulsionar a formação de sujeitos ecológicos o que, de acordo com Carvalho (2010), são pessoas que passarão a viver de um novo modo que está relacionado à adoção de um estilo de vida ecologicamente orientado. Dessa forma, os conceitos de agroecologia e economia solidária se tornam eixos norteadores, pois a agricultura familiar com produção de base ecológica gera a autonomia de agricultores/as, o que incentiva a economia local, contribuindo para a preservação da biodiversidade, agrobiodiversidade e da paisagem, melhoria da saúde de produtores/as e consumidores/as e consolida a soberania e segurança alimentar e nutricional e o desenvolvimento local sustentável (DAROLT et al., 2013). Para a educação ambiental, os recursos naturais e o meio ambiente são comuns a todos os seres. Além de interesses particulares, há o

interesse da humanidade como um todo que seria o cuidado com a natureza para garantir que a nossa geração e gerações futuras possam viver em harmonia com ela. O/a educando/a, portanto, tem a tarefa de (re)significar suas posturas ou fortalecê-las em sua relação com o meio ambiente, além de aprender uma tarefa democrática, de que o interesse do coletivo é mais importante do que o particular (LEROY; PACHECO, 2005).

No cenário atual, diante da problemática econômica, social e ambiental na agricultura, vê-se a necessidade, cada vez maior, de um modelo de agricultura mais sustentável. Segundo Altieri, a agricultura sustentável está relacionada à “busca de rendimentos duráveis à longo prazo, através do uso de tecnologias de manejo ecologicamente adequadas”, e a “otimização do sistema como um todo e não apenas o rendimento máximo de um produto específico”. Para ele, “A agroecologia é socialmente mobilizadora, já que sua difusão requer a intensa participação dos agricultores” (ALTIERI, 2012). A produção, orientada nos princípios da agroecologia é biodiversa, resiliente, energeticamente eficiente, socialmente justa e busca a soberania alimentar. Sua ideia central consiste em desenvolver agroecossistemas com o mínimo de dependência de energia externo e agroquímico.

Considerando a agroecologia, como um campo científico que abrange reflexões e avanços de várias disciplinas o que justifica sua abordagem também em espaços educativos formais, como nas escolas. As práticas agroecológicas estão presentes no cotidiano das famílias agricultoras articuladas com práticas econômicas solidárias. Elas andam juntas na construção de alternativas aos padrões impostos pela “Revolução Verde”.

A Economia solidária é um conjunto de práticas heterogêneas que visam materializar outra economia, que ao invés do lucro e da competitividade, características da economia capitalista, se prime pelo comércio e preço justo e pela solidariedade, fundada na autogestão, a partir do chão de vida e trabalho. Ela trata, portanto, de uma realidade em construção que inclui produtores/as e consumidores/as que buscam desenvolvimento justo e sustentável (LECHAT, 2004). As experiências de Economia Solidária surgiram da necessidade de se organizar outras formas de trabalho: o trabalho associado e autônomo. Trabalhadores/as que constroem a economia solidária estão em um processo contínuo em luta contra a lógica do capitalismo. Nesse processo contínuo são então formados diferentes tipos de organizações com projetos cooperativos, que podem envolver diversas categorias/ramos de trabalhadores/as, dentre eles as diferentes formas de agricultura familiar. O Mercado da Vida, em Bonito/PE pode ser considerado um desses projetos cooperativos. Para Singer e Souza (2000) o que essas organizações têm em comum é a geração de trabalho e renda

de uma maneira justa, sustentável e solidária, excluindo a lógica da maximização do lucro a todo custo.

A presença do Mercado da Vida em Bonito/PE, é mais uma novidade que nos faz refletir sobre a realidade daquele município, que vem apresentando a sua inclinação para os cuidados ambientais desde o ano de 2008, quando a gestão municipal avançou na discussão e criação de três unidades de conservação – UC - em seu território. O município se destaca no estado, também pela capacidade produtiva dos seus diferentes estabelecimentos agrícolas, ou seja, o mesmo conta com uma ampla expressão da agricultura familiar, seguindo a tendência da região Agreste de Pernambuco.

Essas características apresentadas para o município de Bonito/PE, apresenta demandas concretas aos processos educativos fundados nas metodologias de educação ambiental e nos princípios da educação em agroecologia. Nesse sentido torna-se imprescindível que consideremos a rede municipal de ensino, que conta com um total de 33 unidades de escolares na atualidade, como ator potencializador de tais processos. Destaca-se ainda que, atualmente 23 destas unidades escolares estão distribuídas por vários povoados e sítios, na zona rural do município.

As escolas serão importantes parceiras do ‘Mercado da Vida que tem buscado possibilitar uma maior aproximação com o público consumidor de produtos livres de agrotóxicos, não só por meio da comercialização de alimentos e promoção da segurança alimentar e da saúde humana, mas também tem se firmado como um lugar onde são realizadas palestras, debates, cine-fóruns e diferentes tipos de formação. Tais atividades são realizadas na perspectiva de ampliar o acesso da população à informação necessária sobre diferentes questões relativas à segurança alimentar, medicina natural, fitoterápicos, entre outro. Assim o Mercado da Vida vem cumprindo o papel de espaço de educação ambiental e de formação/visitação para escolas, dimensão que já vem sendo trabalhada em articulação com a Secretaria de Educação do município.

Desta articulação entre estes parceiros (Prefeitura Municipal de Bonito/PE; UFRPE famílias agricultoras e escolas) surgiu o projeto de extensão intitulado “Trocando Ideias, Construindo saberes: economia solidária e agroecologia na construção do Mercado da Vida em Bonito-PE”, que vem atuando na dimensão da transição agroecológica, economia solidária e com atividades de educação ambiental nas escolas locais. Neste processo de aproximação com duas unidades de ensino do município (uma na área urbana - ETI Maria do Carmo Coelho de Melo e outra na área rural – Escola José Pedro Soares) é que esta proposta vem sendo realizada. As atividades desenvolvidas com

estudantes, professores/as e agricultores/as surgem de acordo com os resultados de diagnósticos elaborados em formato de questionários, que levantam as suas concepções e conhecimentos prévios sobre agroecologia, economia solidária e educação ambiental. Além das informações coletadas nos questionários, fundamentamos nossa prática em observações diretas e demandas da comunidade. Todo planejamento da ação se dá em reuniões executadas nas escolas, com a participação da comunidade escolar e agricultores/as, primando pelo método participativo.

Os resultados das atividades, apesar de satisfatório indicam a necessidade de um trabalho efetivo na busca de formação de sujeitos ecológicos que sejam capazes de compreender e intervir na realidade local buscando melhorias para as questões ambientais locais. Os dados levantados com os questionários apontaram temas importantes a se debater com esses sujeitos a fim do entendimento maior sobre o próprio ecossistema local, bem como sobre questões gerais relacionadas com o meio ambiente. Além disso, o debate vem sendo feito visando o estreitamento da relação entre as escolas e a agricultura familiar do município, para o fortalecimento do Mercado da Vida. Nessa perspectiva, o diálogo tende a ser contextualizado com a realidade local e, assim, efetivar a dialogicidade no processo de educativo, que multidimensionalmente envolve os princípios da educação ambiental, agroecologia e economia solidária.

ALTIERI, M. Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável. 3a edição. São Paulo: Expressão popular, 2012.

CARVALHO, I.C.M. Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico. São Paulo, Editora Cortez, 5ª. Ed. 2010.

Darolt, M. R.; Lamine, C.; Brandenburg, A. A diversidade dos circuitos curtos de alimentos ecológicos: ensinamentos do caso brasileiro e francês. *Agriculturas*, 10(2), 2013.

FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. 17a edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

LECHAT, N. M. P. Trajetórias intelectuais e o campo da economia solidária no Brasil. Campinas: Universidade Estadual de Campinas – SP, 2004.

LEROY, J. P.; PACHECO T. Educação ambiental e democracia. In: BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Encontros e caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores. Brasília: MMA, Diretoria de Educação Ambiental, 2005.

RUSCHEINSKY, A. Educação Ambiental: Abordagens Múltiplas. Porto Alegre: Artmed, 2002.

SANTOS, L.; OLIVEIRA, M.; PELOSI, M. Economia solidária em contexto: um breve mapeamento dos empreendimentos solidários no Brasil. Observatorio de la Economía Latinoamericana, n. 170, 2012.

A INCUBAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DE VIÇOSA-MG(ACAT): UMA PERSPECTIVA POLÍTICO-PEDAGÓGICA

Pablo Pereira da Silva¹ Kennedy Sousa Candido²

¹ Graduando em Geografia - Universidade Federal de Viçosa - Voluntário - ITCP_UFV ² Bacharel em Cooperativismo – Bolsista Técnico FAPEMIG – ITCP_UFV

Palavras-chave: catadores, educação, trabalho, território.

A presente reflexão tem por perspectiva a tríade trabalho, educação e política na análise das ações desenvolvidas pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de Viçosa (ITCP-UFV) junto a Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Viçosa-MG (ACAT), no período de outubro de 2017 à março de 2019. A aproximação e constituição de parcerias entre a associação e a ITCP viabiliza tanto o apoio para realização das formações aqui analisadas como a constituição do Fórum Municipal Lixo e Cidadania (FMLC) através do contato com a Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Social (CIMOS). O FMLC constitui-se como legítimo espaço público de debates sobre a questão dos resíduos sólidos, tendo como centralidade a condição de trabalho das(os) catadoras(es) de materiais recicláveis. Contando com a participação de diversos atores sociais envolvidos direta ou indiretamente com a temática no município, abrangendo a sociedade civil, o executivo, o legislativo, o Ministério e a Defensoria Pública. O objetivo do presente trabalho é analisar os aspectos políticos-pedagógicos dos diálogos com as(os) catadoras(es) e sua relação com o processo de associativismo e, paralelamente, com o campo de luta por direitos na arena política. Para tanto, lança-se mão da pesquisa-ação como metodologia capaz de proporcionar estreita associação entre a ação coletiva na qual pesquisadores e demais envolvidos encontram-se vinculados de modo cooperativo e participativo. Uma primeira etapa do trabalho é marcada pela encontro do segmento da Reciclagem Popular da ITCP-UFV com os membros da ACAT com intuito de realizar um diagnóstico dos processos produtivos-administrativos. Neste contexto, o que se constatou foi uma imensa precariedade, revelando que a associação só existia

enquanto uma mera formalidade instituída de forma verticalizada. Não haviam elementos de organização em comum, todo o processo de coleta, triagem, prensagem e comercialização era realizado de forma individualizada. Esta condição pode ser atribuída, em grande parte, ao fechamento do lixão e ao frágil e incipiente processo de realocação dos que ali trabalhavam. Sobreviventes do lixão são alçados à condição de trabalhadores da coleta seletiva sem que existam condições mínimas para que isto se realize, a começar pela inexistência da coleta seletiva. Em contato com esta realidade nos vemos obrigados a decidir sobre a continuidade ou não da incubação do empreendimento. Ou rompiamos a parceria, tendo em vista que se tratava de uma empreendimento fadado ao fracasso, que nem sequer constitui uma associação de fato. Ou partíamos do tênue vínculo existente entre aqueles sujeitos: uma prensa, um galpão e o trabalho enquanto catadoras(es). Optamos pela segundo caminho, e assim, as ações são orientados para mobilização do capital material e simbólico do grupo, privilegiando a relação sujeito-território como forma de relacionar a escala do espaço imediato da associação a outras escalas da arena política. Este duplo aspecto, a organização interna da associação e a inserção na vida pública política do município, sobretudo através da FMLC, caminham lado a lado neste processo. Trajetória que vai da questão primordial: “o que é a ACAT?”; à reconstrução de uma memória coletiva, onde imbricam representações individuais e referências externas. Do associativismo que reverbera a luta do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), à PNRS 12.305/2010 que sustenta e respalda à luta pela consolidação de direitos na esfera municipal. Neste contexto, destacamos a centralidade dos princípios pedagógicos sobre os quais essa dinâmica se assenta. Buscamos nos apropriar dos conceitos básicos da Educação Popular, sobretudo das ideias de Paulo Freire (1996), entre elas a de construção de uma sintaxe popular; que parte do conhecimento existente, ou seja, da leitura do mundo, rumo a reflexão para se saber aprimorado; que se constrói pela dialogicidade, pela partilha do mundo lido; e que busca descobrir o sentido do conhecimento para sua própria vida e para a vida do outro, para a reconstrução do mundo lido. Trata-se, portanto, da construção de espaços formativos cujo caráter político-pedagógico constitui-se sob uma perspectiva solidária e emancipatória. A partir de então, destacamos a utilização de dois arranjos didáticos para este propósito: a disposição do grupo em círculos, de modo que todos pudessem se ver e dispor seus corpos em posição equivalente, ou seja, sem que qualquer participante assuma centralidade e se sobressaia sobre os demais; somada a construção de mapas cognitivos através do uso de palavras-chave como categorias sobre as quais eram lançadas reflexões. Assim, palavra por palavra, as(os) catadoras(es) foram representando a trama territorial na qual estavam inseridas(os) e,

a partir desta configuração, buscamos consolidar ações de integração entre o plano das representações e o plano das relações territoriais. Podemos destacar que as(os) catadoras(es), ao transitar pela multiescalaridade que abarca o mundo do seu trabalho, puderem construir e consolidar conhecimentos e ações que refletiram tanto no território imediato da associação, quanto no território de luta política. Internamente apontamos os aspectos referentes à identidade de grupo, manifestada nos níveis de organização e na qualidade dos diálogos. Externamente, a construção de diálogos críticos-reflexivos possibilitou a consolidação de caminhos para a superação do público como mera figura retórica ideológica, emergindo como referência concreta de sujeitos socialmente situados no mundo (BARBOSA, 2011). Assim, os participantes deste processo formam-se tanto para a vida pública como pela vida pública, aspecto que nos parece central para o horizonte de ampliação do cânone democrático, uma vez que reverte a prática de invisibilização dos sujeitos sociais através da legitimação do conhecimento detido por atores sociais outros que não somente os respaldados pelo poder da autoridade burocrática. Aqui, vale ressaltar que conceber a democracia como uma forma sócio-histórica requer que a inovação social seja acompanhada pela inovação institucional, e viceversa, no sentido de garantir a participação ampliada da diversidade dos sujeitos sociais, (SANTOS, 2002). Em síntese, podemos destacar como resultado dessa dinâmica os expressivos avanços tanto nos processos administrativos-produtivos, quanto nas condições sócio-econômica dos associados. As 15 edições do FMLC ocorridas até então, entre o período de agosto de 2017 e fevereiro de 2019 colocam a associação na contramão do processo de desmonte do Estado e perda de direitos. Em outubro de 2018 é firmado um contrato temporário de prestação de serviços com o poder público. Conclui-se que esta conquista, ainda que mínima, propicia avanços na organização dos grupos e abre campo para o fortalecimento do protagonismo dos(as) catadores(as). Estas(es) podem agora dar continuidade ao processo de formação política-pedagógica, galgando maiores níveis de complexidade no sentido da autogestão e emancipação, uma vez que trata-se uma realidade marcada pela interseccionalidade entre classe, raça e gênero, que permeia interfaces diversas na luta por cidadania, sobretudo, no que tange às mulheres pobres e negras, historicamente submetidas a uma atividade laboral socialmente marginalizada. Categoria profissional que, ainda que possa ser representada pela função socioambiental de extrema relevância que cumpre, sendo reconhecida pelo Ministério do Trabalho, por meio da Classificação Brasileira de Ocupações (Portaria nº 397, de 10/10/2002), como também pela PNRS 12.305/2010, encontram-se em condições precárias de trabalho e, por conseguinte, em vulnerabilidade socioeconômica. Quadro em que prevalece a informalidade, o subemprego e, no limite, o trabalho análogo ao trabalho escravo. Dito isto,

reiteramos nosso entendimento que a conjunção trabalho-educação-política, dentro de um arranjo pedagógico que preze pela autonomia dos sujeitos (FREIRE, 1996), é condição fundamental para superação das mazelas que perpassam estes trabalhadores. Paralelamente, destacamos a relevância do papel da educação nas ações das ITCPs, no sentido de não restringir os processos de incubação a um questão meramente técnico-administrativa. Ressaltamos que por se tratar, via de regra, de empreendimentos de caráter popular, faz-se necessário uma abordagem que se constitua também através de uma educação de base popular. A emancipação dos trabalhadores, sejam catadoras(es), agricultoras(es), artesãs(ãos), ou outros tantos, não deve ser pensada de forma restrita a dimensão econômica. Há que se considerar as diversas questões imbricadas nas relações de trabalho, desvinculando nossas práticas da doutrina que prega o apartamento da vida econômica do conjunto das relações sociais.

Referências Bibliográficas:

BRASIL, Lei nº 12.305, de 2 de Agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 3 ago. 2010.

BARBOSA, Jorge Luiz. O retorno ao território como condição da democratização da gestão da metrópole. In: RIBEIRO, Ana Clara Torres; CAMPOS, Andreino de Oliveira; SILVA, Cátia Antônia da (orgs); Cartografias da Ação e Movimentos da Sociedade: desafios das experiências urbanas, 2011.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia. Saberes Necessários à Prática Educativa. 43ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, Paulo. Extensão ou Comunicação? 15ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

SANTOS, B.S; AVRITZER, L. Introdução: Para Ampliar o Cânone Democrático. In: SANTOS, B.S; Democratizar a Democracia: os caminhos para a democracia participativa, 2002.

ARTICULAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA: A EXPERIÊNCIA INCOOP/NUMI-ECOSOL

Danilo Malta Ferreira

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana (PPGEU/UFSCar)

dnylon@gmail.com

As questões que originaram este trabalho têm como ponto de partida o fenômeno da Economia Solidária, que vem sendo apontado por diversos autores como forma econômica alternativa à forma vigente atual e estratégica para outra concepção de desenvolvimento e as Instituições de Ensino Superior, entre elas as Universidade e em especial a Universidade Pública, como instituição estratégica para transformação da sociedade, com ênfase em sua relevância social, para além da relevância científica e que busca maior inclusão, menor desigualdade e erradicação da pobreza.

Mesmo que haja diversidade de compreensões sobre a origem e o atual significado e importância da Economia Solidária, suas diferentes perspectivas e abordagens conceituais, teóricas, diversidade de experiências e iniciativas econômicas em andamento, é possível afirmar que se trata de uma concepção econômica suficientemente diversa de outras mais conhecidas. De modo geral, a perspectiva da Economia Solidária é contribuir para a superação de problemas da realidade social, como precarização do trabalho, a exclusão social, as intensificações das desigualdades econômicas e sociais, a pobreza, a poluição ambiental, entre outras questões que são associados, por seus críticos, ao sistema econômico atualmente hegemônico, a Economia Capitalista.

É possível encontrar na literatura descrições, análises e debates sobre seus princípios e valores fundamentais, principalmente a autogestão, a cooperação e a solidariedade. A autogestão pressupõe que os trabalhadores de um empreendimento tenham a posse dos meios de produção, tenham um processo de tomada de decisão democrática, com a busca do consenso e o voto (um voto por pessoa) quando houver necessidade, tenham divisão de trabalho mais equilibrada, compartilhamento dos ganhos e das perdas, entre outros. Já o princípio de cooperação contrapõe à noção de competição. Ao cooperar, os trabalhadores se associam em torno de objetivos comuns e deixam de competir entre si. A solidariedade é um conceito que, fora do âmbito da EcoSol, costuma

ser entendido com viés caritativo, pressupondo a manutenção da relação entre desiguais. Mas no âmbito da EcoSol assume carga simbólica e subjetiva, destacando o princípio da igualdade entre as pessoas, com respeito à diversidade e passa a remeter à ideia de co-depêndencia social (AMORIM, 2010). Participação, centralidade no trabalho e no ser humano, cooperativismo popular são exemplos de outros conceitos debatidos na literatura sobre Economia Solidária.

Singer e Souza (2000) afirmam que a Economia Solidária surge como modo de produção e distribuição alternativa ao capitalismo e que a primeira se parece com um híbrido entre o capitalismo e a pequena produção de mercadorias, mas é uma síntese de ambas que as superam. Para Singer (2002), a economia solidária é outro modo de produção, com princípios como propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. Os empreendimentos associativos se constituem numa forma social de produção que historicamente se desenvolve contestando a organização capitalista do trabalho. Gaiger (2013) discorda ao afirmar que se trata de uma transformação social de longo prazo e não um novo modo de produção colocado em marcha, defendendo que o possível papel da economia solidária está em comprovar que em termos de desenvolvimento das forças produtivas, a autogestão não é inferior à gestão capitalista. Este autor ressalta ainda que esta nova “forma social de produção” tem a tendência de se abrigar, de forma contraditória, sob o modo de produção capitalista.

Lavile (1994) defende que a Economia Solidária articula as três modalidades de economia (mercantil, não-mercantil, não monetária) na perspectiva de uma Economia Plural, nos termos de Polanyi (1957). Afirmar ainda que a Economia Solidária se constitui como conjunto de atividades econômicas com lógica distinta do mercado capitalista e do estado. Afirmar que a economia capitalista é centrada no capital, no acúmulo, nas relações competitivas e no interesse individual; já o Estado detém uma autoridade centralizada e propriedades institucionalizadas; enquanto a Economia Solidária está centrada em fatores humanos, na reciprocidade e nas formas coletivas de propriedade. França-Filho (2006) apresenta uma concepção de Economia Solidária como via sustentável-solidária de desenvolvimento em detrimento de uma via insercional-competitiva. Para este autor, a Economia Solidária está pautada na construção de estratégias territoriais de desenvolvimento em torno do fomento de outra dinâmica econômica.

De forma semelhantes, não há um conceito único e universalmente válido de Universidade. Tais conceitos foram construídos, consolidados e trazem aspectos de tempos e espaços culturais, sociais, políticos e econômicos diversos. Quando pública, a Universidade deve cumprir uma função de utilidade para todos. (TAUCHEN, 2009)

De modo geral, as Universidades Públicas se organizam em torno das atividades de ensino, seja ele de graduação ou pós-graduação, de pesquisa científica e de extensão. No entanto, professores e estudantes raramente realizam os três tipos de atividades e mesmo quando o fazem não é em torno do mesmo objeto ou tema. Neste sentido, de onde vêm as informações que são utilizadas nas atividades de ensino? Elas são atualizadas? Por quem? Com que frequência e a partir de quais critérios? Qual a relação das atividades de ensino com as pesquisas realizadas? Quais os pontos de partida das pesquisas? Todos os professores e estudantes estão envolvidos? Quais os critérios para esta participação? O conhecimento produzido chega até as pessoas que dele necessitam? As pesquisas impactam as atividades de ensino e extensão? Em que medida? Quem faz extensão? São questões sobre a atuação da Universidade, que em geral ocorre de forma segmentada, ou seja, com pouca articulação entre ensino, pesquisa e extensão (MAZZILLI, 2011). Existem experiências que fazem, ou ao menos tentam realizar, ensino, pesquisa e extensão em torno do mesmo objeto ou com maior grau de articulação entre si? E para além de haver articulação, qual a relação entre essas atividades e a identidade ou papel da Universidade?

Segundo Botomé (1996), ensino, pesquisa e extensão se relacionam com a identidade da Universidade. No entanto, o autor afirma ser um equívoco considerar ensino, pesquisa e extensão como papel, função ou objetivo da Universidade, quando são apenas atividades por meio das quais a Universidade operacionaliza sua função, cumprindo seu papel. O equívoco está na substituição de sua efetiva função pelas atividades que realiza. Devido a este equívoco, o autor atribui falta de identidade a Universidade que confunde atividades de rotina com sua razão de ser. As atividades de ensino, pesquisa e extensão não são fins da Universidade, mas meios pelos quais a Universidade realiza seu fim, que o autor defende ser: produzir conhecimento novo e relevante, tornando o conhecimento existente acessível a todos.

Sabendo que o papel da Universidade se define na produção de conhecimento, considerando como parte desta produção o tornar o conhecimento acessível a todos, surgem as seguintes questões: O que caracteriza tal processo de produção de conhecimento, considerando tornar o conhecimento acessível como parte de processo? Qual a relação entre este processo de produzir conhecimento e as atividades de ensino, pesquisa e extensão? Como produzir conhecimento e torná-lo acessível por meio da articulação entre ensino, da pesquisa e da extensão?

Pesquisa e educação devem ser articuladas e ter como essência a Extensão, pois separadas têm mais chance de ficarem isoladas e não ter relação alguma com problemas da sociedade. Uma atividade à parte, a extensão, faz com que a pesquisa e educação, apontada como alienadas, não

modifiquem suas práticas. A partir de um diagnóstico de que a Universidade está separada da sociedade é proposta uma terceira atividade – a extensão – ao invés de se corrigir o que há de equivocado ou incompleto com o ensino e a pesquisa.

Neste contexto, são diversas as lacunas de conhecimento identificadas e que poderiam servir como origem de processos de produção de conhecimento, como atuação dos membros da universidade a partir de suas concepções sobre possíveis relações entre ensino, pesquisa e extensão ou quanto ao papel da Universidade; relação entre as concepções de economia, desenvolvimento e as atuações dos membros da Universidade; origens e impactos das pesquisas e processos educativos na realidade social; Levantamento de problemas e situações da realidade resolvidos com por meio da atuação da Universidade;

O objetivo deste trabalho é identificar evidências de que o Núcleo Multidisciplinar e Integrado de Estudos, Formação e Intervenção em Economia Solidária da Universidade Federal de São Carlos faz tal articulação. As estratégias da pesquisa são: 1. Pesquisa pós-fato: análise de documentos; 2. Sistematização de experiência: construção de uma linha do tempo; 3. Estudo de caso: atuação do núcleo de 1999 e 2014. As estratégias da pesquisa foram: 1. pesquisa pós-fato: análise de documentos; 2. Sistematização de experiência: construção tabelas, quadros e linha do tempo; 3. estudo de caso: a experiência da ACIEPE desde sua origem em 2003 até 2014.

O estudo possibilitou explicitar evidências de que a produção de conhecimento, a partir da realidade, acesso ao conhecimento via Processos Educativos (Ensino-aprendizagem) e Ação na Realidade (como uma forma de Extensão), e indicam estratégias e condições para experimentação de outras iniciativas que para articulação entre Ensino, Pesquisa e Extensão.

Referências Bibliográficas

AMORIM, A. N. **Economia Solidária – princípios e contradições**. Dissertação (Mestrado) em Política Social pelo Programa de Pós-graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2010.

BOTOMÉ, S. P. **Pesquisa Alienada e Ensino Alienante: O equívoco da extensão universitária**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes; São Carlos, SP: Editora da Universidade Federal de São Carlos; Caxias do Sul, RS: Editora da Universidade de Caxias do Sul, 1996.

FRANÇA FILHO, G. C. e SANTANA JUNIOR. G. **Economia Solidária e Desenvolvimento**

Local: uma Contribuição para Redefinição da Noção de Sustentabilidade a partir da Análise de três casos na Bahia. Disponível em: < dowbor.org/ar/07genautolocal.doc >. Acesso em: jun. de 2012.

GAIGER, L. I. **A Economia Solidária diante do modo de produção capitalista**. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/crh/article/view/18642> >. Acesso em: set. de 2013.

LAVILLE, J. L. (org.) **L_économie solidaire: une perspective internationale**. Paris, Desclée de Brouwer, 1994.

MAZZILLI, S. Ensino, pesquisa e extensão: reconfiguração da universidade brasileira em tempos de redemocratização do Estado. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v.27, n.2, p. 205-221, maio/ago. 2011

POLANYI, K. **The Great Transformation**. Foreword by Robert M. MacIver. Boston: Beacon Press, 1957.

SINGER, P. **Introdução a Economia Solidária**. São Paulo: Contexto. 2002.

SINGER, P. e SOUZA, A. **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000.

TAUCHEN, G. **O princípio da indissociabilidade universitária: um olhar transdisciplinar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão**. 147 f. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

COOPERATIVISMO POPULAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA EM CURSO DE PSICOLOGIA DE FACULDADE PARTICULAR: BREVE REFLEXÃO DE UM PROFESSOR

Nei Vinícius Hércules Rodrigues Miranda

Docente da UniFio (Centro Universitário das Faculdades Integradas de Ourinhos)

Mestre em Saúde Coletiva pelo Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Doutorando em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista / Campus de Assis

e-mail: nei.vinicius@gmail.com

No primeiro ano como docente na ênfase Psicologia do Trabalho e Processos de Desenvolvimento Humano e Organizacional do curso de Psicologia da então denominada Fio (Faculdades Integradas de Ourinhos) – recentemente reconhecida como Centro Universitário –, fui convidado a ministrar a disciplina Cooperativismo Popular e Economia Solidária, com duas horas semanais, oferecida a estudantes do décimo termo do curso, o último semestre antes da formatura.

A ementa da disciplina tinha como objetivo capacitar os estudantes para atuação na organização de grupos populares em projeto de geração de trabalho e renda. Como referências bibliográficas estavam ‘Introdução à Economia Solidária’, de Paul Singer, ‘Operários sem patrão’, de Lorena Holzmann, ‘Adeus ao Trabalho?’, de Ricardo Antunes e ‘Artimanhas da exclusão’, de Bader Sawaia, dentre outras obras significativas para o campo de estudos e de atuação.

A turma era pequena, composta de oito estudantes que haviam optado pela ênfase e já realizavam estágios profissionalizantes na área de Psicologia Organizacional e do Trabalho. O período do curso era noturno e a disciplina era oferecida às sextas-feiras em articulação com outra por mim ministrada; Genealogia e Trabalho, que visava análise crítica da atuação do psicólogo na área.

Considerando os objetivos e o referencial teórico, o planejamento da disciplina envolveu grandes expectativas de minha parte, pois são raros os relatos de cursos graduação em psicologia de

instituições privadas que mantêm disciplina similar em seus projetos pedagógicos. Além disso, com um número pequeno de estudantes as aulas poderiam ser aproximadas da atividade de um grupo de estudos, pois tais estratégias já eram estimuladas e praticadas pelo corpo docente.

Apesar de a maioria das e dos estudantes do curso noturno oferecido pela faculdade trabalharem no contraturno, eles comumente se engajam com as estratégias pedagógicas propostas, permitindo a otimização do tempo em sala de aula como espaço significativo de aprendizagem em sua rotina.

Por já ter ministrado disciplina a esse mesmo grupo em semestre anterior, e termos experimentado aulas com metodologia ativa, diálogos horizontalizados, exercícios de pesquisa bibliográfica e de campo, eu esperava que o curso sobre cooperativismo e economia solidária pudesse ter mais engajamento que o pregresso devido a maior proximidade com o grupo de estudantes.

Iniciado o semestre letivo, a expectativa não se cumpriu. Apesar de trazer experiências práticas de empreendimentos de economia solidária por meio de relatos de experiência em artigos científicos, em vivências no campo de trabalho e em vídeo amador gravado especialmente para a aula por trabalhadores de uma associação de egressos de serviços de saúde mental, havia um clima de apatia e de desinteresse de grande maioria da turma.

Os e as estudantes já estariam em ‘ritmo de final de curso’? Eles e elas poderiam estar mais cansados nas noites de sexta-feira? Pode ter havido algum desencontro comunicativo entre professor e estudantes? A temática da disciplina não seria de interesse deles e delas? A proposta ético-política desse modo de organização do trabalho seria dissonante do posicionamento delas e deles?

Ao tentar responder tais indagações, não cheguei a uma conclusão, mas aguardei o próximo semestre em que a disciplina seria ministrada para comparar o andamento das aulas entre a turma passada, que chamarei denominarei A, e a seguinte. Para minha sorte, naquele semestre haveria duas turmas, uma no período diurno e outra no noturno, que, respectivamente nomearei B e C.

A turma B era composta por duas estudantes, e a C por seis (turmas pequenas são características dessa ênfase do curso, pois a maioria dos estudantes optam pela outra ênfase: Psicologia e Processos Clínicos). As características dessas novas turmas eram similares às da turma

A: as e os estudantes estavam no último semestre do curso, já realizavam estágio profissionalizante em empresas e, apesar de a maior parte deles e delas trabalharem no contraturno, aderiam a propostas

pedagógicas participativas.

A estrutura da disciplina foi mantida com os mesmos referenciais teóricos e estratégias metodológicas da turma A, e o engajamento das novas turmas foi bastante diferente em relação à primeira: a turma B teve participação totalmente ativa nas aulas, e a C foi participativa, porém com variações de disposição entre diferentes estudantes.

Nas três turmas iniciei as aulas apresentando a disciplina em uma conversa sobre os significados dos termos cooperativismo popular e economia solidária. Em comum, estudantes das três turmas evidenciaram que não sabiam definir os termos, mas houve tentativas de explicar que é algo feito coletivamente, que envolvem atividades que não visam lucro e que estariam ligados à limpeza pública por meio de catadores de material reciclável.

Também era comum a todas e todos participantes das turmas realizarem estágio profissionalizante em empresas, tanto em ações de seleção, recrutamento e planejamento, quanto em atividades da clínica do trabalho. Também era comum aos e às estudantes o desejo de trabalhar como psicólogo/a em uma empresa, com exceção de duas, uma da turma B e outra da C, que pretendiam seguir a carreira acadêmica, e uma terceira da turma C que pretendia atuar na área clínica.

Em relação à disposição para participação nas aulas, era notável uma aparência (e verbalização) de maior cansaço entre estudantes que estudavam nas noites de sexta-feira (turmas A e C), que na turma da quinta-feira de manhã (B). A qualidade da participação nas discussões, leituras e atividades coletivas propostas no período matutino era maior. Quando a aulas expositivas, estudantes da turma C tinham mais dificuldade em manter longo período de atenção que a turma B.

Em relação ao fim do curso, também era comum nas três turmas o último semestre ser referenciado como algo que finalmente vai acabar, que não precisa mais de tanto esforço, que poderia ser mais prático e menos teórico, e que, por isso, não haveria mais energia para novas temáticas. Esse modo de encarar o fim do curso não é característica exclusiva da instituição em foco, mas poderia ser analisado como parte das representações sociais regionais sobre o processo de formação universitária.

Em relação à comunicação entre professor e estudantes, a proposta do diálogo era de maior horizontalização, com pactuação constante das atividades propostas de modo a utilização de estratégias pedagógicas diversificadas e participativas, sempre com vistas a propiciar diluição das relações de poder nos grupos e promover a autonomia dos e das estudantes ao pensar o assunto em

discussão. Esse posicionamento era bem aceito pelas três turmas e facilitava a comunicação.

Na turma A, em disciplina anterior, houve um desacordo entre duas estudantes e professor quanto à nota de um trabalho escrito, que foi resolvido imediatamente entre reclamantes, turma e professor por meio de estratégias de diálogo já adotadas no curso, chegando-se ao consenso quanto aos critérios de avaliação. Aparentemente não houve ressonância desse episódio na continuidade daquela disciplina, nem na que se apresenta em foco.

Quanto ao interesse das e dos estudantes em relação ao tema do cooperativismo popular e da economia solidária, na turma A apenas uma estudante manifestava-se envolvida, na turma B, as duas estudantes se engajavam e na turma C três estudantes aparentavam não se importar muito com aquela discussão, apesar de participarem.

O engajamento e o interesse dos e das estudantes estavam ligados diretamente à sua trajetória profissional, sobretudo seus vínculos de trabalhos atuais, suas expectativas em relação ao trabalho como profissional da psicologia e seus posicionamentos ético-políticos diante de questões coletivas.

Na turma A, a única estudante que participava ativamente das aulas era uma trabalhadora da saúde que relatava relações de trabalho marcadas por assimetria, buscando nas referências bibliográficas e nas discussões propostas em sala um caminho para a diminuição do sofrimento vivenciado nas relações de trabalho. Outros da mesma turma que já trabalhavam em empresas, investiam na graduação a expectativa de assumirem atividades como psicólogo em uma promoção de cargo. Os que já estavam fazendo estágio em empresa expressavam interesse em trabalhar nessa área de atuação. Quando as referências teóricas da ementa chamavam para questões mais coletivas, sobre as desigualdades nas relações de poder, ou sobre a classe trabalhadora, com exceção da primeira estudante citada, não havia continuidade na turma, muitas vezes transparecendo um discurso naturalizado das relações marcadas pelo individualismo, meritocracia e verticalizadade. Dessa forma, ficava evidente que o posicionamento ético-político da maior parte dessa turma os afastava das ideias propostas pela disciplina.

Na turma B, as estudantes demonstravam grande interesse pela disciplina e constantemente analisavam criticamente o papel do psicólogo como agente de transformação social ou de manutenção de desigualdades. Uma delas mais de uma vez queixou-se que essa disciplina aparece muito tarde na grade do curso, pois queria se dedicar mais ao estudo da economia solidária.

Na turma C, as estudantes que mais se engajaram são as que têm uma trajetória de militância

com as lutas das mulheres, assim como aquelas que já trabalham em contextos de maior criatividade e autonomia, interessando-se por compreender as relações de trabalho de uma maneira mais crítica. Aquelas e aquele que não demonstravam proximidade com as discussões da disciplina já trabalhavam em empresas e expressavam desejo em tornar-se psicólogos organizacionais.

Diante das correspondências entre as três diferentes turmas da mesma disciplina, é possível perceber que a aproximação ou distanciamento dos estudantes frente às reflexões próprias ao campo do cooperativismo popular e da economia solidária dá-se no campo da constituição da identidade de trabalhador, seja por questionar as representações sociais do trabalho, e desejar mudanças, ou por assimilar o discurso naturalizado, de modo a tornar-se inatingível por outras lógicas.

Um professor de disciplina com base crítica, sócio histórica e dialética precisa sempre fazer o esforço de não ceder às forças de proselitismo ideológico, mas tentar convidar estudantes para cada vez mais desenvolverem a capacidade de analisar profundamente o mundo em que vivem. Mais importante, ele precisa aceitar o tempo de cada um e compreender as contradições da vida social.

Referências

BARUS-MICHEL, Jacqueline. O sujeito social. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2004.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Edições Paz e Terra, 2003.

MOSCOVICI, Serge. Representações Sociais: Investigações em Psicologia Social. Petrópolis: Vozes, 2009.

SINGER, Paul. Introdução à Economia Solidária. São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SAWAIA, Bader (Org.). As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 2001.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL, AGROECOLOGIA E ECONOMIA SOLIDÁRIA: A IMPORTÂNCIA DA RELAÇÃO ESCOLA/COMUNIDADE PARA O FORTALECIMENTO DO MERCADO DA VIDA (BONITO-PE)

GOMES, Tuanny Daniele Araujo ¹, LINS, Maria Gabriela², SILVA, José Nunes da

¹Universidade Federal Rural de Pernambuco, tuanny_araujo@hotmail.com;

²Universidade Federal Rural de Pernambuco, mgabrielalins@gmail.com

Universidade Federal Rural de Pernambuco, zenunes13@yahoo.com.br

Os processos educativos voltados para a construção de uma relação harmônica entre as sociedades e o meio ambiente (Educação Ambiental) requer reflexão-ação- reflexão, considerando a sociedade de risco que vem se consolidando e se incorporando, impiedosamente, em nossas relações com o meio ambiente (RUSCHEINSKY, 2002). Neste sentido é importante destacarmos a necessidade da escola estimular os/as educandos/as para o desenvolvimento de uma consciência crítica, tornando-se assim transformadores/as do mundo e, portanto, sujeitos de ação e não de adaptação, como defende o modelo de educação “bancária” por meio da lógica de que quanto mais passividade lhes for imposta, mais eles tendem a se adaptar ao mundo, no invés de transformá-lo (FREIRE, 1987).

Essa educação ambiental transformadora que carece ser impulsionada junto aos/as educandos/as também tem uma importância fundamental em relação aos processos produtivos da agricultura familiar, na busca de uma melhoria da qualidade de vida.

A alternativa para se ter uma nova visão sobre o manejo dos recursos naturais é trabalhar a EA numa perspectiva de impulsionar a formação de sujeitos ecológicos o que, de acordo com Carvalho (2010), são pessoas que passarão a viver de um novo modo que está relacionado à adoção de um estilo de vida ecologicamente orientado. Dessa forma, os conceitos de agroecologia e economia solidária se tornam eixos norteadores, pois a agricultura familiar com produção de base ecológica gera a autonomia de agricultores/as, o que incentiva a economia local, contribuindo para a preservação da biodiversidade, agrobiodiversidade e da paisagem, melhoria da saúde de produtores/as e consumidores/as e consolida a soberania e segurança alimentar e nutricional e o

desenvolvimento local sustentável (DAROLT et al., 2013). Para a educação ambiental, os recursos naturais e o meio ambiente são comuns a todos os seres. Além de interesses particulares, há o interesse da humanidade como um todo que seria o cuidado com a natureza para garantir que a nossa geração e gerações futuras possam viver em harmonia com ela. O/a educando/a, portanto, tem a tarefa de (re)significar suas posturas ou fortalecê-las em sua relação com o meio ambiente, além de aprender uma tarefa democrática, de que o interesse do coletivo é mais importante do que o particular (LEROY; PACHECO, 2005).

No cenário atual, diante da problemática econômica, social e ambiental na agricultura, vê-se a necessidade, cada vez maior, de um modelo de agricultura mais sustentável. Segundo Altieri, a agricultura sustentável está relacionada à “busca de rendimentos duráveis à longo prazo, através do uso de tecnologias de manejo ecologicamente adequadas”, e a “otimização do sistema como um todo e não apenas o rendimento máximo de um produto específico”. Para ele, “A agroecologia é socialmente mobilizadora, já que sua difusão requer a intensa participação dos agricultores” (ALTIERI, 2012). A produção, orientada nos princípios da agroecologia é biodiversa, resiliente, energeticamente eficiente, socialmente justa e busca a soberania alimentar. Sua ideia central consiste em desenvolver agroecossistemas com o mínimo de dependência de energia externo e agroquímico.

Considerando a agroecologia, como um campo científico que abrange reflexões e avanços de várias disciplinas o que justifica sua abordagem também em espaços educativos formais, como nas escolas. As práticas agroecológicas estão presentes no cotidiano das famílias agricultoras articuladas com práticas econômicas solidárias. Elas andam juntas na construção de alternativas aos padrões impostos pela “Revolução Verde”.

A Economia solidária é um conjunto de práticas heterogêneas que visam materializar outra economia, que ao invés do lucro e da competitividade, características da economia capitalista, se prime pelo comércio e preço justo e pela solidariedade, fundada na autogestão, a partir do chão de vida e trabalho. Ela trata, portanto, de uma realidade em construção que inclui produtores/as e consumidores/as que buscam desenvolvimento justo e sustentável (LECHAT, 2004). As experiências de Economia Solidária surgiram da necessidade de se organizar outras formas de trabalho: o trabalho associado e autônomo. Trabalhadores/as que constroem a economia solidária estão em um processo contínuo em luta contra a lógica do capitalismo. Nesse processo contínuo são então formados diferentes tipos de organizações com projetos cooperativos, que

podem envolver diversas categorias/ramos de trabalhadores/as, dentre eles as diferentes formas de agricultura familiar. O Mercado da Vida, em Bonito/PE pode ser considerado um desses projetos cooperativos. Para Singer e Souza (2000) o que essas organizações têm em comum é a geração de trabalho e renda de uma maneira justa, sustentável e solidária, excluindo a lógica da maximização do lucro a todo custo.

A presença do Mercado da Vida em Bonito/PE, é mais uma novidade que nos faz refletir sobre a realidade daquele município, que vem apresentando a sua inclinação para os cuidados ambientais desde o ano de 2008, quando a gestão municipal avançou na discussão e criação de três unidades de conservação – UC - em seu território. O município se destaca no estado, também pela capacidade produtiva dos seus diferentes estabelecimentos agrícolas, ou seja, o mesmo conta com uma ampla expressão da agricultura familiar, seguindo a tendência da região Agreste de Pernambuco.

Essas características apresentadas para o município de Bonito/PE, apresenta demandas concretas aos processos educativos fundados nas metodologias de educação ambiental e nos princípios da educação em agroecologia. Nesse sentido torna-se imprescindível que consideremos a rede municipal de ensino, que conta com um total de 33 unidades de escolares na atualidade, como ator potencializador de tais processos. Destaca-se ainda que, atualmente 23 destas unidades escolares estão distribuídas por vários povoados e sítios, na zona rural do município.

As escolas serão importantes parceiras do ‘Mercado da Vida que tem buscado possibilitar uma maior aproximação com o público consumidor de produtos livres de agrotóxicos, não só por meio da comercialização de alimentos e promoção da segurança alimentar e da saúde humana, mas também tem se firmado como um lugar onde são realizadas palestras, debates, cine-fóruns e diferentes tipos de formação. Tais atividades são realizadas na perspectiva de ampliar o acesso da população à informação necessária sobre diferentes questões relativas à segurança alimentar, medicina natural, fitoterápicos, entre outro. Assim o Mercado da Vida vem cumprindo o papel de espaço de educação ambiental e de formação/visitação para escolas, dimensão que já vem sendo trabalhada em articulação com a Secretaria de Educação do município.

Desta articulação entre estes parceiros (Prefeitura Municipal de Bonito/PE; UFRPE famílias agricultoras e escolas) surgiu o projeto de extensão intitulado “Trocando Ideias, Construindo saberes: economia solidária e agroecologia na construção do Mercado da Vida em Bonito-PE”, que vem atuando na dimensão da transição agroecológica, economia solidária e com atividades de

educação ambiental nas escolas locais. Neste processo de aproximação com duas unidades de ensino do município (uma na área urbana - ETI Maria do Carmo Coelho de Melo e outra na área rural – Escola José Pedro Soares) é que esta proposta vem sendo realizada. As atividades desenvolvidas com estudantes, professores/as e agricultores/as surgem de acordo com os resultados de diagnósticos elaborados em formato de questionários, que levantam as suas concepções e conhecimentos prévios sobre agroecologia, economia solidária e educação ambiental. Além das informações coletadas nos questionários, fundamentamos nossa prática em observações diretas e demandas da comunidade. Todo planejamento da ação se dá em reuniões executadas nas escolas, com a participação da comunidade escolar e agricultores/as, primando pelo método participativo.

Os resultados das atividades, apesar de satisfatório indicam a necessidade de um trabalho efetivo na busca de formação de sujeitos ecológicos que sejam capazes de compreender e intervir na realidade local buscando melhorias para as questões ambientais locais. Os dados levantados com os questionários apontaram temas importantes a se debater com esses sujeitos a fim do entendimento maior sobre o próprio ecossistema local, bem como sobre questões gerais relacionadas com o meio ambiente. Além disso, o debate vem sendo feito visando o estreitamento da relação entre as escolas e a agricultura familiar do município, para o fortalecimento do Mercado da Vida. Nessa perspectiva, o diálogo tende a ser contextualizado com a realidade local e, assim, efetivar a dialogicidade no processo de educativo, que multidimensionalmente envolve os princípios da educação ambiental, agroecologia e economia solidária.

Referências

ALTIERI, M. Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável. 3a edição. São Paulo: Expressão popular, 2012.

CARVALHO, I.C.M. Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico. São Paulo, Editora Cortez, 5ª. Ed. 2010.

Darolt, M. R.; Lamine, C.; Brandenburg, A. A diversidade dos circuitos curtos de alimentos ecológicos: ensinamentos do caso brasileiro e francês. *Agriculturas*, 10(2), 2013.

FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. 17a edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

LECHAT, N. M. P. Trajetórias intelectuais e o campo da economia solidária no Brasil. Campinas: Universidade Estadual de Campinas – SP, 2004.

LEROY, J. P.; PACHECO T. Educação ambiental e democracia. In: BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Encontros e caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores. Brasília: MMA, Diretoria de Educação Ambiental, 2005.

RUSCHEINSKY, A. Educação Ambiental: Abordagens Múltiplas. Porto Alegre: Artmed, 2002.

SANTOS, L.; OLIVEIRA, M.; PELOSI, M. Economia solidária em contexto: um breve mapeamento dos empreendimentos solidários no Brasil. Observatorio de la Economía Latinoamericana, n. 170, 2012.

EDUCAÇÃO: DA ALIENAÇÃO A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL A PARTIR DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Se a educação sozinha não pode transformar a sociedade, tampouco sem ela a sociedade muda

Paulo Freire.

Entendemos assim que o trabalho está inerentemente ligado ao homem e por si só é um processo educativo, sendo muito importante para ele em qualquer fase de sua vida. Por isso acreditamos ser necessário sua socialização mas não da forma que vem sendo feito na relação capitalista que usa-o como forma de alienação do trabalhador

Greice Kelle Pereira da Silva.

PORTELA, Bernardo Torres. Acadêmico de Psicologia. Bolsista extensionista na Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade do Vale do Itajaí. – ITCP/UNIVALI – bernardoportela@edu.univali.br

PICKCIUS, Francisco Weiss. Acadêmico de Psicologia. Bolsista extensionista na Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade do Vale do Itajaí. – ITCP/UNIVALI – fciscoweiss@edu.univali.br

MARTINS, Leila Andrésia Severo. Mestre em Educação e Cultura (UDESC). Professora e Coordenadora na Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade do Vale do Itajaí. – ITCP/UNIVALI – leilasevero@univali.br

RESUMO EXPANDIDO

O surgimento da escola por si só, é um movimento de exploração de uma classe em detrimento de outra. Alicerçada na privatização de propriedade, a escola, como menciona Silva (2014), surge na Grécia, como um destino das pequenas parcelas de gregos proprietários de terra que, devido ao tempo livre, conquistado pela não realização das tarefas que eram realizadas por aqueles que moravam em

suas terras de “favor”, dispunham de um lugar de ócio para a aquisição de conhecimentos além dos tidos como advindos através do trabalho. A autora elucida tal perspectiva de educação a partir da escola de forma clara, alegando que ela “é secundária e por isso praticada apenas pela classe dominante, pelos ociosos, representando já desde seu início o papel diferenciado entre trabalhadores e detentores dos meios de produção”. (SILVA, 2014, p.20). Ou seja, a escola surge como destino de uma elite, essa, por sua vez, que só consegue praticar tal fim, devido ao fato de existir uma outra classe, explorada, que mantém as condições básicas para tal objetivo. A escola como possibilidade de acesso a todos, surge a partir da Idade Moderna, diante de dois principais movimentos: O êxodo rural das populações para as cidades que estavam em processo de desenvolvimento; correlacionado com o processo de industrialização que essas cidades estavam sofrendo com o início da revolução industrial (SILVA, 2014). Esses fenômenos despertam na sociedade burguesa o interesse e necessidade de formar os sujeitos, que anteriormente pertenciam ao âmbito rural, para o convívio em sociedade, visando ainda, através de métodos e práticas de ensino, normatizá-los para o crescente trabalho na indústria que estava surgindo e se estabelecendo. Com isso, percebe-se que a escola passa a ter papel importante para a manutenção do sistema capitalista que estava por se desenvolver, sendo um ambiente de doutrinação para a adequação a indústria. “Podemos entender assim que a educação dos não burgueses (trabalhadores) será disciplinadora para o modo de produção capitalista dando continuidade à ideologia burguesa” (SILVA, 2014, p. 27). Tais perspectivas são os alicerces para o modo de ensino que temos hoje. Momento no qual podem ser vistas escolas que não valorizam o saber e o contexto sócio histórico de onde os sujeitos partem e, por conta disso, acabam por desnaturalizar, e desumanizar esses sujeitos. Por conta disso, desde muito cedo, a educação acaba tendo caráter de formação, isto é, direciona seus alunos para um determinado ramo do mercado de trabalho, diferenciação essa que fica evidente quando se faz um comparativo entre possibilidades de acesso de um estudante de escola particular e outro de escola pública. No texto disponibilizado pela Escola de Formação Básica Multiplicadora da Economia Popular Solidária (2004), é ressaltado o fato de haver ainda hoje, uma grande diferença de preparo entre os que estudam em uma escola particular, isto é, destinada as classes mais altas e aqueles que utilizam a educação pública (lê-se classes menos favorecidas). Enquanto os primeiros estudam em escolas que os preparam para o ingresso em uma universidade, para futuramente virem a ser profissionais graduados; os últimos, desde o ensino mais básico, buscam cursos profissionalizantes que os permitam arranjar um emprego muitas vezes de ordem braçal. Num contexto de lutas realizadas por movimentos populares, como a dos camponeses, sindicatos e posteriormente de movimentos indígenas, de emancipação das

mulheres e de outras minorias que acabavam sendo ignoradas pelo estado, surge outra forma de se pensar o modelo escolar. Tal modelo contrapunha o tradicional e alienante modelo capitalista de ensino, buscando mostrar outras formas de entender e se ver o processo educativo, visando a emancipação e liberdade de pensamento dos sujeitos (BRANDÃO, 2005). Tendo como principal expoente, o educador, pedagogo e filósofo brasileiro, Paulo Freire, emerge a educação libertadora, que apresentava novas formas de se pensar e exercer a educação. Diferente dos modelos tradicionais, tal modelo considera a educação para além do ato de aprender a ler e escrever, buscando assim, desenvolver a criticidade das pessoas, para que as mesmas possam compreender, criticar e com isso, transformar a realidade nas quais estão inseridas (FREIRE, 1987). A educação libertadora deve favorecer a autonomia das pessoas de maneira dialógica, sempre motivando o sujeito a problematizar e se questionar sobre a sua condição atual de vida (FREIRE, 1987). É através da problematização que as pessoas revisam ações e opiniões sobre assuntos e práticas que habitualmente consideram normais sem se questionar, como pode ser analisado no trecho a seguir: “A problematização sensibiliza, desnaturaliza, estabelece as bases cognitiva e afetiva para produzir uma motivação de mudança que se traduz em ações concretas de transformação” (MONTERO, 2006, p. 231, tradução nossa). A partir disso, faz-se necessário ressaltar a importância do fortalecimento e desenvolvimento da autonomia das pessoas, pois são sujeitos autônomos que serão capazes de decidir sobre suas escolhas, caminhos a serem seguidos, suas ações e possíveis transformações em sua vida. Formar sujeito autônomos, segundo André, é formar:

Pessoas que tenham ideias próprias, pensem por si mesmas, sejam capazes de escolher entre alternativas, decidam o caminho a ser seguido, implementem ações e tenham argumentos para defender suas escolhas e ações. Ao exercer sua autonomia, essas pessoas vão se sentir cada vez mais livres das amarras do poder político e econômico (ANDRÉ, 2016, p. 20).

Assim, é através de uma educação libertadora, que se torna possível traçar possibilidades de empoderamento dos sujeitos, para que os mesmos reflitam e questionem sobre a realidade que vivem, buscando outras alternativas para a transformação da sociedade, podendo assim, diminuir desigualdades e injustiças sociais. A educação, vista por essa perspectiva, é estendida para além do processo escolar comum, sendo vista também nos processos do cotidiano, pela busca de melhores condições de vida, sendo também um processo de “humanização e de mudança da qualidade de vida a partir da organização social e da efetivação concreta de projetos voltados para o processo de uma vida comunitária e social emancipatória” (ZITKOSKI, 2010, p. 99). A busca pela emancipação

social, por melhores condições de vida e a luta pela diminuição das injustiças sociais, se deflagram na economia solidária – essa que, por sua vez, incorpora a educação libertadora na sua metodologia. Portanto, a economia solidária pode ser entendida como uma forma de educação libertadora, além de ser uma forma de reinventar o modo que o trabalho é entendido e vivenciado pelos sujeitos e, por adotar uma forma de organização e produção associativa, contrapõe-se a lógica econômico capitalista (ZITKOSKI, 2010). Singer (2013) nos apresenta que, a economia solidária surge devido ao enorme empobrecimento dos artesãos causado pelo alastramento das fábricas e das máquinas que advieram logo após o capitalismo industrial, a mesma emergiu como alternativa ao modelo que havia se estabelecido, propiciando caminhos, possibilidades de escolha e uma vida melhor para os sujeitos, não apenas no sentido econômico, mas também no modo como esses sujeitos estruturavam suas relações no âmbito social, na liberdade e autonomia em tomar decisões que lhe tragam mais satisfação, sem se submeter a ordens que possam lhe infringir de algum modo. Assim, enquanto o modo de produção capitalista acaba por gerar, consequentemente, acumulação de capital, exploração da força de trabalho, propagando ideais de competitividade, concorrência e individualismo (ZUCHETTI; MOURA; MENEZES, 2011). A economia solidária tem outros princípios e ideais, tais como a igualdade entre as/os membras/os do grupo, a autogestão entre as/os empreendedoras/es, a socialização dos meios de produção e o direito à liberdade individual (SINGER, 2013). Com isso, a economia solidária demonstra-se um método mais humanizado e preocupado com questões para além do processo produção-consumo. Preocupada com a emancipação dos sujeitos, buscando melhores condições de vida, propiciando autonomia, como também formas dignas de trabalho. Essas ações unidas, contribuem para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, menos exploratória, em que seus sujeitos têm autonomia o suficiente para reivindicar os seus direitos, se vendo assim, como sujeitos políticos, se tornando autores e atores de suas vidas de acordo com a realidade que vivem.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. Formar o Professor Pesquisador Para Um Novo Desenvolvimento. In: ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de et al (Org.). **Práticas Inovadoras na Formação de Professores**. Cap. 1. p. 16-40. Papirus. Campinas. 2016.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Os cenários dos tempos da criação da educação como prática da liberdade. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Paulo Freire: educar para transformar Título**. Cap. 4. p. 37-46. Mercado Cultural. São Paulo. 2005.

ESCOLA DE FORMAÇÃO BÁSICA MULTIPLICADORA DA ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA. **As utopias em torno do trabalho: liberdade e criação**. Cefuria. Curitiba. 2004.

MONTERO, Maritza. Definición del concepto de problematización. In: MONTERO, Maritza. **Hacer para transformar: el método en la psicología comunitaria**. p. 231-232. Paidós. Buenos Aires. 2006.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. Fundação Perseu Abramo. São Paulo. 2002.

SILVA, Greice Kelle Pereira da. **O Papel da Escola na Sociedade Capitalista**. 2012. 40 f. TCC (Graduação) - Curso de Pedagogia, Departamento de Educação, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2012. Disponível em: <https://bit.ly/2FAzpEm>. Acesso em 15 de março de 2019.

ZITKOSKI, Jaime José. Educação Popular e Economia Solidária: Um Diálogo Possível e Necessário. **Diálogo: Educação e Direitos Humanos**, n. 17, p.97-106, dez. Canoas, 2010. Disponível em: <https://bit.ly/2JMzGJO>. Acesso em 15 de março de 2019.

ZUCHETTI, Dinora Tereza; MOURA, Eliana Perez Gonçalves de; MENEZES, Magali Mendes de. Há Espaço para Economia Solidária no Campo da Educação? **Diálogo: Economia Solidária**, n. 18, p.37-51, jan. Canoas. 2011. Disponível em: <https://bit.ly/2uyN89Y>. Acesso em 15 de março de 2019.

EDUCANDO PARA A AUTOGESTÃO: REFLEXÕES A PARTIR DE NOSSAS EXPERIÊNCIAS COMO FORMADORAS E MILITANTES NA ITCP-USP

Ligia Scarpa Bensadon, mestre em Ciências Sociais pelo CPDA-UFRRJ, docente no IFRJ - Niterói, formadora da ITCP-USP entre 2005 e 2009 (ligia.bensadon@ifrj.edu.br)

Vanessa Moreira Sígolo, doutora em Sociologia pela USP, professora na UAB - UNIFESP, formadora da ITCP-USP entre 2002 e 2006 (vanessa.sigolo@gmail.com)

Introdução

Esse texto parte das trajetórias vividas pelas autoras no movimento de economia solidária e na Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade de São Paulo (ITCP-USP), numa imersão que não foi apenas de trabalho em um projeto de extensão universitária, mas de abertura para outros mundos, saberes, questões e esperanças, aprendendo e exercitando sobre a educação popular e a autogestão (BENSADON e SÍGOLO, no prelo).

1. A importância da história e da política nas experiências formativas da ITCP-USP

A Incubadora teve origem como um espaço de estudos sobre cooperativismo e autogestão de trabalhadores, criado pelo Prof. Paul Singer junto com alguns estudantes. Ao longo da sua trajetória, o tema da educação, em especial a educação popular, para a organização autogestionária foi foco de estudos, pesquisas e de atuação da ITCP-USP.

Nesses estudos e debates, uma dimensão importante da formação de novos estudantes, trabalhadores/as e da nossa auto-formação permanente envolvia o resgate e a valorização das raízes e matrizes históricas do movimento de economia solidária, vinculadas ao movimento de resistência das classes oprimidas e exploradas. Criar essas conexões históricas, fazer a transmissão desses “tesouros” do passado, como nos inspira a reflexão de Hannah Arendt (2005) sobre educação, orientou a nossa formação e atuação, ressaltando também a importância da política na economia solidária e do engajamento deste movimento com as demais lutas e projetos de transformação social e de enfrentamento às injustiças sociais.

Neste caminho, com inspiração também nas reflexões de Edward Palmer Thompson (1987), sobre a construção histórica das coletividades, ao olhar o processo de “autofazer-se” do movimento de economia solidária, reconhecemos as bases materiais e também ideológicas que propiciaram o surgimento deste movimento nas últimas décadas no Brasil. O desemprego em massa no contexto da grave crise econômica dos anos 1990, relacionada à abertura do mercado nacional, com a integração do país aos processos de mundialização da economia e a implantação de políticas neoliberais, motivou a emergência das primeiras e de grande parte das experiências de economia solidária. Em meio a contradições, conflitos e diversidades, são retomadas as matrizes teórico-políticas da história de resistência dos trabalhadores, como fontes de inspiração, conhecimento e referências para a interpretação das condições históricas materiais e também para o compartilhamento dos princípios para a construção coletiva. Enxergar a presença de princípios políticos e ideológicos nas experiências, como autogestão, cooperação e solidariedade, nos remetem a matrizes socialistas, anarquistas e humanistas-religiosas que compõem a história dos movimentos de resistência das classes populares e trabalhadoras. Tecer esses fios e retomar essas histórias, contribuindo para a politização do movimento de economia solidária, tem sido parte importante do trabalho de educação popular para a autogestão, dentro e fora da Incubadora.

Além deste olhar para o passado, a educação para autogestão para nós também envolve a experiência da política, do debate e construção coletiva do mundo comum, na busca pela autonomia, no sentido da responsabilidade coletiva, como nos inspira Paulo Freire (1996). Nesse sentido, a ITCP-USP participou de toda a trajetória da organização do movimento de economia solidária, em especial a construção do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES¹²). Formadores/as participaram do primeiro Fórum Social Mundial (FSM), em 2001, e ali nos reconhecemos diante de outras práticas solidárias, adensando pautas e demandas comuns. O encontro no FSM permitiu a construção de um Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária (GT-Brasileiro), que deu início à articulação e estruturação das primeiras plenárias nacionais, destacando temas comuns e permitindo a troca de experiências. Desde o seu início, o GT-Brasileiro contou com a contribuição da Rede de ITCPs, bem como de outras entidades nacionais.

A nossa atuação nas quatro Plenárias Nacionais de Economia Solidária realizadas, desde 2002, debatendo temas centrais do movimento, trouxeram saldos organizativos, políticos e,

12 Mais detalhes dessa construção na Cartilha dos 10 anos do FBES: <http://www.docs.google.com/uc?export=download&confirm=wOSK&id=0B6LATJkaVVAUXzRwVmNhdFJBU2c>

principalmente, formativos. Nesse processo, contribuímos com a criação do FBES, fortalecendo o movimento de economia solidária desde suas bases locais, e também na pressão social para a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), sob a coordenação do querido Prof. Singer, e da disputa por políticas públicas de economia solidária em vários ministérios e órgãos públicos dos governos federal, estadual e municipais.

2 - A autogestão como processo educativo

A experiência de trabalho na Incubadora certamente marcou a trajetória de muitos/as formadores/as, influenciando sua formação, pesquisas acadêmicas, escolhas de cursos e posteriores caminhos profissionais. Quase todos nós, senão todos, certamente aqueles mais envolvidos com este espaço, nos dedicamos a realizar pesquisas de pós-graduação, mestrado e doutorado em temas relacionados à economia solidária, como: educação popular, autogestão, trabalho, política, movimentos sociais, desenvolvimento, comercialização, consumo, participação social, empresas recuperadas por trabalhadores, políticas públicas, gênero, entre outros.

Nesta trajetória, o tema da autogestão sempre foi central nas experiências da ITCP-USP. Respirávamos, debatíamos, ensinávamos, discordávamos e escrevíamos **sobre e em** autogestão. A nossa organização democrática e horizontal gerava processos educativos intensos, de debate, de negociação, de repensar e de construção a todo o momento, com a autogestão marcando profundamente a identidade da própria Incubadora. Esse processo de encontro, desencontro, avaliação, reconhecimento e identificação coletiva ocorria de forma intensa internamente, mas também era praticado externamente com parceiros, em percepções interativas e negociadas nas oportunidades e vínculos criados na ação coletiva de cada projeto e atividade.

Em diversos momentos de formação interna líamos e debatíamos os textos de Paulo Freire, trazendo a educação popular como princípio central de trabalho. A escuta e o diálogo com o outro (trabalhador/a, docente, estudante e técnico/a) era contínuo no exercício da cumplicidade, do debate e da dúvida, exercitando a responsabilidade pela liberdade dada a cada parte. Essa autoridade democrática simbolizava a construção de um espaço com o “alvorço dos inquietos, na dúvida que instiga, na esperança que desperta” (FREIRE, 1996, p. 36).

Nesse sentido, a passagem pela ITCP-USP deixou marcas indeléveis e profundas na vida de muitos de nós. Após essas experiências, é bem difícil fazer parte de espaços com as marcas

tradicionais da hierarquia, da subordinação, da obediência e do individualismo, quando sabemos que é possível olhar e praticar os processos de decisão e organização sob outro prisma.

Não que a experiência da autogestão no cotidiano da ITCP-USP fosse fácil, pois muitos eram os conflitos internos, as disputas por poder e os enfrentamentos com relação às orientações gerais e políticas a serem tomadas pelo coletivo. Cada conflito era seguido, na maior parte da vezes, por processos lentos de restabelecimento de laços e caminhos para o fortalecimento da construção coletiva. Nessa caminhada, como de qualquer outra experiência autogestionária, o diálogo tinha um papel central no processo de interpretar e construir realidades (FREIRE; SHOR, 1987).

A ITCP-USP participou da construção da Rede de ITCPs desde o início, em 1998. A formação dessa articulação permitiu a troca de experiências sobre as metodologias de incubação, a atuação junto às áreas temáticas da economia solidária e os desafios da experiência da autogestão nas próprias incubadoras. Os encontros nacionais e regionais que participamos e organizamos fortaleceram nossa identidade enquanto formadores/as, atuando em comunidades para o enfrentamento da pobreza, do desemprego e das injustiças sociais, a partir de um projeto de extensão universitária. Entre os temas desses encontros, debatíamos a experiência da autogestão dentro das ITCPs, pois não eram todas as Incubadoras que tinham a autogestão como forma de organização interna do Programa. A organização autogestionária, envolvendo professores/as, estudantes e técnicos/as, era uma característica bastante singular da nossa Incubadora, que posteriormente influenciou o processo de formação e a forma de organização de outras universidades.

Após as experiências na Incubadora, diversos ex-formadores/as foram trabalhar em organizações do movimento de economia solidária, atuando em entidades de assessoria, em organizações sociais do campo popular e no poder público. E também em universidades, sendo hoje docentes e pesquisadores/as, engajados em projetos e pesquisas em temas relacionados à economia solidária. A passagem pela Incubadora certamente marcou nossas trajetórias formativas e de vida comprometidas com engajamentos políticos e a formação de redes de resistência.

Considerações finais

Escrever sobre essas experiências, depois de tantos anos, não é apenas um grande prazer, mas uma necessidade, em um contexto social, político e econômico de tantos retrocessos, com relação

aos direitos, às políticas públicas e sociais e à democracia brasileira como um todo. Neste contexto, também o movimento de economia solidária e a própria Incubadora enfrentam graves crises.

Frente a isso, as histórias e a experiência em educação para a autogestão da ITCP-USP assumem, de forma ainda mais intensa, um sentido de resistência e de defesa da participação e organização popular, valorizando e ampliando a sua função primordial na formação de estudantes, trabalhadores/as, empreendimentos e redes solidárias, como projeto de extensão universitária para a cidadania. Este papel de engajamento nas lutas sociais do nosso tempo sempre esteve vivo na Incubadora, fez parte da nossa formação e da construção do movimento de economia solidária, sendo parte da nossa própria ação e identidade, reconhecendo-nos em lutas e problemáticas comuns dos movimentos sociais, muito além dos muros da USP.

Possivelmente, hoje, mais do que em qualquer outro momento de sua história, quando a ITCP-USP marca seus 20 anos de existência, é fundamental preservar essas memórias, histórias e experiências, e lutar pela continuidade dessa grande e importante construção coletiva. E, assim, rememorarmos, comemorarmos e renovarmos a importância desta instituição na vida de tantas pessoas que por ela passaram, passam e passarão, estando dentro ou fora da universidade.

Referências Bibliográficas

ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo, Perspectiva, 2005.

BENSADON, Ligia. SÍGOLO, Vanessa. (no prelo). **A ITCP USP e o movimento de economia solidária no Brasil**: reflexões a partir de nossas experiências como formadoras e militantes. São Paulo: ITCP-USP.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. **Medo e ousadia**: o cotidiano do professor. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa III**: a força dos trabalhadores. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

**ETNOCONTABILIDADE E SUSTENTABILIDADE MULTIDIMENSIONAL:
REFLETINDO SOBRE NOVOS CAMINHOS E POSSIBILIDADES DE AVALIAÇÃO – O
CASO DA MANDALA MANDALA DE AUTO-AVALIAÇÃO REFLEXIVA DA
SUSTENTABILIDADE**

🕒 Ian Requião de Castro – Doutorando – Universidade Federal da Bahia –
iandecastro@gmail.com

🕒 Genauto Carvalho de França Filho – Doutor – Universidade Federal da Bahia –
francafilhogenauto2@gmail.com

🕒 Iago Itã Almeida Pereira – Mestrando – Universidade Federal da Bahia –
ita.iago@hotmail.com

O presente artigo busca aprofundar um olhar sobre a relevância das práticas de auto-organização de grupos sócio-produtivos no meio popular. Partindo de uma primeira questão: critérios apenas econômico-financeiros são suficientes para essa avaliação (de relevância)? Se não, quais outros critérios são então relevantes? Ora, se a relevância neste caso tem precisamente haver com o que os próprios sujeitos envolvidos consideram importante, então é necessário se interrogar sobre: o que conta para as pessoas? Ou seja, o que elas consideram relevante?

Esta questão encontra-se na base da abordagem conhecida como etnocontabilidade, cuja característica mais marcante é de deslocar o sujeito humano para o centro da análise. Aquilo que é mais importante para as pessoas, segundo essa abordagem, é aquilo que conta na (ou para a) vida deles. Neste sentido, estende-se a abordagem contábil para a questão do bem-estar. A competência da avaliação se desloca então do estatístico ou do economista para o interessado. A ideia força desta abordagem é não separar da análise aquilo que refere-se ao econômico daquilo que refere-se à vida cotidiana: “Na vida, as pessoas contam e avaliam, e investigar as suas maneiras de operar exige não impôr a priori uma separação entre os fatos de ordem econômica e os de outra ordem” (Cottureau, 2016:11).

Para este autor, levar em consideração o que as pessoas levam em consideração é um processo semelhante à uma “desintoxicação”: libertar-se do *homo economicus* em proveito de um certo

homo ethicus, diria Walras. Isto põe em cheque a abordagem da separação disciplinar usual, reservando aos economistas a análise modelizadora da relação dos homens com as coisas, de um lado, e (reservando) aos cientistas sociais “o estudo do enraizamento social da vida econômica ou da significação social do dinheiro” (Ibid, p.11), do outro, isto é, as relações dos homens a propósito das coisas. Segundo Orléan (2011) essa característica marca a vontade da economia ortodoxa de se demarcar do resto das ciências sociais. Assim, a economia ortodoxa pensa ser possível obter uma medida objetiva de valor, enquanto a antropologia, a história e a sociologia remete a interação entre os homens e a intersubjetividade.

Segundo Orléan, essa crise tem origem no fato de que “deixamos a avaliação nas mãos do mercado, enquanto que os mercados praticam uma forma patológica de avaliação” (Orléan, 2012:21). Essa patologia se expressa através da confusão entre medida e avaliação. Conforme lembra Supiot, “confundir a medida e a avaliação condena a perda de sentido da medida” (Supiot, 2010:82). De fato, avaliar não é somente medir ou mensurar, “mas remeter à medida à um julgamento de valor que a confere um sentido” (ibid.). Confundir medida e avaliação leva a esmagar os diferentes julgamentos que puderam ser efetuados como “poderes de compra alegados, justiça e injustiça dos preços, liberdade ao encontro de um regateio guiado apenas pela maximização, consideração com os interlocutores, avaliação em relação à um projeto de vida, etc.” (Cottureau, 2016:16). Quando medida e avaliação se superpõem, apenas os preços ficam visíveis. A parte social em jogo na troca mercantil que teria conduzido a modificar o preço é apagada. Assim, a eventual gratuidade da troca desaparece, assim como “as avaliações que levaram a fazer um preço de presente” (ibid.).

Doravante, refundar a economia pressupõe um trabalho sobre o modo de abordar do valor afim de reencontrar sua natureza relacional. Para tanto, a etnocontabilidade se propõe a contar como as pessoas contam. Num plano prático, a etnocontabilidade consiste num “dispositivo de investigação destinado a tornar visível a economia dita ‘invisível’” (ibid., p.17). contudo, é necessário precisar que essa “invisibilidade” não é total. A economia doméstica salientada por Polanyi é antes de tudo invisível “aos olhos das instituições, dos dispositivos oficiais de registro privados e públicos” (ibid.). ao qualifica-las como economia “informal”, estas mesmas instituições as mantêm numa invisibilidade assumida que supõe um certo descrédito. Todo o trabalho da etnocontabilidade consiste então em descrever o que não está descrito, em prestar conta das formas muito precisas assumidas por essa economia supostamente informal, a atribuindo consistência e realidade. Para isto, o trabalho de valorização objetiva “tratar as famílias como produtores”, e a analisar “toda atividade de fabricação ou de serviço permitindo entrada de recursos como se fosse uma empresa” (ibid., p.21).

A etnocontabilidade busca “levar a sério a arte da gestão dos indivíduos e das unidades familiares” (ibid., p.23), carregando tanta atenção no “governo autônomo das condutas de vida” quanto na “governança das empresas e outras coletividades” (ibid.). Fica claro então que este trabalho participa de uma sociologia das ausências.

No plano metodológico, a enquete etnocontábil implica “restituir a avaliação que cada um faz dos seus recursos através de uma etnografia do cotidiano, no seu dia-a-dia, e uma coleção de arquivos pessoais coletados no lugar, registrados num diário de pesquisa extensa” (Pruvost, 2016:105-106). Trata-se, em seguida, de “formalizar as avaliações estimadas pelos atores sobre o alto valor de elementos da sua vida ou da sua incomensurabilidade, sintetizando as informações em quadros contábeis, de uso do tempo ou de inventários, submetidos às enquetes para correção” (ibid.). Não se trata de “converter o conjunto das trocas em equivalentes monetários ou em cálculos lucrativos, mas de observar os procedimentos de avaliação ordinários, indissociáveis de arbitragens mais amplas sobre o que é uma boa vida no plano familiar, de amizade, militante e profissional” (ibid., p.106).

A etnocontabilidade se define como uma “antropologia da avaliação ou uma contabilidade contextual” (Blavier, 2016:28). Seu procedimento consiste num trabalho minucioso de contar a partir das enquetes de todas as trocas socioeconômicas realizados no seio do casal ou da família. Neste sentido, o trabalho do etnocontador (ou etnocontabilista) mistura a abordagem etnográfica qualitativa usual com as medidas quantitativas objetivas para se aproximar de um “balanço específico do bem estar” (Cottureau, Mohatar Marzot, 2012:17). Isto permite estudar as solidariedades intra e interfamiliares que são negligenciadas pelas estatísticas oficiais. A abordagem etnocontábil mostra que a compra de um bem não é suficiente para se inserir “localmente numa cadeia de solidariedade benevolente (municipal, local, alternativa, familiar)” e que é preciso também contar com “uma integração paciente em diferentes redes de ajuda mútua” (Pruvost, 2016:118). Conforme a orientação trazida pela sociologia das ausências, a etnocontabilidade deseja expor o invisível das relações sociais que fundam e organizam a economia doméstica. No mesmo espírito, a etnocontabilidade dedica especial atenção a vida dos mais pobres e dos mais destituídos (Machi, 2016; Le Méner, 2016). Este trabalho rigoroso de análise permite escapar das abordagens “miserabilistas” ao salientar o rigor da gestão em tais famílias diante das enormes restrições próprias à sua realidade. Além disso, este trabalho indica critérios de intervenção possíveis no quadro das políticas públicas e aponta novos elementos para uma melhor compreensão da arte de viver em conjunto. (Guénée, 2016:102). Enfim, esta abordagem nos abre perspectivas para a coconstrução de indicadores de bem-estar e sua discussão “entre cidadãos muito diversos que não compartilham os mesmos gostos nem a mesma

visão de mundo e nem possuem os mesmos interesses. Para além dos indicadores em si, esse processo de comunicação permite também tecer os vínculos entre cidadãos que não encontram tantas ocasiões para dialogarem ou para se encontrar” (Renault, 2011:168-169). A questão em seguida é de saber sobre como utilizar estes indicadores.

A reflexão sobre etnocontabilidade abre perspectivas novas também acerca da natureza dos tipos organizacionais. Muitas organizações se mantêm a partir de lógicas e propósitos diferentes das empresas de mercado convencionais, a exemplo de muitos EES que atuam com propósitos de alterar o território que vivem, criando, por exemplo, relações e vínculos de pertencimento e confiança entre o grupo, se envolvendo em dinâmicas culturais, interagindo com o ecossistema local. Muitas organizações/coletivos existem mais para cumprir uma utilidade social do que propriamente para serem viáveis economicamente, permitindo entender como a viabilidade econômica ou a geração de renda participa de um enredo complexo em que diferentes outras dimensões entram em jogo.

Desafiando os paradigmas racionalistas e economicistas, sem uma centralidade de atuação voltada à viabilidade econômica, muitos EES se mantêm ou se sustentam no decorrer do tempo, o que suscita uma questão intrigante: por que em tantos casos de pequenas organizações de economia solidária onde os rendimentos auferidos são tão baixos (denotando sua inviabilidade econômico-financeira) sua permanência se estabelece? Ou seja, por que organizações que não são viáveis economicamente duram?

A resposta a questão acima exige caminhar na direção de uma abordagem que vai além da avaliação econômico-financeira desses grupos. Torna-se necessário olhar como as iniciativas de EES atuam em seus territórios, através de uma etnocontabilidade que consiga avaliar o impacto dessas iniciativas em diferentes dimensões da realidade que vivem. Trabalhamos aqui com a ideia da Sustentabilidade Multidimensional, em que a dimensão socioeconômica está presente e tem sua importância, mas está imbricada com as dimensões sociopolítica, sociocultural, ecológica e sóciotecnológica. Essa perspectiva multidimensional da sustentabilidade conecta-se fortemente com os debates sobre utilidade social e novos indicadores de riqueza.

De posse desse arcabouço conceitual, apresentamos neste artigo uma Mandala de Autoavaliação Reflexiva, que possui objetivo de auxiliar em dinâmicas avaliativas baseadas na etnocontabilidade e sustentabilidade multidimensional. Trata-se de um mandala composta de 05 (cinco) dimensões, subdivididas em 10 (dez) critérios de análise. Cada critério possui questões que funcionam como temas geradores (FREIRE, 2011) para potencializar o diálogo entre membros do grupo. As

perguntas são respondidas em forma de jogo, numa escala de 1 a 5, colocando peças em cima de uma grande mandala exposta do chão. A medida que o grupo realiza os diálogos de autoavaliação, e preenche a mandala, torna-se possível perceber visualmente como o EES está atuando em cada dimensão da sua sustentabilidade.

REFERÊNCIAS

Cottureau, A. 2016. Ne pas confondre la mesure et l'évaluation: aspects de l'ethnocomptabilité. *Revue des politiques sociales et familiales*, nº 123, p 11-26

Cottureau, A; Mohatar Marzok, M. 2012. Une famille andalouse: ethnocomptabilité d'une économie invisible, Paris, Éditions Bouchene.

Eynaud, P.; França Filho, G. Solidarité et Organisation: Penser une autre gestion. Eres, 2019.

Freire, P. Educação como prática de liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007. Orléan, A. 2011. L'empire de la valeurs. Refonder l'économie, Paris, Le Seuil.

Orléan, A. 2012. Repenser la valeur, Refonder l'économie, Le libellio d'AEGIS, vol 8, nº3, automne, p 11-21.

Supiot, A, 2010. L'esprit de Philadelphie. La justice sociale face au marché total, Paris, le Seuil.

Blavier, P. 2016. Un couple espagnol dans la récession de 2008: composition et évaluation des revenus alternatifs. *Revue des politiques sociales et familiales*, nº 123, 3º et 4º trimestre, p. 27-40.

GESTÃO, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO: TEORIA, PRÁTICA E EMPREENDEDORISMO SOCIAL

Eliane Ribeiro Pereira, Professora Titular, ITCP/UFRJ

eliane@itcp.coppe.ufrj.br José

Roberto Dourado Mafra, Professor Associado, PGI-ITCP/UFRJ

mafra@facc.ufrj.br Roberto Westenberger, Professor

Associado, PGI-ITCP/UFRJ

rwestenberger@gmail.com

O objetivo deste trabalho é discutir as ações implementadas no âmbito do projeto Gestão, Desenvolvimento e Inovação (GDI). O GDI é um projeto de extensão universitária que tem como objetivo central articular diferentes campos de conhecimento, aplicados na realidade de empreendimentos sociais, a partir da proposição de uma relação dialógica entre teoria e prática, aperfeiçoamento e capacitação de discentes e trabalhadores de Empreendimentos, servindo como um elemento crucial para o desenvolvimento das atividades neles envolvidas. O Projeto objetiva, enfim, compartilhar com a sociedade o conhecimento desenvolvido na Universidade e os benefícios oriundos desse saber.

O GDI é uma das linhas de atuação do Programa de Gestão e Inovação (PGI) da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (FACC/UFRJ) desenvolvido em parceria com a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP/COPPE/UFRJ) que estimula a articulação de pesquisas entre diferentes campos de conhecimentos, aplicados na realidade de empreendimentos, organizações, instituições e movimentos sociais. As ações desenvolvidas no âmbito do PGI possibilitam a identificação de soluções para problemas enfrentados pelos empreendimentos, organizações e instituições (incluindo a universitária), servindo de caminho para o compartilhamento dos conhecimentos desenvolvidos na universidade e dos benefícios oriundos deste compartilhamento. Busca também contribuir para a ampliação do diálogo entre a universidade e os espaços não acadêmicos, ampliando os estudos sobre a multiplicidade e complexidade das questões que conformam a sociedade brasileira contemporânea.

O público alvo é formado por discentes, docentes e técnicos da UFRJ, bem como integrantes dos Empreendimentos Econômicos Solidários e seus integrantes, que desenvolvem, em conjunto com a equipe do Projeto, ações para o desenvolvimento de estratégias conjuntas de Inclusão Produtiva e Sustentabilidade.

Um dos problemas dos empreendimentos é encontrar soluções efetivas para as demandas vivenciadas no dia-a-dia de sua operação. Então, a criatividade, a inovação e o empreendedorismo no processo rotineiro da operação é um paradigma que precisa ser rompido. Dentro desta perspectiva, esse projeto:

- do ponto de vista do empreendimento - propicia a oportunidade de sua interação com a Universidade, permitindo a reflexão sobre os problemas vivenciados e o desenvolvimento de soluções (criatividade, inovação, empreendedorismo).
- do ponto de vista do corpo discente - propicia uma oportunidade de vivenciar/experimentar na prática elementos teóricos discutidos em sala de aula.
- do ponto de vista do corpo docente - se apresenta como uma oportunidade de orientar seus alunos dentro de um ambiente interativo, relacionando teoria e prática.

A metodologia do Projeto se baseia na metodologia de incubação da ITCP/COPPE/UFRJ, desenvolvida a partir de um Plano de Negócios que funciona como uma linha mestre.

Estabelece a elaboração de um diagnóstico do empreendimento, considerando 5 eixos principais:

1. Eixo Financeiro - visam verificar, a partir do Plano de Negócios estabelecido, quais as necessidades de capital, seja de giro ou para aquisição de equipamentos/maquinário do Empreendimento Econômico Solidário - EES. Faz-se então um trabalho de orientação, para a realização de empréstimo direto, ou captação de recurso ou de apoio. Esse eixo é responsável, ainda, pelo trabalho de acompanhamento e de melhoria do planejamento financeiro da empresa e pela organização do grupo, pela gestão administrativa da cooperativa;
2. Eixo Gestão - Administração; produção e comercialização; Captação de recursos; Qualificação Profissional. Os conteúdos de Administração preveem o planejamento, execução e a avaliação da atividade produtiva da cooperativa envolvendo a implementação, assessoramento e

continuidade de um sistema de instrumentos de gestão, tanto no que diz respeito às relações internas das cooperativas, quanto as relações com outros empreendimentos.

3. Eixo tecnológico – esse eixo realiza o diagnóstico da qualificação profissional, investiga-se o equipamento e o maquinário que a cooperativa possui; o levantamento efetuado é comparado ao que existe de tecnologia para o setor ao qual a cooperativa pertence, ou seja, estabelece-se o que ela tem e o que poderia ter. A partir daí é feito um planejamento/assessoria para a melhoria tecnológica do EES;

4. Eixo cidadania - trabalha no diagnóstico e planejamento das ações de melhoria daquele cidadão, seja sua volta à escola, sua qualificação, ou formação.

5. Eixo Mercado - A Produção e Comercialização é um processo que envolve responsabilidade dos cooperados, identidade, divulgação do produto oferecido, melhorias tecnológicas na organização dos produtos além de prospectar a inserção do produto na cadeia produtiva da qual o empreendimento faz parte. A metodologia de incubação nesta área visa dar acesso à capacitação profissional, a canais de comercialização e fornecedores.

Com base no mapeamento dos empreendimentos, inicia-se a etapa de modelagem operante da Metodologia de Análise Ergonômica do Trabalho, visando a solução de problemas para adequação do trabalho ao ser humano.

Considerações e Perspectivas

O projeto contempla a realização de um evento semestral: um Seminário, onde são discutidas e avaliadas as ações implementadas naquele período. Este Seminário, além de possibilitar a retroalimentação do planejamento desenvolvido, serve para expandir o conhecimento gerado para outras esferas, envolvidas na temática: representantes do governo estadual e municipal, integrantes de outras cooperativas já assistidas pela ITCP, entre outros.

No âmbito do projeto são ainda ministradas oficinas de capacitação para o corpo discente, tais como 'Planejamento e Estratégias de Sustentabilidade para as Cooperativas Populares', que tem por objetivo capacitar os alunos a diagnosticar e analisar estratégias de organização e gestão orientadas pelos modelos de planejamento participativo e plano de negócios.

O Projeto engloba tanto a vertente de pesquisa e desenvolvimento, através da investigação, tratamento de dados e proposição de soluções, quanto a vertente de divulgação acadêmica de resultados através da publicação de artigos em eventos e publicações especializadas.

O elo ensino-pesquisa-extensão se dá através das disciplinas homônimas, Gestão, Desenvolvimento e Inovação 1 (GDI 1) e Gestão, Desenvolvimento e Inovação 2 (GDI 2), que formalizam a inserção dos alunos na extensão. As atividades incluem a carga horária das disciplinas, dividida em 30 horas teóricas e 30 horas práticas, em cada uma, somadas às 60 horas do Projeto. O corpo discente, orientado por docentes, desenvolve diferentes ações diretamente com os cooperados dos empreendimentos envolvidos no projeto.

A disciplina GDI 1 foi iniciada no segundo semestre de 2016, estando atualmente na sua sexta edição. Em 2018, os alunos sentiram a necessidade de ampliar a sua experiência no projeto. Assim, surgiu a disciplina GDI 2, que se encontra na sua terceira edição. Com a criação da GDI 2, realizou-se a divisão das atividades da seguinte forma: a GDI 1 passou a ter um cunho de realização de atividades mais gerais, envolvendo pesquisa, levantamento de dados, que abrangem aspectos mais metodológicos (material/conteúdo); enquanto na GDI 2 são realizadas atividades mais didáticas e de aplicação das propostas desenvolvidas nos empreendimentos.

Até o momento, já participaram ativamente dessa experiência cerca de 90 alunos, 12 professores e 20 técnicos, atingindo diretamente um público de cerca de 170 pessoas.

Ao longo de seu desenvolvimento, o projeto impactou diferentes empreendimentos. Atualmente, ele vem sendo desenvolvido junto à Rede Recicla Verde. A Rede Recicla Verde, localizada no Jardim Gramacho, congrega 6 cooperativas de catadores de materiais recicláveis, que se uniram como forma de enfrentar os desafios de manterem-se em dia com suas obrigações legais e de conquistar a sustentabilidade de seu empreendimento.

As ações implementadas junto à Recicla Verde apontaram para a necessidade da realização de capacitações contínuas, de forma a contribuir, em especial, com a superação de questões relativas à gestão do empreendimento. Foi criado, no início de 2019, um Centro de Capacitação na própria Rede, onde estão programadas a realização de cursos e atividades para os cooperados e toda a comunidade do entorno.

A criação do Centro de Capacitação ampliará a participação dos cooperados, já que seu deslocamento para a Universidade é dificultado tanto por questões econômicas, quanto pela dinâmica do trabalho por eles realizados.

Ao longo do tempo o projeto tem gerado dados, levantados a partir de coletas diretas, por intermédio de questionários, entrevistas ou dinâmicas de grupo; além de informações extraídas dos documentos produzidos e de fontes secundárias de dados, visando a definição de indicadores de avaliação a serem utilizados no monitoramento das ações implementadas, de forma a estabelecer uma análise do empreendimento no que se refere à situação inicial (diagnóstico/questões identificados) e final (mudanças produzidas pela implementação do projeto).

Espera-se que o desenvolvimento do projeto possibilite a contínua evolução dos envolvidos, contribuindo para a constituição de cidadãos conscientes de seu papel na sociedade e de empreendimentos democráticos e sustentáveis, viáveis social e economicamente.

Referências

- ALENCAR, T.S.; ROCHA, J.P.M.; SILVA, R.V.; PEREIRA, E.R.. O trabalho dos catadores de materiais recicláveis à luz da Política Nacional de Resíduos Sólidos: estudo de caso de cooperativas nos municípios do Rio de Janeiro. In: BENINI, S.M.; BENINI, E.M.; SILVA, A.C. (Org.). Gerenciamento de Resíduos Sólidos. São Paulo: ANAP - Associação Amigos da Natureza da Alta Paulista, 2016, p. 119-132.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.
- KOSIK, Karel. A dialética do concreto. Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio. 2. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- GUERREIRO, J., SALOMÃO, I.L., et alii. Incubadora Universitária Tecnológica de Cooperativas Populares: uma proposta de política pública de crédito produtivo. XIV Seminário Nacional de Parques Tecnológicos e Incubadoras de Empresas, ANPROTEC, Recife, 2004.
- GUIMARÃES, G.; PEREIRA, E.R.. Informalidade, exclusão e desenvolvimento. In: LEAL, C.F.C.; LINHARES, L.R.F.; LEMOS, C.R.; SILVA, M.M. da; LASTRES, H.M.M. (Org.). Um

olhar

territorial para o desenvolvimento: Sudeste. 1 ed. Rio de Janeiro: Ed. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 2015, p. 463-472.

GUIMARÃES, G. (org.). Sindicalismo e cooperativismo. A economia solidária em debate: transformações no mundo do trabalho. São Paulo, UNITRABALHO, 2000.

_____(org). Integrar Cooperativas. São Paulo, UNITRABALHO, 1999.

_____(coord.) Os ossos do ofício: cooperativas populares em cena aberta. Rio de Janeiro, EspalhaFato, 1998.

GUIMARÃES, G., Schwengber, Â. (orgs.). Diretrizes para Políticas Públicas de Economia Solidária: A Contribuição dos Gestores Públicos. Rio de Janeiro: ITCP/ COPPE/ UFRJ, 2004.

HAMZE, A. (2016) Abordagem da Teoria à Prática. Encontrado em:
<http://educador.brasilecola.uol.com.br/trabalho-docente/abordagem-da-teoria-a-pratica.htm>

KOZULIN, Gindis, AGEYEV, Miller, (2003), Vygotsky's Educational Theory in Cultural Context, Cambridge: Cambridge University Press

PEREIRA, E.R.; GUIMARÃES, G.. Políticas Públicas e Desenvolvimento. In: ANDRADE, E.M. (Org). Planejamento, controle e informação - Diálogos e reflexões para o desenvolvimento – gestão pública e privada. 1 ed., Rio de Janeiro: Interciência, 2017, p. 231-245.

APONTAMENTOS PARA CONSTRUÇÃO DE UM DESIGN EMANCIPATÓRIO: EXPERIÊNCIAS EM ECONOMIA SOLIDÁRIA.

Helena Cantão de Sylvio

Bacharel em Design

Empreendimento Sinergia

helenacantao@gmail.com

Maria Luisa Carvalho

Doutora em Psicologia

Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)

Tecsol – Incubadora de Economia Solidária da UTFPR (Curitiba)

mluisacarvalho@utfpr.edu.br

Simone Landal

Mestre em Comunicação e Linguagem

Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)

simonelandal@utfpr.edu.br

Introdução

Desde sua criação, entre o fim do século XIX e começo do século XX, na Europa, num contexto capitalista, o Design vinculou-se à busca de metodologia de artes aplicadas à indústria numa perspectiva funcionalista e de promoção do consumo em massa (CARDOSO, 2016)

No final do século XX, surgiram movimentos de contestação, como a Tropicália que aproximou o design da cultura popular (LIMA; MARTINS, 2011); o “Design Social” de Papanek

que convidava arquitetos/as e designers a projetarem para o mundo real onde havia miséria, guerras, etc. (CARDOSO, 2016); e Wim Crouwel que reafirmou o papel político do designer (SOUSA, 2015). Entretanto, a visão hegemônica prevalece e permanece a questão: como construir um design emancipatório?

O presente trabalho, pautado em conceitos teóricos e experiências de Design em Economia Solidária, tem por objetivo traçar apontamentos que contribuam para responder essa questão.

1- Contribuições teóricas para construção do Design Emancipatório

Primeiramente, esclarecemos que entendemos por emancipação social “[...] livrar-se do poder exercido por outros, conquistando, ao mesmo tempo, a plena capacidade civil e cidadã no Estado democrático de direito.” (CATANNI, 2009, p.175). Assim, um Design Emancipatório é aquele que promove uma sociedade livre, democrática, sem dependência e dominação nas esferas econômicas, sociais e cultural.

Nesse processo de re-significação do Design, encontramos subsídios importantes na Tecnologia Social como o empoderamento, a troca de conhecimento, a mudança no modo como as pessoas se relacionam com um problema social e a inovação gerada pelo desenvolvimento de instrumentos a partir de metodologias participativas (INSTITUTO DE TECNOLOGIA SOCIAL, 2004).

No campo do Design, encontramos as contribuições do Design Vernacular/Popular que parte do pressuposto de que qualquer pessoa é capaz de produzir suas próprias soluções materiais (LIMA; MARTINS, 2011). O Design Social e o Design Humanista propõem que o design contribua para transformação social emancipatória; construa processos democráticos e dialógicos; atue de forma multidisciplinar e sistêmica (FUKUSHIMA, 2009; NEVES, 2011).

A Economia Solidária soma-se à discussão ao materializar possibilidades de transformação social emancipatórias, a partir de práticas pautadas na autogestão, solidariedade e cooperação. Nesse sentido, a atuação em Economia Solidária é campo fértil para experimentações que contribuam para um Design Emancipatório.

2 - Algumas experiências de Design em Economia Solidária

As experiências aqui relatadas fazem parte da trajetória das autoras como membros da Tecsol e/ou orientadoras do Trabalho de Conclusão de Curso.

Pela distância temporal entre o acontecimento e a elaboração deste relato, optou-se pela metodologia da História Oral. Convidou-se alguns/as participantes das experiências a compartilharem suas memórias, individual ou coletivamente, presencial ou por *email*. As memórias das autoras também foram fonte dos relatos, assim como atas de reuniões, relatórios pedagógicos e *e-mails*.

A primeira experiência ocorreu em 2015, e atendia à demanda feita à Tecsol, pela Feira Permanente de Economia Solidária - um EES de comercialização de artesanatos e alimentação de produção própria - que necessitava de uma identidade visual para produzir materiais de divulgação e identificação, via recursos de um edital do Fundo Diocesano de Solidariedade (Curitiba).

A incubadora recém tinha se constituído e Helena iniciava seu conhecimento sobre a Economia Solidária. O acompanhamento do EES era feito pela professora Maria Luisa.

O processo iniciou-se seguindo metodologias do Design convencional e os padrões estéticos mercadológicos. O contato com o EES era feito, prioritariamente, via suas reuniões mensais. O EES utilizava três logos bem similares, embora com alguns elementos distintos.

O que nos deu o “sinal de alerta” para que percebêssemos que o processo ocorria de forma heterogestionária foi quando, no final de uma das reuniões, Helena ouviu uma artesã questionar: “mas a gente já tem logo, porque a gente tem que mudar a nossa?”.

Tal “evento disparador”, aliado a uma formação em Design coletivo-colaborativo da qual Helena participara, possibilitaram uma mudança no processo, construindo-se uma metodologia consoante à Economia Solidária e à Educação Popular. Propôs-se, a realização de uma formação em “apropriação da linguagem visual”, coordenada por Helena e outras estudantes de Design vinculadas à Tecsol. A partir das logos já existentes, fez-se um processo de aprendizagem de conceitos básicos de identidade visual, buscando, coletivamente, compreender o que as imagens comunicavam, qual delas mais representava o EES e se era necessária uma nova logo. Ao relembrar os significados de cada elemento das logos, pode-se também resgatar a história do coletivo e contribuir para o fortalecimento da identidade do mesmo. Ao final do processo, definiu-se, coletivamente, a logo.

A experiência despertou em algumas artesãs o desejo de conhecer técnicas do design e possibilitou-nos perceber que em Economia Solidária era preciso um outro design, que respeitasse o padrão estético do outro e utilizasse metodologias autogestionárias.

A segunda experiência foi o projeto Cooperarua, desenvolvido pelo Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo (CEFURIA), em parceria com a Tecsol, e com recursos de um edital da SENAES (Secretaria Nacional de Economia Solidária). O objetivo era aproximar Economia Solidária e População em Situação de Rua (PSR). Ocorreu de 2014 a 2016 e teve o envolvimento apenas de Helena.

Após diversas atividades, ao final do projeto realizou-se oficinas técnicas (padaria e confeitaria, cosméticos naturais e acessórios étnicos), definidas a partir do desejo das PSR e das experiências da Economia Solidária na região. As oficinas incluíam uma formação em Identidade Visual, ministrada por Helena e integrantes do Substantivo Coletivo, grupo que tinha por objetivo pensar e agir em relação ao potencial criativo das temáticas da Economia Solidária.

A partir da vivência anterior e de metodologias do Empírica da ITCP/UNICAMP pensou-se como construir a oficina. Os desafios eram: as pessoas não constituíam um coletivo; recém se aproximavam da Economia Solidária e os produtos eram diversos. Assim era prematuro trabalhar marca/logo por não haver um coletivo formado; a linguagem visual era o canal mais adequado; falaríamos de embalagem enquanto linguagem visual sem tratar de minúcias técnicas; e as técnicas utilizadas se aproximariam do Design Vernacular.

A oficina ocorreu em duas partes: sensibilização à linguagem e identidade visual e experimentação gráfica a partir de técnicas acessíveis (stencil e carimbo). Houve pouca receptividade dos participantes, dentre outros fatores, por verem pouco sentido nas ações, uma vez que não eram um coletivo e aprender técnicas de produção atendiam mais à suas necessidades de sobrevivência.

Tal experiência mostrou que: trabalhar identidade com um EES ainda não-consolidado foi prematuro; na linguagem visual, “os não-profissionais” agem mais como receptores do que como emissores; as técnicas de impressão não promoveram um processo rápido de produção gráfica e sua estética gerou desconforto (vista como “feia” ao ser comparada com a estética hegemônica). Assim como na experiência com a Feira, o processo foi mais de sensibilização à linguagem visual como ferramenta de comunicação, do que de apropriação dessa linguagem.

4- Apontamentos para construção de processos de Design Emancipatório

A partir das reflexões teóricas e práticas relatadas, chegamos a alguns apontamentos introdutórios que julgamos importantes para nortear a perspectiva emancipatória do Design:

- **Diálogo:** necessidade do diálogo enquanto encontro de sujeitos, um diálogo na ação, um diálogo do fazer.
- **Não setorização dos conhecimentos:** integrar diferentes saberes em prol do objetivo comum, num processo interdisciplinar.
- **Troca de saberes:** não hierarquização dos saberes; a autogestão promove a troca dos saberes.
- **Autogestão:** essência do processo emancipatório, garante seu caráter democrático.
- **Sensibilidade e respeito ao próprio contexto e às pessoas:** respeito e sensibilidade restringem imposições e favorecem a reflexão e o posicionamento crítico.
- **Construção/análise crítica:** inclui refletir sobre a realidade, o mundo e as próprias práticas.
- **Importância do processo como processo:** o foco do processo não é o produto final, mas seus aspectos pedagógicos, as frustrações, as redefinições, etc.
- **Criação coletiva:** a capacidade das pessoas de saber, entender, lidar com sua realidade e criar soluções é a base do design livre e popular.
- **Uso de diversas linguagens e/ou meios de linguagem:** diversificar as linguagens uma vez que nem sempre são de uso de todas/os envolvidas/os.
- **Técnicas de produção e reprodução acessíveis:** construir/usar técnicas baseadas e compatíveis com os saberes, acesso e aptidões dos/as que irão utilizá-las.
- **Estética:** refletir sobre o que é estética e a diversidade de padrões estéticos.

Destaca-se que não se pretende com esses apontamentos esgotar a discussão sobre o Design Emancipatório.

5- Considerações finais

Este estudo é introdutório e há muito para refletir e vivenciar sobre processos de design emancipatório e a pesquisa pode ser continuada e aprofundada em diversas direções.

Destaca-se a importância das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativa Populares para formação de designers emancipatórios/as.

Por fim, esperamos que nossas motivações sejam utópicas. Esperamos que nossas intencionalidades sejam emancipatórias, em uma autonomia coletiva.

Referências bibliográficas

CARDOSO, Rafael. **Design para um mundo complexo**. São Paulo: Ubu Editora, 2016.

CATTANI, Antonio David. Emancipação Social. In: HESPANHA, Pedro et al (org.). **Dicionário internacional da outra economia**. São Paulo: Almedina, 2009. p.175-180.

FUKUSHIMA, Naotake. **Dimensão social do design sustentável: contribuições do design vernacular da população de baixa renda**. 2009. Dissertação (Mestrado em Design). Programa de Pós-Graduação em Design, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

INSTITUTO DE TECNOLOGIA SOCIAL. Reflexões sobre a construção do conceito de tecnologia social. In: LASSANCE JUNIOR et al.(org.) . **Tecnologia Social uma estratégia para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Banco do Brasil, 2004. p.117-134.

LIMA, Edna Cunha; MARTINS, Bianca. Design social, o herói de mil faces como condição para atuação contemporânea. In: BRAGA, Marcos da Costa et al. (org.). **O Papel Social do Design Gráfico: história, conceitos e atuação profissional**. São Paulo, SP: Senac, 2011. p.115-136.

NEVES, Flávia Barros. Contestação gráfica: engajamento político-social por meio do design. In: BRAGA, Marcos da Costa (org.) et al. **O Papel Social do Design Gráfico: história, conceitos e atuação profissional**. São Paulo, SP: Senac, 2011. p.45-64.

SOUSA, Guilherme. **Porque é que o design é político**. In: Biomorphism. Lisboa, 2015. Disponível em: <<https://biomorphism.wordpress.com/2015/10/01/porque-e-que-o-design-e-politico/>>. Acesso em: 26 jun., 2017.

O PAPEL FORMADOR DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO ÂMBITO SOCIAL DE ESTUDANTES DE ENGENHARIA A PARTIR DAS EXPERIÊNCIAS EM UMA INCUBADORA

Bruna Cristina Freitas do Carmo.

Graduanda em Engenharia de Produção pela
Universidade Federal de Ouro Preto. E-
mail: brunacristinab62@gmail.com

Jean Carlos Machado Alves.

Dr. em Sistemas de Gestão Sustentáveis.
Universidade Federal de Ouro Preto.

E-mail: jean.mep@gmail.com

Naiara Gonçalves de Freitas.

Graduanda em Engenharia de Produção pela
Universidade Federal de Ouro Preto.

E-mail: naiaragfreitas@yahoo.com

1. INTRODUÇÃO

Em uma sociedade marcada pelo capitalismo, a reflexão relacionada à Economia Solidária (ECOSOL) como processo educativo se faz necessária, principalmente quando discutida dentro do âmbito da formação dos futuros profissionais em engenharia. Muito porque, a visão que se tem sobre este profissional é a de alguém tecnicista, que pouco interage com as camadas populares e muitas vezes demonstram dificuldades sobre as possibilidades de uma formação mais humana da profissão.

E visando a conciliação entre o saber técnico e popular em processos de desenvolvimento social é necessário preparar esses futuros profissionais para serem multiplicadores sociais e a

educação popular com a ECOSOL podem ser um dos possíveis caminhos de auxílio na formação dos futuros engenheiros.

Assim, o presente estudo tem como objetivo refletir sobre a contribuição da ECOSOL na formação social do engenheiro, baseando-se em experiências vivenciadas na Incubadora de Empreendimentos Sociais e Solidários da Universidade Federal de Ouro Preto (INCOP/UFOP).

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Economia Solidária

No que diz respeito ao conceito de ECOSOL, este se apresenta como relativamente novo, apesar de ideologicamente ser atribuída a situações que antecedem a própria origem do termo. Segundo Silva (2013) a origem ou desenvolvimento desse conceito é trabalhada por diversos autores, tais como Wellen (2012), Gaiger (2009), Laville e Gaiger (2009), França Filho e Laville (2004), Coraggio (2003), e Singer (2000, 2002); todavia, todos convergem que sua origem na América Latina se deu na década de 1990, por iniciativa dos próprios cidadãos, consumidores e produtores, foram criadas variadas atividades econômicas geridas pelos princípios de cooperação, autonomia, autogestão, educação popular, dentre outros.

Nos últimos anos, tais princípios ganharam destaques principalmente pelas iniciativas de movimentos sociais e políticos que ocorreram. Estas que surgem muitas vezes da própria comunidade através de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), de ações governamentais e também pelas instituições de pesquisa e fomento, como, por exemplo, as ligadas às Instituições de Ensino Superior.

2.2 Educação Popular e Engenharia

Segundo Calixto (2009), o conceito de educação popular refere-se a um mecanismo de alteração social, que acaba por considerar os saberes prévios de um determinado povo considerando sua realidade cultural na elaboração de novos conhecimentos. Pode-se considerar

então, a educação popular como uma ferramenta capaz de contribuir diretamente para o desenvolvimento da ECOSOL, oferecendo oportunidades tais como de trabalho e renda.

É nesse contexto que é possível introduzir a atuação dos profissionais da engenharia no campo da ECOSOL, e sua relação com a educação popular alinhada à formação tecnicista visando assim, a capacitação social do indivíduo. Ressalta-se que é um campo de atuação para a engenharia, a chamada engenharia solidária e para Ramos e Júnior (2006), esse modelo de engenharia compreende o esforço de trabalho empreendido pela ECOSOL e tem se externado através de novas formas de aplicação do conhecimento científico e tecnológico para problemas que fogem do âmbito das economias formais.

Entende-se assim, que uma das formas de aplicação desses conhecimentos se faz, principalmente, dentro dos EES. Cabendo destacar que, tanto o saber popular quanto o científico são fundamentais para elaboração das soluções desses problemas técnicos e no desenvolvimento de tecnologias direcionadas aos interesses coletivos.

2.3 Engenharia e Desenvolvimento Social

Autores como Kleba (2017), Nieusma (2011); Johnson e Wetmore (2008) apresentam o conceito das engenharias, que são constituídas em uma matriz de formação de especialistas que detém alto domínio tecnológico, porém carecendo de uma reflexão a respeito da relação entre a produção tecno-científica e os contextos sócio-políticos. A partir disso, percebe-se que apesar da formação mecanicista deste profissional, há lacunas em seu desenvolvimento social.

Nessas reflexões diz Dagnino (2004), que torna-se possível repensar a atuação do profissional da engenharia, e do seu papel que visa a construção do ordenamento sócio- técnico no mundo atual. Ao inserirmos a ideia do conceito de engenharia solidária, tem-se um movimento mais amplo que visa as soluções para os problemas sociais, que incluam valores de igualdade e oportunidades que sejam independentes a raça, gênero, classe ou outros atributos.

Para Kleba (2017), os instrumentos necessários para que as mudanças sociais ocorram, compreendem em geral: um desenho tecnológico que se alinham com as causas sociais; capacitação e formação; formas de geração de renda; e enfoques que desenvolvam o empoderamento e cocriação. Com efeito de criar técnicas e metodologias que visam o

Desenvolvimento Social, norteados pela autogestão e participação coletiva.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

As reflexões apresentadas têm como base revisão bibliográfica, documentais, pesquisa-ação, observação participante, estudo de caso e experiências vivenciadas através das atividades da INCOP desde 2011.

4. EXPERIÊNCIA DA ENGENHARIA EM UMA INCUBADORA

A INCOP iniciou suas atividades em dezembro de 2011, na cidade de João Monlevade, Mariana e Ouro Preto, baseando na perspectiva de disseminação da ECOSOL, a partir da articulação entre ensino, pesquisa e extensão. Com destaque a multi e interdisciplinaridade, sua equipe atual constitui-se, em sua maioria, por estudantes de engenharia de produção, elétrica, computação e sistemas de informação, professores e técnicos do Instituto de Ciências Exatas e Aplicadas (ICEA).

Atualmente tem suas atividades desenvolvidas apenas em João Monlevade, incubando cinco empreendimentos, sendo esses nas áreas de nutrição, artesanato, saúde mental, reciclagem e finanças solidárias. Os grupos de trabalho são formados por equipes que variam entre dois a três discentes sob a orientação de um professor ou técnico realizando o processo de assessoramento do empreendimento incubado.

As principais ações desenvolvidas pela INCOP são voltadas para a participação em reuniões e eventos promovidos pelos empreendimentos, elaboração de seminários voltados para as temáticas da ECOSOL, além de formações que buscam trabalhar, sobretudo, o senso crítico social da comunidade envolvida. Ademais, como forma de difusão e troca de conhecimentos dos estudantes, a INCOP promove intercâmbios com outras incubadoras, participação em encontros da Rede ITCs e de engenharia com foco nas temáticas sociais.

Além da incubação dos EES, a INCOP desenvolve atualmente quatro projetos nas áreas de sustentabilidade, empreendedorismo social, promoção de atividades culturais para crianças e

fortalecimento da Feira de ECOSOL em João Monlevade e região. Cabe ressaltar o apoio dos Órgãos de fomento Pró Reitoria de Extensão (PROEX/UFOP) e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) na execução desses projetos.

Por se tratar de um Instituto de Ciências Exatas, é possível observar a grande dificuldade por parte, principalmente, dos estudantes em compreender a importância da presença de conteúdo social em sua formação profissional. Contudo, pode-se dizer que a base para o desenvolvimento quando tratado como uma ferramenta de redução das desigualdades sociais, não deve ser visto como algo secundário dentro do desenvolvimento técnico do profissional. Contudo, há relatos de ex-membros da INCOP que hoje atuam no mercado de trabalho sobre como os valores da ECOSOL os auxiliam no dia a dia com as pessoas mais simples e no desenvolvimento de um ambiente mais saudável e inclusivo. Outros estão fazendo pós-graduação em sua maioria desenvolvendo pesquisas voltadas na área da economia solidária e exercendo a docência.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das experiências vivenciadas pela INCOP, observa-se a troca e geração de conhecimentos e valores por parte dos estudantes através das experiências vivenciadas nas ITCPs. Cabendo aqui ressaltar, que dentro desse cenário é importante considerar o conhecimento popular como um conhecimento legítimo e tão necessário quanto o conhecimento científico dentro do EES como também suas contribuições na formação dos formadores participantes das incubadoras.

Observa-se que a educação popular se torna uma estratégia de capacitação na formação do engenheiro como forma de auxiliar no desenvolvimento de aspectos mais humana tornando-os profissionais responsáveis não somente na visão técnica, mas também social. E as ações de extensão como as ITCPs podem ser um caminho capaz de auxiliar na formação dos discentes, técnicos e docentes a partir das trocas de experiências vivenciadas com os EES.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CALIXTO, F. A. **Educação popular e economia solidária**. Rev. Ed. Popular, Uberlândia, v. 8, p. 19-26, jan./dez. 2009.
- CORAGGIO, J. L. Economia do trabalho. In: CATTANI, Antonio D. (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003. p. 122-128.
- DAGNINO, R. A tecnologia social e seus desafios. In: **Tecnologia Social: uma estratégia para o desenvolvimento**. Fundação Banco do Brasil: Rio de Janeiro, 2004.
- FRANÇA FILHO, G. C.; LAVILLE, J. **Economia solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRS, 2004.
- GAIGER, L. I. Empreendimento econômico solidário. In: HESPANHA, Pedro et al. (Org.). **Dicionário internacional da outra economia**. CES, 2009.
- JOHNSON, D. G.; WETMORE, J. M. STS and ethics: Implications for engineering ethics. In: HACKETT, Edward J., AMSTERDAMSKA, Olga, LYNCH, Michael & WAJCMAN, Judy (eds). **The Handbook of Science and Technology Studies**. (3 ed), Cambridge (MA): MIT Press, p. 567-581, 2008.
- KLEBA, J. B. Engenharia engajada—desafios de ensino e extensão. In.: **Revista Tecnologia e Sociedade**, v. 13, n. 27, p. 170-187, 2017.
- NIEUSMA, Dean. **Engineering, Social Justice, and Peace: Strategies for Pedagogical, Curricular and Institutional Reform**. American Society for Engineering Education, 2011.
- RAMOS, M. E. R; CUNHA JR, H. **Taipa como Processo Construtivo: Ensino Cooperativo entre Comunidades**. In: CONBEGE 2006, Ensino de Engenharia: Empreender e Preservar, 2006, Passo Fundo. Anais do XXXIV CONBEGE Passo Fundo. Universidade de Passo Fundo. Set. 2006.15p.
- SILVA, A. R. P; BARBOSA, M. J. S; ALBUQUERQUE, F. S. Sustainability of solidarity economic enterprises: analyses of the Fruit Growers Cooperative from Abaetetuba. In.: **Revista**

de Administração Pública, v. 47, n. 5, p. 1189-1211, 2013.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

;_____. SOUZA, A. R. **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000.

WELLEN, H. **Para a crítica da economia solidária**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

PENSANDO OS SABERES POPULARES E ACADÊMICOS NA RELAÇÃO COM O GRUPO “SABORES DA VIDA”

Marina da Rocha

Ma. Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, marina.darocha@hotmail.com

Adriana Mello Severo

Psicóloga, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, adriana.msevero@gmail.com

Robinson Henrique Scholz

Dr. Ciências Sociais, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, robinson.scholz@gmail.com

INTRODUÇÃO

O projeto União pela Valorização da Alimentação Solidária (UVAS) iniciado em março de 2018 tem como objetivo a construção de uma horta e de uma cozinha coletivos no bairro Vila Brás em São Leopoldo, RS. O desenvolvimento desses espaços tem como principais metas a geração de trabalho e renda para trabalhadores/as dessa região, que por diversos motivos não estão inseridos no mercado de trabalho formal. Sendo assim, uma das principais (des)construções realizadas com essa população, foi a formação de um grupo para a cooperação, ou seja, que pense o trabalho por meio de outra perspectiva em contraposição a um sistema hostil, individualista e competitivo de mercado de trabalho (FRANTZ; SCHNEIDER, 2017). Nosso desafio inicial foi construir outra forma de olhar para as relações de trabalho, com um grupo de pessoas que não estavam acostumadas e/ou não conheciam a forma de trabalho associado e cooperativo.

A escolha pela Vila Brás se deu a partir de um convênio realizado com o Programa Tecnosociais/Unisinos juntamente com a Paróquia Santo Inácio de Loyola. A parceria permitiu que executássemos o projeto de uma cozinha e de uma horta em dois terrenos cedidos pela paróquia. Fomos desbravando o território e divulgando a proposta do projeto UVAS no início de 2018. Percebíamos, principalmente no momento do cadastramento das pessoas interessadas, que elas entendiam que o projeto era de cursos profissionalizantes, o que aos poucos fomos desconstruindo.

Nos deparamos neste primeiro momento, com muitas pessoas em busca de uma inserção ou recolocação no mercado de trabalho e/ou qualificação profissional. Sendo assim, podíamos perceber que a economia solidária (ECOSOL) era uma proposta nova e desconhecida para o público daquela região.

A seguir, descreveremos e analisaremos como se desenvolveu o processo de formação de grupo aliado com a educação popular. Além disso, destacaremos os desafios e (des)caminhos percorridos no processo.

Processo formativo: (des)caminhos da constituição do grupo

A formação do grupo aconteceu a partir das oficinas realizadas no salão de festas da paróquia. Inicialmente, com cerca de cinquenta inscritos/as, as oficinas tinham uma boa quantidade de participantes. Porém, com o decorrer do tempo os números foram diminuindo. Até o momento em que chegamos a dez integrantes que se reconheceram como grupo.

A metodologia pensada para as oficinas tem como pano de fundo a educação popular, num contexto de valorização dos saberes dos e das participantes, bem como, da construção coletiva de saberes.

A formação desses trabalhadores é o ponto de partida para o processo de educação popular onde seus formadores apoiados nos princípios da economia solidária pressupõem ações formativas onde a cultura, as experiências, o modo de vida sejam pressupostos para a construção de conhecimentos sobre os aspectos do associativismo e os métodos que permeiam a produção associada [...] (BARBOSA; CRUBELATI; MACEDO, 2016).

Nessa perspectiva, as primeiras oficinas realizadas com o grupo foram as de ECOSOL. Inicialmente, o objetivo era sensibilizar o grupo sobre a forma de organização do trabalho e geração de renda. Já na segunda oficina “[...] percebemos que seria importante refletir um pouco mais sobre os princípios de economia solidária [...]” (DIÁRIO DE CAMPO; 13 de junho de 2018).

Um dos momentos mais importantes na formação inicial do grupo foi quando, na segunda oficina sobre ECOSOL, uma das participantes, a partir de sua percepção, falou ao grupo o que era economia solidária. Nesse momento, foi possível perceber que os/as demais participantes também tinham compreendido e já não era mais um “conceito” acadêmico, mas sim, uma compreensão coletiva a partir da vivência de cada um e cada uma dentro daquele espaço. Sendo assim, “tendo em vista a vida material desses sujeitos e suas experiências de vida, a construção do conhecimento mantém uma relação direta com a forma pela qual interpretam o mundo” (BARBOSA; CRUBELATI; MACEDO, 2016).

Além de dar início as oficinas com a temática da ECOSOL, começamos também a desenvolver o fortalecimento de vínculos e a cooperação do coletivo. Chamamos essas oficinas de “Processos Grupais”, considerando que o grupo está em constante movimento e transformação. Desde o planejamento já nos preocupávamos com a questão de como os sujeitos viriam a se tornar um grupo unido para enfrentar as adversidades que poderiam surgir ao longo do tempo. Sendo assim, “[...] *Foi interessante observar os/as integrantes do grupo conversando entre si e apresentando-se, falando um pouco de sua vida. Podia se perceber, que já se conheciam de se ver na rua, mas pouco sabiam da vida do outro*” (DIÁRIO DE CAMPO, 12 de junho de 2018).

Utilizávamos em nossos encontros, técnicas de integração de grupo, proporcionando um espaço acolhedor e confortável para os/as integrantes se manifestarem como quisessem. Recorremos também a recursos como músicas, cartazes, imagens, sempre com o cuidado de tornar acessível o assunto que iríamos abordar, considerando que algumas pessoas não eram alfabetizadas e, assim, tornava-se fundamental incluí-las neste processo, oportunizando que pudessem se expressar de outras maneiras, além da escrita e leitura.

Nos inquietava que este grupo não fosse somente um agrupamento de pessoas, para tornar-se um lugar onde é possível, através do contato com a multiplicidade, abrir-se para outros devires; deslocando, assim, de um lugar tomado pelo individual para o coletivo. (BARROS, 1993). Foi possível perceber essa relação durante os processos de formação de grupo, como podemos observar no trecho a seguir:

[...] os demais participantes do grupo parecem estar bem apropriados sobre a importância do grupo para a formação do empreendimento. Foi bem proveitosa a oficina, porque dá pra perceber que as pessoas estão se sentindo

cada vez mais “dentro” do projeto e responsáveis pela construção do empreendimento (DIÁRIO DE CAMPO;19 de junho de 2018).

Conseguimos observar o constante processo de ensino e aprendizagem que aconteceu em nossos encontros. Além disso, também percebemos a maior vinculação dos/as participantes com a equipe técnica do projeto, depositando a confiança na proposta que estávamos trazendo e compartilhando as suas experiências de vida. É possível dizer que, além de um coletivo que visa a constituição de um empreendimento, o Projeto UVAS possui um espaço que pode permitir o empoderamento dos sujeitos que ali desejam estar.

Na continuidade do projeto, introduzimos as oficinas de gestão que iniciaram concomitantemente às oficinas de prática na cozinha, principalmente no momento em que o grupo sentiu necessidade de começar a pensar a comercialização dos produtos já elaborados. Uma das questões que mais ficou evidente, a partir desse momento, foi a diferença das oficinas práticas (realizadas na cozinha) e as demais. Um dos motivos, poderia ser o fato de que as oficinas da cozinha contemplavam muitas instruções técnicas e com receitas que vinham prontas a partir do saber acadêmico. É possível observar essa “estranheza” do grupo nas primeiras oficinas de gestão:

Primeiramente, foi questionado aos integrantes, como se poderia chegar no preço para comercializar e o grupo foi desafiado a elaborar o preço para o produto. Inicialmente o grupo ficou aparentemente surpreso em elaborar o preço sozinho, pois nitidamente esperavam que nós chegássemos como uma forma pronta de cálculo, mas ao mesmo tempo se sentiram desafiados. (DIÁRIO DE CAMPO, 28 de setembro de 2018).

Portanto, nas oficinas de gestão, a contribuição dos/as participantes se tornou componente central na construção de novos saberes. A sensibilidade dos/as educadores/as foi essencial para essa relação, em que todos os saberes contribuíram para se chegar ao preço dos produtos a fim de iniciar a comercialização.

Os aprendizados vivenciados até então contribuíram para que o grupo desenvolvesse autonomia e realizasse sua primeira feira de forma autogestinária, já que toda a organização para a realização desta ficou a cargo dos e das integrantes.

Com a autogestão, todos participam das decisões independentemente da função que executam. Por isso, todos os membros de um empreendimento solidário precisam ser formados para a gestão coletiva do próprio empreendimento. Todos precisam de uma nova formação já que a forma como a sociedade capitalista se organiza não oportuniza uma cultura de decisão coletiva (GADOTTI, 2009, p. 33).

É sempre desafiador articular saberes populares com acadêmicos, visto que é um constante exercício, onde vamos ao território com a nossa “bagagem” de conhecimentos teóricos vindos da academia e nos colocamos não apenas a escutar os saberes populares, mas também valorizá-los e integrá-los com o acadêmico. Dessa forma, não há diferenciação já que: “Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender” (FREIRE, 1996, p. 12). Todos nós aprendemos uns com os outros e assim (des)construímos juntos outros (des)caminhos a serem percorridos. Nós apostamos na potência dos encontros e que assim podemos trabalhar coletivamente para que uma outra economia seja possível.

Reflexões não conclusivas

A partir das reflexões e descrições realizadas podemos observar que o grupo foi formado a partir das oficinas de Processos Grupais e de Economia Solidária. No decorrer desse processo, as formações tiveram diferentes propostas, tanto por parte das diversas temáticas, quanto por parte dos/as educadores, já que cada oficina era composta por diferentes profissionais de áreas de atuação diferentes.

Uma das principais questões a se destacar foi como o grupo se constituiu em um coletivo de pessoas que trabalham de forma cooperada, ou seja, ainda que existam questões a serem trabalhadas, já que o processo de formação deve ser constante, o grupo já é muito diferente do que era início do projeto. Destacamos o que Adams (2014, p. 584) reforça: “[...] o trabalho associado pode constituir-se um ambiente adequado para resistir à cultura de competição e individualismo”, ou seja, a partir do momento em que as pessoas do grupo não se veem mais como “concorrentes” elas passam a perceber o quanto é importante, principalmente, para o empreendimento, que as decisões sejam tomadas de forma coletiva e autogestionária, muito diferente da experiência que vivenciaram até então, no mercado hegemônico capitalista.

Referências

ADAMS, Telmo. Educação na Economia solidária: desafios e perspectivas. **Educação, Santa Maria**, v. 39, n. 3, p. 577-588, set/dez 2014.

BARBOSA, Ana Paula; CRUBELATI, Ariele Mazoti; MACEDO, Claudemir de. A importância do cooperativismo no fomento à economia solidária na ótica da educação popular. **Revista de Educação do Vale do Arinos**, Mato Grosso, v. 3, n.1, p. 71-83, jan./jul. 2016.

BARROS, Regina Benevides de. **Grupo e produção**. In: Lancetti, Antonio (Dir.). SaúdeLoucura: grupos e coletivos. São Paulo: Hucitec, 1993, p.145-154.

FRANTZ; Walter; Schönardie, Paolo Alfredo; SCHNEIDER, José Odelso. As práticas do movimento cooperativo como lugares de **Revista de Didáticas Específicas**, n. 16, p. 14-educação. 26, 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, M. **Economia solidária como práxis pedagógica**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009 (Série Educação Popular, 1).

PROCESSOS EDUCATIVOS E A CONSTRUÇÃO DE SUJEITOS EMANCIPADOS NA ITCP/UNIFAL-MG

Camila Roque Ferreira Pinheiro

Graduanda, Universidade Federal de Alfenas; camilaroque_021@hotmail.com

Pedro Henrique Marciano Ribeiro

Graduando, Universidade Federal de Alfenas; pehemiri@gmail.com

Layon Carlos César

Doutor em Administração; Universidade Federal de Alfenas; layon.cezar@unifal-mg.edu.br

Introdução

Dentre os instrumentos de transformações que concernam à atual conjuntura, integra-se o processo de desenvolvimento de um paradigma de organização da sociedade fundamentado na valorização social do trabalho humano, direcionado por relações horizontalizadas, coletivas e solidárias. O propósito deste modelo denominado economia solidária, refere-se ao desenvolvimento de propostas alternativas e transformadoras para o bem-viver dos indivíduos marginalizados pelo atual sistema, que vem ocasionando impossibilidades ao acesso a dinâmicas grupais participativas, dialógicas e uma educação que desenvolva saberes populares e emancipatórios.

Uma das organizações que difundem essa perspectiva é a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de Alfenas (ITCP/UNIFAL-MG), que prima pela formação socioeconômica, cultural e política de seus atores envolvidos, a qual se utiliza dos pressupostos da economia solidária para o desenvolvimento de suas atividades e projetos.

Nessa perspectiva, se faz o objeto de estudo deste trabalho, cujo objetivo é analisar em que medida os processos educativos realizados pela ITCP/UNIFAL-MG estimula e oferece subsídios teóricos, metodológicos e políticos para a construção de sujeitos emancipados.

ECONOMIA SOLIDÁRIA, PROCESSO EDUCATIVO E EMANCIPAÇÃO

O modelo econômico capitalista adotado pelo Brasil ao longo dos anos, mesmo tendo sido capaz de produzir riquezas, deixou um legado histórico de desemprego, exclusão social, acumulação de riquezas nas mãos de poucos e a naturalização de sujeitos alienados. Em vista disso, ao contrário dessa lógica adotada pelo atual sistema tem-se o movimento da economia solidária, o qual instaura uma discussão sobre novas formas de amenizar essa realidade, a partir de uma construção traçada na vinculação entre o econômico e o social, superação das desigualdades sociais, proteção da qualidade de vida, justiça social, viabilidade econômica e promoção na cidadania, autonomia e emancipação dos indivíduos (MILANEZ, 2003).

Segundo Guerra (2014) a conceituação da economia solidária possui múltiplos sentidos e usos, se dividindo em três abordagens diferentes para a sua construção. A primeira delas compreende a ES como uma “Alternativa de organização do trabalho para os Setores Populares”, a segunda defende a proposta da ES como uma “Alternativa ao Modo de Produção Capitalista”, e a terceira e última abordagem, propõe a ES como uma “Alternativa de Vida”, onde se busca ultrapassar a visão economicista na busca por uma inversão de valores.

Para Arruda (2003, p.27) “o importante é compreender que esse é o momento de uma luta cultural contra uma ideologia baseada no paradigma da dominação e da mera acumulação de material, fundada numa concepção egoísta que marca toda uma maneira de ver o mundo”. Além disso, “é preciso compreender as raízes desse paradigma e lutar pela superação, porque ele é terrível tanto para os dominados, quanto para os dominadores – ele desumaniza ambos”.

Desta forma, o autor destaca a importância da busca pela emancipação do indivíduo, visto que a ES corresponde a um sistema socioeconômico aberto, instituído por valores cooperativos, recíprocos e autogestionários, objetivando a emancipação cognitiva e criativa do indivíduo (ARRUDA, 2003). A busca pela abrangência e amplitude na proposta de sociabilidade se faz necessário nesse processo emancipatório, mediante o desenvolvimento de elementos de natureza cultural e educacional, numa construção socioeconômica de base popular, apoiado na pedagogia de Paulo Freire.

De acordo com Zitkoski (2010), educação popular consiste na diversidade de experiências pedagógicas e de formação humana, além da valorização da emancipação social e reinvenção nas formas de produzir a vida na sociedade. Ademais, segundo Paulo Freire, a educação popular tem uma proposta politicamente mais humana visto que é libertadora, deixando o homem livre de dentro

para fora, onde o método é instrumento de preparação de pessoas para uma tarefa coletiva de reconstrução nacional (BRANDÃO, 2006).

A ES e seu processo educativo mediante a educação popular preconizam conceitos de participação e emancipação, não apenas como estratégia de se trabalhar a aprendizagem, mas prevalecendo as relações horizontais. Para que isso se torne possível, ambas utilizam a autogestão como forma de trabalho e educação, pois consiste na relação democrática entre os sujeitos de uma determinada instituição que estejam inseridos, não havendo relações de dominação, onde a gestão é realizada de forma horizontal, o que consequentemente suspende a hierarquização da produção, dos saberes, da divisão social e técnicas de trabalho (SINGER, 2012). Nesse sentido, pode-se salientar que a economia solidária pode ser caracterizada também como um processo emancipador.

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento deste trabalho, optou-se pela pesquisa de caráter qualitativo, já que este tipo de abordagem possui significativa influência em estudos que abrangem as relações sociais, onde aspectos da realidade não são quantificados, mas sim concentrados na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais, como é o caso deste estudo, visto que, por se tratar de uma incubadora, estas relações são necessariamente presentes.

A coleta de interpretação de dados se deram através da observação participante, que segundo Queiroz et al (2007), retrata sobre qual a situação do investigador se adapta para fazer parte do grupo observado para certeza de uma experiência mais próxima da realidade desses, bem como a própria metodologia de trabalho utilizada pela ITCP/UNIFAL-MG, com finalidade do entendimento da pesquisa ação participativa-prática, a qual caracteriza-se por uma associação de pesquisadores e atores de determinado contexto social, cujo intuito é modificar uma realidade mediante a educação popular de Paulo Freire (TRIPP ET AL, 2005).

A ITCP/UNIFAL-MG E A ECONOMIA SOLIDÁRIA NA CONSTRUÇÃO DE SUJEITOS EMANCIPADOS

As ITCPs se apresentam como agentes de um processo educativo para a cooperação, a autogestão e a emancipação constituindo-se como projetos, programas ou órgãos das universidades

com a finalidade de dar suporte à formação e ao desenvolvimento de cooperativas populares e da economia solidária.¹³

Entre essas ITCPs, se encontra o programa de extensão universitária ITCP/UNIFAL-MG, em que concebeu sua origem em 2010, preponderando suas ações pela formação socioeconômica, cultural e política dos envolvidos em seus trabalhos. De acordo com Relatório Anual de Programa de Extensão de 2015 “ITCP/UNIFAL-MG”, sua metodologia de trabalho se pauta na articulação entre a pesquisa-ação e a educação popular, com vistas para a interação dialógica e aprendizado conjunto para a autogestão dos empreendimentos econômicos solidários (EEE). .

Diante das demandas apresentadas pelos EEE, considera-se a pesquisa-ação como uma forma adequada de abordar o trabalho na relação universidade-sociedade, pois é uma abordagem metodológica que possibilita construir uma relação dialógica entre as partes, bem como contribui para o fortalecimento de processos emancipatórios. Ao criticar o método vertical de aprendizagem como “educação bancária”, Freire (1987) caracteriza a relação dialógica como a recusa da unilateralidade do processo do conhecimento e do ensino. Neste mesmo sentido, em projetos sociais, também se deve atentar a uma formação que não considere os receptores como entes passivos no processo do conhecimento.

Esse fortalecimento através de processos educativos desenvolvidos pela ITCP/UNIFAL-MG se verifica na busca pela formação de uma consciência crítica dos sujeitos (membros da incubadora e membros dos EEE incubados) frente à vivência da realidade, além de ser uma facilitadora de processos democráticos, buscando garantir Direitos e relações horizontais, projetando a emancipação e transformação social dos sujeitos impactados.

Além disso, a solidariedade se torna o instrumental vital para um processo de emancipação feito pela incubação, construindo a forma de ver o mundo em uma valorização principal dos sujeitos. A cooperação é o meio pelo qual ocorre a mudança de forma prática nesse processo, a incubação foca no esclarecimento de um trabalho cooperativo, não de forma a apenas atingir resultados econômicos, mas também sociais que possam melhorar a vida desses trabalhadores entre si. A autogestão, que nesse processo atua como uma alternativa cultural desenvolve a ITCP/UNIFAL-MG e suas relações sociais com a consciência solidária para quebra de paradigmas autoritários já

13 Estatuto da Rede de ITCPs, 1999, art.2. Disponível em: <<http://www.itcp.coppe.ufrj.br>>.

habituaados, construindo dessa forma uma igualdade de relação entre as pessoas, bem como, conduz um processo construtivo de sujeitos emancipados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo educativo desenvolvido pela ITCP/UNIFAL-MG fornece aos trabalhadores dos EEE instrumentos para o desenvolvimento de certa autonomia econômica e política e condições para enfrentar melhor as contingências de vida e tornar-se, automaticamente, um sujeito mais solidário, participativo, autônomo e emancipado. O membro da incubadora, por sua vez, tem condições de entender os limites de seu conhecimento na interação com o saber popular trazido pelos trabalhadores e conscientizam-se da necessidade de (re) aprender nessa prática interativa. Isso se torna possível pelo fato de que os saberes são distintos, mas não opostos. Há uma consonância dos mesmos de maneira que possibilite a humanização, as relações horizontais, a suspensão da hierarquização dos saberes, a promoção da troca de experiências e saberes, retratando afinidades e contradições, bem como elucidando e desvelando as relações entre os sujeitos na sociedade capitalista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRUDA, M. **Humanizar o infra-humano**: a formação do ser humano integral – homo evolutivo, práxis e economia solidária. Rio de Janeiro: Vozes, 2003a.

ARRUDA, M. Situando a Economia Solidária. In: **Economia Solidária**. Cadernos da Fundação Luís Eduardo Magalhães. Salvador: FLEM, 2003b.

BRANDÃO, C.R. **O que é método Paulo Freire?**. 2006.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 18ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 218p.

GUERRA, A. C. **Os valores da economia solidária e os valores do trabalho: Um estudo em empreendimentos econômicos solidários**. 20014. Tese (Doutorado em Administração) - Departamento de Ciências Administrativas, UFMG, Belo Horizonte, 2014.

MILANEZ, Francisco. **Desenvolvimento Sustentável**. In: CATTANI, Antonio David.(Org.). **A Outra Economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. p. 76-84.

QUEIROZ, Danielle Teixeira et al. **Observação participante na pesquisa qualitativa:** conceitos e aplicações na área da saúde. Rev. enferm. UERJ, v. 15, n. 2, p. 276-283, 2007.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária.** 5.ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2012.

TRIPP, David. **Pesquisa-ação: uma introdução metodológica.** Educação e pesquisa, v. 31, n. 3, p. 443-466, 2005.

ZITKOSKI, J.J. **Educação Popular e Economia Solidária: um diálogo possível e necessário.** **Diálogo**, n. 17, p. p. 97-106, 2010.

PROJETO CANUDO AZUL: A EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA A PRÁTICA DO BEM-VIVER EM UMA INSTITUIÇÃO PÚBLICA DE ENSINO FUNDAMENTAL.

Josinete Maria Pinto, graduada em Historiadora – Pós-graduação em Gestão Pública pela UFF - josinetemp@yahoo.com.br

Lucas Felipe de Sousa Gonçalves, graduando em Psicologia pela UFF - lucassousa@id.uff.br

Pedro Paulo Souza da Silva, graduando em Ciências Contábeis pela UFF - pedropaulosilva@id.uff.br

Introdução e Contextualização

A degradação ambiental tem despertado cada vez mais a atenção da população jovem, que consciente dos impactos causados pela ação humana, busca cada vez mais se inserir e/ou propor iniciativas de conscientização ambiental, sobretudo a nível local, geralmente promovidas pela própria comunidade na qual está inserida. Porém, tais ações, apesar de estarem tornando-se mais comuns na realidade brasileira, ainda encontram dificuldade de penetração nos segmentos mais baixos da população, sobretudo nas instituições de ensino nas periferias, onde a educação é tão precarizada que ações como essa se revelam um verdadeiro desafio, considerando que os jovens residentes em bairros de periferia geralmente enfrentam outras questões específicas de seu território, como a violência, tráfico de drogas, o transporte público precário, a exclusão à própria cidade, etc.

Considerando isso, a Juventude Operária Católica (JOC) de Volta Redonda, uma organização de base cujo trabalho se desenrola através da discussão e/ou solução de problemáticas da realidade do jovem trabalhador/a, em parceria com a Incubadora Tecnológica de Empreendimentos de Economia Solidária do Médio Paraíba (InTECSOL), desenvolve o projeto de extensão da Universidade Federal Fluminense (UFF) que fomenta a Economia Solidária e educação ambiental a partir do Projeto Canudo Azul, focado nos alunos do segundo ciclo do ensino fundamental da Escola Municipal Walmir de Freitas Monteiro, localizada no bairro Santa Cruz em Volta Redonda, região Sul Fluminense, com a proposta de trabalhar importantes temas contemporâneos, sobretudo as problemáticas ambientais, cuja discussão parte da realidade dos

próprios alunos, e que geralmente não é contemplada pela própria base curricular por diversos empecilhos, como excesso de conteúdo, desinteresse da maioria dos alunos e precarização da figura do professor e/ou instituição de ensino.

Elaboração e Metodologia

O projeto Canudo Azul tem como ponto de partida a metodologia da JOC, ver, julgar e agir e de outras metodologias participativas que atuam na perspectiva da educação popular e economia solidária. São iniciativas que nos fazem refletir o papel de jovens na sociedade atual e como podemos contribuir com nossos conhecimentos acumulados durante todo percurso de formação, como profissionais e cidadãos, para alcançarmos uma lógica de vida sustentável e consciente, não só para as gerações futuras, mas para o aqui e agora.

Volta Redonda é estereotipada como uma cidade bastante poluída, principalmente pelo fato de abrigar a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), responsável por inúmeros danos socioambientais. As administrações do município possuem um histórico de práticas insustentáveis, sobretudo quanto a destinação dos seus resíduos sólidos, sendo que os mesmos eram quase que integralmente destinados a um lixão a céu aberto, que funcionou de 1987 a 2012 próximo do principal patrimônio ambiental da Volta Redonda, a Área de Relevante Interesse Ecológico Floresta da Cicuta.

A proposta central é refletir e repensar as relações humanas para com o meio onde vive, seja ele ambiental ou social, dando ênfase às relações na esfera comunitária e local, desenvolvendo também, alternativas de geração de trabalho e renda acessíveis através de práticas sustentáveis como a reciclagem e reutilização de resíduos sólidos e estimulando por meio da educação popular ações que agreguem a conscientização, educação, lazer e valores humanos acerca do tema.

Como se trata de um projeto, sobretudo, de conscientização acerca do meio e de si próprio, a educação se apresenta como um aspecto essencial a ser trabalhado. Para isso, vale-se explorar as possibilidades da educação popular, metodologia de ensino disseminada pelo educador Paulo Freire, tendo como ponto de partida a realidade dos jovens estudantes e a comunidade escolar.

A pedagogia de Paulo Freire entende que todos têm algo a acrescentar e as trocas são essenciais para compreender o saber popular. O conhecimento, nesse caso, vem de várias fontes, além da hegemonia do saber classificado como científico, o que se traduz na valorização, sobretudo,

da cultura popular, ao afirmar que a sabedoria do povo deve sim ser considerada no momento da construção de uma práxis didática. Pensamento oposto à ideologia cientificista, que diz já ter havido superado o pensamento mundano e que este não é nada além de mero aristotelismo, algo digno de ser esquecido no mundo.

O movimento em prol de uma educação emancipadora sabe que a generalização das múltiplas e complexas facetas que é o pensar e o relacionar humano é algo arbitrário, por isso propõe uma mudança no fluxo do saber; os dominados que passivamente recebem as informações impostas pelos dominantes passam a produzir o seu próprio conhecimento, que trata de seu próprio interesse e reflete sua própria realidade. O processo de construção dos saberes, nesse caso, se dá em conjunto com o popular, não apenas considerando que seu saber é válido, mas com o povo e as bases assumindo um papel protagonista.

Devido a esses fatores, assume-se que a educação popular possui uma flexibilidade compatível com a diversidade que é a vida humana, acentuada pelas desigualdades do sistema mercantil vigente. É utilizada em todos os tipos de contextos onde pessoas estão presentes, na escola, como se propõe a desenvolver o presente projeto, nos movimentos sociais, culturais e até mesmo na promoção da sustentabilidade ambiental.

Resultados

A primeira atividade em parceria com a Escola Municipal Walmir de Freitas Monteiro aconteceu em setembro de 2018 com a proposta piloto de manter o foco no debate referente às problemáticas ambientais, através da perspectiva jovem. O tema foi bem recebido pela comunidade escolar, sobretudo pela popularização nas mídias sociais da discussão em torno da relação entre a utilização de canudos plásticos descartáveis e o ecossistema marinho, fato que acabou dando o nome do projeto.

Foi partindo dessa problemática que se iniciou o trabalho com os alunos da escola, os guiando através de sua própria realidade, ou seja, de moradores e/ou estudantes do bairro Santa Cruz, para compreenderem a dimensão do problema. Os resultados obtidos foram muito além do esperado, sendo que os índices de participação se revelaram mais altos do que o previsto e as discussões renderam frutos que ultrapassaram a própria questão ambiental, revelando o interesse dos jovens de

participar das atividades extraclasse para expressarem e debaterem temas e problemáticas de que precisam lidar diariamente e muitas das vezes não possuem lugar de fala.

As atividades do ano de 2018 se encerraram com a apresentação de uma peça teatral sobre preservação ambiental sugerida pelos próprios alunos em exposição organizada pela escola em comemoração aos 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Para o ano letivo de 2019, a proposta de atuação do Canudo Azul no território se baseia no fortalecimento das relações não só com o corpo discente da escola, mas também com os docentes e com a comunidade escolar, trabalhando em conjunto com os mesmos de forma interdisciplinar de maneira a articular os conteúdos debatidos através do projeto com os conhecimentos e competências trabalhados em sala de aula pelos professores, se posicionando como um complemento extra curricular que aborde temas contemporâneos sob a realidade socioeconômica dos próprios jovens, as questões ambientais, dando atenção também às demandas territoriais, sociais e culturais, incentivando a participação social e práticas solidárias e de bem viver entre os alunos através de atividades de interesse da própria juventude, se desvinculando da noção de educação bancária e permitindo que os mesmos sejam os protagonistas do próprio processo formativo.

Discussão e Conclusões

A partir do exposto no presente trabalho, enfatizando a atuação durante o ano de 2018 na Escola Municipal Walmir de Freitas Monteiro, se fez necessário dar continuidade às atividades, ampliando o leque de debate para além das questões ambientais que possibilitaram estabelecer uma linha de diálogo com os jovens dessa instituição e o bairro onde residem, considerando suas especificidades e demandas, que não são supridas pela instituição escola. Além disso, a articulação com o corpo docente e a base curricular do ensino fundamental se mostra essencial para que além de formar cidadãos e multiplicadores dos ideais que o projeto defende, possam incorporar os conhecimentos nas próprias disciplinas cursadas e vice-versa.

Para isso, foram desenvolvidas diversas propostas de atuação baseadas nas demandas dos alunos, professores e dos próprios jovens universitários que atuam no Projeto Canudo Azul, como a construção de uma horta comunitária de cunho pedagógico no espaço físico da escola, para incentivar e fomentar a agricultura de base agroecológica e orgânica que visa democratizar o acesso à alimentação de qualidade e a segurança alimentar e nutricional, despertando a curiosidade dos jovens

para esse tipo de prática sustentável, tornando-os conscientes acerca da importância de uma alimentação diversificada e livre de agentes químicos nocivos.

Além de um jogo de cooperação no estilo RPG (sigla para Role-Play Game, traduzido literalmente do inglês como “Jogo de Interpretação de Papéis”), como um instrumento didático alternativo e inovador, que aborde as especificidades do próprio território em que os alunos estão situados, sob a visão dos Direitos Humanos de maneira interativa, dinâmica e divertida e a realização de cine debates como instrumento de consumo de cultura de forma crítica, valorizando produções independentes e nacionais, provocando reflexões através não só da exibição em si, mas da posterior discussão em grupo onde os pontos de vista são confrontados, compartilhados sob a ótica do respeito mútuo às individualidades de cada um.

A formação em economia solidária, propõe aos jovens uma maneira alternativa de produzir, comercializar e vivenciar, baseado nos princípios da autogestão e solidariedade, desenvolvida na escola em parceria com a comunidade escolar através de feiras de trocas solidárias e o desenvolvimento e adaptação de tecnologias sociais, como uma moeda social para circulação interna na instituição.

Referenciais Bibliográficos

FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

JACINSKI, E.; SUSIN, R. M.; BAZZO, W. A. Repensando as dicotomias entre Tecnologia e Sociedade na Educação Tecnológica. Revista Brasileira de Ensino de Ciência e Tecnologia, Curitiba, v. 1, n. 3, p. 13-22, set./dez. 2008.

JÚNIOR, F. J. G. Panorama da gestão de resíduos em Volta Redonda/RJ. Cadernos UniFOA, Volta Redonda, n. 35, p. 35-46, dez. 2017.

LEITE, I. Educação popular, ontem e hoje: perspectivas e desafios. Revista Espaço Acadêmico, n. 176, p. 89-98, jan. 2016.

MACIEL, K. F. O pensamento de Paulo Freire na trajetória da educação popular. Educação em Perspectiva, Viçosa, v. 2, n. 2, p. 326-344, jul./dez. 2011.

SINGER, P. Introdução à Economia Solidária. 1. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

UMA EXPERIÊNCIA DE FORMAÇÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA: EDUCAÇÃO POPULAR E EMANCIPAÇÃO” DA ITCP/FURB.

Autores:

Geise C. Soares, graduanda em Serviço Social na Universidade Regional de Blumenau - FURB. geisecsoares@gmail.com

Roberto R. Rautenberg, Doutorando em Desenvolvimento Regional na Universidade Regional de Blumenau – FURB, Professor de Sociologia na UNIASSELVI. robertorautenberg@yahoo.com.br

Valmor Schiochet, Doutor em Sociologia pela UNB, Professor do departamento de Ciências Sociais na Universidade Regional de Blumenau - FURB, membro da ITCP-FURB. valmor@furb.br

Vanessa Doré Gonçalves, graduanda em Ciências Sociais na Universidade Regional de Blumenau – FURB, membra da ITCP-FURB. vanessvdg@gmail.com

Introdução:

Entendida como prática alternativa ao modelo econômico capitalista, a economia solidária é caracterizada por fundamentos metodológicos de organização apresentados de uma forma muito distinta do modelo vigente. A contraposição conceitual existente entre solidariedade e utilitarismo evidencia o modo como se coloca a economia solidária na vida das pessoas. Temos no âmago da economia solidária a defesa da solidariedade como preceito primordial para sua implementação, a concepção do compartilhamento encontrada na economia solidária garante formalmente a constituição da mesma.

Como podemos observar, o fenômeno da economia solidária é bastante recente, nesse sentido, as expressões de economia solidária multiplicaram-se rapidamente em diversas formas: coletivos de geração de renda, cantinas populares, cooperativas de produção e comercialização,

empresas de trabalhadores, redes e clubes de trocas, sistemas de comércio justo e de finanças etc. (LAVILLE e GAIGER, 2009).

Conforme a economia solidária se desenvolve, mais complexas se tornam suas diferentes formas de expressões, isso representa afirmar que não existem restrições para sua expansão desde que, obviamente, sejam respeitados os pré-requisitos fundamentais que caracterizam a economia solidária.

Diante dessa afirmações, podemos constatar que uma das expressões da economia solidária, acontece a partir de um percurso formativo pautado na educação popular. Na Economia solidária os processos educativos são vistos como emancipatórios, com base em uma leitura crítica da realidade, as práticas educativas são baseadas na valorização dos saberes e troca de experiência, pautada na crítica das desigualdades sociais, os processos de exploração e opressão social, buscando a transformação dessas relações.

São várias as maneiras de entendermos a Educação Popular. Desse modo, pode-se afirmar que seu conceito é plural, entretanto, sempre se observa um eixo central. Este eixo, costumeiramente, contempla um conjunto de práticas educativas, teoria da educação, trabalho popular, emancipação dos sujeitos, lutas por transformações sociais, democratização, justiça social e outros.

Em síntese, se é que é possível, podemos elencar pelo menos cinco princípios da Educação Popular: a) Compromisso com o trabalho e com o povo; b) Engajamento, junto com o povo, na construção de um saber específico; c) A construção deste saber acontece nas lutas pela transformação da sociedade; d) Comprometimento, através da realidade em construção, com a emancipação do sujeito; e) A construção se dá a partir do diálogo. Cabe sublinhar que o conceito de Educação Popular não está acabado. Ao contrário, está em constante transformação, assim como as realidades que os diálogos entre sujeitos geram.

Diferente da educação na lógica mercantil que se centra na formação de profissional para o mercado de trabalho e valorização do capital, excluindo todos que não são tidos como produtivos a reprodução dessa lógica. A economia solidária acolhe e valoriza o ser humano, as aprendizagens que teve ao longo de sua vida e busca pensar com ele como criar relações sociais e de trabalho colaborativas.

No capitalismo a pobreza é vista como um problema e as pessoas em condição de vulnerabilidade econômica e social, encontram dificuldades de inserção nos circuitos de produção, comercialização e consumo.

O público da Política de Assistência Social, que entre as diversas expressões da questão social manifestas no seu cotidiano, vive o desemprego, encontra dificuldade de concluir os processos de escolarização e qualificação profissional e por muitos são vistos como improdutivos.

Pensando no estigma e preconceito vivenciado por essas famílias, público do Centro de Referência em Assistência Social, elabora-se um projeto ações Territoriais e Economia Solidária. Esse projeto tem como finalidade fomentar de ações de inclusão produtiva e apoio a organização e o fortalecimento de Empreendimentos de Economia Solidária EES para gerar trabalho e renda ao público usuário dos territórios dos Centros de Referência de Assistência Social - CRAS da Escola Agrícola, Velha e Fortaleza/Blumenau/SC, por meio de reuniões de assessoria, organização de percursos formativos, organização de feiras, diálogos intersetoriais, supervisão da equipe técnica.

Aqui nesse ensaio teórico, iremos relatar a experiência e vivência, ao longo de 2018, na Formação Economia Solidária, ofertado aos usuários dos serviços Centro de Referência dos CRAS Blumenau.

O percurso formativo a ser aplicado com a população usuária dos serviços da Assistência, tem como objetivos: articular processos organizativos de sensibilização, mobilização, capacitação, interação com usuários dos território e profissionais públicos; contribuir para inserção socioeconômica por meio da organização de estratégias de trabalho associativo e comercialização para trabalhadores autônomos; promover o consumo solidário; fomentar articulação política com a gestão da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMUDES no município de Blumenau, os técnicos e usuários dos CRAS dos três territórios, sociedade civil, equipamentos urbanos e à comunidade em geral, a fim de fomentar as atividades da ITCP. Trata-se da implementação de um percurso formativo sistemático voltado à inserção auto gestor no mundo do trabalho.

Neste contexto, a formação é definida como uma “construção social” inerente aos processos de trabalho autogestionários, elemento fundamental para viabilizar as iniciativas econômicas e ampliar a cidadania ativa e a democracia, e como movimento cultural e ético de transformação das relações sociais e intersubjetivas enquanto base de um novo modelo de desenvolvimento. No contexto da Economia Solidária adotaremos os princípios metodológicos consensuados nacionalmente que servem de referência para as atividades formativas que reconhecem a

centralidade do trabalho na construção do conhecimento técnico e social, articulando o trabalho e a educação na perspectiva da promoção do desenvolvimento sustentável, orientando ações político-pedagógicas inovadoras, autogestionárias e solidárias, inseridas em um pensamento emancipatório de inclusão e transformação próprio dos atores envolvidos.

O conteúdo da formação em economia solidária deve estar voltado para a construção de uma concepção crítica da realidade e produção de outra visão de mundo, em que a solidariedade seja resgatada como elemento humanizador e transformador da vida em sociedade. No projeto pedagógico da qualificação para Economia Solidária, os conteúdos devem estar interligados com a dimensão integral da concepção pedagógico metodológica da ação formativa.

O processo metodológico se deu após diversas reuniões realizadas no território, para sensibilizar e organizar a equipe técnica e os participantes dos três bairros, foi decidido pelo coletivo de forma democrática, quais temas seriam necessários para o curso de capacitação diante das demandas apresentadas. A partir da proposta pedagógica, foram levantados 14 temas para o Curso de Capacitação para os Usuários dos Territórios dos bairros da Fortaleza, Velha e Escola Agrícola, sendo eles: 1 - Apresentação da proposta do curso e planejamento das ações. 2 - Mundo do Trabalho, Cooperativismos e Economia Solidária. 3 - Cooperativismo e viabilidade econômica. 4 - Noções sobre FESB, Vitrine, Feira da Ecosol na FURB e Feira Municipal. 5 - Vigilância Sanitária. 6 - Relações Interpessoais. 7 - Representações existenciais e Corporeidade. 8 - Formalização das atividades econômicas. 9 - Administração financeira, gestão de custo e formação de preços. 10 - Práticas de Comercialização. 11 - Técnicas de comunicação. 12 - A importância do Território e a Permacultura. 13 - Políticas Públicas para Economia Solidária. 14 - Encerramento e avaliação.

O percurso formativo teve seu início marcado no mês de março de 2018 e encerrando no mês de julho de 2018, esses encontros aconteciam semanalmente, na Universidade Regional de Blumenau, pois além de ser um espaço o qual acolhia todos os frequentadores, com uma infraestrutura adequada, também era importante para o público do curso, ocupar o espaço de uma universidade referência na região do Vale do Itajaí, nunca antes frequentado pela maioria dos usuários dos CRAS.

Nesses encontros contamos com a presença, colaboração e parceria, de instituições como a SEMUS - Secretaria Municipal de Saúde, que cedeu uma profissional da Vigilância Sanitária, disposta a oferecer uma oficina, com tema pertinente aos produtores de alimentos artesanais, a SEMUDES - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, que teve um papel indispensável

nesse percurso, fornecendo o vale transportes para que os usuários possam participar das atividades formativas, teóricas e práticas.

O encerramento deste percurso também foi articulado entre a ITCP, a FURB e a SEMUDES, organizando uma certificação formal, atestando oficialmente a participação de cada participante do curso de Formação em Economia Solidária para os Territórios da Fortaleza, Velha e Escola Agrícola no ano de 2018.

A dimensão formativa esteve articulada com processos organizativos de sensibilização, mobilização, capacitação e interação com gestores públicos. O público demonstrou muito interesse mediante a assiduidade, efetiva participação e envolvimento nas atividades, expondo seus anseios e manifestando de forma contínua a pertinência dos temas e necessidade de continuidade do processo formativo, bem como constatou-se uma ampliação da consciência das potencialidades e dos limites para a emancipação socioeconômica da população mais vulnerável e a importância da ação coletiva para enfrentar as dificuldades, próprias do sistema capitalista.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRANDÃO, C. R.; ASSUMPÇÃO, R. Cultura rebelde. Escritos sobre a educação popular ontem e agora. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

FREIRE, P. (1998). Pedagogia do Oprimido. 25^a ed. (1^a edição: 1970). Rio de Janeiro: Paz e Terra.

LAVILLE, J. L.; GAIGER, L. I. Economia Solidária. In: CATTANI, A. et al. Dicionário Internacional da outra economia. São Paulo: Almeida, 2009. pp. 162-168.



V Congresso da Rede de ITCPs

**UNIVERSIDADE E ECONOMIA SOLIDÁRIA:
REDE ITCPS - 20 ANOS RESSIGNIFICANDO A UNIVERSIDADE NO BRASIL**

**CEFET/RJ
RIO DE JANEIRO - RJ
01 A 04 DE MAIO DE 2019**

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Área temática

Economia Solidária e Territorialidade

Coordenação: Lourença Santiago Ribeiro

A PARTICIPAÇÃO DA MULHER RURAL NA ECONOMIA SOLIDÁRIA E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Seonária Costa Santana, Pós-Graduanda em Inovação Social com ênfase na economia solidária no IFBaiano, Pós Graduanda em Desenvolvimento Territorial na UFBA; narinha.costa1@gmail.com

Alane Amorim Barbosa Dias, Graduanda em Serviço Social (UFRB), Pós-Graduanda -IFBaiano;
alane.a@hotmail.com;

Adriana de Jesus Borges, Mestra em Agroenergia (UFT); adriana.agroenergia@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho visa mostrar a importância da mulher rural na economia solidária e sua contribuição no desenvolvimento territorial. A pesquisa-ação foi feita com base em roda de conversa e acompanhamento na produção e comercialização dos produtos acerca do trabalho informal e também pelo trabalho invisibilizado dessas mulheres.

1. ASPECTOS INICIAIS

A economia solidária é um movimento popular que propõe construir um modelo de desenvolvimento solidário, sustentável, de inclusão social e cidadania, e que através de seus projetos visam promover o desenvolvimento sustentável local, regional e territorial e assim a superação da extrema pobreza, através das possibilidades da geração de trabalho e renda em iniciativas solidárias.

O movimento da economia solidária possibilitou o envolvimento de grupos produtivos, que por sua vez viram a oportunidade de organizar suas atividades econômicas e assim integrá-las ao mercado de trabalho e torna-las atividades autossustentáveis, promovendo e difundindo os conceitos de associativismo, solidariedade, autogestão, desenvolvimento sustentável e de valorização das pessoas e do trabalho, gerando emprego e renda, logo aumentando a qualidade de vida da diversidade de atores envolvidos no processo.

É possível perceber esta contribuição principalmente pelos grupos produtivos compostos por mulheres rurais, que viram na economia solidária uma oportunidade de se consolidar enquanto mulher, envolvida no processo de desenvolvimento do meio em que vive.

A mulher rural vem ganhando destaque pela sua atuação na ocupação de espaços onde elas veem a possibilidade de reivindicar e fazer valer seus direitos, que por muito tempo lhes foram negados; direito de fala, de vez, de voto, direitos sociais, previdenciários, trabalhista dentre outros.

O protagonismo da Mulher Rural se perpetua quando de fato ela se torna atriz principal de sua própria história, o que fica claro que bem antes de ser esposa, filha, ajudante, companheira ela é um ser que tem personalidade, vontades e interesses próprios que em muitas vezes precisam de estímulos para ser despertadas.

A economia solidária conseguiu associar as demandas existentes no cotidiano das mulheres rurais, dando visibilidade às inúmeras tarefas desenvolvidas por elas mas que passam despercebidas pela sociedade machista e que reproduz o discurso medíocre e cultural de que a mulher não trabalha, é apenas dona de casa (do lar).

A falta de reconhecimento dos trabalhos realizados na dupla ou tripla jornada da mulher rural, ou na sua participação nos movimentos sociais, visando a necessidade de dar visibilidade ao trabalho feminino, se faz necessário entender que as mulheres assim como os homens, podem manter os cuidados com a família e ao mesmo tempo desenvolver trabalhos profissionais.

O movimento da economia solidária também tem promovido o envolvimento das mulheres rurais nas discussões da política de desenvolvimento territorial, fomentando sua participação na Câmara Técnica de Mulheres existente no território, e também através deste movimento elas participam de feiras, seminários, intercâmbios, cursos tudo em prol de fortalecer e dar visibilidade à luta árdua não só de ocupação, mas também no fazer valer o espaço ocupado na busca pelos seus direitos e acesso às políticas públicas e sociais.

No Estado da Bahia diversos seguimentos econômicos se destacam como as atividades relacionadas à agropecuária, indústria, mineração, etc., que contribuem para o aumento do Produto Interno Bruto (PIB) da região nordeste. (OCB, 2011). Nessa perspectiva surge o espaço de atuação da mulher, na tentativa de criar opções de atuação e empoderamento.

Atualmente, em sua maioria, as mulheres são responsáveis por subsidiar suas famílias, mas devido ao seu processo histórico, sua busca pela independência pode sofrer algumas variações em

seus salários e em postos de trabalhos. Nesse processo, destaca-se a importância do movimento da economia solidária que visa em meio ao bombardeio capitalista de massa, desenvolver uma saída que oportunize pessoas que são consideradas à margem do movimento: local que a mulher ainda se insere, o meio rural.

Esse espaço de reinserção e conquista, demarca naturalmente o caminho trilhado pela mulher, o qual justifica a suma importância a participação destas no movimento e a influência delas na busca por acesso as políticas públicas dentro das discussões no colegiado territorial. Quando a mulher rural valoriza suas ações, afirma sua identidade enquanto mulher, rural e negra, participa de ações coletivas movimentos sociais, se organizam em quanto grupo, ela contribui para o desenvolvimento local de sua região que logo eleva o envolvimento dos atores no desenvolvimento territorial sustentável.

O movimento da economia solidária que propicia aos seus participantes serem protagonistas de seu desenvolvimento oferece às mulheres um local para combate à exclusão e trabalho precarizado, além da exploração do domínio de gênero nos setores de trabalho (NUNES; COELHO, 2016), pois uma das virtudes do movimento é a inserção das mulheres na doutrina.

Segundo estatísticas, a participação dos homens nos postos de trabalho ainda é maior do que a participação das mulheres. Porém, dados da Secretaria Nacional de Economia Solidária, na composição dos empreendimentos de economia solidária (EES) as mulheres predominam nos EES com menos de 10 sócios, chegando ao percentual de 63%. (OCB, 2016)

A política de economia solidária em si, já se caracteriza como política de desenvolvimento, pois esta, principalmente, está voltada para um público excluído de forma histórica que com o passar das décadas só acentua a pobreza e exclusão social. Sabe-se que a política pública no seguimento citado é algo recente e em construção no país, sendo consolidado pela pressão dos movimentos sociais aos poderes legislativo, executivo e judiciário (PRAXEDES, 2009) e empurrado para as agendas das políticas públicas pela porta dos fundos (SCHIOCHETP, 2009).

As mulheres aparecem no contexto da economia solidária para dar voz às suas necessidades e rediscutir o papel da mulher na sociedade. “[...] A inversão da lógica de opressão e submissão do trabalho feminino é condição primeira para que a economia solidária seja uma economia para as mulheres. [...]” (NUNES; COELHO, 2016).

O trabalho fora de casa é um dos fatores que evidencia o desprendimento da mulher às antigas tradições somente a elas vinculadas (ser cuidadora do lar, esposo e filhos). Existem fatores mais relevantes que giram em torno da conquista feminina: reconhecimento e emancipação. Apesar de toda sua conquista, as mulheres ainda são o maior alvo de desemprego, descuido, além da desigualdade. Logo, a economia solidária (empreendimentos de economia solidária) é oportunidade de romper com tais paradigmas e mudar a realidade, pois as mulheres, em sua maioria são mais dinâmicas e no quesito mobilização e auto-organização (características da economia solidária) estas são mais fáceis à aderência, pois em suas vidas corriqueiras já adaptar-se às diversas atividades que precisam desempenhar.

A grande participação das mulheres nas entidades privadas e públicas, assim como, nos empreendimentos de economia solidária evidencia a grande importância que tais mulheres possuem em seus postos de trabalho.

Pelos fatores descritos percebe-se que o desenvolvimento territorial se dá pelo avanço de diversos fatores que interferem em uma região. O desenvolvimento visa explorar a imensa diversidade que se observa nas regiões, tendo foco na dinamização das regiões e a melhor distribuição das atividades produtivas no território, assim como, circulação de moeda e pessoas físicas.

2. ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

A metodologia utilizada foi a pesquisa-ação, que segundo (THIOLLENT, 1986), método de pesquisa social que utiliza como base de desenvolvimento, ações pautadas na demanda coletiva. Assim, a pesquisa percorreu cinco grupos produtivos de mulheres rurais, do município de São Miguel das Matas-BAHIA no Território de Identidade Vale do Jiquiriçá, onde foram feitas rodas de conversas para coleta de dados e informações referentes a participação da mulher rural no desenvolvimento territorial e economia solidária, foi feita o Diagnóstico Rural Participativo para conhecimento da comunidade local onde as mulheres residem.

A pesquisa-ação se constrói como uma estratégia pedagógica e científica, comumente utilizada nas ciências sociais, que começa a ganhar popularidade a partir da década de 80, sendo mais utilizada no início de sua expansão pelas comunidades anglo-saxônicas. Toma como base a

prática educacional por intermédio da educação continuada e a emancipação dos sujeitos. (GIL, 2008)

Os princípios éticos que norteiam a pesquisa-ação são: as relações democráticas, a participação dos sujeitos, o reconhecimento dos direitos individuais, culturais e étnicos e a dinâmica de funcionamento dos grupos. Logo, a construção da pesquisa ação toma como fundamento à práxis do grupo social, colocando-se em evidência as demandas latentes e seu caráter de criticidade.

Levando em consideração este contexto, vale ressaltar que algumas informações deste resumo expandido, foi colhida do Trabalho de Conclusão de Curso-TCC, do Programa de Pós-Graduação Inovação Social com Ênfase em Economia Solidária e Agroecologia do IFBaiano, campus Serrinha/Ba. A pesquisa encontra-se em desenvolvimento, sendo este trabalho oriundo do material apresentado para qualificação do programa, que tem como tema a “Mulheres Rurais: Construindo Rede, efetivando a Economia Solidária”, que busca expandir as informações acerca da importância da mulher rural no desenvolvimento territorial, assim como na economia solidária, formando redes para comercialização e agregação de valores aos produtos oriundos da agricultura familiar como a confecção de doces, geleias, beijús, artesanatos etc.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É evidente que embora presente na maioria das atividades desenvolvidas em casa e no campo, a mulher rural não consegue sobressair mediante as ações realizadas, o que dar margem para a invisibilidade, marginalização e desconhecimento do seu protagonismo econômico. Isso se agrava principalmente quando se trata de mulher rural, negra e analfabeta, a desvalorização de suas ações ainda é mais latente. Desta forma, se faz, mas que necessário fortalecer o movimento para envolver esses atores no processo de desenvolvimento do meio, valorizando suas ações e dando visibilidade ao trabalho produtivo, fortalecendo assim agricultura familiar, economia solidária, contribuindo para o desenvolvimento territorial.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ARRUDA, M. **O “Feminino Criador”**: Socioeconomia Solidária e Educação. Artigos e Histórias da Socioeconomia Solidária. Rio de Janeiro: PACS, 1998.

BARBIER, R. **A pesquisa-ação**. Brasília: Plano, 2002.

CHAVES, Daniela Freitas. PINTO, Iléia Maria de Jesus. **Economia solidária como alternativa de desenvolvimento**. T & C Amazônia: 2007.

DIONNE, Hugues. **A pesquisa-ação para o desenvolvimento local**. Tradução Michell Thiollent. Brasília: Liber Livro Editora, 2007.

NUNES, Kelma; COELHO, Meire. **Economia Solidária: uma economia para as mulheres?** Disponível em: < http://www.ipea.gov.br/acaosocial/article4f1c.html?id_article=590 > Acesso em: 09/11/2016.

PRAXEDES, Sandra Faé . **Políticas Públicas de Economia Solidária: novas práticas, novas metodologias**. IPEA- mercado de trabalho. V. 39. Maio, 2009. Disponível em: http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/08_ES3Sandra.pdf. Acesso em 09/11/2016.

AÇÕES TERRITORIAIS: ESTRATÉGIAS DE GERAÇÃO DE TRABALHO, RENDA E COMERCIALIZAÇÃO PELA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU/SC.

Autores:

Claudia Sombrio Fronza, Doutorado em Serviço Social pela UFSC, Professora do departamento de serviço Social na Universidade Regional de Blumenau – FURB, membra da ITCP-FURB. cfronza@furb.br.

Geise C. Soares, graduanda em Serviço Social na Universidade Regional de Blumenau - FURB. geisecsoares@gmail.com

Roberto R. Rautenberg, Doutorando em Desenvolvimento Regional na Universidade Regional de Blumenau – FURB, Professor de Sociologia na UNIASSELVI. robertorautenberg@yahoo.com.br

Vanessa Doré Gonçalves, graduanda em Ciências Sociais na Universidade Regional de Blumenau – FURB, membra da ITCP-FURB. vanessvdg@gmail.com

Na crise do capital, a partir de 1970, no processo mundialização e de financeirização da economia impulsionam transformações no mundo do trabalho, provocando o agravamento das contradições e o acirramento dos conflitos sociais, decorrente do aumento da pobreza, da exploração e da ofensiva neoliberal sob os direitos dos trabalhadores.

No Brasil, quando a taxa de desocupação alcança de 12,0% e de subutilização é de 24,3%, registramos também 11 milhões de trabalho sem carteira assinada e 23,9 milhões de trabalhadores por conta própria (IBGE/PNAD Janeiro, 2019), num cenário de insegurança de trabalho e renda, a economia solidária é vista como uma alternativa de superar a crise econômica e o conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, tem sido apontada como uma alternativa na geração de postos de trabalho, renda e combate à pobreza. A Economia Solidária (ES) compreende uma diversidade de práticas econômicas e sociais organizadas sob a forma de cooperativas, associações, empresas autogestionárias, redes de cooperação, complexos cooperativos, entre outros. Essas atividades organizadas em formas de trabalho coletivos, denominado,

Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), nos quais se preconiza a democratização das relações de produção, de comercialização e de gestão.

Neste contexto, no estado de Santa Catarina constata-se o surgimento de vários Grupos de Economia Solidária, advindos da crise dos anos 1990 provocou um declínio da atividade econômica, uma retração produtiva e, conseqüentemente, o aumento do desemprego. Por mais, que Santa Catarina, seja considerado o estado com a menor taxa de desemprego do Brasil, constata-se na realidade local, em especial, no município de Blumenau, o crescimento do trabalho informal e precarizado. Esse agravamento da questão social constatado pelo aumento da pobreza e crescente favelização. Considerando que a pobreza e vulnerabilidade social e econômica devem ser entendidas na sua multidimensionalidade opta-se por desenvolver um trabalho na perspectiva da abordagem territorial.

As ações territoriais são pensadas tendo em vista o reconhecimento de trabalhadores autônomos, fomento a organização associativa e a organização e o fortalecimento de Empreendimentos de Economia Solidária EES para gerar trabalho e renda ao público usuário dos territórios dos Centros de Referência de Assistência Social - CRAS da Escola Agrícola, Velha e Fortaleza/Blumenau/SC. Nesses territórios é visto que as famílias presenciam cotidianamente a precarização das condições de vida e de viver.

O público do projeto “Ações Territoriais e Economia Solidária” é na maioria mulheres, desempregadas ou que buscam complementação de renda, em decorrência do baixo valor das aposentadorias e pensões, que desenvolvem atividades artesanais e produção de alimentos para comercializar em feiras. Essas mulheres trabalhavam de forma autônoma ou associada.

Neste sentido, a metodologia de trabalho adotada procurou aproximar a universidade e a realidade dos territórios para identificar as potencialidades existentes nas práticas produtivas e de intercâmbio para o desenvolvimento de estratégias próprias da economia solidária com a organização de processos associativos, colaborativos e autogestionários e a articulação em rede. Este processo metodológico permitiu uma aproximação com a realidade local e uma identificação preliminar das potencialidades e limites para a construção de redes de cooperação local para geração de trabalho e renda.

Nas atividades realizadas nos territórios foi possível constatar a existência de iniciativas já desenvolvidas pelos/as usuários/as, organizações e políticas públicas, incluindo a presença de outros projetos de extensão da própria universidade. No entanto, sem uma perspectiva de olhar para o

território as iniciativas estão desarticuladas e isoladas. O mapeamento de iniciativas produtivas, movimentos, organizações e serviços públicos permitiu identificar a potencialidade para criação de redes territoriais. Redes que articulem as diversas políticas públicas, o poder público com as iniciativas da sociedade civil, as várias organizações e movimentos existentes.

Por meio dessas constatações foi possível articular uma rede de apoio, inicialmente no território da Fortaleza, que se constitui com as seguintes organizações: Projeto Ações Integradas/FURB, Ambulatório Geral, CRAS, Associação de Moradores, Pastorais Sociais, Rádio Comunitária e ITCP/FURB que de forma sistemática passou a coordenar as ações de geração de trabalho e renda no território e as estratégias de apoio aos usuários.

Por mais que rede tenha iniciado no território da Fortaleza, o debate e ações eram pensadas envolvendo os demais territórios, grupos organizados e profissionais, tendo em vista que os trabalhadores possuíam a mesma dificuldade identificar espaços de produção e comercialização de seus produtos. O CRAS não tem como objeto de trabalho o desenvolvimento econômico, mas a inclusão produtiva, não dispondo das condições objetivas de fomentar essas práticas de produção e comercialização. A partir dessa questão as parcerias comunitárias e a estratégia de formalização dos grupos se tornaram fundamentais para o desenvolvimento do projeto.

Nesse processo houve à incubação do empreendimento Velha Fazenda Arte no território da Velha, 3A (Atitude, Amizade e Amor) no território da Fortaleza e Café com Arte no território da Escola Agrícola. Os grupos possuem na média de 10 participantes desenvolvendo atividades artesanais na área da alimentação e artesanato em geral.

Atualmente comercializam seus produtos na Feira da Economia Solidária que é desenvolvida no espaço que à Universidade Regional de Blumenau- FURB oferece, numa edição mensal de dois dias, bem como na Vitrine da Economia Solidária, espaço físico conquistado pelos empreendimentos que compõem a Rede de Economia Solidária do Vale do Itajaí- RESVI em parceria com a FURB, onde os artesãos expõem seus produtos diariamente, respeitando os horários da instituição, já que o espaço é dentro da universidade e recentemente no Território da Fortaleza conquistaram em parceria com rede de apoio e o poder público, uma vez ao mês a utilização do espaço que ocorre a Feira Livre, para a realização da Feirinha de Economia Solidária da Fortaleza- FESFORT.

A aproximação desses atores e organizações por meio de rodas de conversas permitiu identificar uma alternativa na comunidade para promoção da produção e da comercialização dos produtos e serviços já desenvolvidos. Tal perspectiva de articulação territorial das ações de geração

de trabalho e renda potencializam e abrem novas janelas de oportunidade para uma estratégia mais cooperativa e coletiva de organização em rede.

Além da identificação de potencialidades territoriais para o enfrentamento dos limites existentes um processo participativo identificou-se desconhecimento e desinformação dos trabalhadores referente seus direitos e o movimento da Economia Solidária no município. Como uma estratégia de produção de conhecimento e de ampliação do universo informacional desses trabalhadores foi organizada uma formação em economia solidária e desenvolvimento territorial, bem como se fomentou espaço para dialogo e troca de experiência.

Neste âmbito foram realizadas oficinas com usuários e equipes técnicas e de agentes comunitários (sete na Fortaleza e seis na Velha), foram abordados temas como: Troca das experiências produtivas dos participantes, Viabilidade econômica das experiências, Economia Solidária e Cooperativismo, Comercialização/Divulgação/Formação de Preços/ Relacionamento Interpessoal, Visita a Vitrine/participação na Feira de Economia Solidária FURB.

Tais resultados permitem constatar que os sujeitos envolvidos na ação têm demonstrado interesse, envolvimento e protagonismo. Assim a estratégia de organização de Rede de Colaboração Solidária a partir dos territórios apresenta potencialidade de empoderamento comunitário no enfrentamento das desigualdades sociais vivenciadas.

Nessa direção podemos afirmar que a Economia Solidária articulada com uma abordagem territorial de desenvolvimento nos permite encontrar um caminho para *levar o desenvolvimento para comunidades pobres*. No Projeto “Ações Territoriais e Economia Solidária” a abordagem territorial oportunizou identificar as potencialidades de ocupação das pessoas em situação de vulnerabilidade econômica e social e as dificuldades de geração de trabalho e renda em função do isolamento e do desconhecimento das redes socioeconômicas locais. Nas abordagens e trabalho em grupo, buscou-se articular os sujeitos fortalecendo-a conexão dos atores locais, permitindo visibilizar redes de cooperação que potencializam a geração de trabalho e renda dessas pessoas.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005 Brasília: MTE, SENAES, 2006. Disponível em: http://base.socioeco.org/docs/sies_atlas_parte_1.pdf. Acesso em 20 de março de 2019.

IBGE. PNAD janeiro 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/23865-pnad-continua-taxa-de-desocupacao>. Acesso em 20 de março de 2019.

GAIGER, Luiz Inácio G (Org.). Sentidos e experiências da Economia Solidária no Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

GODOY, Tatiana M. P. Economia Solidária e Território. Produção de Espaços Democráticos e Participativos. In. Outra Economia, 8(15): 260-267, julho-diciembre, 2014

SENAES. Implantação de ações Integradas de Economia Solidária como Estratégia de Promoção do Desenvolvimento Territorial visando a Superação da Extrema Pobreza. Termo de Referência n. 1. Brasília, 2013. [29] p.

EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS NO TERRITÓRIO: FORTALECENDO E EXPANDINDO A ATUAÇÃO NAS REGIÕES NORTE / NOROESTE FLUMINENSE E VALE DO ITABAPOANA

Paula Aparecida Martins Borges Bastos¹, Sandra Márcia Gonçalves de Souza², Rogério Ribeiro Fernandes³

¹Doutora em Medicina Veterinária, *campus* Bom Jesus do Itabapoana, Instituto Federal Fluminense, pabastos@iff.edu.br

²Pós-graduação *Lato Sensu* em Administração Escolar, Licenciatura em Ciências e Matemática, *campus* Bom Jesus do Itabapoana, Instituto Federal Fluminense, smsouza@iff.edu.br ³Doutor em Sociologia Política, Mestre em História, Graduação em História e em Comunicação Social, *campus* Bom Jesus do Itabapoana, Instituto Federal Fluminense, rribeiro@iff.edu.br

Introdução

A atuação dos Institutos Federais está intimamente ligada ao território, tendo como um de seus objetivos “estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional” (BRASIL, 2008). Um dos documentos referenciais da extensão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica considera serem economia solidária e desenvolvimento de tecnologias sociais conceitos e práticas que atuam na “indução do desenvolvimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais nos contextos local, regional e nacional”. Considerando isso, devem constar, na política de extensão dos Institutos, a implantação das “Incubadoras sociais, tais como as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares e suas congêneres”, bem como “a ampliação do escopo do Programa Mulheres Mil para incluir uma incubadora social em sua etapa final” (GALLI *et al.*, 2013).

Dentre as áreas de abrangência do Instituto Federal Fluminense (IFF) estão as mesorregiões Norte e Noroeste Fluminense, bem como todo o Vale do Itabapoana. Essas regiões possuem em comum um histórico voltado para a produção agropecuária, tendo havido em alguns momentos o predomínio do cultivo de café, cana de açúcar e da bovinocultura, que aceleraram o processo de pauperização do solo, o desmatamento e o êxodo rural. Essa herança de um passado nem tão remoto se junta a outros fatores, tais como ações reiteradas de descaso dos poderes públicos com os

problemas específicos dessas regiões, que ficam distantes dos grandes centros urbanos, para compor um cenário socioeconômico que apresenta, em geral, os menores índices de IDH do estado do Rio de Janeiro.

O Instituto Federal Fluminense conta com uma Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP/IFF) nascida a partir da seleção na Chamada Pública Nº 89/2013 do CNPq/MCTI/SECIS/MTE/SENAES, de apoio à formação e institucionalização de novas incubadoras tecnológicas de economia solidária. O presente trabalho pretende abordar experiências desenvolvidas pela ITCP/IFF com apoio da Chamada Pública CNPq/MTb-SENAES Nº 27/2017, com o objetivo de fortalecer e expandir a economia solidária nos territórios Norte/Noroeste Fluminense e Vale do Itabapoana.

Metodologia

A ITCP/IFF atua com ênfase na indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, tendo como bases metodológicas norteadoras a pesquisa-ação e a educação popular, e tendo como referência para as atividades de uma Incubadora as etapas descritas por Nunes (2009).

Desenvolvimento

Atuando desde 2014, a ITCP/IFF vem se consolidando principalmente no apoio ao desenvolvimento de empreendimentos econômicos solidários voltados para a produção de alimentos artesanais. Suas primeiras experiências estiveram voltadas para atuação com pessoas egressas do Programa Mulheres Mil (PMM) da Instituição, realizando uma busca ativa no período de pré-incubação, tendo em vista essas mulheres se encontrarem em maiores condições de estarem envolvidas em procedimentos de incubação com base na economia solidária, já que o foco do PMM era a inclusão social de pessoas em condição de vulnerabilidade socioeconômica através da formação focada na autonomia e na criação de alternativas para a inserção no mundo do trabalho. Em Bom Jesus do Itabapoana (RJ), a partir dessa busca ativa, foi criado um empreendimento solidário voltado para a produção artesanal de alimentos: o grupo Nutriarte Alimentos. Atualmente em fase de incubação, o grupo desenvolve coletivamente ações concretas envolvendo produção, gestão e comercialização de seus produtos. Devido à necessidade de amadurecimento e fortalecimento do grupo no sentido da autogestão, atividades como oficinas e aulas expositivas foram realizadas no

sentido de contribuir para que o grupo pudesse definir mais claramente as regras e formas de tomada de decisão coletiva. A partir dessa ação, as integrantes do grupo Nutriarte Alimentos elaboraram um documento de formalização, indicando o termo de compromisso de seus membros, com o intuito de avançar para a minimização de pequenos conflitos a partir de uma pactuação coletiva de responsabilidades. Outro aspecto constantemente abordado são as capacitações técnicas do empreendimento. Essas ações são especialmente importantes quando se trata de produção de alimentos, tendo em vista serem produtos que estão diretamente ligados com a saúde do consumidor, o que demanda forte exigência no que diz respeito às Boas Práticas de Fabricação e controle de qualidade, tanto no aspecto higiênico quanto no controle de vida útil, embalagem, informações nutricionais, rótulo, etc, de forma a garantir a aplicação da legislação vigente.

Outro grupo atendido pela ITCP/IFF é o empreendimento solidário Restaurante Casa de Artes, da Comunidade Quilombola de Machadinha, em Quissamã (RJ). Composto majoritariamente por mulheres, o grupo foi incubado ao longo dos anos 2017 e 2018 pela ITCP/IFF. Levando em consideração que aspectos identitários e temas referentes ao contexto socioeconômico e político em que vivem os moradores de Machadinha já são fortemente debatidos entre os membros da comunidade, capitaneados pela Associação de Remanescentes de Quilombo de Machadinha (ARQUIMA), conforme MACHADO, F.S., 2006, SILVA, J.B., 2009, O'DWYER, E.C., 2012, a ITCP/IFF priorizou ações voltadas para a capacitação técnica e o apoio à organização econômica do empreendimento solidário.

Nos anos de 2017 e 2018 foram desenvolvidas diversas atividades voltadas para a pré-incubação e incubação. Em fevereiro de 2018 a ITCP/IFF sediou, no *campus* Bom Jesus do Itabapoana, o Curso “Metodologia de Incubação de Empreendimentos Populares”, promovido pela Rede ITCP/RJ, que congregou as incubadoras do estado do Rio de Janeiro para troca de experiências e capacitação dos membros da equipe. No mesmo *campus*, no mês de abril, foi realizado o “Seminário de Economia Solidária e Agricultura Familiar”, buscando sensibilizar a população local para o sentido e potencialidade da economia popular, bem como estimular sua prática na Agricultura Familiar. Entendendo a importância de construção de um mercado consumidor consciente para a consolidação dos empreendimentos econômicos solidários regionais, a ITCP/IFF fomentou a organização de uma Feira de Economia Solidária e Agricultura Familiar em Bom Jesus do Itabapoana e a Feira de Circuito Solidário de Cambuci-RJ, além de participar da V Feira de Economia Solidária de Campos dos Goytacazes.

No processo de incubação, visitas técnicas e cursos de extensão / oficinas foram constantemente viabilizados para os empreendimentos solidários, de forma que seus membros pudessem vivenciar outras experiências, bem como fortalecer a qualidade de produção de seus empreendimentos. Dentre essas ações, destacamos a visita técnica à Fábrica de Doces Alegria, em São José do Calçado-ES, e ao Restaurante do Quilombo, no Quilombo do Campinho, em Paraty- RJ, realizadas pela ITCP/IFF junto com membros da Nutriarte Alimentos e do Restaurante Casa das Artes, respectivamente.

O desenvolvimento de todas essas atividades tem proporcionado ocasiões, tanto para os membros da ITCP/IFF, quanto para os grupos incubados, em que algumas questões centrais se manifestam de modo evidente como problemas que precisam ser observados, compreendidos e, dentro da medida do possível, solucionados ou pelo menos amenizados. É o caso, por exemplo, da situação circunstancial que remete a atuação da ITCP em dois municípios (Bom Jesus do Itabapoana e Quissamã) e dois grupos (Nutriarte e Casa de Artes) que até possuem aspectos semelhantes, mas que diferem bastante entre si. São trajetórias distintas que tendem a se materializar em diferentes necessidades, demandas, graus de comprometimento e disponibilidade para interagir e colaborar. Não há como, por exemplo, ignorar as questões identitárias permeando quase tudo o que se faz em Machadinho ou, mais especificamente, na Casa de Artes; sendo que essas mesmas questões não possuem o mesmo grau de importância para as mulheres da Nutriarte. Os modos de agir da ITCP, junto a um grupo e a outro, têm sido conscientemente diferenciados para poder contemplar essa tal diversidade. Outro aspecto relevante, comum nos relatos de processos de incubação, e que também aparecem como problema nas experiências relatadas, são os conflitos que eventualmente acontecem entre as pessoas dos grupos incubados ou entre essas mesmas pessoas e os próprios membros da incubadora; nesse caso específico, longe de pensar que conflitos são elementos negativos que comprometem a sociabilidade, o que tem sobressaído é uma livre interpretação dialética que, muito antes de chegar a uma síntese que pode ser sinônimo de amadurecimento, tem ofertado oportunidades únicas de aprendizado para as pessoas envolvidas nos acontecimentos. É nesse mesmo ambiente dos conflitos, aliás, que surge um terceiro problema: o de dificuldades pontuais que às vezes impedem de se travar um diálogo profícuo e contínuo entre incubadores e incubados. As razões dessas tais dificuldades certamente vão muito além de uma análise dualista que contraponha o conhecimento erudito e o popular; os obstáculos ao exercício constante da dialogia, independentemente de suas razões, apontam para a necessidade de se conhecer e de se respeitar os limites de cada um, de cada coletivo; eles apontam também para uma outra necessidade, a de se entender que diversidade é algo

mais do que um conceito. Por outro lado, não se pode perder de vista que os incubados, quando consideradas suas trajetórias de vida, podem e devem ser entendidos como materializações de algum tipo de resistência: seja contra a miséria, o desemprego, o preconceito ou contra o que mais vier pelo caminho.

Referências Bibliográficas

BRASIL, 2008. Decreto Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Publicado no Diário Oficial da União, em 30 de dezembro de 2008. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm> Acesso em 13 abr 2017.

GALLI, A.P.; BRUNI, C.A.; FERREIRA, E.R.A.; COPETTI, G.L.; BRANCHER, J.C.; PLESI, L.P.M.; LABIAK JR, S.; SANT'ANNA, T.P.; RAMOS, V.S. Arranjos Produtivos Sociais e Culturais: Políticas de Extensão para o desenvolvimento local e regional. IN: Extensão Tecnológica – Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Cuiabá: CONIF/IFMT, 2013.

MACHADO, F.S. *Memória e Tradições Culturais numa Comunidade de Descendentes de Escravos*. 119 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Mestrado Profissionalizante em Bens Culturais e Projetos Sociais). Programa de Pós Graduação em História Política e Bens Culturais (PPHPBC). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2006.

O'DWYER, E.C. *O fazer antropológico e o reconhecimento dos direitos constitucionais: o caso das terras de quilombo no Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, E-papers, 2012.

NUNES, D. Incubação de empreendimentos de economia solidária: uma aplicação da pedagogia da participação. São Paulo: Annablume, 2009.

SILVA, J.B. *O papel dos mediadores na (re) construção da identidade étnica de duas comunidades quilombolas do Norte Fluminense: Barrinha e Machadinha*. 2009, 121 f. Dissertação de Mestrado (Sociologia Política). Programa de Pós Graduação em Sociologia Política do Centro de Ciências do Homem. Universidade Estadual do Norte Fluminense, Campos dos Goytacazes, 2009.

**O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DE BASE LOCAL
E A ECONOMIA SOLIDÁRIA A PARTIR DE AÇÕES DA ITCP - UNIPLAC NO
PLANALTO CATARINENSE**

Prof. Dr. Geraldo Augusto Locks

Universidade do Planalto Catarinense

geraldolocks@gmail.com

Yuri do Amaral

Universidade do Planalto Catarinense

yuriamaral2010@gmail.com

Elisangela de Oliveira Fontoura

Universidade do Planalto Catarinense

oliveiranegaf@hotmail.com

O objetivo deste trabalho é refletir o desenvolvimento territorial de base local e a economia solidária no Planalto Serrano Catarinense desde práticas implementadas pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade do Planalto Catarinense (ITCP UNIPLAC). A incubadora institucionalizou-se com a Chamada Pública 089/2013 do CNPq. Sua atuação orienta-se por três eixos de trabalho: i) incubação de empreendimentos econômicos solidários; ii) assessoria a feira municipal de economia solidária em Lages; iii) acompanhamento da política pública de economia solidária no município de Lages. Trazemos brevemente a configuração histórica do modo de produção capitalista no território; apresentamos critérios considerados fundantes para pensar o desenvolvimento territorial de base local; e finalmente elegemos uma experiência de incubação de

empreendimentos econômicos solidários que vem pavimentando o percurso do desenvolvimento de base local do território. Trata-se de uma abordagem qualitativa, histórica, descritiva, participativa e bibliográfica.

O território do Planalto Catarinense é constituído por dezoito municípios organizados na Associação dos Municípios da Região Serrana (AMURES), uma entidade de integração político-administrativa, econômica e social. Segundo o Plano de Desenvolvimento de Santa Catarina 2030 (PDSC 2030, 2018), tem uma população estimada (2016) em 290 mil habitantes, ocupando uma área de 16.086,2 (kms); uma densidade demográfica de 17 habitantes por km². Renda domiciliar per capita (2010) de R\$/mês 744,00. Pessoas em situação de pobreza (2016) 49.629. (Idem, p. 140). É a região mais empobrecida do Estado de Santa Catarina.

Lages, cidade polo, tem sua origem no século XVIII em um contexto mais amplo e articulado de país-colônia em pleno desenvolvimento da exploração do ouro a atender os interesses da metrópole portuguesa. Portanto, identifica-se na origem deste sistema econômico o modo de produção capitalista comercial em expansão. Forja-se a sociedade de classe com sua abissal desigualdade social um “resultante histórico da contradição, imanente ao modo de produção capitalista, entre capital e trabalho”. (WELLEN, 2012, p. 17).

A supremacia do capital sobre o trabalho no Planalto Catarinense expressou-se territorialmente por diferentes atividades econômicas extrativistas (MUNARIM, 1990). De 1766 a 1940, através da pecuária extensiva; de 1940 a 1970, o breve e predatório ciclo da exploração da madeira nativa, a “araucária angustifolia” substituído pelo monocultura do *Pinus elliottii*. Atualmente, não obstante a diversificação de outras atividades, o desenvolvimento é confundido com crescimento econômico e presidido pela lógica da exploração e acumulação da economia de mercado. Mais, as formas de poder político, pelo prisma da superestrutura, tem se configurado pelo mandonismo local, o coronelismo, o populismo e a tecnoburocracia, como demonstra Munarim (1990). Parafraseando Bauman (2015), é legítimo afirmar que na região do Planalto Catarinense, também a riqueza de poucos não tem beneficiado a todos. Ou seja, a distribuição da riqueza nunca fluiu de cima para baixo, como poderia pensar uma consciência acrítica.

O desenvolvimento do território em análise mostra-se insustentável social, ambiental, econômica e culturalmente. Foram e continuam sendo as elites políticas e econômicas ocupantes do Estado que projetam as políticas governamentais voltadas para o que denominam de “desenvolvimento”. A população não é convocada a participar e dizer suas necessidades que são

seus direitos. Não é chamada para opinar, nem protagonizar a superação de suas dificuldades e a conquista de melhor qualidade de vida. Fato notório e regular é a prática dos agentes do governo em diferentes esferas reunirem-se com as associações comerciais e industriais do município ou da região para conhecer ou tratar das políticas ou projetos a serem implementados. Obviamente que os projetos, com raras exceções, emergem das demandas do agronegócio, da indústria, do comércio, resumindo-se em “logística”. Daí o intuito deste trabalho em fazer uma guinada e refletir o desenvolvimento territorial de base local. Assumimos que

[...] qualquer desenvolvimento de bases locais deve ser tendencialmente: **Localizado e integrado**, porque parte sempre de contextos particulares para outros mais amplos, alargando-se a todas as dimensões da vida das pessoas (social, cultural e econômica), mobilizando-as e aos seus grupos de pertença, na prossecução dos objetivos comuns que corporizam uma ideia identitária onde todos se reveem; **Endógeno, Ecológico e Equilibrado**, porque utiliza, respeita e potência os recursos naturais e culturais do território, sem gerar impactos ambientais negativos e sem criar tensões sociais; **Social e cultural**, porque se orienta para o bem-estar de todos/as, para a recuperação e valorização das culturas locais e para a reabilitação do patrimônio histórico e artístico; **Participado**, porque são as pessoas (todas as pessoas!), os verdadeiros agentes de todas as suas fases e componentes. (ALCOFORADO; CORDEIRO; FERREIRA, 2014, p. 9). (grifos dos autores)

Desenvolvimento local não pode ser visto pela descrição geográfica que pode sugerir o termo. Assim que, um desenvolvimento sustentável de base local deve pensar o global, mas agir desde o local e integradamente. Os problemas e obstáculos a serem superados encontram-se imbricados no local-regional, global e vice-versa. O (sub) desenvolvimento local está relacionado às multideterminações sociais, econômicas, políticas e culturais da realidade territorial mais ampla. O que justifica a estratégia de partir “[...] de contextos particulares para outros mais amplos, alargando-se a todas as dimensões da vida das pessoas (social, cultural e econômica), mobilizando-as e aos seus grupos de pertença [...]”. (ALCOFORADO; CORDEIRO; FERREIRA, 2014, p. 9).

A história e experiência do movimento social e da política pública de economia solidária no Brasil demonstra que é uma alternativa adequada e eficaz para alavancar o desenvolvimento

territorial de base local. Segundo Gomes et al. (2007), esta valoriza a diversidade, preocupação com a relação do ser humano com o meio ambiente do qual faz parte, oferece alternativas para uma construção social de desenvolvimento econômico, para a democratização da ciência e a tecnologia e para o pleno exercício da cidadania. A economia solidária é uma alternativa englobante e incluyente. Combate a pobreza, cria oportunidade de trabalho e renda. A verdade é que a Economia Solidária tornou-se num importante instrumento de combate à exclusão social. Esta “outra economia”, contesta o modelo capitalista propondo a construção de relações econômicas mais justas, solidárias e sustentáveis, fomentando desta forma o desenvolvimento local justo e solidário.

No cenário de práticas da ITCP-UNIPLAC, os processos de incubação dos empreendimentos orientam-se pelos seguintes princípios: propriedade coletiva dos meios de produção, autogestão, distribuição justa do resultado do trabalho associado, cuidado com o meio ambiente, responsabilidade com o entorno social, valorização da diversidade étnico racial, sexual, religiosa e de gênero.

Descrevemos, ainda que parcialmente e em caráter de ilustração, o caso do empreendimento econômico solidário, a Cooperativa de Trabalho dos Catadores de Materiais Recicláveis do Município de Otacílio Costa (COOPERCOC). Ele demonstra inúmeras possibilidades da economia solidária se configurar como a estratégia adequada para o desenvolvimento territorial de base local. Otacílio Costa, segundo o IBGE (2018) tem uma população estimada em 18.510 habitantes e salário médio mensal dos trabalhadores formais de 2,8 salários mínimos.

A COOPERCOC é uma cooperativa com dois anos de atuação com oito cooperados. Neste curto período, estabeleceu um contrato anual de prestação de serviço com o poder público. Recebeu por doação um veículo próprio e tem disponível um caminhão da prefeitura dois dias por semana para a coleta. Ocupa um barracão provisório enquanto aguarda a construção da Central de Gerenciamento de Resíduos Sólidos na qual integrarão mais dois municípios vizinhos. Uma mulher presidenta ocupa a direção administrativa da cooperativa, o que revela empoderamento feminino. Além de se orientar pelos princípios da economia solidária, a cooperativa emergiu do Plano Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PIGIRS), inspirado na Lei 12.305/2010 instituinte da Política Nacional de Resíduos Sólidos. No território do Planalto Catarinense o Plano é assumido pelo Consórcio Intermunicipal – Serra Catarinense (CISAMA), sendo que para a organização das cooperativas de catadores tem como parceiro a ITCP-UNIPLAC.

A COOPERCOC impulsiona o desenvolvimento territorial sustentável de base local, integrado, endógeno e participativo, pois tem sua base no município. Relaciona-se com organizações da sociedade civil, com ênfase para o Fórum de Entidades onde discutiu-se a origem da cooperativa. Em função do cumprimento do contrato, faz a interlocução com o poder público no que diz respeito ao serviço da coleta. Mas, dado a natureza da cooperativa e condições de vida dos catadores, desenvolvem-se outras políticas que se caracterizam pela transversalidade, como por exemplo, geração de trabalho e renda (Secretaria de Assistência Social); cuidado com o meio ambiente (Secretaria do Meio Ambiente); cuidados de saúde dos cooperados e condições humanas de trabalho (Secretaria de Saúde).

Em suma, nas práticas da COOPERACOC visibilizamos o exercício de um desenvolvimento que não se reduz ao econômico, por considerar, melhoria da qualidade de vida de pessoas e do meio ambiente em sua integralidade.

Referências

ALCOFORADO, Luís.; CORDEIRO, A. M. Rochette; FERREIRA, A. G.; Territórios, Comunidades Educadoras e Desenvolvimento Sustentável. In.: CORDEIRO, A. M. Rochette; ALCOFORADO, Luís; FERREIRA, A. Gomes. (Coords.) **Territórios, Comunidades Educadoras e Desenvolvimento Sustentável**. Departamento de Geografia – Faculdade de Letras. CEIS 20 – Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX. Universidade de Coimbra. Portugal, 2014.

BAUMAN, Zygmunt. **A riqueza de poucos beneficia a todos nós?** Rio de Janeiro: Zahar, 2015.

Gomes, Fabiana Pereira et al. **Economia Solidária e Desenvolvimento Local e Sustentável**. Projecto Casa Brasil: MTE, SENAES. 2007.

IBGE (2018). Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/otacilio-costa/panorama> Acesso em: 06. mar. 2019.

MUNARIN, Antônio. **A práxis sociais dos movimentos sociais na região de Lages**. 1990. 307 f. Dissertação de Mestrado em Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 1990.

Plano de Desenvolvimento de Santa Catarina 2030. PDSC 2030. Governo do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 2018. Disponível em: file:///C:/Users/Cliente/Downloads/Plano_SC_2030_VersaoFINAL.pdf Acesso em: 31. jul. 2018.

WELLEN, Henrique André Ramos. **Para a crítica da economia solidária**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.



V Congresso da Rede de ITCPs

**UNIVERSIDADE E ECONOMIA SOLIDÁRIA:
REDE ITCPs - 20 ANOS RESSIGNIFICANDO A UNIVERSIDADE NO BRASIL**

**CEFET/RJ
RIO DE JANEIRO - RJ
01 A 04 DE MAIO DE 2019**

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Área temática

Produção, Consumo Responsável, Comercialização e Comércio Justo

Coordenação: Ellen Guimarães Duarte Dias

A FORMAÇÃO DE CONSUMIDORES DA REDE TREM BÃO PARA O CONSUMO RESPONSÁVEL E COMÉRCIO JUSTO.

Ana Júlia Faccio de Medeiros, estudante de graduação em Psicologia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Campus Assis, e-mail: anajuliafdm@gmail.com

Rafael Gorni Felicio, psicólogo e membro voluntário da Incop Unesp Assis, email: gf_rafael@yahoo.com.br

1- Introdução:

No Campo da Economia Solidária, a produção, a comercialização e o consumo estão integrados, eles são interdependentes e se complementam. Levando isso em conta, e de que o ato de consumir é uma ação política, a atitude do consumidor implica, em vez de apoiar a manutenção das relações de dependência e exploração do capital, busca fomentar relações sociais novas, transformadoras (AMORIM, 2017). Portanto, ao receberem os produtos diretamente das mãos dos agricultores, acabam compreendendo melhor a realidade do campo, facilitando o compromisso de fortalecimento da Rede e elevando a uma relação responsável de consumo.

Há pouco mais de 4 anos constituiu-se a Rede Trem Bão, uma rede de comércio justo e solidário. Ela foi germinada através da relação de parceria entre a Incubadora de Cooperativas Populares da Unesp campus de Assis - Incop Unesp Assis - com parte da comunidade do Projeto de Desenvolvimento Sustentável - PDS - Boa Esperança do Município de João Ramalho. Os agricultores do PDS estão organizados formalmente enquanto Cooperativa de Agricultores Agroecológicos Boa Esperança - COOAABE. O trabalho de assessoria à esse coletivo/comunidade iniciou-se no ano de 2009. Esse fato fez com que duas comunidades distintas se relacionassem em, tanto no aspecto técnico, quanto no relacional, implicando as duas partes nos dilemas e necessidades de ambas. O campo “demandava” formação política, técnica e mercados consumidores, e a universidade, buscava se articular aos saberes populares e consumir alimentos mais saudáveis. Desde o início dessas relações, ocorreu uma comercialização informal de produtos hortifrutigranjeiros entre os produtores do PDS com os membros da equipe da Incop Unesp Assis. Ao longo dos anos, surgiu a necessidade de instituir uma comercialização mais organizada entre os produtores do assentamento e a comunidade universitária. Em agosto de 2014, durante o Encontro Regional da Rede Sudeste de ITCP's, em Montes Claros - MG, membros da equipe da Incop Unesp Assis entrou em contato com a proposta apresentada pela ITCP da Universidade Federal de Viçosa, na qual relatava as ações da Rede de Prosumidores Raízes da Mata (CRUZ et al, 2013). Essa foi uma importante referência que inspirou e deu ferramentas para que a relação entre universidade (Assis) e campo (João Ramalho) constituiu-se em uma rede de consumo, a “Rede Trem Bão”. Em seu processo de estruturação ficou aberta a possibilidade para que, além dos membros da Incop Unesp Assis, demais moradores de Assis poderiam tornar-se consumidores. Essa foi uma estratégia que possibilitou a Rede ter um corpo mais perene, visto que os universitários, na maioria das vezes, estão de passagem pelo Município apenas enquanto durar sua formação acadêmica. Com isso, estipulou-se que ao menos metade dos “associados” deveria ser composta por residentes fixos de Assis.

Atualmente a Rede conta com oito produtores e tem em torno de 50 consumidores que recebem semanalmente uma cesta composta por sete itens variados, entre eles: verduras, legumes, raízes, temperos e frutas. Seu objetivo é intermediar a relação de comércio justo e solidário entre quem produz e quem consome, bem como, promover uma formação política baseada na autogestão

e democracia para todos os participantes. Para isso, foram criados diversos grupos de trabalho para a gestão denominados “trens”: Trem da Bufunfa, para cuidar do gerenciamento financeiro da Rede; Trem da Roça, responsável pelo diálogo com os produtores, bem como a organização da produção; Trem da Gula, para gerir o espaço semanal de entrega das cestas e da comercialização dos “extras”; e o Trem da Harmonia, que tem por objetivo cuidar da articulação entre os “trens” e entre os consumidores. Além disso, a ação daqueles promoveu a criação de “espaços/acontecimentos” de gestão da Rede: assembleias gerais trimestrais, reuniões semanais da Gestão, reuniões semanais da “roça”, eventuais “integrações”, feira dos “extras” e a entrega semanal das cestas. Cabe também destacar que outra finalidade do projeto da Rede é ampliar e potencializar a infraestrutura necessária ao beneficiamento, manipulação e comercialização da produção, priorizando e fortalecendo as práticas coletivas e solidárias, entre os cooperados e seus familiares. Porém, neste trabalho faremos um olhar focado nos consumidores. Procuraremos mostrar como os espaços criados que citamos se caracterizam como mecanismos de formação política em autogestão, democracia e consumo responsável.

2 - “Pensando a influência da roça para o consumo responsável e justo”:

A economia capitalista, que coloca todos os indivíduos em supostas condições de igualdade para competir pela garantia de suas necessidades tanto básicas quanto complexas, possui como ideal essencial o lucro, cujo impacto ordena e organiza as relações sociais e a sociedade de forma ampla. Enquanto ideário, o lucro deve ser maximizado a qualquer custo pelos donos dos meios de produção, o que leva à exploração de trabalhadoras e trabalhadores por estes. De acordo com Amorim (2017), a história da evolução humana se baseia na cooperação e solidariedade entre os pares. Nesse sentido, o capitalismo desconsidera que a construção das condições materiais atuais dos meios de produção foram constituídas tendo como atravessadores estes princípios. Além disso, a ideia de livre concorrência e liberdade empregada pelo capitalismo não se concretiza na realidade social, uma vez que quem possui o domínio dos mercados são as grandes empresas e especuladores financeiros. Nessa perspectiva, quando se pensa em comércio no mesmo sistema econômico, este pode ser entendido como desigual, pois as trocas não se configuram enquanto justas e acessíveis a todos.

A mercantilização dos bens materiais naturais é um outro ponto marcante para esta discussão. Água e terra, que são bens comuns e intrínsecos à vida dos sujeitos e essenciais para as produções dos pequenos produtores rurais, passam a ser mercadorias no sistema capitalista, ampliando a competitividade entre as pessoas. Nas comunidades rurais, as trocas se baseiam tanto em bens materiais quanto em serviços e se equiparam muito mais com a garantia da sobrevivência dos grupos do que com a obtenção de lucro em si. Desta forma, Amorim (2017) também pontua que, de acordo com alguns estudos, nota-se que o período que antecedeu o surgimento do capitalismo era composto pelo sistema de mercado simples, cujo objetivo não destacava o lucro, mas principalmente a garantia de uma vida minimamente digna através das trocas. Essa forma de mercado configura-se enquanto uma economia popular e faz parte do cotidiano dos pequenos produtores até os dias atuais. Desta maneira, a aproximação com o grupo de pequenos produtores do assentamento de Boa Esperança constitui-se enquanto uma experiência formativa desde o início.

A Rede Trem Bão, por ter sido construída na relação entre produtores e consumidores através do interesse de ambas as partes, pode ser classificada como uma rede de consumo justo e solidário, pois considera [...] a comercialização de forma ampla, desde a produção até o consumo, resgatando todos os elos da cadeia econômica, com o objetivo de fortalecer os empreendimentos solidários [...] através da cooperação entre produtoras(es), comerciantes e consumidoras(es), diminuindo a dependência em relação aos meios capitalistas de produção. (AMORIM, 2017, p. 60)

A dinâmica no escoamento dos produtos agroecológicos da rede ainda busca contemplar os princípios do comércio justo e solidário, que são: fortalecimento da democracia; condições justas de produção, agregação de valor e comercialização; promoção do desenvolvimento local em direção à sustentabilidade; respeito, cuidado e conservação do meio ambiente; respeito à diversidade e garantia de equidade e não discriminação; correta e adequada comunicação e informação ao consumidor e solidariedade e integração entre os elos da cadeia produtiva (AMORIM, 2017).

3. Ações de gestão enquanto espaços de formação

A Rede Trem Bão durante os seus primeiros anos de existência passou por um processo longo, porém frutífero, de construção de procedimentos coletivos e da criação de instrumentos administrativos mais adequados ao gerenciamento da Rede. Esses afazeres geraram espaços importantes de formação política. Como o exercício de administração da Rede acontece de forma coletiva, levamos tempo, e tivemos que exercitar e exercer autenticamente a autogestão. Enquanto a Rede era gerida pelos “trens”, estes foram paulatinamente construindo ferramentas de gestão de acordo com a demanda cotidiana de comercialização e de articulação Política. Por isso, enquanto os “instrumentos” eram criados, produziam-se, também, espaços formativos. Temos então, duas categorias instrumentais: os grupos de socialização e trabalho (trens e grupos de trabalho temáticos temporários, assembleias gerais, entregas semanais das cestas e feiras), bem como as planilhas de registro e controle que instrumentalizam os processos de comercialização.

A Gestão da Rede Trem Bão, constituída pelos “trens” descritos acima, é um espaço de reunião semanal composto por consumidores da rede na “cidade” e conta com o apoio de membros (estagiários e extensionistas) da Incop Unesp Assis. A inserção destas pessoas no coletivo, seja num primeiro contato com a rede, por meio da integração de novos consumidores, é o que torna possível o seu funcionamento e gera um impacto considerável na construção de uma perspectiva de comercialização justa e solidária nos sujeitos. Esse conjunto da Rede busca sempre, em suas decisões e discussões, proporcionar um amplo e contínuo diálogo entre consumidores e produtores. O Trem da Roça ocorre semanalmente no território do assentamento - PDS Boa Esperança - onde é realizada a reunião dos produtores, da COOAABE, para tratar das questões que atravessam o cotidiano. Principalmente, para que sejam discutidas as temáticas que perpassam semanalmente a dinâmica da Rede, dar informes e pautar questões vindas da reunião semanal da Gestão, na “cidade”. Além disso, fazer a indicação dos produtos que compõem as cestas naquela semana e rodiziar quais produtores farão as entregas.

Enquanto na “roça” a Rede se organiza na produção, transporte e entrega dos produtos, na “cidade” ocorre, também semanalmente, o manejo administrativo e político da Rede que é realizado substancialmente por consumidores, contando com o apoio da Incop Unesp Assis. Esses espaços da Gestão que contam com a participação de todos os “trens”, exceto pelos produtores, têm se mostrado um notório exercício de autogestão. Suas ações consistem em fazer o pagamento dos produtores, gerir lista de espera de consumidores, realizar as “integrações” e organizar e sistematizar todo o processo de entrega de cestas e a venda semanal dos “extras”. Lembrando que todos esses processos são executados pelos “trens” de forma autônoma e são articulados dentro do espaço da Gestão que funciona como uma reunião geral de “administração” da Rede. Portanto, consideramos que toda essa efervescência semanal de acontecimentos dá sentido e movimento revolucionários para um coletivo de consumidores. Exercitar cotidianamente a autogestão é contrapor-se ao atravessamento das relações sociais individualizantes do capital.

REFERÊNCIAS

AMORIM, R., S. Encantar a vida com a organização da produção, comercialização justa e solidária e consumo responsável [et al.]. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017.

CRUZ et al. Rede Raízes da Mata: relocalizando a agricultura familiar camponesa na Zona da mata Mineira. Cadernos de Agroecologia, Vol 8, No. 2, Nov 2013 Resumos do VIII Congresso Brasileiro de Agroecologia, Porto Alegre/RS, 2013.

APONTAMENTOS PARA UMA METODOLOGIA DE INCUBAÇÃO DE GRUPOS DE CONSUMO RESPONSÁVEL

Antônio Cruz

Doutor em economia aplicada

antoniocruz@uol.com.br

Maria Laura Victoria Marques

Graduanda em ciências econômicas

marialauravmarques@gmail.com

Carlos Gassen Nascimento

Graduando em psicologia

carlos8_gn@hotmail.com

Núcleo de Tecnologias Sociais e Economia Solidária (TECSOL)

Universidade Federal de Pelotas (UFPel)

ITCPs e GCRs

A Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (Rede de ITCPs) tem produzido ações e reflexões acerca da relação entre universidades e empreendimentos de economia solidária (EES) desde 1998. O conceito “cooperativas populares” relaciona-se às práticas de autogestão e a uma perspectiva “classista”, orientada para as cooperativas de produção de trabalhadores urbanos e rurais de origem popular (CRUZ, 2004).

A metodologia das ITCPs prevê a construção conjunta, com as cooperativas populares, de conhecimentos e práticas que permitam aos EES viabilizarem-se economicamente sob a perspectiva da autogestão. Desenvolvimentos metodológicos estiveram relacionados, de modo geral, às práticas produtivas, como as “tecnologias sociais” e as “redes de empreendimentos solidários”.

Uma variante foram os trabalhos desenvolvidos por algumas ITCPs, das quais destacamos a da Universidade Federal da Bahia, com bancos comunitários, que também envolve processos produtivos, mas sobretudo ações territoriais, como moedas sociais, redes locais de pequenos negócios e financiamento comunitário de grupos produtivos, sempre com viés popular.

A experiência que abordaremos neste trabalho diz respeito à incubação de um tipo especial de EES: um “grupo de consumo responsável” (GCR).

GCRs são organizações solidárias e autogeridas, em geral com baixo grau de institucionalidade. Alguns constituíram-se como associação ou como cooperativa, mas a maioria dos que pertencem à Rede Brasileira de Grupos de Consumo Responsável¹⁴ permanece informal. Reúnem unidades de consumo (famílias ou indivíduos) que objetivam fortalecer certas práticas produtivas: agroecologia, ou reforma agrária, ou agricultura familiar (em sentido amplo), ou economia solidária, ou que combinam esses ou outros diferentes perfis. Funcionam como “cooperativas de consumo de novo tipo”, que além da qualidade e dos preços dos produtos, têm preocupações com a sustentabilidade (ambiental), o bem estar dos produtores e o desenvolvimento dos territórios. Buscam reduzir ou eliminar intermediários na relação produtores-consumidores através de compras coletivas diretas (PISTANELLI; MASCARENHAS 2011).

A experiência da Rede Bem da Terra e as ITCPs de Pelotas/RS

Iniciada em 1999, a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Católica de Pelotas (Intcoop-UCPel)¹⁵ estava dedicada – como a grande maioria das ITCPs – à incubação de EES produtivos. A experiência acumulada nos primeiros anos indicava o problema da comercialização como um “gargalo” para os coletivos.

14 A Rede de GCRs foi fundada em 2011, com o apoio de projeto específico desenvolvido pelo Instituto Kairós, de São Paulo, financiado pela então Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). Os GCRs que fundaram a Rede já existiam anteriormente, alguns há mais de uma década, mas foram mapeados e conectados pelo projeto.

15 Em 2007, a Reitoria da UCPel decidiu pela extinção da Intcoop. Por recomendação expressa de uma comissão avaliadora do MEC, ela voltou atrás de sua decisão, mas determinou que se alterasse o nome do programa, que passou a chamar-se “Núcleo de Economia Solidária e Incubação de Cooperativas (NESIC), que segue associado à Rede de ITCPs.

Uma pesquisa-ação desenvolvida entre 2007 e 2008 derivou a criação da *Associação Bem da Terra*: uma rede de EES produtivos (14, à época; 36, atualmente) cujo objetivo era/é desenvolver estruturas conjuntas de comercialização, aproveitando a diversidade de ramos de produção (hortifrutis orgânicos, laticínios, pescados, panificados, produtos de limpeza, de higiene, artesanatos, roupas e outros) (NUNES; CHRIST; GOTARDO, 2015).

Em 2011, alguns professores da Intcoop-UCPel se transferiram para a Universidade Federal de Pelotas (entre eles, um dos autores deste artigo), criando o Núcleo Interdisciplinar de Tecnologias Sociais e Economia Solidária (Tecsol-UFPel). No ano seguinte (2012) constituiu-se o Núcleo de Economia Solidária do Instituto Federal Sul-Riograndense (Nesol-IFSul). Dessa parceria – UCPel-UFPel-IFSul, nasceu a ideia de construção de um GCR.

Porém, a maioria dos GCRs nasceu por iniciativa de consumidores/as que buscam “fornecedores” dentro do perfil escolhido. No nosso caso, a ideia era melhorar a comercialização dos EES da Associação Bem da Terra. Isto é: a rede de produtores foi anterior à de consumidores.

Proposta inicial, planejamento, estruturação, *start* do funcionamento e processo de consolidação do GCR foram resultado do esforço conjunto das três incubadoras, articuladas à Associação Bem da Terra. Assim nasceu, em 2014, a Feira Virtual Bem da Terra (FV).

Desde então, quatro GCRs iniciaram sua construção na região, nas cidades de Rio Grande, São Lourenço do Sul, Jaguarão e Canguçu, conformando agora o “Rizoma Bem da Terra”, uma mini-rede de GCRs inspirados na FV¹⁶.

Apontamentos sobre a incubação de GCRs

O processo que deu origem à FV (e agora, ao Rizoma), guarda especificidades importantes, que são parte de um contexto local, mas que, independentemente disso, pode deixar pistas para iniciativas similares. A saber...

i) Organizar consumidores

Não há GCR sem consumidores/as organizados/as. Sensibilizar, agrupar e oferecer formação é um primeiro passo para a constituição de um grupo. No caso da FV, a parte inicialmente ativa (participativa) dos consumidores era formada pelos próprios membros dos núcleos universitários – em torno de uns vinte (20) professores, técnicos e estudantes. Há “bônus e ônus” nesta condição:

¹⁶ O Rizoma é um sistema de compras coletivas dos GCRs (“por atacado”), mas também de insumos para os grupos produtivos.

parte-se de um grupo totalmente mobilizado, facilitando o *start* das ações, mas por outro lado inibe a apropriação por outros consumidores do conjunto do processo. A ampliação se deu a partir do mapeamento e de uma campanha de aproximação de possíveis interessados/as.

ii) Mobilizar apoios consistentes com a proposta

Apoios de um leque ético-político que guarde identidade com os valores e princípios do GCR foram mobilizados: sindicatos, movimentos sociais, igrejas, escolas, ONGs, enfim... várias organizações comprometidas com a construção de uma sociedade mais justa, solidária e sustentável, foram convidadas a participar¹⁷.

iii) Dispor de uma rede de “fornecedores” coerente e comprometida

Cada GCR escolhe um perfil de consumo (“orgânicos”, “agroecológicos”, “da reforma agrária”...). Na FV, foi o de “EES vinculados à Associação Bem da Terra”¹⁸. Porém, consumidores/as que aderem a esse tipo de proposta esperam que sua escolha “funcione bem”: que tenham regularidade do fornecimento, qualidade nos produtos, um padrão “aceitável” de preços em relação aos produtos convencionais, garantia de que sua origem corresponde ao perfil escolhido. Os produtores devem estar conscientes e comprometidos quanto a isso.

iv) Construir uma proposta detalhada e consistente para o funcionamento do processo

Um GCR é um elo entre quem produz e quem consome. Significa, para ambos, correr algum tipo de “risco”, ainda que para os consumidores ele seja pequeno, pois em caso de falha, basta retornar ao padrão anterior. Para os produtores a arrancada significa investimentos, especialmente de trabalho. Ter uma proposta bem construída (de logística, de sustentação financeira, de divisão de obrigações e benefícios etc.) e bem apresentada (materiais audiovisuais são importantes), com um planejamento exequível para cada uma dessas dimensões, é imprescindível. A construção da proposta deve envolver o máximo de pessoas, num ritmo que evite o desalento dos participantes, de um lado, e/ou atropelos sobre os processos participativos, de outro.

v) Consumidores “em transição”

¹⁷ Durante dois anos, vários sindicatos contribuíram financeiramente, de forma modesta, mas contínua, com a FV. Outras organizações também foram igualmente muito importantes, por diferentes razões.

¹⁸ Por estatuto, só podem associar-se os empreendimentos solidários. Além disso, a FV estabeleceu como regra que os grupos rurais deveriam ser agroecológicos e que produtos não-locais (café, por exemplo) deveriam obedecer à mesma regra: solidários e agroecológicos.

Assim como há produtores “em transição para a agroecologia”, a maioria dos consumidores/as que se aproximam dos GCRs estão “em transição para o consumo responsável”, percorrendo um longo período de aprendizagem e de vai-e-véns. Atividades regulares de formação e de informação, de confraternização, e de contato com os produtores, ajudam a consolidar a transição.

vi) Ferramentas adequadas

Dependendo do tamanho do grupo, uma estrutura enxuta de funcionamento pode ser suficiente: uma garagem para distribuição de produtos e um grupo de contato numa rede social, às vezes, pode dar conta. Mas se a ideia é ampliar a participação para abranger o maior número possível de produtores e consumidores, é necessário pensar a estrutura e custos de operação: espaço para estocagem, logística de transporte, comunicação com os consumidores e com os produtores, planilhas de contabilidade, quantidade e divisão de trabalho suportável pelos/as participantes... – ferramentas básicas para que o coletivo possa funcionar adequadamente.

vii) Transparência e criatividade

É comum aos grupos alguma forma de “ortodoxia” organizacional. Claro que “princípios”, neste caso, não podem ser tergiversados, mas formas de funcionamento devem ser constantemente avaliadas e submetidas à crítica. Isto pressupõe três fundamentos básicos: regras claras, informação abundante e participação efetiva. Sem isso, dificilmente os percalços podem ser superados. Um pouco de criatividade e ousadia, sem dispensar cautela, ajuda a corrigir problemas a partir da construção coletiva.

viii) Cooperação, solidariedade, autogestão: plano de longo prazo rumo à desincubação

A incubação tem como objetivo final a construção de uma governança autogestionária que garanta a continuidade sustentada dos empreendimentos a partir dos princípios fundamentais da ecosol. Mas é preciso ter mais ou menos claro “o caminho a ser seguido”. Este plano precisa ser construindo horizontalmente entre incubadora e grupo, abarcando as diferentes dimensões do processo, e constantemente avaliado.

Uma experiência aberta em seu devir

A Feira Virtual Bem da Terra e seu Rizoma (que agrupa também os outros GCRs da região) constitui um campo rico em experimentações sociais. Novas experiências estão em curso e o próximo período da Feira Virtual promete novos e intensos aprendizados.

Referências

CRUZ, Antônio. É caminhando que se faz o caminho: diferentes metodologias das incubadoras tecnológicas de cooperativas populares no Brasil. **Cayapa – Revista Venezolana de Economía Social**, vol. 4, núm. 8. Mérida (Venezuela), Universidad de los Andes Venezuela, 2004. pp. 38-57

NUNES, Tiago; CHRIST, Samara; GOTARDO, Solaine. **Produção, Comercialização e Consumo Responsável no GCR/Feira Virtual Bem da Terra/Brasil**. Disponível em <http://nesic.ucpel.edu.br/wp-content/uploads/2018/12/Produ%C3%A7%C3%A3o-Comercializa%C3%A7%C3%A3o-e-Consumo-Respons%C3%A1vel-no-GCRFeira-Virtual-Bem-da-TerraBrasil.pdf> Acessado em 10/03/2019.

PISTELLI, Renata de Salles S.; MASCARENHAS, Thaís Silva. **Organização de grupos de consumo responsável**. São Paulo, Instituto Kairós, 2011.

ENTRE O VALE DO RIBEIRA E A METRÓPOLE DE SÃO PAULO: UMA REDE DE COMERCIALIZAÇÃO AGROECOLÓGICA E FEMINISTA

Melannie Pinhatti Schisler

Estudante de graduação em Geografia pela Universidade de São Paulo

Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade de São Paulo (ITCP-USP)

E-mail: melannie.schisler@usp.br

Paolo Marti Grasson Pereira de Souza Viola

Bacharel em Geografia pela Universidade de São Paulo

Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade de São Paulo (ITCP-USP)

E-mail: paolo.viola@usp.br

Andrea de Barros Barreto

Bacharel em Geografia pela Universidade de São Paulo

Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade de São Paulo (ITCP-USP)

E-mail: andrea.barreto@usp.br

Palavras-chave: rede ; comercialização ; tecnologia ; agroecologia ; feminismo

O presente resumo versa sobre a atuação do setor de Redes de Comercialização e Logística da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP-USP), em sua parceria e apoio à Rede Sampa de Grupos de Consumo Responsáveis (Rede GCRs Sampa) - localizados na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) - e à rede de Grupos de Mulheres da Barra Do Turvo (GMBT) - agricultoras localizadas no município de Barra do Turvo, no Vale do Ribeira paulista. O resumo pretende apresentar essas duas redes e o histórico de sua articulação; o processo de construção de

uma tecnologia social para comercialização integrada a elas; e a sistematização dos diagnósticos feitos ao longo deste último semestre de acompanhamento pela equipe do setor de Redes de Comercialização e Logística da ITCP-USP, que revelam as potencialidades e fragilidades desta tecnologia social.

A Rede GCRs Sampa é composta atualmente por sete grupos atuantes na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). CAUS (República e Bexiga, São Paulo); Coletivo de Consumo Rural Urbano - CCRU (município de Diadema); Coletivo de Consumo Rural Urbano - Solidário Orgânico - CCRU-Solo (municípios de Santo André e São Bernardo); Comerativamente (Butantã, São Paulo) ; Horta di Gueto (município de Taboão da Serra) ; MICC (Vila Alpina, São Paulo) ; e a Sempreviva Organização Feminista (Pinheiros, São Paulo).

Os Grupos de Consumo Responsável (GCRs) são organizações que questionam os modelos hegemônicos de produção, distribuição e consumo de alimentos, propondo formas alternativas de construção dos sistemas agroalimentares, tomando a organização coletiva do consumo como base para suas ações. Tratam-se de iniciativas de consumidores organizados que propõem-se a transformar seu ato de compra em um ato político, e a partir disso, aproximam-se de produtores com os quais mantém relações de co-responsabilidade acerca de questões sociais e ambientais relacionadas à produção dos alimentos (INSTITUTO KAIROS E CAPINA, 2013).

Um dos aspectos centrais que conferem sentido à organização dos GCRs e à conformação da Rede GCRs Sampa, é a busca por tornar acessíveis do ponto de vista logístico e financeiro, os alimentos de qualidade (orgânicos e agroecológicos), compreendendo essa acessibilidade como um direito de todos os cidadãos. Os preços altos desses alimentos e sua distribuição circunscrita apenas aos bairros de renda mais alta da cidade, tornam seu acesso bastante limitado. Por essas razões, a Rede GCRs Sampa busca construir relações diretas entre os consumidores organizados e agricultores diversos, como uma das principais estratégias para tornar acessíveis esses produtos a seus membros associados.

Seguindo os princípios da Economia Solidária e do Comércio Justo e Solidário - tais como a transparência de preços e o desenvolvimento de um preço justo - busca-se desenvolver uma logística de distribuição e comercialização dos produtos que garanta simultaneamente uma remuneração justa aos produtores, e um preço acessível aos consumidores.

Em meados de 2010, a Rede GCRs Sampa começou a se articular com o apoio do Instituto Kairós, que ajudou a construir processos de compartilhamento e intercâmbio entre os GCRs sobre

questões relativas a logística, ferramentas de gestão, mapeamento de produtores e organização das demandas de consumo. A Rede foi ganhando maior concretude na medida em que passou a realizar compras coletivas envolvendo mais de um GCR, com o objetivo de diminuir os custos de logística de cada grupo, dividindo, por exemplo, os custos de um frete de entregas.

Em 2016, a Rede estabeleceu uma parceria com a ONG Sempre Viva Organização Feminista (SOF), em um contexto em que a instituição atuava na região do Vale do Ribeira/SP, através de um projeto de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) voltado especificamente para mulheres, uma modalidade de ATER criada no âmbito da Diretoria de Políticas para as Mulheres Rurais do extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (SOF, 2018).

O projeto implementado pela SOF, a partir da chamada pública de ATER Mulheres no Vale do Ribeira/SP, iniciou-se em 2015, e desde o início teve como foco principal a geração de renda para as mulheres com base na produção agroecológica (que elas já faziam), e nas estratégias de comercialização baseadas nos princípios do Comércio Justo e Solidário. Foi a partir da atuação das técnicas da SOF no âmbito desse projeto, que iniciou-se a formação de uma rede de mulheres agricultoras do município da Barra do Turvo.

A aproximação dessa rede de mulheres agricultoras com a Rede GCR Sampa, a partir de 2016, foi motivada pelo engajamento dos membros associados aos GCRs, que ofereceram-se para construir um processo de comercialização que levasse em conta (1) a ampla diversidade de alimentos produzidos por essas mulheres, boa parte desconhecidos pelos próprios consumidores; (2) a construção de acordos sobre preços, periodicidade das compras, divisão de trabalhos operacionais do “sistema” de comercialização ; (3) o caráter experimental do processo, onde o ponto de equilíbrio entre o modo de organizar-se dos Grupos de Mulheres Agricultoras de Barra do Turvo e o modo de organizar-se da Rede GCRs Sampa, não é algo dado, ou seja, teria que ser permanentemente aprimorado de modo a tornar viável a logística e o “sistema” de comercialização entre ambas as redes.

De outro âmbito, essa construção foi motivada pelo engajamento e o empoderamento dessas mulheres, a partir de sua própria organização em grupos, o que conferiu a elas o interesse real por apropriarem-se dos processos de comercialização, tomarem parte nas decisões de como fazer, e não apenas realizarem o ato da venda. Um exemplo disso foi de que, em busca de parcerias para viabilizar sua comercialização, as agricultoras, juntamente com a SOF, buscaram e conseguiram o apoio da Prefeitura Municipal da Barra do Turvo, com a qual acordaram a cessão

de caminhonete ou caminhão baú, com motorista, para o transporte de seus produtos, com periodicidade quinzenal ou mensal, dependendo do volume da entrega.

Isso viabilizou, a partir de finais de 2016, as compras mensais de produtos das mulheres do Vale do Ribeira pela Rede GCRs Sampa. Nesse tempo, a relação de confiança entre as redes (de GCRs e das mulheres do Vale) vem se fortalecendo e é consolidada com a comercialização dos produtos, encontros semestrais entre agricultoras e consumidoras, e um diálogo entre ambas as redes, que é facilitado por técnicas da SOF que continuam realizando um acompanhamento nestes territórios.

É importante ressaltar que essas mulheres vivem, em sua maioria, em comunidades quilombolas inseridas dentro de unidades de conservação que, por um lado limitam e sufocam os modos de vida e os territórios quilombolas, por outro, garantem sua permanência frente aos interesses de especulação imobiliária e de grandes projetos de desenvolvimento, como barragens e mineração. Agrega-se a essas questões, o repertório restrito dessas mulheres no que diz respeito à comercialização propriamente dita, já que essa é uma atividade que, pela divisão sexual do trabalho, esteve tradicionalmente sob domínio exclusivo dos homens. Assim que, o “sistema” de comercialização criado a partir dessa aproximação entre rede de Grupos de Mulheres de Barra do Turvo, e Rede GCRs Sampa, tem como objetivos e desafios, fortalecer territórios da agricultura familiar agroecológica que têm dificuldade de inserção no mercado, tais como comunidades tradicionais e bairros rurais afastados dos grandes centros; e fortalecer o empoderamento econômico de mulheres que historicamente não tiveram a inserção de seu trabalho no mercado sem a mediação de um homem.

Conforme explicitado em publicação sobre o tema, a comercialização dos produtos das mulheres do Vale do Ribeira norteia-se:

“...pela valorização de alimentos da agricultura familiar a preço justo, baseada nos princípios do feminismo, da agroecologia, da economia solidária e da soberania alimentar. Isto é, a comercialização se adequa à produção diversa das mulheres e busca enfrentar os desafios para incluir progressivamente a todas, assim como obter a maior variedade de produtos. Considera a produção das mulheres na agricultura, a promoção de sua autonomia por meio da apropriação do resultado da comercialização e o incentivo à sua auto-organização para que a iniciativa continue a existir

mesmo após o final do projeto, independente de recursos externos."
(SOF, 2018, p. 64).

O esquema abaixo ilustra os "caminhos da comercialização" da Rede de Grupos de Mulheres da Barra do Turvo. Nesse esquema vemos o papel bastante significativo dos GCR na comercialização.



Imagem extraída de SOF, 2018, p. 75

Se por um lado, a Rede GCRs Sampa possibilitou um “sistema” de comercialização que possibilita aproximação, formação política e engajamento de produtoras e consumidoras, por outro, é possível identificar que ela apresenta limitações para absorção do volume total de produtos que as mulheres têm para ofertar. Como em sua grande parte os GCR da Rede Sampa funcionam quase integralmente na base do trabalho militante, a não-formalização destes trabalhos impede que os trabalhadores possam se dedicar integralmente, tendo que buscar suas fontes de renda em outros locais. Dessa forma, o tempo dedicado muitas vezes não é suficiente para dar conta de todas as demandas operacionais das compras. Aliado a isso, uma certa defasagem tecnológica torna os processos operacionais ainda muito manuais. Embora a Rede tenha conseguido criar e aprimorar um “sistema” próprio de comercialização ao longo dos últimos 3 anos, este continua sendo muito rudimentar e manual, aumentando em muito o trabalho necessário para sua realização, bem como a suscetibilidade a falhas. Sendo assim, esses dois fatores - trabalho voluntário/militante insuficiente e defasagem tecnológica - fazem com que a produção da Rede GMBT, extrapole consideravelmente a capacidade de absorção dos produtos pela Rede GCRs Sampa.

O trabalho em andamento no setor de Redes de Comercialização e Logística da ITCP-USP, visa desenvolver formas de aumentar "eficiência" deste “sistema” de comercialização baseado na articulação das Redes, sem que isso comprometa o projeto político que norteia suas ações.

Referências bibliográficas:

SOF SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA. Práticas feministas de transformação da economia: autonomia das mulheres e agroecologia no Vale do Ribeira / Carla Jancz, Gláucia Marques, Miriam Nobre, Renata Moreno, Rosana Miranda, Sheyla Saori, Vivian Franco. São Paulo: SOF, 2018. 84p.

INSTITUTO KAIROS E CAPINA (Org.). Grupos de Consumo Responsável: Organização coletiva aproximando consumidores e produtores. In: Práticas de comercialização: uma proposta de formação para a economia solidária e a agricultura familiar / Instituto Kairós, Capina, (org.). São Paulo: Instituto Kairós, 2013. p.107-118

**INOVAÇÕES SOCIOTÉCNICAS E DESENVOLVIMENTO
SOCIOECONÔMICO JUNTO AOS(ÀS) EXPOSITORES(AS) DA FEIRA
QUINTAL SOLIDÁRIO: CONSTRUINDO OUTRAS FORMAS DE
INTEGRAÇÃO ECONÔMICA**

Autor: Luis Otávio Ferreira Freitas

Graduando em Cooperativismo – Universidade Federal de Viçosa (UFV)

Email para contato: luis.o.ffeitas@gmail.com

As feiras são consideradas espaços que promovem o acesso aos mercados e a aproximação de produtores e consumidores, especialmente em níveis locais. Essas estratégias promovem circuitos curtos de comercialização e novas formas de integração econômica que contribuem para o fortalecimento da **agricultura familiar**, a **economia solidária** e **agroecologia**. Tais experiências têm se ampliado em diferentes espaços e potencializam não só a organização produtiva, como também a segurança alimentar e nutricional, o comércio justo e o consumo consciente.

Ações dessa natureza estão em consonância com variadas políticas públicas de incentivo à agricultura familiar e à alimentação segura, além da geração de trabalho e renda a partir da economia solidária, tendo respaldo e apoio do Governo Federal e de instâncias públicas estaduais e municipais.

As experiências, em geral, apoiam-se nos parâmetros do decreto nº 7.358 de 17 de novembro de 2010 que estabelece o Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário que se trata de uma **prática comercial diferenciada** pautada nos valores de justiça social e de solidariedade realizada pelos empreendimentos econômicos solidários.

Nesse contexto, o programa de extensão Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de Viçosa (ITCP-UFV) e a Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal de Viçosa (ASPUV) iniciaram uma parceria em junho de 2016 para organização de um espaço que pudesse potencializar iniciativas locais solidárias por meio do “Quintal Solidário: Feira de Economia Solidária e Agricultura Familiar” realizada na sede da ASPUV.

Considerando o “Quintal Solidário” como um espaço de integração econômica importante para diferentes atores sociais de Viçosa e região, esse projeto tem como objetivo construir junto aos/as expositores/as inovações sociotécnicas que visem o fortalecimento econômico e associativo dos empreendimentos econômicos solidários e dos agricultores familiares para consolidação da feira na perspectiva da construção de novos mercados locais e redes.

Em princípio, é importante ressaltar que a Economia Solidária, mesmo compartilhando certas semelhanças, pode assumir múltiplas denominações como: economia social, economia socioeconômica, economia popular e solidária, economia dos setores populares, economia do trabalho, entre outras (CORAGGIO, 2000; 2007).

Embora existam diferentes abordagens, pode-se afirmar que tais perspectivas estão relacionadas ao caráter ideológico de mudança da sociedade. O foco principal do debate é a superação de formas desiguais de produção e distribuição de riquezas características do capitalismo hegemônico e neoliberal (SANTOS e RODRÍGUEZ, 2002).

O movimento do comércio justo, de acordo com Cotera e Ortiz (2009), é estabelecido em consonância com diferentes contextos socioeconômicos, políticos, culturais e ambientais, mas no geral envolve diferentes atores que são fundamentais para as trocas econômicas mais justas. Essas experiências têm vários objetivos, como fazer evoluir práticas comerciais em direção à sustentabilidade e à incorporação dos custos sociais e ambientais, incidindo sobre a conscientização das pessoas. É importante destacar que esse movimento se vincula com a proposição também do consumo ético.

Com isso, as feiras promovem o acesso aos mercados e a aproximação de produtores e consumidores, especialmente em níveis locais. Essas estratégias promovem circuitos curtos de comercialização e outras formas de integração econômica que contribuem para o fortalecimento da agricultura familiar, a economia solidária e agroecologia. Essas experiências têm se ampliado em diferentes espaços e potencializam não só a organização produtiva, como também a segurança alimentar e nutricional, assim como o comércio justo e o consumo consciente.

Dessa forma, através da realização das feiras, busca-se valorizar a territorialidade, prezando pela qualidade do trabalho e valorizando o saber regional e individual. Assim, a realização do Quintal Solidário - Feira de Economia Solidária e Agricultura Familiar

vêm-se destacando como movimento de embate às lógicas capitalistas de mercado que fragilizam a produção, comercialização, relações sociais, políticas e ambientais dos trabalhadores/as que seguem o caminho da agroecologia e economia solidária.

A partir de então, a proposta e o desenvolvimento da feira têm como marco principal auxiliar e inserir os expositores no mercado com propósito de engajar e orientar suas atividades, através de um diferente sistema produtivo, sob uma nova ótica de produção agroecológica e sustentável, estabelecendo laços entre produtor, produto e consumidor, visando abordar a comunidade rural e urbana (DAROLT, 2013).

Por meio da realização das atividades elaboradas na feira Quintal Solidário e através de sua proposta de apresentar uma nova forma de consumo consciente, proporciona estímulos à interação social das classes presentes no ambiente, desencadeando a presença de circuitos curtos de feiras que incentiva uma relação direta entre produtor e consumidor, sem interferência de terceiros que intermediam a relação de produção, alterando a ordem lógica de uma comercialização justa.

Segundo Darolt (2013), é através dessa relação de proximidade com o produtor que o consumidor passa a ter consciência sobre os produtos em que consome, obtendo conhecimento de sua produção sustentável, além de efetuar o pagamento por um preço justo ao que será adquirido, evitando a presença de intermediários que geram valores desproporcionais à mercadoria.

O Quintal Solidário, titulado como uma Feira de Economia Solidária e Agricultura Familiar, surgiu com a participação e apoio da Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal de Viçosa (ASPUV) e o programa de extensão Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de Viçosa. Apresenta como principal proposta a valorização e o fomento a agroecologia através da economia solidária e agricultura familiar para integração entre produtores(as) e consumidores(as), fortalecendo relações solidárias, o consumo consciente e a produção sustentável.

A feira iniciou suas atividades em setembro de 2016 em edições quinzenais e, a partir de 08 de março de 2017, passaram a ser semanais, reunindo um público que varia entre 300 a 600 pessoas por feira.

Para a formação e planejamento do espaço, a feira conta com a realização de atividades semanais como reuniões da coordenação e da equipe organizadora, além de

uma reunião mensal com os expositores(as) que ajudam a pensar e debater questões que englobam a feira. Atualmente, a feira envolve 96 pessoas direta e indiretamente. O perfil dos envolvidos é variado, contando com a participação de movimentos sociais, redes de prosumidores, pacientes da saúde mental e participantes de projetos de inclusão social. No total, são 35 barracas/bancadas dividida em três setores: Artesanato(14), Alimentos minimamente processados(12) e Hortifruti(09). Com a participação direta de 35 expositores(as) dos municípios de Viçosa, Paula Cândido, Teixeiras e Coimbra.

Atualmente o Quintal solidário conta com a participação de 6 empreendimentos econômicos solidários: Associação de Artesãos e produtores de Alimentos Caseiros da Região de Viçosa; Arte em Tecidos Patchwork; As Samaritacas; Rede Raízes da Mata; Grupo da Produção Solidária Semeart; Associação dos Produtores de Agroartesanatos de Viçosa. Do mesmo modo, são envolvidas iniciativas de grupos inseridos na Feira Agroecológica da Violeira e 9 representantes da Agricultura Familiar.

Além da comercialização a feira propõe ser um espaço de convivência e integração social, realizando suas atividades semanalmente na sede da ASPUV, permitindo acesso a Universidade Federal de Viçosa para comunidade de Viçosa por meio de atrações culturais, espaço para crianças e ofertas de oficinas.

Referências bibliográficas

COTERA, A., ORTIZ, H. Comércio Justo. In: CATTANI, Antônio David; LAVILLE, Jean-Louis; HESPANHA, Pedro (Orgs.) **Dicionário Internacional da Outra economia**. Coimbra: Altamira, 2009.p. 60-67

CORAGGIO, José Luís. Una perspectiva alternativa para la economia social: de la economía popular a la economía del trabajo. In: CORAGGIO, José Luis. **La economía social desde la periferia: contribuciones latino-americanas**. Buenos Aires: Altamira, 2007. p. 165-194

CORAGGIO, José Luís. Economia Social e solidária: os alcances do projeto e da política. In: SOUZA, A.R.;ZANIN,;M. (Orgs.). **A Economia Solidária e os desafios globais do trabalho**. São Carlos: Edufscar, 2017. pp – 31-46.

DAROLT, Moacir Roberto. Circuitos curtos de comercialização de alimentos ecológicos: reconectando produtores. In: NIEDERLE, Paulo André; ALMEIDA, Luciano de; VEZZANI, Fabiane Machado. (orgs.) **Agroecologia: práticas mercados e políticas para uma nova agricultura**. Curitiba: Kairós, 2013. p.139-170.

SANTOS, Boaventura de Souza; RODRÍGUEZ, César. Introdução: para ampliar o cânone da produção. In: SANTOS, Boaventura de Souza (org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Perseu Abramo,2004. 127p.

SINGER, Paul. In: Economía solidaria. Um modo de producción y distribución. CORAGGIO, José Luis. **La economia social desde la periferia: contribuciones latinoamericanas**. Buenos Aires: Altamira, 2007. p. 59-78.

LIMITES E DESAFIOS DA POPULARIZAÇÃO DO ALIMENTO AGROECOLÓGICO: A REDE BEM DA TERRA E SUAS ESTRATÉGIAS DE COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO SOLIDÁRIA

Miria Raquel da Rocha - graduada em Serviço Social na UCPel, Mestranda em Políticas sociais e Direitos Humanos na UCPEL. e-mail: miriar07@gmail.com . (AUTORA)

Aline Mendonça dos Santos - graduada em Serviço Social na UCPel, mestra em Ciências Sociais Aplicadas pela UNISINOS e doutora em Serviço Social pela UERJ. (CO-AUTORA). E-mail: aline.santos@ucpel.edu.br

Tiago de García Nunes: graduado em Direito na UCPel, Mestre em Sociologia pelo Instituto de Sociologia Jurídica de Oñati - Universidade do Estado de Milão e Universidade do País Basco e Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal Fluminense. (CO-AUTOR). E-MAIL: nunestg@gmail.com

Este resumo é resultado do Projeto de Pesquisa de Dissertação, realizado na Universidade Católica de Pelotas, entre os meses de março de 2018 a março de 2019.

Este projeto de pesquisa tem como **tema** “a popularização do consumo agroecológico”, onde a agroecologia é compreendida como um conjunto de conhecimentos baseados em saberes tradicionais dos camponeses e povos originários “que incorporam princípios ecológicos e valores culturais às práticas agrícolas que, com o tempo, foram desecologizadas e desculturalizadas pela capitalização e tecnificação da agricultura”. (LEFF, 2002, p. 42 *apud* GUHUR; TONÁ, 2012, p. 59).

Para Machado e Filho (2014) através da agroecologia é possível resgatar a cidadania dos pequenos agricultores produzindo alimentos limpos através dos métodos de tecnologia limpas. Entende-se que a agroecologia é muito mais que uma tecnologia, trata-se de um projeto político necessário e imediato! E como projeto político, inicia-se nas relações de produção dos alimentos saudáveis, mas para universalizar-se necessita também problematizar outras instâncias, como os instrumentos de circulação destes e o público que o consome. Apesar do importante acúmulo em relação à produção

agroecológica, ainda existe um sensível gargalo: a universalização do acesso a uma alimentação mais saudável, especialmente em relação às populações mais vulneráveis.

Por conseguinte, **o objeto** desta pesquisa consiste nas estratégias de comercialização para a popularização da agroecologia na Rede Bem da Terra (RBDT) e implica em estudar “Os limites e desafios da popularização do alimento agroecológico, a partir da problematização da Rede Bem da Terra e das suas estratégias de comercialização solidária. A popularização do alimento agroecológico consiste em tornar este alimento disponível para todos, ou seja, acessível à todas as pessoas, pertencentes a todas as classes sociais, considerando a atual complexidade da estratificação social.

A popularização do alimento saudável ainda é uma problemática no atual contexto, tendo em vista que uma pequena parcela da população consome alimentos agroecológicos. E isso acontece devido à existência de barreiras que impendem que este consumo aconteça de maneira abrangente. Estas barreiras podem ser econômicas, sociais, culturais, etc.

Para Mascarenhas; Gonçalves (2017) é imprescindível fornecer para a população informações sobre os benefícios da alimentação saudável e informar que ela é um direito. Questões como abastecimento, preço, renda e informação estão conectados, sendo pontos centrais na garantia de uma boa alimentação. Quanto ao abastecimento, percebe-se que os espaços de comercialização de produtos agroecológicos encontram-se principalmente em bairros de classe média, dificultando o acesso das classes populares.

Para que ocorra à popularização do alimento saudável é preciso trazer à tona alternativas que aproximem consumidor e produtor, com cadeias comerciais mais curtas, transparentes, inclusivas e sustentáveis, estimulando o consumidor a ter uma postura ativa e um olhar para além de si fazendo com que ele se perceba como sujeito comprometido na sociedade que está inserido, e, portanto, capaz de contribuir para mudanças no atual modo de produção e consumo. “Quando a cadeia de abastecimento fica mais curta, o produtor pode oferecer alimentos a um preço mais acessível ao consumidor e garantir maior apropriação do valor final de seu produto”. (MASCARENHAS; GONÇALVES, 2017, p. 33).

Para dar conta de refletir e estudar este objeto optou-se em olhar para a Rede Bem da Terra a fim de compreender quais são os limites e desafios da mesma frente à

popularização do alimento agroecológico. Cabe assim realizar uma breve descrição da Rede Bem da Terra.

A RBDT constitui-se numa rede de empreendimentos econômicos solidários que tem como objetivo desenvolver a economia solidária na microrregião sul do Rio Grande do Sul, difundindo práticas e princípios do comércio justo e do consumo solidário. (BEM DA TERRA, 2018). Ela surgiu como uma rede informal na cidade de Pelotas em outubro de 2007 e, a princípio, contava com a participação de 14 empreendimentos, urbanos e rurais. Ela foi estabelecida com o apoio do Fórum Microrregional de Economia Solidária, do Núcleo de Economia Solidária da Universidade Católica de Pelotas (NESIC/UCPEL) e da Associação Cultural RádioCom 104.5 FM. No ano de 2009 foi criada oficialmente a Associação Bem da Terra, que representa juridicamente a Rede Bem da Terra. (NUNES, 2016).

Atualmente ela conta com 40 empreendimentos econômicos solidários (EES) que representam aproximadamente 850 produtores/trabalhadores da região extremo-sul do estado do Rio Grande do Sul, compreendendo as cidades de Pelotas, Rio Grande, Canguçu, Capão do Leão, Pedras Altas, Morro Redondo e Piratini. Os dois atores centrais da RBDT são a **Associação de Produtores** (Associação Bem da Terra) e a **Associação de Consumidores** (Associação Educacional para o Consumo Responsável Rede Bem da Terra) e estes assumem caráter de produção e consumo. A **Associação de Produtores** (Associação Bem da Terra) conforme seu estatuto, tem como objetivo “reunir, congregar e fomentar empreendedores que atuam na perspectiva da economia solidária, incentivando-os nas práticas de autogestão e comercialização de seus produtos”. Conta com a participação de mais de 20 Empreendimentos de Economia Solidária, urbanos e rurais. A **Associação de Consumidores (Associação Educacional para Consumo Responsável Rede Bem da Terra)** se organiza através do Grupo de Consumo Responsável Feira Virtual Bem da Terra (FVBBDT), formado por Núcleos de Consumidores Responsáveis. (TECSOL; NESIC; REDE BEM DA TERRA, 2018.)

Neste sentido, devido à complexidade das estruturas da Rede Bem da Terra, optou-se por fazer um recorte e pesquisar mais a fundo a Feira Virtual Bem da Terra, que, consiste em uma das suas estratégias de comercialização. A escolha ocorreu durante a pesquisa empírica, pois, neste momento foi possível perceber que os consumidores da FVBBDT ao passarem pelo processo de formação se tornam consumidores conscientes e

responsáveis, o que não acontece como as demais formas e comercialização da RBDT (feiras presenciais e Loja Bem da Terra).

A FVBBDT surge em 2014, estando ela inserida no contexto da Rede Bem da Terra como meio de operacionalização de um circuito curto de comercialização justa e solidária. Ela é caracterizada como um Grupo de Consumo Responsável (GCR) sendo um mecanismo de comercialização e distribuição dos produtos da Associação Bem da Terra e de alguns Empreendimentos Econômicos Solidários de outras localidades. A Feira funciona a partir de uma plataforma virtual (cirandas) e por meio de um espaço físico – o Centro de Distribuição. (TECSOL; NESIC; REDE BEM DA TERRA, 2018). A Feira Virtual surgiu da necessidade de uma ligação mais direta entre produtores e consumidores.

O Grupo de Consumo Responsável (GCR) é uma iniciativa organizada coletivamente por associações, redes e outras formas que atua a partir da autogestão para comprar produtos agroecológicos de produtores de EES, pela comercialização direta, sem a presença do atravessador. “Viabiliza-se o acesso direto a produtos saudáveis com preços justos, garantindo uma renda justa para os produtores, além de conectar as pessoas envolvidas – o produtor com o consumidor”. (TECSOL; NESIC; REDE BEM DA TERRA, 2018, p. 5.)

Nos Grupos de Consumo Responsável as pessoas se organizam para comprar produtos de modo diferente do mercado convencional; o objetivo é realizar a compra de alimentos saudáveis e apoiar os pequenos produtores, respeitando as pessoas e o meio ambiente. Qualquer pessoa poderá participar do GCR Feira Virtual Bem da Terra, no entanto, ela deve solicitar seu interesse, realizar uma formação e escolher um Núcleo de Consumidores e nele se inserir, ou formar um novo Núcleo de Consumidores com no mínimo sete pessoas; é preciso contribuir de forma solidária com a realização das tarefas indispensáveis ao funcionamento da Feira, com no mínimo quatro horas de trabalho voluntário por trimestre e por fim esforçar-se para que as decisões coletivas sejam cumpridas e respeitadas.(TECSOL; NESIC; REDE BEM DA TERRA, 2018).

A FVBBDT é formada por um grupo de pessoas que não se conforma como o modo de vida material/econômica está estruturada. Observa-se cada vez mais um grande apelo ao consumismo, o aumento do trabalho explorado, do consumo alienado, do consumo de alimentos baratos, porém contaminados, a destruição ambiental, a manipulação midiática.

Tudo isso resulta em uma vida insustentável, devido a exclusão, desigualdade, desequilíbrio ecológico, violência, adoecimento devido ao consumo de alimentos contaminados com agrotóxicos, etc.

A mudança só é possível se existir união e organização e esta mudança exige atitude e solidariedade; é preciso começar mudando nós mesmos experimentando novos caminhos demonstrando ser possível ir contra a lógica do capital. A Feira Virtual funciona através de três pilares: Autogestão, Trabalho Coletivo e Consumo Responsável. (FVBBDT, 2017)

Assim, percebe-se que a Feira Virtual é uma rede com forma diferenciada de comércio e, através de seu conjunto de ações proporciona consciência social e ambiental, proporcionando integração entre consumidores e produtores. A Feira, por ser um empreendimento de economia solidária possui uma filosofia oposta a economia capitalista, onde o mais importante são as relações de igualdade, justiça e solidariedade. Assim, as pessoas cooperam entre si em vez de competirem, competição essa que é frequente no atual sistema econômico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEM DA TERRA, 2018. Disponível em:
< <http://bemdaterra.org/>> .Acesso em 10 mar. 2018

FVBBDT (Feira Virtual Bem da Terra). Documento de Apresentação da FVBBDT para os novos consumidores no processo de formação, 2017.

GUHUR, Dominique Michèle Periotto; TONÁ, Nilciney. Agroecologia. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. (orgs.). Dicionário de Educação no campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012

MACHADO, Luiz Carlos Pinheiro; FILHO, Luiz Carlos Pinheiro Machado. A dialética da agroecologia: contribuição para um mundo com alimentos sem veneno. Editora Expressão Popular. São Paulo, 2014.

MASCARENHAS, Thais Silva. (Orgs); GONÇALVES, Juliana Rodrigues; Consumo Responsável em Ação: Tecendo relações solidárias entre o campo e a cidade. Instituto Kairós. São Paulo, 2017.

NUNES, Tiago de Garcia. A Autogestão em Perspectiva Comparada - Quatro Organizações de Trabalho Associado na Resistência da Produção à Contestação do Capital. Niterói, 2016.

TECSOL (Núcleo interdisciplinar de Tecnologias Sociais e Economia Solidária); NESIC, (Núcleo de Economia Solidária e Incubação de Cooperativas); REDE BEM DA TERRA. Cartilha “A Rede Bem da Terra. 2018

O QUE TEM SIDO PRATICADO? UMA ABORDAGEM A RESPEITO DAS RELAÇÕES DE CONSUMO NO CLUBE DE TROCAS DA ITCP/UNIFAL-MG

Kaio Lucas da Silva Rosa (Discente; Universidade Federal de Alfenas; kkaiorosa98@gmail.com).

Lucas Eduardo Juventino (Discente; Universidade Federal de Alfenas; lukas_lej@hotmail.com).

Layon Carlos Cezar (Doutor em Administração; Universidade Federal de Alfenas; layoncezar@gmail.com).

INTRODUÇÃO

Procedente da aparência entre princípios democráticos e igualitários, sustentados com o mito da abundância e do bem-estar, a sociedade de consumo resulta do imperativo fundamental de manutenção de uma ordem de privilégio e de domínio (BAUDRILLARD, 2010). A crítica a tal conformação, como realizada incisivamente pelo movimento de Economia Solidária – ES, propicia espaços de produção e consumo solidário incorporados em diversas iniciativas, como os Clubes de Trocas.

Em face desse contexto, o presente trabalho tem como propósito investigar a influência dos Clubes de Trocas desenvolvidos pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de Alfenas – ITCP/UNIFAL-MG para a reflexão sobre as relações de consumo de seus participantes. Para esse fim, foi realizada uma pesquisa exploratória com os participantes dos três clubes de trocas realizados em 2018.

REFERENCIAL TEÓRICO

A sociedade de consumidores é instituída pelo estímulo a um estilo de vida e uma estratégia existencial consumista, em que a adequação estrita aos preceitos desta sociedade é a alternativa assentida incondicionalmente. Em vista disso, consumir torna-se um ato de filiação social (BAUMAN, 2008). O cerne dessa sociedade traz à tona a

emergência de se pensar possibilidades que privilegiem ordenamentos singulares muito além do predomínio da lógica do capital. A ES enquanto movimento articulado, surge à luz dessas motivações, baseada em princípios igualitários e solidários (MOTHÉ, 2004).

De acordo com Singer (2002), a ES se opõe por princípio à lógica alienante de domínio e competição das relações de trabalho capitalistas, produção, consumo e comercialização, mas não só, ela também suscita perspectivas sustentáveis e de valorização do ser humano. Sob a ótica da ES, o consumo solidário confronta-se às práticas lesivas de produção e consumo, incentivando o consumo dos produtos e serviços da ES (MANCIE, 2009).

Surgidos em reação ao desemprego e às recessões da década de 1980, os clubes de trocas representam espaços para a prática do consumo solidário, reunindo pessoas impossibilitadas de fornecer ou consumir devido à ausência de circulação monetária através, justamente, da criação de uma moeda própria, dotada de função socioeconômica: viabilizar as trocas e gerar circulação local (SINGER, 2002).

Fundamentado no desenvolvimento anterior enquanto empreendimento solidário, os clubes de troca foram incorporados na qualidade de atividades de extensão, como realizado pela ITCP/UNIFAL-MG desde o ano de 2011 no *campus* de Varginha-MG e em diferentes localidades. O Clube de Trocas da ITCP/UNIFAL-MG não emprega nenhum tipo de valor monetário para seu desenvolvimento, as trocas são balizadas por um esquema de escambo orientado segundo o valor de uso dos bens e serviços disponibilizados.

Inicialmente, durante as edições do Clube de Trocas da ITCP/UNIFAL-MG, segundo Rosa et al. (2019), os participantes se apresentam junto aquilo que foi levado para troca, posteriormente, são transmitidos dialogicamente princípios fundamentais a respeito da ES e de seus clubes de trocas. As trocas são realizadas entre os participantes de modo autogestionário, cooperado e solidário, permitindo a socialização e o crescimento coletivo. Os Clubes contam com atrações e apresentações culturais, criando assim um ambiente agradável e descontraído.

METODOLOGIA

O procedimento metodológico empregado para esta pesquisa adota o caráter exploratório. A principal fonte de coleta de dados utilizada procede de questionários que conjugam questões objetivas e dissertativas. Às questões objetivas foi empregada a escala *Likert*. Já às questões dissertativas foi atribuído o registro por resposta escrita. Os questionários foram aplicados em 3 edições do Clube de Trocas durante a ano de 2018, alcançando 26 respondentes.

A abordagem desenvolvida para a análise apresenta natureza dual: quantitativamente, e em relação às técnicas, os dados foram submetidos a manipulações estatísticas por meio do software SPSS®. Qualitativamente, os dados foram analisados pela técnica de análise de conteúdo aplicado às respostas dissertativas. A análise está pautada na fundamentação teórica traçada nesta investigação.

RESULTADOS

Os dados preliminares permitem traçar um perfil da amostra do público respondente. Dos participantes, 76,9% identificam-se com o gênero feminino, e 23,1% com gênero masculino. A maioria do público participante é jovem, dos quais 50% possui idade entre 18 e 19 anos. Desses, 65,4% são estudantes. Esse perfil sinaliza que a abrangência dos clubes de trocas da ITCP/UNIFAL-MG ainda é muito local, voltada para estudantes ou da própria universidade ou do CEFET-MG da cidade.

Dos participantes do Clube em 2018, 65,4% conhecem a incubadora e 50% conhecem a ES. Dado esse contexto, é necessário que as ações da incubadora se voltem cada vez mais para a disseminação de sua função e sua metodologia de trabalho, bem como a criação de mais para espaços de formação sobre ES.

Considerando as características dessa amostra, foram desenvolvidas tabulações cruzadas para verificar suas possíveis relações à percepção sobre o Clube de Trocas como ação para se repensar as relações de consumo. Assim foram investigados três parâmetros:

- a) vínculo com a UNIFAL-MG; b) Participação anterior ao Clube de Trocas e; c) Conhecimento anterior sobre ES.

Em relação ao vínculo com a UNIFAL-MG, os dados apontam um alto grau de concordância entre os que possuem vínculo com a instituição, como apontado na Tabela

Tabela 1. Tabulação cruzada do vínculo com a instituição e importância do clube de trocas

		Clube de Trocas enquanto ação importante para se repensar as relações de consumo		Total
		Concordo Muito	Concordo Totalmente	
Vínculo com a UNIFAL-MG	Não	1	5	6
	Sim	5	15	20
Total		6	20	26

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

1.

Conforme apresentado na Tabela 1, os respondentes vinculados à universidade possuem melhor grau de concordância a respeito da importância do Clube como mecanismo para repensar as relações de consumo. Em relação ao motivo de interesse em participar, os respondentes apontam que sua utilidade está vinculada a: “(...) repensar as relações de consumo excessivo.” (Q4), ou “(...) um incentivo gigante para população atual dentro de tamanho capitalismo e ganância, a troca é revolucionária.” (Q13). Como também, quanto em relação à importância do Clube: “(...) creio que esse Clube de Trocas revela ainda a pureza do ser, quebrando esse estigma de que o dinheiro é o mais importante.” (Q17).

Os dados alcançados expressam dois relevantes pontos: inicialmente, a importante atuação da ITCP/UNIFAL-MG e de seus Clubes no âmbito da universidade, influenciando a reflexão mais crítica sobre o consumo e desenvolvendo essa percepção no público alcançado. Outro importante aspecto é o modo com que, para além da universidade, essas questões não estão sendo discutidas de forma a influenciar um pensamento mais crítico relacionado ao consumo, sinalizando a fundamentalidade de se ampliar a capacidade das ações extensionistas pela incubadora.

Em relação ao cruzamento dos dados referentes à participação em edições anteriores do Clube de Trocas com a compreensão deste enquanto ação importante para se repensar as relações de consumo, a Tabela 2 revela importantes inferências.

Tabela 2. Tabulação cruzada entre a Participação anterior e importância do clube de trocas

		Clube de Trocas enquanto ação importante para se repensar as relações de consumo		Total
		Concordo Muito	Concordo Totalmente	
Participação anterior no Clube de Trocas	Não	5	11	16
	Sim	1	9	10
Total		6	20	26

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

É consensual tanto entre os participantes de edições anteriores, como entre não participantes, a convicção de que o Clube de Trocas é relevante para se repensar as relações de consumo. A percepção de relevância verificada nas respostas é reiterada pela relação de importância do Clube para os que não haviam participado de edições

anteriores, como expresso na fala: “Mostrar que há um modo alternativo de consumo em que não é necessário um valor exagerado e monetário.” (Q5). Essa percepção se aproxima das respostas dos participantes que já participaram do Clube: “Pensar as relações de troca e o consumismo.” (Q18).

Em vista disso, ainda que a maioria dos respondentes não tenham participado anteriormente do evento, após a participação, já há o reconhecimento e a legitimação do Clube de Trocas enquanto espaço para a reconsideração das relações de consumo. Tais dados evidenciam que repensar as relações de consumo está além da participação ou não do Clube. Este, torna-se então, um dos meios para estimular este tipo de reflexão.

Por fim, a relação entre o conhecimento anterior sobre ES e a importância do Clube de Trocas está expressa na Tabela 3.

Tabela 3. Tabulação cruzada a respeito do conhecimento anterior sobre a Economia Solidária e importância do clube de trocas

		Clube de Trocas enquanto ação importante para se repensar as relações de consumo		Total
		Concordo Muito	Concordo Totalmente	
Conhecimento anterior sobre a ES	Não	2	11	13
	Sim	4	9	13
Total		6	20	26

Fonte: Dados da Pesquisa (2018).

Os dados acima indicam certa uniformidade nas respostas. Tanto a metade dos respondentes que não possuíam conhecimento em relação à ES, quanto a outra metade que detém esse conhecimento, reconhecem, mesmo que em diferentes graus de concordância, o Clube de Trocas enquanto ação importante para a reconsideração das relações de consumo.

O resultado atingido é reiterado pelas respostas dissertativas que apontam como, tanto os respondentes que já possuíam conhecimento anterior sobre ES quanto pelos que não possuíam, existe um reconhecimento a respeito da importância do Clube de Trocas para repensar as relações de consumo, como apontado nas respostas: “Mostrar que há um modo alternativo de consumo em que não é necessário um valor exagerado e monetário.” (Q5); “(...) Acho importante para conscientizar as pessoas sobre as relações de trocas.” (Q1). “É um passo importante para poder começar conhecer um pouco mais sobre a Economia Solidária.” (Q20).

Ou seja, mesmo os respondentes alheios ao conhecimento em relação à ES percebem a importância do Clube de Trocas. Para esse público, refletir sobre o consumo está além do conhecimento sobre ES, no entanto, sob a ótica desenvolvida, ambas propostas estão interligadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de muitos participantes reconhecerem a importância de refletir criticamente sobre as relações de consumo, muitos não haviam participado de espaços como o Clube de Trocas, e apenas a metade já dotava de conhecimento sobre ES apesar do vínculo com a UNIFAL-MG. Esses dados apontam que o Clube tem impacto direto para que os estudantes vivenciem um momento no qual suas preocupações sobre o consumo venham à tona e se materializem em um exercício prático.

Ainda que o conhecimento sobre ES não seja indispensável para que a pessoa mude suas relações de consumo, possuir noções em relação à ES e evidenciar ações práticas a partir da ação da incubadora, são fundamentais para que os participantes do Clube de Trocas percebam e reflitam a respeito de sua importância. Tais vivências têm possibilidades para se tornarem hábitos, dotados de práticas alternativas às vigentes na lógica capitalista que não estejam circunscritas apenas às edições do Clube de Trocas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUDRILLARD, J. **A sociedade de consumo**. Lisboa: Edições 70, 2010.

BAUMAN, Z. **Vida para consumo**: a transformação das pessoas em mercadoria. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

MANCIE, E. A. consumo solidário. In: CATTANI, A. D.; LAVIILLE, J.-L.; GAIGER, L. I.; HESPANHA (coord.) **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra: Almedina, 2009.

MOTHÉ, D. A. contribuição da economia solidária para o desenvolvimento das cidades. In: GUIMARÃES, G.; SCHWENGBER, A. (org.) **Diretrizes para uma política pública de economia solidária no Brasil**: a contribuição da rede de gestores. Rio de Janeiro: ITCP/COPPE/UFRJ, 2004.

ROSA, K. L. S.; JUVENTINO, L. E.; TOLEDO, D. A. C.; GUERRA, A. C. O clube de trocas da ITCP/UNIFAL-MG e a extensão universitária: aproximações e desdobramentos. **Sodebras**. v. 14, n. 157, p.5-112, jan. 2019. Disponível em: <<http://www.sodebras.com.br/edicoes/N157.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

REDES DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA ALTERNATIVA PARA O COMÉRCIO JUSTO

ORESTES, Melissa Duarte¹

CALDASSO, Liandra Peres¹

TOMETICH, Patrícia¹

Contato: melissaorestes@hotmail.com

¹Universidade Federal do Rio Grande – FURG

Palavras-chave: Redes de Economia Solidária; Consumo Responsável; Bem da Terra, Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares; INEESOL

Resumo: o presente trabalho versa sobre as Redes de Economia Solidária (RES), especificamente sobre aquelas formadas por Empreendimentos Econômicos solidários (EES) distintos, como é o caso do grupo de consumo responsável (GCR) Bem da Terra, localizado em Pelotas/RS. Para tanto o trabalho está dividido em algumas sessões centrais. Uma breve revisão sobre redes de economia solidária e grupos de consumo responsável, para então chegar ao estudo de caso que aqui se pretende abordar: a constituição do GCR Bem da Terra de São Lourenço do Sul (SLS), abordando suas dificuldades e potenciais.

1. Economia Solidaria e Redes Sociais

As redes de economia solidária (RES) vêm ao longo de sua história colaborando de modo positivo no contexto econômico e social de diversas comunidades, criando interações entre a zona rural e urbana, viabilizando o desenvolvimento de novas alternativas de geração de renda e de acesso a produtos e alimentos naturais de qualidade. Tais redes nascem da necessidade de fortalecer as iniciativas econômicas por meio das relações sociais e as articulações com outros grupos, em prol de suprir suas necessidades, construindo alternativas viáveis, através da geração de trabalho e renda. A fim de promover estratégias de redução da desigualdade social, percebe-se cada vez mais a necessidade de modelos de desenvolvimento social e econômico que possam oferecer suporte às famílias de regiões mais desamparadas e fragilizadas.

Considerando a economia solidária (Ecosol) como uma alternativa concreta para um mundo justo e solidário, MANCE (2005, p.2) descreve:

Enfrentando essa realidade de injustiça estrutural surgiram diversas práticas de economia solidária que podem ser compreendidas como: a) ações concretas bem-sucedidas de geração de trabalho e distribuição de renda; b) como uma compreensão de desenvolvimento sustentável baseada em sistemas de redes socioeconômicas voltadas à promoção do bem-viver do conjunto das sociedades; c) como um conjunto de políticas públicas de desenvolvimento socioeconômico e de integração social pela promoção do trabalho e do consumo sustentável e pela difusão solidária de tecnologias sociais.

Apesar das dificuldades, a Ecosol tem se mostrado uma alternativa para uma organização justa e solidária, assim todo o trabalho realizado desde a produção, comercialização e consumo, que é feito de forma colaborativa para promover o bem viver de todos os envolvidos nessas organizações.

Nesse sentido, a formação de RES ressalta ainda a importância do desenvolvimento econômico pensando no meio ambiente. Algumas dessas RES são: Grupos de produção comunitária, sistemas locais de intercâmbio, autogestão de empresas

pelos trabalhadores, comércio solidário e comércio justo internacional, organizações de certificação e etiquetagem, consumo crítico e solidário e grupos de aquisição solidária, financiamento solidário, economia de comunhão e difusão de *softwares* livres e tecnologias livres e sustentáveis.

De maneira geral o intuito dessas práticas é melhorar a situação econômica de determinados grupos sociais para sair do desemprego. O que se pode ocorrer por meio do trabalho associativo de produção, de cooperativas de trabalhadores assumindo o risco de comandar empresas falidas ou, a criação de novos empreendimentos para geração de trabalho e renda, com o objetivo de reduzir a exclusão social e, no qual ocorre a partilha justa dos resultados e o preço justo dos produtos.

Tendo isso em conta, MANCE (2003) explicita que as RES abrangem grupos de consumidores, de produtos e de prestadores de serviço em uma mesma organização, com o propósito de realizar o consumo solidário. Ou seja, compras de produtos e serviços da própria rede, para garantir trabalho e renda aos seus membros.

As organizações das RES ocorrem através da união de consumidores e produtores, sendo que ocorrem certos critérios básicos de participação nas RES: não pode acontecer a exploração do trabalho, a ambição no consumo ou dominação nos empreendimentos. Em contrapartida, deve preservar o meio ambiente, mesmo que os empreendimentos não sejam ainda ecologicamente sustentáveis e, por último, considerado um dos critérios mais importantes, atuar sob autogestão com princípios de cooperação e solidariedade. Conforme CRUZ (2009), à medida que existe uma RES forte já formada, a mesma não se interrompe, ela continua numa outra escala, mesmo necessitando de ajustes constantes durante sua trajetória. Nesse sentido, pode-se afirmar que algo muito importante é a atuação das lideranças destes empreendimentos no âmbito de suas atividades, e de como os mesmos irão se portar perante os desafios que encontrarão em sua jornada.

2. Grupo de Consumo Responsável (GCR)

De MOURA *et. al* (2017), a criação dos GCRs formam um conjunto de hábitos e práticas que fomentam um modelo de desenvolvimento comprometido com a redução da desigualdade social e dos impactos ambientais, representando uma opção diferente de comercialização no mercado brasileiro. Nesta perspectiva, temos a possibilidade de que

os participantes de GCRs possam adquirir produtos com maior qualidade, oriundos da agricultura familiar, Ecosol e Agroecologia.

Tendo isso em conta, CALABRÓ (2016, p. 6) afirma que “o consumo responsável é o conjunto das práticas e reflexões que buscam transformar o ato de consumir em um ato político e cidadão”, assim incentivando o consumo consciente e a valorização das pessoas e do meio ambiente. Para iniciar um GRC é preciso que os participantes estejam unidos pelos mesmos princípios e objetivos, sendo que na maioria dos casos é o do consumo mais saudável e com preço mais justo.

BADUE *et. al* (2013), descrevem que os grupos buscam sempre encurtar a cadeia de abastecimento, incentivando que ocorra o contato diretamente entre produtor e consumidor, portanto o consumidor paga menos e o produtor ganha mais, sendo uma forma de reduzir o intermediário na cadeia comercial e estreitando laços. Portanto, pensar no consumo é pensar uma questão política. Uma vez que enquanto consumidores, os participantes do GCR exercem política de uma maneira não convencional, não partidária, mas uma política que é feita todos os dias, que é construída de maneira horizontal, seja nas cidades, seja no campo.

3. GCR Bem da Terra - São Lourenço do Sul/RS

De 2017 em diante, foi estabelecida uma parceria entre a equipe alguns atores que vem discutindo o GCR de São Lourenço do Sul. São eles: o GCR Bem da Terra – Pelotas/RS; a ONG ambientalista VerdeNovo; os professores, pesquisadores e alunos dos cursos de Gestão de Cooperativas e Agroecologia, especificamente aqueles vinculados ao Centro de Apoio a Agricultura de base ecológica (CEAABE), da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), do Campus de São Lourenço do Sul/RS e; do Fórum Municipal de Ecosol do município. A proposta inicial era conhecer a trajetória do Bem da Terra, para então constituir um GCR em São Lourenço do Sul, adequado ao contexto local. Já a partir de 2018, passou a integrar o grupo de parceiros a INEESOL – Incubadora de Empreendimentos de Economia Solidária, da FURG em São Lourenço do Sul.

O GCR Bem da Terra/SLS vem sendo pensando com o propósito de fortalecer a organização e a comercialização dos produtos dos agricultores familiares de base agroecológica de São Lourenço do Sul, bem como de produtores da Economia Solidária.

Algumas das atividades realizadas para a constituição e consolidação do GCR Bem da Terra -SLS, foram: reuniões de formação e planejamento vêm sendo realizadas periodicamente, bem como reuniões com os produtores agroecológicos e da Ecosol. Estamos levantando os dados de produção em visitas in loco às propriedades rurais e ao mesmo tempo buscamos aproximação junto aos consumidores pela aplicação de um instrumento de pesquisa (questionário estruturado). Para familiarização com o sistema de compras em grupo, formamos um núcleo vinculado ao Bem da Terra Pelotas, realizando compras mensais pela rede virtual. Em paralelo, estamos em processo de formação constante promovido pela coordenação do projeto Rizoma, projeto este que realizou a doação de equipamentos (bens móveis) para a estruturação do Centro de Distribuição.

No estágio atual, o GCR ainda está constituído como um “núcleo de consumo”, com 17 participantes que se organizam para realizar uma compra por mês e retirar os produtos no Centro de Distribuição (CD) do Bem da Terra na Cidade de Pelotas. Os consumidores responsáveis são vinculados à Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Campus São Lourenço do Sul, e nesta etapa têm adquirido produtos que não estão disponíveis na Feira do Produtor de São Lourenço do Sul. ou seja, produtos orgânicos, oriundos de cooperativas e da Economia Solidária, com exceção dos hortifrutigranjeiros. O grupo também foi cadastrado na plataforma Cirandas (FBES), o que possibilita a transformação do atual núcleo em um GCR – independente em São Lourenço do Sul.

A motivação para o surgimento dos GCRs é, segundo os autores PISTELLI & MASCARENHAS (2011, p.17):

Desejo de construir relações mais justas e solidárias de comercialização e consumo, em oposição às convencionais (hegemônicas) e ainda da intenção de fomentar a comercialização e o consumo de alimentos saudáveis e ambientalmente sustentáveis.

Podemos perceber que é necessário ter um bom planejamento, compromisso e organização do trabalho para viabilizar a ideia e para torná-la uma ação consistente, possível e significativa para todos os atores envolvidos. Destacamos que a maioria dos

GCRs tem como anseio o acesso a produtos com melhor qualidade, com preços mais justos.

Desta maneira, destaca-se a importância dos GCRs estarem articulados em redes de cooperativas ou associações, considerando desde o processo produtivo, comercialização e consumo, no qual a sua finalidade é promover o bem viver para todos os envolvidos, reduzindo a exclusão social e, promovendo a preservação do meio ambiente. Nesse sentido, o objetivo dos GCRs é a transparência em promover a partilha justa dos resultados considerando os princípios da economia solidária e articulação em redes de forma horizontalizada e, é o que se almeja também com a consolidação do GRC de São Lourenço do Sul.

4 Referências:

BADUE, Ana Flávia Borges; GONÇALVES, Juliana Rodrigues; PISTELLI, Renata de Salles Santos; MASCARENHAS, Thais Silva. **Práticas De Comercialização:** Uma proposta de formação para a economia solidária e a agricultura familiar. Instituto Kairós, Capina, (org.). São Paulo: Instituto Kairós, 2013. Disponível em: www.institutokairos.net. Acesso em: 23/03/2019.

CALABRÓ, Guilherme. **Criando um Grupo de Consumo Responsável:** Um Passo a Passo para Começar e Estabelecer um GCR. Piracicaba: Instituto Terra Mater, 2016.

CRUZ, Antônio. **Redes de economia solidária** – Papéis e Limites de Atoresenvueltos: Trabajadores, Universidades E Estado. In: Seminário Internacional "La construcción de conocimientos y prácticas sobre la economía social y solidaria en América Latina y Canadá", 2009. Buenos Aires: CESOT/FCE/UBA, 2009. Mídia digital.

MANCE, Euclides André (Org.). **Como organizar redes solidárias.** Rio de Janeiro: DP&A Editora, Fase, IFIL, 2003. 392 p.

MANCE, Euclides André. **A revolução das redes de colaboração solidaria**. Artigo apresentado no Encontro Internacional de Economias Salesianas, Sevilha, 2005.

MOURA, Danieli Veleda; BRAGA, Maria Angélica Machado; PIRES, Maria Cristina Chaves. **Grupo de consumidores responsáveis do armazém de economia popular solidária**: Uma experiência a partir do núcleo de desenvolvimento social e econômico da Universidade Federal Do Rio Grande (NUDESE-FURG). in: XIX fórum de estudos: leituras de Paulo Freire, 2017, Rio Grande. Anais [...]. [s. l.: s. n.], 2017.

PISTELLI, Renata de Salles S; MASCARENHAS, Thais Silva. **Caminhos para Práticas de Consumo Responsável**: Organização de Grupos de Consumo Responsável. São Paulo, 2011.



V Congresso da Rede de ITCPs

**UNIVERSIDADE E ECONOMIA SOLIDÁRIA:
REDE ITCPs - 20 ANOS RESSIGNIFICANDO A UNIVERSIDADE NO BRASIL**

**CEFET/RJ
RIO DE JANEIRO - RJ
01 A 04 DE MAIO DE 2019**

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Área temática

Finanças Solidárias

Coordenação: Sandro Miguel Mendes

AS FINANÇAS SOLIDÁRIAS COMO CRÉDITO SOLIDÁRIO: O SISTEMA CRESOL

Ana Paula Silva dos Santos¹⁹; Larissa Lemos Dias²⁰; Dimitri Augusto da Cunha Toledo²¹

PALAVRAS CHAVE: crédito, economia solidária, finanças.

INTRODUÇÃO

O avanço do sistema capitalista resultou em diversas fragmentações territoriais e sociais, além da implementação de um modo de produção severo ao trabalhador e lucrativo para capitalistas. Com isso, os últimos anos foram marcados pela busca por alternativas econômicas capazes de superar os limites impostos pelo sistema tradicional, trazendo, entre outras, formação de renda para trabalhadores antes excluídos, organização horizontal e cooperativistas, de trabalho, além do acesso ao crédito à população antes excluída das organizações bancárias convencionais.

É nesse contexto que se apresenta a Economia Solidária com propósito emancipatório dos indivíduos, buscando mitigar problemas sociais, econômicos e políticos, visando o desenvolvimento sustentável, modos justos de economia, meio ambiente e também a participação democrática podendo atingir o âmbito local e integral (CALBINO; PAULA, 2012).

Respalhada na Economia Solidária, surge o Sistema Cresol de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária (CRESOL) como alternativa econômica de acesso ao crédito. Igualmente dentro das premissas da economia solidária, originam-se nas universidades brasileiras as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares

19 Discente da Universidade Federal de Alfenas campus Varginha, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. E-mail: anaaps246@gmail.com

20 Discente da Universidade Federal de Alfenas campus Varginha, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. E-mail: llemosdias@gmail.com

21 Docente da Universidade Federal de Alfenas campus Varginha, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. E-mail: dimitri.toledo@unifal-mg.edu.br

(ITCP's) visando apoiar o desenvolvimento de empreendimentos econômicos solidários, muitos buscando concepções acerca das finanças solidárias, como é o caso dos Clubes de Trocas.

Assim, este trabalho objetiva apresentar duas experiências alternativas de finanças, especificamente finanças solidárias, que são a CRESOL, como promotora da inclusão financeira em larga escala.

METODOLOGIA

Para este trabalho, a metodologia utilizada configura-se no que é chamado de pesquisa explicativa (GIL, 2007), que tem por finalidade a explicação de fenômenos e aprofundamento num tema específico. Neste estudo, a pesquisa fundamentou-se nas plataformas *Google Acadêmico* e *Scielo*, baseado nos preceitos da Economia Solidária para a análise de documentos e relatórios do Sistema Cresol de 2017.

Pode-se expressar ainda, que a projetada metodologia assenta-se na busca do debate acerca de propostas de finanças solidárias e de emancipação econômica, social e política de indivíduos menos favorecidos.

SISTEMA CRESOL

A obtenção dos agricultores familiares ao crédito rural é uma ferramenta importante ao se considerar que, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2006), a agricultura familiar corresponde a cerca de 84% dos estabelecimentos agropecuários brasileiros. Desse modo, as alternativas financeiras têm sido conteúdo de frequentes debates e movimentos sociais, já que o crédito se faz essencial para a capitalização e formação de renda dos agricultores (SCHRODER, 2005).

O mercado de crédito brasileiro tem por características atender em maior número o consumidor que ao produtor, atingindo o curto prazo mais que o longo prazo e, complementarmente, contemplando a camada populacional de maior renda (NÉRI; GIOVANINI, 2005).

Assim, a sustentabilidade econômica de uma organização de microfinanças é essencial para a prestação de serviço de modo eficiente e deve contribuir para a

disseminação da ideia de responsabilidade acerca dos empréstimos adquiridos. Porém, isso não deixa uma organização dessas características isenta de atuação intermediária de transferência de renda ou políticas governamentais de subsídios (GRAVINA; ABRAMOVAY, 2005).

De acordo com Yaron (1994), organizações desse tipo possuem um alto custo transacional, mas que é garantido pelo pagamento em tempo dos tomadores de empréstimo, que são capazes até de garantir maior elegibilidade ao crédito. Desse modo, mesmo que voltada para um público restrito e menos abastados, a garantia de sobrevivência das organizações se dá pelos baixos índices de inadimplência, causado pela pontualidade de pagamento por parte dos agricultores, o que agrega confiabilidade e elegibilidade na tomada de crédito. Dito isso, sua atuação é fundamentada primordialmente na economia de proximidade, com forte apelo a garantia daqueles que a ela se associam. Apoiado nesses valores, extremamente distantes da habitual relação entre bancos convencionais com a população, é que se desencadeia a conexão de confiabilidade entre agricultores e cooperativas (ABRAMOVAY; MAGALHÃES; SCHRODER, 2010).

Essa realidade se encontra intimamente relacionada com o desenvolvimento das cooperativas, que buscaram e alcançaram a junção da racionalidade econômica com a solidariedade no âmbito social. Essas cooperativas de crédito implantaram o que foi intitulado de “triângulo da sustentabilidade” que, segundo Zeller e Sharma (1998), consistia em contemplar em seus procedimentos a população à margem do sistema de banco tradicional, abranger parte significativa dos pequenos agricultores locais e atingir a sustentabilidade no plano econômico de suas operações.

Segundo Abramovay, Magalhães e Schroder (2010), as práticas de gestão do Sistema Cresol têm como característica ligações entre seus dirigentes e agentes econômicos com membros e associados, criando assim, uma relação permanente de troca de saberes, o que permite a condição de oferecer novos produtos e serviços, fortalecendo seus relacionamentos socioeconômicos. Desta forma, além do alcance elevado com seu público-alvo, a cooperativa busca formas de conquistar novos públicos. Um exemplo disso, foi a vitória do Sistema Cresol em concorrência direta com a Caixa Econômica Federal para uso de recursos governamentais para construção de residências destinadas à população abaixo da linha de pobreza. Os custos da Cresol para essa operação são mais baixos que o do sistema tradicional, como acontece também no repasse de crédito, o que

permitiu sua vitória e seu alcance para o desenvolvimento e inserção social desta população na sociedade.

De acordo com o relatório anual de atividade e balanço comercial da Cresol (CRESOL, 2017), os repasses de crédito são concentrados na relação solidária juntamente com questões sociais com respeito a demandas ambientais, zelando pela conscientização dos recursos ambientais em disposição.

Segundo informações cedidas pelo site da Cresol, a cooperativa opera atualmente (CRESOL, 2019) com o Crédito de Custeio, que se subdivide em mais três frentes de atuação; o Crédito de Investimento, contendo sete subdivisões; o Investimento - Demais Linhas, com nove sub atuações; com Seguros de Empreendimentos Rurais, que compreende quatro frentes; com Seguros de Empreendimentos Rurais envolvendo quatro seções; e, por fim, com Consórcios.

Ressalta-se ainda, que cada divisão de trabalho de crédito rural do Sistema Cresol conta com características próprias de limite de crédito, prazo para pagamento e itens financiáveis, contendo ou não condições de carência para a obtenção dos benefícios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa teve por finalidade a compreensão do funcionamento e formação dos mecanismos do Sistema Cresol como promotor e gerador das finanças solidárias tendo como cenário a Economia Solidária. Suas políticas possuem o intuito de acolher a população não detentora de recursos e bens.

Desse modo, é salientado o debate acerca de soluções alternativas ao sistema de crédito vigente, de maneira que o crédito solidário torna-se opção de possibilidade tanto para melhor organização, valorização do trabalhador, formas mais éticas e também como forma de acesso a empréstimos e crédito justos, fomentando a economia e o desenvolvimento local.

Essa inovação de finanças solidárias de proximidade traz vantagens culturais e sociais, uma vez que se criam laços de amizades, contatos, associação em empreendimentos solidários, além da vantagem econômica para todos, gerando trabalho e renda para quem antes se encontrava excluído do sistema tradicional.

Seguindo essa dinâmica, a Cresol torna-se promovedora de articulações solidárias com consequências positivas tanto do ponto de vista econômico, geradores de trabalho e renda, quanto do social com a promoção de inclusão e de emancipação. Através desta relação, as finanças solidárias se tornaram uma pauta importante em debates e discussões de redes e itcps, trazendo legitimação e reconhecimento na área social, política e econômica

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo; MAGALHÃES, Reginaldo; SCHRODER, Mônica.

Representatividade e inovação na governança dos processos participativos: o caso das organizações brasileiras de agricultores familiares. 2010.

CALBINO, Daniel; PAULA, Ana Paula de Paes de. A Gestão na economia solidária: um estudo nas incubadoras de empreendimentos solidários. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, v. 5, n. 1, p. 108-126, 2012.

CRESOL. **Relatórios.** Disponível em: <<https://www.cresol.com.br/site/relatorios/>>. Acesso em: 4 de fev. 2018.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GRAVINA PRATES JUNQUEIRA, Rodrigo; ABRAMOVAY, Ricardo. A sustentabilidade das microfinanças solidárias. **Revista de Administração-RAUSP**, v. 40, n. 1, 2005.

IBGE. **Notícias.** Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/13721-asi-agricultura-familiar-ocupava-844-dos-estabelecimentos-agropecuarios>>. Acesso em: 27 de fev. 2019.

NÉRI, Marcelo C.; GIOVANINI, Fabiano da S. Negócios nanicos, garantias e acesso a crédito. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 9, n. 3, p. 643-669, 2005.

SCHRODER, Mônica. **Finanças, comunidades e inovações: organizações financeiras da agricultura familiar-o Sistema Cresol (1995-2003).** 2005. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas), Universidade Estadual de Campinas, 2005.

YARON, Jacob. What makes rural finance institutions successful?. **The World Bank Research Observer**, v. 9, n. 1, p. 49-70, 1994.

ZELLER, Manfred et al. **Rural finance and poverty alleviation**. International Food Policy Research Institute (IFPRI), 1998.

**FINANÇAS SOLIDÁRIAS COMO CAPITAL POLÍTICO X PARTICIPAÇÃO
POPULAR NA GESTÃO DOS BCDS**

Marconi Tabosa de Andrade (doutor em sociologia/Professor da UFAL)

Marconi.andrade40@gmail.com

Gleice Mary Gomes da Silva (graduada em Geografia/UNEAL)

mary.glayce30@gmail.com

José Ywgne Vieira do Nascimento (graduando em Educação física/UFAL)

joseywgne@gmail.com

INTRODUÇÃO

Neste trabalho, apresentaremos a proposição de uma reflexão acerca das ambiguidades que permeiam as ações no campo da Economia Solidária, a partir da experiência de incubação do Banco Comunitário de Desenvolvimento de Limoeiro de Anadia (Alagoas). De um modo geral, estas ambiguidades são discutidas no âmbito da inserção dos EES no mercado capitalista e/ou das relações de trabalho que se estabelecem no interior dos empreendimentos. Nesta experiência, o foco recai sobre os aspectos da gestão coletiva em sua interface com o poder público municipal. A questão central da reflexão busca definir os limites entre a participação democrática direta dos cidadãos no processo de organização do empreendimento e a “indução” da esfera pública municipal na determinação desta organização e dos seus resultados. Para tanto, nos basearemos na observação do processo de formação do Conselho Gestor do BCD de Limoeiro e da definição do nome e dos ícones que compuseram o desenho da moeda social local.

CARACTERIZAÇÃO DO ESPAÇO SOCIAL²²

22 Os dados apresentados a seguir foram consultados em três fontes principais:

BANCO DO NORDESTE –
BNB. Disponível

**Informações socioeconômicas municipais: Limoeiro de Anadia-
AL.** em:

Localizada no agreste do Estado de Alagoas, a cidade de Limoeiro de Anadia ocupa um território de 315,7 Km², com uma população de aproximadamente 28.000 habitantes, sendo 51% mulheres e 49% homens. A população vive, predominantemente, na área rural. Apenas 8,3% viviam na área urbana, em 2010. Percentual muito abaixo da média alagoana (que era de 73,6%) e da média nordestina (73,1%), bem como da média nacional (84,4%). Este perfil de ocupação territorial atípico determina, em grande medida, a importância das atividades agropecuárias na composição do PIB do município (respondia por 38,8% do PIB, em 2014).

As atividades do setor agropecuário envolvem as famílias que ocupam o espaço rural, em sistemas de gestão caracterizados por pequenas propriedades com culturas diversas. Apesar da cana-de-açúcar figurar como plantio que ocupa a maior área, o perfil produtivo é caracterizado pela diversidade de culturas, o que também particulariza o município em meio ao predomínio do latifúndio monocultor da cana-de-açúcar, característico de Alagoas (CARVALHO, 2009).

Quando observamos o perfil da distribuição de renda do município, percebemos que segue o padrão nacional extremamente concentrador. Os limoeirenses agrupados entre os 20% mais pobres da população ficam com 1,4% da renda municipal, enquanto os limoeirenses agrupados entre os 20% mais ricos ficam com 66,3% da renda municipal, segundo dados de 2010.

É neste contexto, que apresentamos, em fevereiro de 2018, a proposta de criação de um Banco Comunitário de Desenvolvimento que pudesse contribuir para o fomento das atividades produtivas das famílias localizadas na área rural e na área urbana, dedicadas à produção agrícola e pecuária, em um regime solidário de trabalho, organizado

<<https://www.bnb.gov.br/documents/80223/1309601/Relat%C3%B3rio+Limoeiro+de+Anadia.pdf/d3f50ccb-d40f-d8f6-5ab1-310796da9d09>>. Acesso em: 01 mar. 2018.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **IBGE-Cidades: Limoeiro de Anadia**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/limoeiro-de-anadia/panorama>>. Acesso em: 01 mar. 2018.

MACEIÓ. Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio. **Perfil municipal: Limoeiro de Anadia, 2015, v.3 n.3**. Disponível em: <<http://dados.al.gov.br/dataset/perfil-municipal-2015/resource/b930331b-84f0-46d2-b251-bb6a95065c43>>. Acesso em: 01 mar. 2018.

em redes de produção e consumo capazes de engendrar também novos modelos de organização social. Neste sentido, propusemos o uso da *moeda social* como uma tecnologia adequada para a promoção da distribuição e circulação local da riqueza socialmente produzida.

Em 2017, tivemos (ITES/UFAL) um projeto aprovado na Chamada CNPq/MTb-SENAES N° 27/2017, que garantiu recursos para viabilizar a incubação do banco e, adicionalmente, aprovamos outro projeto interno à UFAL (Edital N° 04 PROEX/UFAL), que disponibilizou três bolsas de extensão.

Em março de 2017, iniciamos as atividades de incubação, que foram divididas em seis etapas. Neste trabalho, destacaremos as etapas relativas à composição do Conselho Gestor do banco e à definição do nome e do desenho da moeda social local.

A FINALIDADE DA INCUBAÇÃO DO BANCO

Uma das finalidades dos BCDs é atender demandas produtivas e de consumo de comunidades excluídas e/ou pauperizadas (FREIRE, 2013). A metodologia que particulariza estas experiências (como todas no campo da ES, de um modo geral) prioriza o fomento da participação coletiva no desenvolvimento das ações específicas de produção e circulação dos produtos (com a organização de feiras e pontos de comercialização populares, por exemplo), bem como o amadurecimento da autogestão dos recursos e a participação popular nos programas municipais.

Isto significa que os BCDs funcionam também como núcleo de organização popular, pois sua gestão é realizada pela comunidade, que é, ao mesmo tempo, “dona” do banco e usuária dos serviços. A partir da definição estabelecida no II Encontro Nacional da Rede de BCDs, França Filho diz que os BCDs:

São serviços financeiros solidários em rede, de natureza associativa e comunitária, voltados para a geração de trabalho e renda numa perspectiva de reorganização das economias locais, tendo por base os princípios da economia solidária. (2013, p. 84).

O processo de incubação do BCD de Limoeiro abriu, desta forma, a perspectiva de adensamento das organizações populares já existentes na cidade, tendo como mote o desenvolvimento local e a consolidação de redes de produção e consumo,

que potencializariam a capacidade de geração de riqueza em um modelo distributivo socialmente justo. Dito de outro modo, entendemos que o BCD permitiria desenvolver outras potencialidades que vão além dos aspectos econômicos. França Filho demarca esta multiplicidade de aspectos:

Do ponto de vista econômico, as moedas sociais exercem seu efetivo papel de moedas locais, ou seja, viabilizam um processo de internalização local da renda através do aumento do consumo no próprio território, combatendo, desta forma, a lógica de reprodução da pobreza via evasão de renda pelo consumo fora da localidade. Já, de um outro ponto de vista, as moedas sociais marcam a vida das pessoas no seu lugar, podendo se tornar referências culturais locais e símbolos de sua identidade não apenas pela iconografia do seu papel-moeda, mas também pelo fato de exercerem aquilo que os antropólogos chamam de “significado ancestral das moedas”, isto é, a moeda como um símbolo do sentimento de ligação dos sujeitos com uma dada totalidade (seu território). (2013, p. 88).

É este segundo aspecto apontado por França Filho que nos interessa destacar. A rede em Economia Solidária é um processo envolvendo a constituição de iniciativas de diferentes tipos, articulando dimensões socioeconômicas, sociopolíticas e socioculturais. A construção e/ou fortalecimento de uma dinâmica associativista no local alcança o espaço público como âmbito fundamental de tessitura de novas relações sociais, econômicas, políticas e culturais, que transformam modos pré-existentes de vivenciá-las.

PARTICIPAÇÃO E CONTROLE POPULAR NA GESTÃO MUNICIPAL

Antes de discutirmos o processo de composição do Conselho Gestor do Banco e a definição do nome e do desenho da moeda social de Limoeiro, é importante destacar que a ação da ITES/UFAL no município foi demanda pela prefeitura, após ter tido contato com a experiência de incubação do Banco Comunitário de Desenvolvimento

Olhos D'água, na cidade de Igaci, que apresentamos em um seminário estadual sobre Economia Solidária. O então secretário de administração e recursos humanos entrou em contato conosco, solicitando uma reunião para discutirmos a possibilidade de incubação de um BCD na cidade. Em fevereiro de 2017 reunimo-nos com o prefeito e o secretário acima mencionado, para apresentar a metodologia de trabalho da ITES. Com os recursos dos projetos mencionados acima, demos início ao trabalho de incubação em março, ficando acordado que a produção do *design* da moeda, bem como a sua impressão seriam custeadas pela prefeitura. Foi o primeiro projeto desenvolvido pela incubadora neste formato, ou seja, com recursos mistos de edital e da prefeitura.

Embora pequeno em relação ao total dos recursos destinados ao projeto, a participação financeira da prefeitura e o interesse ativo em desenvolver a incubação de um BCD sinalizavam a intenção de capitalizar o projeto politicamente. Esta “impressão” se consolidou nas etapas seguintes, principalmente no processo de formação do Conselho Gestor do Banco e na escolha do nome e do *design* da moeda.

O Conselho Gestor do Banco foi composto em julho de 2018, agrupando representantes dos principais segmentos da economia e da gestão municipal: os produtores rurais; o setor da educação; do comércio e da indústria, da gestão municipal. Nesta formação inicial, inserimos uma representação da UFAL (o coordenador do projeto como titular e uma auxiliar técnica como suplente), com vistas a facilitar o acompanhamento nesta fase inicial de incubação.

O processo de composição do conselho ocorreu por meio de reuniões com os grupos representativos dos segmentos sociais locais, nas quais a incubadora formalizou o convite, esclarecendo os propósitos que cumpriria. Foram feitos convites formais à associações e representações locais, com as quais não conseguimos nos reunir.

Já neste processo, os membros da prefeitura que teriam assentos no Conselho Gestor trataram contatar possíveis representantes para os outros segmentos, próximos politicamente da atual gestão municipal. Obtiveram algum sucesso, embora a composição tenha mesclado representantes próximos e outros distantes do campo de influência da prefeitura, garantindo equilíbrio.

Cumpridas as etapas de capacitação do conselho gestor para a gestão do Banco, demos início ao processo de discussão do nome da moeda e do seu desenho. Esta é uma etapa importante, pois estas definições expressam a apropriação coletiva da moeda social, organizando os aspectos simbólicos que criam o vínculo com a comunidade,

constituindo um dos elementos que amalgamam o caráter plural e popular da moeda social.

A prefeitura, por meio dos seus dois representantes no conselho, sugeriu o nome “livres” para moeda, em clara referência ao slogan de campanha da atual gestão: “Limoeiro, **livre** para crescer e prosperar”. No primeiro momento, a relação direta entre o nome proposto e o slogan da gestão municipal despertou rejeição imediata por parte dos demais membros do Conselho. Na reunião cujo ponto de pauta era a definição do nome da moeda, o Conselho optou por elencar outros nomes possíveis e sondar com a comunidade qual representaria melhor a moeda local. As reuniões aconteciam a cada 15 dias e, no próximo encontro, seria o momento para decisão do nome da moeda. Neste intervalo, a opinião dos conselheiros mudou e aprovaram o nome sugerido pelos conselheiros representantes da prefeitura, consolidando o “uso político” do processo de criação do Banco pelo prefeito.

Concomitantemente, o poder executivo local encaminhou um projeto de lei que cria um Conselho de Economia Solidária no município, mobilizando seu capital político para a aprovação. Neste projeto de lei está incluída a criação do banco comunitário e a possibilidade de repasse de uma bolsa (semelhante ao bolsa família) a ser paga em moeda social e gerida pelo banco. Este formato de funcionamento do banco remete à experiência da moeda Mumbuca, em Maricá-RJ.

Com isso, toma forma um modelo de inserção do banco comunitário e da moeda social sob influência do poder executivo municipal. Esta influência contrasta com a participação popular ou coaduna-se com ela? Em que medida o interesse da esfera pública municipal (compreendida como domínio político formal) nas finanças solidárias se sobrepõe ou estimula a participação popular na sua organização?

É esta reflexão que podemos desenvolver a partir do estudo do caso da implementação do Banco Comunitário de Desenvolvimento de Limoeiro de Anadia.

REFERÊNCIAS

BANCO DO NORDESTE – BNB. **Informações socioeconômicas municipais:**
Limoeiro de Anadia-AL. Disponível em:
<<https://www.bnb.gov.br/documents/80223/1309601/Relat%C3%B3rio+Limoeiro+de+Anadia.pdf/d3f50ccb-d40f-d8f6-5ab1-310796da9d09>>. Acesso em: 01 mar. 2018.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **IBGE-Cidades: Limoeiro de Anadia**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/limoeiro-de-anadia/panorama>>. Acesso em: 01 mar. 2018.

CARVALHO, Cícero Péricles de. **Análise da reestruturação produtiva da agroindústria sucroalcooleira alagoana**. 3 ed. Maceió: EDUFAL, 2009.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho. Por que os BCDs são uma forma de organização original? In: NÚCLEO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA-USP E INSTITUTO PALMAS. **Banco Palmas: resistindo e inovando**. São Paulo: A9 Editora, 2013.

FREIRE, Marusa Vasconcelos. A importância dos bancos comunitários para inclusão financeira. In: NÚCLEO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA-USP E INSTITUTO PALMAS. **Banco Palmas: resistindo e inovando**. São Paulo: A9 Editora, 2013.

MACEIÓ. Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio. **Perfil municipal: Limoeiro de Anadia, 2015, v.3 n.3**. Disponível em: <<http://dados.al.gov.br/dataset/perfil-municipal-2015/resource/b930331b-84f0-46d2-b251-bb6a95065c43>>. Acesso em: 01 mar. 2018.

FUNDO SOLIDÁRIO NA REDE BEM DA TERRA: FORMAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO EM GRUPO DE CONSUMO RESPONSÁVEL

Maria Laura Victória Marques - Bacharelada em
Ciências Econômicas na Universidade Federal de Pelotas,
marialauravmarques@gmail.com.

Marigilsa dos Santos Machado - Bacharelada em
Ciências Econômicas na Universidade Federal de Pelotas,
marigilsamachado@gmail.com

Antônio Cruz - Doutorado em Economia Aplicada (Universidade Estadual
de Campinas, 2006). Professor no curso de Relações Internacionais na
Universidade Federal de Pelotas, antoniocruz@uol.com.br

INTRODUÇÃO

O objetivo desse resumo será o de apresentar a experiência de acumulação solidária (CRUZ, 2012) expressa na organização de um fundo coletivo, dentre os associados do grupo de consumo responsável (GCR) Feira Virtual Bem da Terra (FVBdT). Buscou contornar problemas comuns a empreendimentos de economia solidária (EES), especialmente os ligados à dificuldade de acesso a crédito e a outros instrumentos financeiros no processo de *bancarização* dos mercados capitalistas (PINHO, 2004). O então chamado Fundo Solidário (FS) tem obtido resultados importantes para a consolidação de uma prática solidária de consumo, bem como a de uma abordagem sistêmica da economia solidária.

A Economia Solidária propõe sistemas alternativos de produção, consumo e distribuição, pautando a gestão dessas atividades a partir de princípios e valores antagônicos ao sistema vigente (SINGER, 2002); isto é, que o fim delas não seja a satisfação individual e sim a participação democrática dos meios de reprodução da vida (RAZETO, 1999). O consumo solidário, por sua vez, baseado na experiência cooperativista de Rochdale, possui um papel importante na construção desse sistema alternativo na busca por produtos de sana qualidade, preços justos e relações comércio e distribuição honestas. Ao se organizarem em coletivos autogestionários, fomentam a produção que esteja de acordo com os valores sociais e morais de respectiva importância ao lado da oferta, garantindo seu escoamento.

A Feira Virtual Bem da Terra é um GCR que se articula junto a outros dois grandes coletivos correlatos, contudo autônomos: a Associação Bem da Terra e a rede Rizoma Bem da Terra. A primeira, formalizou-se em 2009, e reúne empreendimentos econômico-solidários (EES) que garantem uma ampla variedade de oferta (produtos hortifrutigranjeiros, bebidas, panificados, higiene, limpeza, cosméticos etc). Dessa associação de grupos produtivos, que se note, derivou a FVBdT. Suas atividades tiveram início em novembro de 2014²³ e objetivou organizar a demanda que orienta seu consumo por valores sociais, ecológicos e políticos na cidade de Pelotas/RS. Principiou-se como um processo de comercialização e distribuição de produtos de economia solidária local, mas acabou também gerando uma metodologia organizacional para compras coletivas (ao modelo “atacado”) formada por empreendimentos de economia solidária (EES) da região sul. A rede Rizoma Bem da Terra²⁴ visa um circuito ampliado de comércio justo e solidário sul-sul, aliando a ampliação da demanda e oferta da economia solidária na região do Rio Grande do Sul. A partir dessa rede, produtos de associações, cooperativas e grupos informais, chegam de todo o Brasil até GCRs e grupos de produção em busca de, respectivamente, produtos para abastecimento e insumos da economia solidária.

Naturalmente, na busca por manutenção e, não raras vezes, *ampliação-pela-manutenção* desses processos, surgem questões de caráter financeiro que costumam permear os debates dentro dos empreendimentos, especialmente em momentos de dificuldades conjunturais. A viabilidade das atividades solidárias, que devem ser capazes de se adequarem ao modelo concorrencial capitalista sem que para isso, renda-se aos métodos e instrumentos que, quando não distorcem, afastam-se dos valores solidários, os coletivos lançam mão de processos estratégicos gerados em amplos, transparentes e democráticos processo deliberativos.

Assim, o Fundo Solidário surgiu no final de 2017, idealizado num encontro de consumidores e produtores da Rede Bem da Terra, onde foi detectada a demanda por maior variabilidade dos produtos ofertados e uma alternativa autogestionária de formação de capital de giro. Antes do funcionamento do Fundo Solidário, as compras eram

23 A associação que hoje organiza a Feira Virtual Bem da Terra formalizou-se em 2017, a Associação Educacional Para Consumo Responsável.

24 A rede Rizoma Bem da Terra atualmente conta com cinco GCRs localizados em Jaguarão, São Lourenço, Canguçu, Rio Grande e Pelotas, para além de empreendimentos da Associação Bem da Terra.

condicionadas pela condição de parcelamento das compras pelas associações e cooperativas fornecedoras.

METODOLOGIA

O desenvolvimento, análise e resultados apresentados neste resumo são parte do trabalho de incubação desenvolvido no âmbito do Núcleo de Tecnologias Sociais e Economia Solidária (TECSOL), da Universidade Federal de Pelotas. Desde Maio de 2018, executa-se o projeto “Rede Rizoma – circuito local de comércio justo na Região Sul do Rio Grande do Sul”, contemplado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ)²⁵, que pretende acompanhar, assessorar e apoiar infraestruturalmente a formação de GCRs na metade sul do estado.

O trabalho da incubadora é realizado fundamentalmente orientado pelo princípio da pesquisa-ação, uma vez que, de acordo com Thiollent (2002), busca a produção do conhecimento social originado através da interação e cooperação dentre os diversos atores envolvidos; e da educação popular, como um processo político-pedagógico para a produção coletiva de valores sociais (A. CRUZ, GUERRA, 2009). Baseia-se no diagnóstico das necessidades dos atores (neste caso, os consumidores responsáveis da FVBdT) em suas respectivas disponibilidades, possibilidades e limites reais (particularidades sociais, culturais, econômicas, políticas etc), como permanente busca de sustentação de seu empreendimento. Logo, inadequada seria qualquer tentativa de geração e aplicação de conhecimentos e tecnologias a partir de uma estrita transferência *de cima para baixo*, podendo resultar em processos inertes à juntos a comunidade, quando não equivocados.

Isso imbui à prática extensionista potencial de transformação social (THIOLLENT, 2002), sobretudo quando em sua expressão sócio-técnica, isto é, organizados ou materializados em métodos, produtos e/ou serviços que tenham como princípio a democratização do saber e benefícios de sua aplicação, a partir da participação coletiva na elaboração (DAGNINO, 2014).

25 Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/tecsol/files/2018/03/projeto-rizoma-Tecsol-UFPel.pdf>.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A Rede Bem da Terra não foge à realidade média dos empreendimentos de economia solidária quanto a dificuldades de comercialização (ou distribuição) e acesso a crédito. Segundo o relatório desenvolvido por Silva e Carneiro (2016) sobre o novo mapeamento da Economia Solidária realizado entre os anos de 2009 e 2013 pelo projeto Sistema de Informação em Economia Solidária (SIES), a dificuldade mais citada pelos EES envolvem a formação de capital de giro; seguido por custos de transporte e estrutura de comercialização. Outros pontos citados são os de quantidade de clientes, preços inadequados e prazo para pagamento.

A proposta da formação de um fundo na FVBdT decorre dessa problemática. Em fins de 2017, o GCR enfrentava uma queda global no consumo, provocado por uma diminuição do número de consumidores e por uma retração do consumo médio individual. A implicação desses fatores preocupava o GCR: Por um lado, os produtores locais da Associação Bem da Terra, já em situação de fragilidade financeira, viam reduzidas suas remunerações, que em grande parte era proveniente deste sistema de comercialização; e por outro, a redução da distribuição também minguavam os recursos para o custeio das operações dos consumidores (custos de transporte, despesas com materiais, telefone etc).

O FS foi uma estratégia, portanto, que visou atuar por duas frentes:

- (1) Ampliando a variedade de produtos, que antes inacessíveis pela dificuldade dos prazos e condições de pagamento, buscava-se potencializar o GCR como principal espaço de compras dos associados, bem como atrair novos. Isso faria com que aumentasse as médias de consumo do GCR e melhorasse (ou viesse a estabilizar) a remuneração dos produtores locais, uma vez estagnada ou até mesmo reverter a tendência de queda da distribuição.
- (2) A queda no consumo implicava também no risco de as despesas superarem as receitas no mês, o que já estava ocorrendo e se expressava em atrasos no pagamento de certos custos, a exemplo, o de transporte. Na ausência de uma monta saudável para capital de giro, a Feira Virtual funcionava a uma margem bastante pequena para operar suas atividades, logo o fundo também foi criado para essa finalidade.

Os recursos do fundo foram todos advindos de associados e contou com iniciais 20 depósitos. O associado pode escolher entre duas cotas, R\$200,00 ou R\$80,00 e, independente do valor depositado, era remunerado ao juro de 1% a.m.. O período de carência, isto é, o prazo mínimo para que o associado pudesse resgatar seu montante era de 6 meses.

O FS permitiu a compra de castanhas do Brasil de Rio Branco/AC, castanhas de caju de Apodi/RN, vestuários de uma rede composta por cooperativas de todo o Brasil, pescado de Rio Grande/RS, café de Araponga/MG, chocolates de Ibicaraí/BA, produtos de higiene, cosméticos e limpeza de Porto Alegre/RS, para além de ter possibilitado experiências de comércio justo internacional sul-sul junto a uma rede de consumo, distribuição e produção solidária na Argentina.

Os produtos adquiridos eram acrescidos da margem de contribuição do GCR, 25%, e toda a distribuição era integrado novamente ao fundo como meio à sua consolidação. As operações do FS tiveram início em janeiro de 2018, mediante arrecadação de R\$2500,00, e estima-se que em dezembro, o FS tenha acumulado R\$5.722,37, em valores correntes.

CONCLUSÕES

O êxito empírico referente aos objetivos imediatos à Feira Virtual Bem da Terra, evidencia uma ampla capacidade de articulações financeiras que estejam de acordo com as reais necessidades de empreendimentos de economia solidária.

Também é possível avaliar positivamente os impactos da organização de grupos de consumo responsável (cooperativas, associações de consumo...) na potencialização de um processo ampliado de acumulação solidário em três movimentos percebidos:

- (a) formação e consolidação de capital de giro para o grupo, expandindo o rol de possibilidades de atividades e investimentos;
- (b) aumento da distribuição de produtos locais por corolário do robustecimento do espaço de compras;
- (c) ampliação das dinâmicas da rede Rizoma Bem da Terra, grupo de consumo responsável “atacadista”, tornando acessível na região uma ampla variedade de produtos da economia solidária.

O FS buscou resolver um problema sistêmico da Rede Bem da Terra que só é evidente ao compreender a integração entre o consumo, distribuição e produção, zelando pela justiça dessas relações.

REFERÊNCIAS

CRUZ, A. A acumulação solidária - Os desafios da economia associativa sob a mundialização do capital. In: Revista Cooperativismo & Desarrollo n. 98. Bogotá, INDESOUCC, 2012. pp. 23-47.

CRUZ, A.; GUERRA, J. In: HERBERT, Sérgio et al. Participação e práticas educativas - a construção coletiva do conhecimento. São Leopoldo: Oikós, 2009. pp. 90-105.

DAGNINO, R. A tecnologia social e seus desafios. In: Tecnologia Social: contribuições conceituais e metodológicas [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2014, pp. 19-34. ISBN 978-85-7879-327-2. Disponível em <http://books.scielo.org/id/7hbd/pdf/dagnino-9788578793272-04.pdf>.

PINHO, D. B. O cooperativismo no Brasil: da vertente pioneira à vertente solidária. São Paulo: Saraiva, 2004.

SILVA, S. P.; CARNEIRO, L. M. Os novos dados do mapeamento de economia solidária no Brasil: Nota metodológica e análise das dimensões socioestruturais dos empreendimentos. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA): Brasília, 2016.

RAZETO, L. La economía de solidaridad: concepto, realidad y proyecto. Persona y sociedad, Santiago de Chile, v. 8, n. 2, p. 1-17, ago. 1999.

SINGER, P. Introdução a Economia solidária: um modo de produção e distribuição. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. 2002

THIOLLENT, M. Construção do conhecimento e metodologia da extensão. In: Congresso Brasileiro de Extensão Universitária, 2002. João Pessoa. *Anais...* João Pessoa: UFPB, 2002. p. 1-11.

MICROCRÉDITO E DESENVOLVIMENTO LOCAL NO PIAUÍ: ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE BANCO COMUNITÁRIO E BANCO TRADICIONAL

Jéssica Oliveira Soares – Mestranda em Administração Pública pela
Universidade Federal de Viçosa – UFV email: adm.jessica@yahoo.com.br

Fernanda Maria de Almeida – Doutora e professora da Universidade Federal de Viçosa
– UFV. Email: fernanda.almeida@ufv.br

1. Introdução

Os teóricos clássicos do desenvolvimento, a exemplo de Keynes e Schumpeter, aliam a oportunidade do crédito ao desenvolvimento econômico, dada sua capacidade de financiar atividades produtivas inovadoras (LEMES, 2009; KREUTZ, 2010). No entanto, o sistema financeiro tradicional, via instituições bancárias convencionais, tem condições restritivas de acesso ao crédito.

Em pesquisas sobre o tema (MORAES, 2010; CROCCO e MENEZES, 2009; FREITAS, 2013; RIGO et al, 2012), o que se percebe é que os bancos assumem que os riscos e custos são inversamente proporcionais à renda ou riqueza do tomador de crédito. Como consequência, os indivíduos mais pobres ficam à margem do sistema financeiro, com restrições no acesso ao crédito pela metodologia tradicional, demandando, assim, políticas de crédito específicas para sua realidade.

Diante desta problemática, desde 1994, o governo brasileiro tem investido esforços em políticas de microcrédito para a inclusão financeira destes excluídos do sistema financeiro tradicional. No entanto, os estudos de Braga (2011), Freitas (2013), Rigo et al (2012) demonstram que mesmo as políticas de microcrédito, de âmbito nacional, assim como o sistema financeiro tradicional, não têm conseguido alcançar os indivíduos mais pobres, por falta de metodologia específica e adequada à realidade dos demandantes. Parte dessa incapacidade enfrentada pelas organizações de microfinanças é a pressão do mercado pelo alcance tanto da sustentabilidade financeira quanto do objetivo social (CARVALHO et al, 2009).

Como solução a este impasse, as ações desenvolvidas pelas finanças solidárias, a exemplo dos bancos comunitários, se apresentam como mais eficazes no atendimento e alcance do público mais pobre, além de contribuir para a promoção do desenvolvimento

local. Isto, porque além de terem ações voltadas para a realidade específica, permitem maior participação da comunidade nas atividades desenvolvidas (FRANÇA FILHO, 2008).

Dentro de todo este contexto, a presente pesquisa analisa, comparativamente, a contribuição de programas de microcrédito ofertados por bancos comunitários e instituições bancárias tradicionais para o desenvolvimento local.

2. Bancos comunitários e desenvolvimento

A abordagem do professor indiano Amartya Sen, em “Desenvolvimento como liberdade”, mostra que “a riqueza evidentemente não é o bem que estamos buscando, sendo ela meramente útil e em proveito de alguma outra coisa” (SEN, 2010, p. 28). Para ele, o desenvolvimento está estritamente relacionado com um processo de expansão das liberdades e capacidades que as pessoas possuem no viver social. A liberdade é, portanto, o fim primordial e o principal meio para o desenvolvimento (SEN, 2010).

Trilhando este mesmo viés ideológico, das liberdades e capacidades individuais, Buarque (1999) apresenta o desenvolvimento local como um processo endógeno de pequenas unidades territoriais e de agrupamentos humanos, capaz de promover o *dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida* da população (grifos do autor).

Esta organização social territorial para o desenvolvimento pode assumir a forma da rede de economia solidária. É a solução que França Filho (2008) apresenta para o enfrentamento da pobreza e para a promoção do desenvolvimento local. A via sustentável-solidária “passa pela ideia de reorganização das chamadas economias locais, com base na afirmação do conceito de rede de economia solidária enquanto estratégia complexa e inovadora de cooperação para promoção do desenvolvimento local” (FRANÇA FILHO, 2008, p. 223).

Assim, é a comunidade que lida diariamente com sua realidade e conhece mais de perto as demandas sociais, políticas, ambientais, econômicas. É a partir das liberdades individuais que os sujeitos atuam em coletividade como elemento indutor de desenvolvimento e de redução de pobreza. E, muitas vezes, podem encontrar nas políticas públicas de microcrédito uma via de acesso às liberdades e capacidades instrumentais de desenvolvimento.

No entanto, apesar de diversos programas e legislações vigentes com o objetivo de melhorar o acesso ao crédito das camadas mais pobres do Brasil, Braga (2011) e Lima e Lopes (2015) demonstram que os programas de microcrédito empreitados a nível federal não têm conseguido alcançar os trabalhadores mais pobres em virtude do alto custo, o que demanda uma metodologia mais específica e apropriada a esta classe.

Assim, entende-se que as finanças solidárias são instrumentos mais promissores de inclusão financeira dentro do âmbito das políticas públicas de microcrédito, pois se tratam de atividades econômicas e sociais desenhadas conforme as características da realidade local, tendo como agentes e beneficiários os próprios moradores da comunidade. Como explica Lemes (2009) o desenvolvimento local não está fechado ao mundo exterior e busca assegurar que o controle e os benefícios do processo sejam mantidos no local.

3. Metodologia

A análise comparativa entre os dois tipos de programas de microcrédito se dá a partir da percepção dos tomadores de crédito do Banco Opala. Para identificar e caracterizar os mecanismos de concessão de crédito do Banco foi iniciada análise descritiva e documental a partir de documentos e informações sobre as definições, normas, histórico dos programas, número e beneficiários do Banco Opala.

Para a percepção dos tomadores de crédito quanto a comparação entre o banco comunitário e o banco tradicional no que diz respeito à influência destes para o desenvolvimento local serão realizadas entrevistas com os beneficiários de microcréditos do programa do Banco Rede Opala.

O universo da amostra é composto por 137 beneficiários e o tamanho mínimo da amostra ($n = 102$) foi definido por meio da fórmula dada por Barbetta (2008).

A partir das respostas obtidas nas entrevistas, será utilizada a técnica de Análise de Conteúdo. As categorias de análise definidas para este estudo assumem o modelo misto proposto por Laville e Dione (1999), as quais podem ser modificadas a partir do trabalho de campo. Foram delimitadas quatro dimensões de análise: (1) oportunidade de acesso ao crédito, (2) relacionamento com a instituição financeira, (3) percepção quanto à contribuição do microcrédito para o desenvolvimento das atividades produtivas e dos projetos de vida e (4) percepção quanto à contribuição do microcrédito para o desenvolvimento local. As unidades de análise pré-definidas serão os temas.

4. **Análise e discussão dos resultados**

O Banco Rede Opala foi criado em 2012 e está localizado na cidade de Pedro II, estado do Piauí. “Possui cerca de cem associados e surgiu com a proposta de desenvolver a economia local e o perfil socioeconômico de famílias carentes da cidade de Pedro II” (SOARES e LOPES, 2016, p. 153).

O programa de microcrédito solidário do Banco Opala atende atualmente 137 beneficiários da cidade e região de Pedro II. Os projetos realizados, durante o ano de 2017 financiam atividades de artesanato e agricultura com valores de até R\$ 2500. Os valores contratados não tem incidência de juros e são entregues em forma de insumos de produção adquiridos pelo banco no comércio local.

As entrevistas com os beneficiários ainda serão realizadas.

5. **Conclusão**

Em construção.

6. **Referências**

BARBBETTA, P. A. **Estatística Aplicada às Ciências Sociais**. 7ª Ed. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2008. 315p.

BRAGA, T. S. **Programas públicos de microcrédito produtivo orientado**: Uma avaliação da eficácia do Crediamigo para a inserção da população de baixa renda do setor informal no mercado de crédito. 2011. 167 f. Tese (Doutorado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

BUARQUE, Sérgio C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**. Projeto de Cooperação Técnica INCRA/IICA. Brasília, 1999. Disponível em: <<http://iica.org.br/docs/publicacoes/publicacoesiica/sergiobuarque.pdf>>. Acesso em 22 Out. 2018.

CARVALHO, Daniela M.; ARAÚJO, Elaine A.; SALAZAR, Gérman Torres; FERREIRA, Roberto do N. Ênfase dos programas de microcrédito em sustentabilidade e viabilidade financeira: distanciamento do objetivo social de combate à pobreza?

CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL - SOBER, 47, Porto Alegre, Anais..., Porto Alegre, 2009.

CROCO, Marco Aurélio; MENEZES, Melissa Silva. **Sistemas de Moeda Social:** uma investigação sobre seus potenciais a partir do caso do Banco Bem em Vitória/ES. *Revista Organização e Sociedade*. Campinas, v. 18, n. 2 (36), p. 371 – 398, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ecos/v18n2/a06v18n2.pdf>. Acesso em: 27 Jun. 2018.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. A via sustentável-solidária no desenvolvimento local. **O&S**, v. 15, n. 45, p. 219-232, ABR/JUN 2008.

FREITAS, Alair Ferreira de. Organizações de Microfinanças: inovações e desafios para a inclusão financeira. **Rev. Adm. UFSM**, Santa Maria, v. 6, n. 1, p. 39-54, JAN./MAR. 2013.

KREUTZ, Daiane Cristina. **Crédito e Desenvolvimento:** um estudo da Instituição Comunitária de Crédito Porto Alegre Solidária. 2010. 137 f. Dissertação (Mestrado em Economia do Desenvolvimento) - Faculdade de Administração, Contabilidade e Economia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. A Construção do Saber: manual da metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Editoria Artes Médicas Sul, 1999.

LEMES, Fabio Roberto Moraes. Contribuição da Economia Solidária ao Desenvolvimento Local: agricultores familiares feirantes e associações de Catadores. 2009. 157 f. Dissertação (mestrado em desenvolvimento) – Universidade Regional do Noroeste do Estado do RS, Unijuí, Ijuí.

LOPES, Adryano Wesley de Oliveira ; LIMA, Solimar Oliveira;. Economia Solidária e o Acesso ao Crédito no Piauí. In: LIMA, Solimar Oliveira; PARADIZO, Romina; MONTEIRO, Juliana Portela de Rego (org.). Economia Solidária no Piauí. Teresina: EDUFPI, 2015, cap. 4.

MORAES, Jevane Mendonça. **Microcrédito como Ferramenta de Combate à Pobreza e Inclusão Social:** um estudo de caso do projeto Amazônia Florescer. 2010. 91 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Curso de Mestrado em Administração Pública, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.

RIGO, A. S.; FRANÇA FILHO, G. C. de; SILVA JÚNIOR, J. T. Políticas de Microcrédito no Brasil: uma Análise a Partir do Caso dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs). In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social, 6, 2012, São Paulo. **Anais...**, São Paulo. Disponível em: <http://congressos.pucsp.br/index.php/VIENAPEGS/VIENAP/schedConf/schedule>. Acesso em: 24 Mai. 2018.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como Liberdade**. 7 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SOARES, J. O.; LOPES, A. V. A. Banco Rede Opala: análise da contribuição para o desenvolvimento do comércio local a partir da utilização da moeda social Opala pelos comerciantes da cidade de Pedro II, Piauí. In: O Congresso Ibero-Americano em Investigação Qualitativa (CIAIQ). 5., 2016, Porto – Portugal. ATAS INVESTIGAÇÃO QUALITATIVA NAS CIÊNCIAS SOCIAIS. Porto: CIAIQ2016, 2016. p. 152-156.

PROJETO ZENO:

O negócio social que tem o propósito de aumentar o engajamento de pessoas de todas as idades em causas humanitárias, através de um canal facilitador de doação, a plataforma online *uHero*

Autor: Yuri Richard Vida Sousa, Graduando em Engenharia de Produção, Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET/RJ,
yuri.vd13@gmail.com

Co-Autores: Brenda Eduarda de Souza Gonçalves, Graduanda em Engenharia Ambiental, Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET/RJ, bbrendagoncalves@gmail.com;

Leticia de Mattos Richa Ribeiro, Graduanda em Administração Empresarial, Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET/RJ,
leticiaricha.1997@gmail.com;

O Projeto ZENO surgiu, na Enactus CEFET/RJ, a partir de um antigo projeto que desenvolvia atividades que promoviam a independência social e financeira de associados da Associação Aliança dos Cegos, localizada em São Francisco Xavier, no Rio de Janeiro, e que, no período de dois anos, ocasionou uma significativa melhoria da qualidade de vida desses associados. As atividades que eram ofertadas na Associação Aliança dos Cegos tinham como objetivo transformar a Associação em referência no acolhimento, na reabilitação e na inclusão social dos deficientes visuais. Entretanto, percebemos que nossos esforços poderiam mudar a vida de muito mais pessoas e produzir um impacto duradouro na sociedade brasileira, caso nós atuássemos em outras organizações filantrópicas além da Associação Aliança dos Cegos. Dessa forma, o Projeto ZENO surgiu através de uma oportunidade encontrada dentro desse antigo projeto, de modo a ajudar ainda mais instituições, no estado do Rio de Janeiro, e de aumentar a participação

da sociedade na resolução ativa de problemas sociais, através da conexão de pessoas interessadas em compartilhar recursos (financeiros ou humanos) com causas com as quais se importam.

Para elaboração do Projeto ZENO, utilizamos e temos utilizado de diferentes metodologias ágeis, como por exemplo o *Design Thinking* para estruturar um modelo de negócio e de ferramentas como *By Persona*, Forças de Porter, SWOT, Canvas. Estamos estruturando um plano de marketing, para validação do protótipo da plataforma de maneira que o processo de doação seja fácil e eficiente, baseado no modelo de métricas segundo o conjunto de processos *Lean Startup*. Ao longo do projeto, temos aplicado a metodologia de *Dragon Dreaming* juntamente com a de Marco Lógico, com o objetivo de construir uma cadeia hierárquica dos objetivos que precisam ser atingidos para viabilização do Projeto e para sua estruturação. Estamos utilizando também do *Scrum* para a composição das equipes e melhor gestão da comunicação; e OKR para gestão de resultados.

O ZENO foi originado na Enactus CEFET/RJ que existe há 17 anos (sendo um dos times mais antigos no Brasil), e é reconhecida como uma organização vinculada ao CEFET/RJ Maracanã, fazendo parte do Programa Enactus Brasil (*Enactus WorldWide*), uma organização mundial sem fins lucrativos que realiza projetos de empreendedorismo social para o empoderamento e desenvolvimento de indivíduos e comunidades que se encontram em algum estado de vulnerabilidade, pensando sempre em produzir um impacto e uma sustentabilidade prolongados na vida dos indivíduos e das comunidades nas quais esses se encontram. O Programa Enactus está presente em mais de 36 países, fazendo uso dos pilares social, ambiental e econômico. É formada por estudantes universitários e professores conselheiros, que, juntos, buscam meios de resolver os problemas de determinados públicos-alvo, empregando conhecimentos e conteúdos aprendidos dentro e fora de salas de aula.

De acordo com uma pesquisa da Doação Brasil: “A Cultura reflete o quanto a população assimilou da tradição filantrópica no Brasil desde a época colonial. É a visão de mundo, as crenças, o comportamento e os princípios balizadores da conduta, no âmbito coletivo. Como julgam a realidade e como reagem a ela. Cada país tem uma forma diferente de entender filantropia, e isso em parte, é reflexo da sua cultura” (Bourroul; Renata, 2015. p. 15). Assim, nós temos como missão ir implementando aos poucos essa

nova cultura de doação de forma dinâmica e empática.

Dessa forma, o Projeto ZENO procurou por uma opção mais prática e menos burocrática para engajamento de pessoas e facilitação dos processos de doação: um MVP (Menor Produto Viável), a plataforma online chamada *uHero* (inicialmente, criada para ser testada como *case* na Associação Aliança dos Cegos e financiar as atividades filantrópicas propostas pelo projeto anterior). Plataforma essa que, através da sua praticidade visual e legal, visaria reduzir as barreiras e alcançar um público-alvo mais jovem que não é o perfil tradicional de doador, mas que tenta ser engajado e procura soluções inovadoras para resolução de problemas sociais, além de ter interesses mais voltados para viver experiências ou ganhar algo em troca; aumentando assim, o envolvimento das pessoas nas causas humanitárias.

O principal diferencial do MVP, a plataforma online *uHero* é que as doações lá recebidas seriam investidas em instituições filantrópicas não de forma física (monetária), mas seriam convertidas em atividades (terapêuticas, físicas, profissionalizantes e/ou de lazer), produtos ou serviços que seriam oferecidos para os seus beneficiários, promovendo o bem-estar e qualidade de vida. Vale, ainda, ressaltar que tais atividades teriam impacto ambiental nulo e custo nulo para os beneficiados; e também possibilitariam a geração de renda por parte dos beneficiados. Nossa atuação nas instituições variaria de acordo com a necessidade de cada uma. Esse diferencial foi idealizado a partir do antigo projeto, que ofertava à Associação Aliança dos Cegos atividades como aulas de dança, aulas de informática e até mesmo festas em datas comemorativas, de modo a propiciar a inclusão social, o bem-estar e o interrompimento da ociosidade de seus beneficiados.

Proporcionaríamos, na plataforma, opções de instituições, iniciativas ou causas para que o doador pudesse escolher a que mais se identifica e investir na mesma. Bem como ofereceríamos a chance dos doadores fazerem parte das atividades oferecidas nas instituições, seja doando o seu tempo como espectador, como participante ativo ou até mesmo como capacitador para os beneficiados. Promovendo capacitações nas instituições, possibilitaríamos o contato entre beneficiados e doador, para a vivência de uma experiência completa, e mesmo que sendo oferecidas majoritariamente para os beneficiados, haveria a abertura para alguns poucos doadores.

O Projeto propõe também a realização do intercâmbio de atividades realizadas nas instituições, de maneira que

estejam conectadas entre si. Acompanhando a realidade das instituições, pudemos perceber que algumas delas oferecem cursos, palestras e programas que as outras não possuem condição de oferecer. Pensando nisso, idealizamos a integração entre as instituições, a fim de que todos os seus dependentes sejam beneficiados de alguma forma. Tal integração poderia ser feita através da promoção de eventos, cursos e outros; buscando sempre alcançar um bem-estar geral dentro das associações.

Segundo a pesquisa *Giving Report Brasil*: “Continuamos a doar de forma esporádica, sem comprometimento com a sustentabilidade das organizações da sociedade civil. E também doamos relativamente pouco, em termos financeiros, 0,2% do PIB (Produto Interno Bruto), se comparados a países com maior tradição filantrópica, como o Reino Unido ou os EUA, com 0,5% e 1,4% de seus PIBs respectivamente.” (Fabiani; Paula. 2019. p.3), isso demonstra o grande potencial ao engajar mais brasileiros através de uma comunicação da plataforma que comprove a efetividade, eficiência e transparência do investimento social ao qual o doador está se propondo a fazer, construindo assim a credibilidade do nosso negócio social.

E conforme a pesquisa de 2019 da CAF (*Charities Aid Foundation*), 46% das pessoas entrevistadas doaria mais se soubessem como esse dinheiro está sendo aplicado e 36% doaria mais se tivesse mais transparência no terceiro setor/organizações sociais. O nosso Projeto busca modificar esse quadro e engajar mais a sociedade na resolução de problemas sociais.

Temos como objetivo fazer com que os doadores enxerguem a doação como algo mais transparente e mais participativo. A transparência da plataforma se daria pela disponibilidade de relatórios que apontassem a efetividade e onde/como as doações estariam sendo aplicadas dentro das instituições. Dessa forma, seria possível que os doadores vissem a sua doação não apenas como um donativo, que fosse sanar uma necessidade momentânea; mas como um investimento que, além de tratar uma necessidade, produziria resultados positivos, significativos e prolongados.

No segundo semestre de 2018, pudemos expandir a ação do Projeto ZENO para além da Associação Aliança dos Cegos, já que estabelecemos relações com duas outras instituições filantrópicas: a União dos Cegos no Brasil, que tem como missão levar a pessoa com deficiência visual a conquistar o seu lugar como cidadão pleno, através da sua reabilitação, profissionalização e inserção no mercado de trabalho; e a Casa Ronald

McDonald, que atende integralmente crianças e adolescentes portadores de câncer e suas famílias, buscando sempre a excelência no apoio ao tratamento de câncer; totalizando, então, três instituições parceiras do Projeto ZENO. Futuramente, buscaremos incorporar ainda mais instituições no Projeto, a fim de ampliar nossa atuação e ajudar muito mais pessoas associadas às mesmas.

Finalmente, nós, através do ZENO e da plataforma *uHero*, buscaríamos ser uma ponte para conectar pessoas do bem, sempre incentivando e fomentando a cultura da doação, de uma maneira mais prática e mais dinâmica, comprovando sempre a sua importância e sua necessidade e, com isso, impactando positivamente tanto a vida das pessoas que realmente precisam da doação como das pessoas que viabilizam essa doação. Acreditamos que dessa maneira podemos transformar nossa sociedade em uma sociedade mais empática e mais humanitária.

Referências Bibliográficas

1. RIES, Eric. A Startup Enxuta. 1a Ed. Brasil: Editora LEYA CASA DA PALAVRA, 2012
2. VIANNA.M; VIANNA.Y; ADLER.I; LUCENA.B; RUSSO.B. Design Thinking: Inovação em Negócios. 1a Ed. Brasil: Editora MJV Prees, 2014
3. KOTLER, Philip. Marketing 4.0 – Do Tradicional ao Digital. 1a Ed. Editora Sextante, 2017
4. KOTLER, Philip. Marketing 3.0. As Forças que Estão Definindo o Novo Marketing Centrado no Ser Humano. 1a Ed. Editora Elsevier, 2010
5. ISAACSON, Walter. Os Inovadores: Uma Biografia Da Revolução Digital. 1a Ed. Editora Companhia das Letras, 2014
6. SUTHERLAND, Jeff. SCRUM: a arte de fazer o dobro do trabalho na metade do tempo. 1a Ed. Editora Sextante, 2019
7. RIES, Eric. O Estilo Startup. 1a Ed. Editora Leya, 2018.

Citações

Charities Aid Foundation. **GIVING REPORT 2019 BRASIL**. São Paulo: IDIS, 2019.

Dispo
nível
em:

<https://www.idis.org.br/wp-content/uploads/2019/02/CAF-Brazil-Report-2018-Final.pdf>. Acesso em 23 de março de 2019. IDIS, Gallup. **Pesquisa Doação Brasil**. São Paulo: IDIS, 2015. Disponível em: https://idis.org.br/pesquisadoacaobrasil/wp-content/uploads/2016/10/PBD_IDIS_Sumario_2016.pdf. Acesso em 23 de março de 2019.



V Congresso da Rede de ITCPs

**UNIVERSIDADE E ECONOMIA SOLIDÁRIA:
REDE ITCPs - 20 ANOS RESSIGNIFICANDO A UNIVERSIDADE NO BRASIL**

**CEFET/RJ
RIO DE JANEIRO - RJ
01 A 04 DE MAIO DE 2019**

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Área temática

Economia Solidária, Catadores e Gestão de Resíduos Sólidos

Coordenação: Layon Carlos Cezar

A LIDERANÇA SOLIDÁRIA COMO FATOR FUNDAMENTAL PARA ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DE UMA ASSOCIAÇÃO DE CATADORE(A)S, NA LÓGICA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

PECKE, Thierry Silva

UMPIERRE, Marcia Borges

ORESTES, Melissa Duarte

Contato: thierrisp@gmail.com

¹Universidade Federal do Rio Grande – FURG

Palavras-chave: Reciclagem; Liderança; Economia Solidária; Gestão de Cooperativas.

O presente estudo tem como objetivo verificar a influência que as lideranças exercem na organização de uma associação de catadore(a)s no sul do Rio Grande do Sul. Para a realização desta análise utilizou-se de uma pesquisa qualitativa, a partir de observações, análise documental, bem como entrevistas não estruturadas, em um período de aproximadamente três anos. Para analisar esses dados, levou-se em consideração os conceitos de economia solidária, liderança, autogestão, gestão compartilhada.

Sobre economia solidária, conforme, Pauli, Bender e Zanella (2013), a Economia Solidária (ES) busca proporcionar a melhoria da qualidade vida dos sujeitos, por meio de organizações que visam comercializar, produzir, proporcionar trocas e vender.

Os empreendimentos econômicos solidários (EES) exercem suas atividades através de princípios fundamentais, que segundo a ANTEAG, (2005, p. 48) são: “tomadas de decisões democráticas e coletivas, transparência administrativa, solidariedade e fraternidade, trabalho mútuo, valorização das pessoas e cidadania”. Considerando essas questões, a partir da prática e reprodução destes princípios é que caracterizam-se tais empreendimentos, suas singularidades e desenvolve-se a autogestão.

Veronese (2011) complementa que os princípios da ES são de fato efetivados quando o grupo já dedicou bastante tempo na construção da autogestão, possuindo experiência de aprendizado na construção da gestão coletiva.

Tendo os EES como proposta desenvolver suas atividades de modo cooperativo e democrático, a autogestão, surge como um dos temas principais. Sendo assim, a tendência de um grupo coletivo de trabalho, à medida que desenvolve a autogestão, é ir construindo a liderança solidária compartilhada, sendo esta em grau diferenciado, considerando as particularidades de cada grupo (VERONESE, 2011). Porém cabe ressaltar que esta construção demanda tempo, pois conforme Veronese e Scholz (2013), os indivíduos, ao associarem-se a um EES, necessitam atingir alguns objetivos individuais, geração de renda, apoio social, dentre outros. E geralmente consideram ser apenas mais um espaço de trabalho e que estão subordinados a uma pessoa. Como definem os autores, este é um processo inicialmente individual de cada ator envolvido e além disso tornam-se necessárias ações de formação por parte também de agentes externos (incubadoras universitárias) que proporcionem aprendizado para que se torne clara a dinâmica dos EES.

Neste sentido é necessário compreender o conceito de liderança, várias são as definições encontradas na literatura e os contextos onde podem desenvolver-se, sabe-se que está atrelada a organizar, comandar, influenciar mentes e comportamentos, assim como descrevem Scholz e Veronese (2007, p.7), “estudar, portanto, a liderança, diz respeito a compreender as organizações e a própria sociedade.”

Quando há um aprimoramento contínuo do trabalho autogestionário, este provoca rupturas com os modelos empresariais anteriores, e dá-se espaço à emergência de novos modelos mentais, embasados nos princípios da ES (VERONESE; SCHOLZ, 2013). Os autores denominam de Liderança Solidária,

Devido ao fato de que os atores sociais já percebem com outro discernimento a proposta de trabalho coletivo, das suas responsabilidades e da necessidade de participação nas instâncias estratégicas do empreendimento. E começam a perceber que todos, incluindo eles/as próprios/as, podem eventualmente assumir papéis de liderança perante os pares (VERONESE; SCHOLZ, 2013, p.57).

Diante disso, pode-se compreender que é um processo de aprendizado e troca de experiências para que os indivíduos compreendam de fato os princípios da ES, o seu papel no EES e desenvolvam de fato, a cooperação, autogestão e liderança solidária.

Os autores ressaltam que podem, conforme o contexto surgir lideranças tanto formais quanto informais. Ainda há pouca descentralização no que tange as relações de poder e autoridade no grupo social, onde alguns por possuir maior competência, desenvolvem na prática a liderança formal, instituída em assembleia e também em atividades produtivas estão presentes lideranças na condução das atividades dos EES, (VERONESE; SCHOLZ, 2013). Então mesmo que os EES exercitem, através da ES a cooperação, autogestão, e em maior grau a Liderança Solidária, na prática destacam-se sujeitos que assumem papéis mais expressivos de liderança, guiando o empreendimento em diversos contextos.

Considerando a abordagem teórica apresentada, o EES estudado trata-se de uma associação de recicladores, que segundo a Classificação Brasileira de Ocupações – CBO, desenvolve suas atividades como Coletores de Lixo Domiciliar em um município do Estado do Rio Grande do Sul. A associação possui quatorze anos de existência, atualmente possui 12 associados/as, sendo estes 6 mulheres e 6 homens. Em termos de infra estrutura, possuem caminhão próprio para coleta dos resíduos sólidos urbanos, prensas enfardadeiras e uma esteira para triagem dos resíduos, equipamentos os quais encontram-se em um galpão cedido pela prefeitura municipal.

As pesquisas foram realizadas através de em um projeto de extensão, que iniciou em 2016, visando contribuir para o fortalecimento e consolidação da associação. Inicialmente buscou-se a caracterização da associação, como número de associados bem como sua formação, infraestrutura, questões ambientais, administrativas e financeiras. Dentre as várias demandas encontradas, observou-se que os associados não possuíam o devido entendimento do que representava a associação, ES, o trabalho cooperado, a forma como conduzi-lo, no que se refere a gestão.

Os processos eram conduzidos, mais como uma empresa, do que um EES. Devido a diversos fatores, onde o cerne da questão encontrava-se principalmente na gestão da associação, que era basicamente comanda por uma pessoa que caracterizava-se por ser centralizadora, voltada a interesses próprios, não levando em consideração o que um EES representa.

Somado a isto, os associados não conheciam seus direitos e deveres para com a associação bem como os princípios da ES, consideravam a associação como uma empresa privada, assim como cita Scholz e Veronese (2013). Neste contexto a gestão, ou seja, a liderança formal da associação explorava a situação, centralizando o poder em todas as esferas do empreendimento, desde a produtividade, as questões financeiras e administrativas. Isto acarretava diversos conflitos, tanto em âmbito interno como externo.

Internamente as relações e a união do grupo era frágil, pois o aspecto social intrínseco da ES não era estimulado, verificou-se pouca confiança entre os associados, que não viam-se como um coletivo de trabalho, assim ocasionando diversos desentendimentos e alta rotatividade. Além disso a gestão não era transparente tornando-se difícil então desenvolver relações sólidas e assim o desenvolvimento de um grupo forte através do exercício dos princípios da ES.

Problemas internos estendiam-se, ao âmbito externo referindo-se ao aspecto econômico, onde não havia prestação de contas aos associados, estendendo-se até gestão pública, onde a prestação de contas para o município também era defasada e irregular, conforme documentos e relatos de associados. O aspecto financeiro afetava não só a relação com o município, mas também com os associados, reforçando as características de exploração e afastando a caracterização com um EES.

Diante do exposto, mostrou-se necessário desenvolver mecanismos para que a associação buscasse atender as demandas específicas de um EES em todas suas dimensões (política, econômica e social). Atividades de formação em gestão de cooperativas e também de reestruturação da gestão que encontrava-se defasada passaram a ser realizadas junto aos associados, visando aspectos de autogestão, controle produtivo, planejamento, controle produtivo e financeiro. No decorrer das atividades, os associados, tomando consciência do processo associativo e o que ele representa e os seus papéis como atores sociais, deram início eles próprios a um processo revigorante na associação, um processo de fortalecimento como grupo.

Então neste processo de reestruturação naturalmente surgiram lideranças, cada uma com sua importância, cabendo aqui ressaltar uma em específico, uma liderança formal por ter sido eleita pelos associados, bem como informal, por, devido suas qualidades individuais, experiências passadas em EES, confiança respeito e idealização que inspira nos associados assumiu naturalmente papel de líder.

Essa nova liderança, é atualmente o Presidente associação, e ocupa esse cargo desde 2017. Diferentemente da gestão anterior, esta caracteriza-se por ser solidária, participativa e democrática para com os associados, incluindo-os nas diversas situações que o empreendimento enfrenta, desde a tomada de decisões relacionadas as questões administrativas, financeiras externas e internas e dos processos produtivos. Caracteriza-se por ser ativo, participando dos diversos processos, por ser professor, pois procura difundir seu conhecimento para com os associados, estimulando-os a abandonar posições passivas e assumir posições participativas fortalecendo o coletivo. Assim como aluno, pois está aberto a dialogo e a novos conhecimentos.

Através de entrevistas com os associados, no acompanhamento dos diversos processos da associação (reuniões, assembleias, processos produtivos, documentos administrativos e contábeis), e do constante processo de formação, aprendizado e exercício das práticas de economia solidária, constatou-se que a diferente forma de liderança, afetou diretamente os mais diversos processos tanto internos, como externos na associação.

O surgimento de lideranças neste sentido, aliado ao conhecimento por parte dos associados sobre o funcionamento do EES, bem como seus princípios, afetou positivamente a associação. Nesse aspecto podemos destacar o fortalecimento individual de cada sujeito e que reconhecem sua importância dentro do grupo como um todo. Neste processo ficou evidente a melhora e solidez nas relações internas entre os associados, assim diminuindo a rotatividade e proporcionando um ambiente de trabalho mais saudável, onde através dos resultados podemos destacar a união e fortalecimento do grupo e que a associação vem cada vez mais, em certa medida, exercitando a Liderança Solidária.

Assim destacamos a importância de um líder transparente e que estimule a autogestão, a democracia e participação dos associados, inspire confiança para com o grupo. Os achados desse estudo confirmam o que citam Veronese e Scholz (2013), que quando os sujeitos visualizam a proposta do trabalho coletivo, e se enxergam como atores neste, percebem que eles/elas, podem assumir papéis de liderança perante o grupo.

REFERÊNCIAS:

ANTEAG – Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas de Autogestão e de Participações Acionárias. **Autogestão e Economia Solidária: Uma nova Metodologia**, v2. ANTEAG. São Paulo: TEM, PNQ, 2005

PAULI, J.; BENDER, N.; ZANELLA, W. **Perfil de liderança em empreendimentos de economia solidária**. 2013.

SCHOLZ, Robinson Henrique; VERONESE, Marília. **Liderança na economia solidária: o caso da cooperativa metalúrgica Cooperei**. Economia Solidária e Ação Cooperativa, v. 2, n. 2, p. 1-10, 2007.

VERONESE, Marília Veríssimo. **A Economia Solidária e a formação de lideranças democráticas**. Revista Diálogo, n. 18, p. 97-114, 2011.

VERONESE, Marília Veríssimo; SCHOLZ, Robinson. **A difícil construção da liderança solidária compartilhada**. Século XXI–Revista de Ciências Sociais, v. 3, n. 2, p. 41-64, 2013.

CATADORES DE RECICLÁVEIS EM BUSCA DE CIDADANIA E RECONHECIMENTO

Carlúcia Maria Silva (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade do Estado de
Minas Gerais – E-mail: carlucia.silva@uemg.br

Renata Siviero Martins (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado de
Minas Gerais - renatasivieromartins@gmail.com

INTRODUÇÃO

Estudos apontam que nas últimas décadas, o desemprego torna-se a manifestação mais visível de uma transformação profunda da conjuntura do emprego. Um processo central “comandado por novas exigências tecnológico-econômicas da evolução do capital moderno” em que a “desestabilização dos estáveis”, marcada pela descontinuidade do trabalho, torna-se a base fundante. (CASTEL, 1998, p. 526). Nova/antiga questão social que no processo modernizador carrega consigo a mesma amplitude e complexidade daquela instaurada no início da Revolução Industrial. Novas configurações que elevam o desemprego, isolamento social, privação econômica e segregação socioespacial. Os catadores de recicláveis se inserem neste contexto. Desprovidos da qualificação exigida e excluídos do mercado de trabalho formal são estigmatizados, vistos como perigosos e dependentes de serviços sociais. Esses trabalhadores sempre foram excluídos do mercado de trabalho, pois no nascedouro da nova ordem econômica e social se viram entregues à própria sorte.

Este trabalho relata a experiência da Cooperativa dos Recicladores e Grupos Produtivos do Barreiro e Região (COOPERSOLI) em suas lutas por trabalho, cidadania e reconhecimento. As reflexões aqui apresentadas resultam de acompanhamento e observação direta em suas estratégias de lutas e os resultados apontam o fortalecimento de sua identidade laboral, a consciência do direito a ter direitos e a ressignificação do lixo em ferramentas de cidadania. Apontam também a necessidade do fortalecimento da luta política em torno da consolidação da tecnologia social da reciclagem solidária.

Palavras-chave: Catadoras de recicláveis; Economia solidária, Trabalho em redes; Participação sociopolítica; Cidadania.

TRABALHO, ECONOMIA SOLIDÁRIA E CATADORES DE RECICLÁVEIS

A economia popular solidária ganha crescente importância nas últimas décadas, em decorrência das transformações ocorridas nas relações de trabalho e emprego e suas consequências para os trabalhadores. São vários os estudos afirmando que essas experiências decorrem da crise do trabalho, consequente da reestruturação produtiva e capitalista que reduziu postos de trabalho e salários, potencializou a subcontratação, a terceirização e a flexibilização, substituindo assim relações formalizadas de emprego por novas e diversas modalidades de contrato de trabalho. Esta “outra economia” recobre uma realidade heterogênea e diversa de iniciativas e motivações. Nelas subsistem uma tensão entre o possível e o desejável, uma vez que muitos de seus trabalhadores se encontram em condições precárias e sem trabalho. Também denominada de “economia submersa”, as experiências de economia solidária são em grande parte constituídas por pessoas com baixos níveis de escolaridade e qualificação profissional e que se refugiam na informalidade.

No campo da reciclagem, segundo Georges e Leite (2012), Neves (2012), Silva e Oliveira (2013) e Silva (2014), tais iniciativas são constituídas por grupos historicamente excluídos, socialmente vulneráveis, economicamente discriminados e desqualificados para o mercado de trabalho. As primeiras associações e cooperativas de catadores surgiram no Brasil no final da década de 80 e se multiplicaram posteriormente. Suas lutas por trabalho e cidadania ganham força com a fundação do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) e na década 2000 – 2010, uma série de reivindicações são pleiteadas, dentre elas, o reconhecimento e pagamento pelos serviços prestados na coleta seletiva.

Estudos realizados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) demonstram o crescimento de catadores e catadoras nas ruas e avenidas das cidades. Uma presença diária, em busca da sobrevivência, muitas vezes adquirida no recolhimento e venda desses materiais recicláveis. Um grupo numeroso de trabalhadores presentes tanto nas ruas quanto nos lixões, organizados ou não em cooperativas ou associações, que sobrevivem muitas vezes em situação de pobreza e vulnerabilidade social. Além de trabalho, as iniciativas de catadores objetivam também recuperar pessoas e nesse sentido, tensões e conflitos são vivenciados cotidianamente na organização do trabalho, na construção das regras e na gestão dos empreendimentos.

A lei nº 12.305/2010, *que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos* (PNRS) marca a articulação institucional, envolvendo a União, estados, municípios, o setor produtivo e a sociedade civil na busca de soluções para os graves problemas causados pela gestão inadequada dos resíduos e a partir de uma visão ampla e sistêmica, o novo marco regulatório lança um novo olhar sobre o desafio da sustentabilidade, o problema do lixo urbano e consagra a participação de catadores organizados em cooperativas. No entanto, as tecnologias como a incineração eufemizadas ou encobertas em conceitos genéricos como “tecnologias de aproveitamento energético”, ganham força e são permitidas na Política Nacional de Resíduos Sólidos. As parcerias público-privada (PPPs) expressam tais desafios e frente às complexidades da gestão dos resíduos, são apresentadas como alternativas. As variáveis econômico-financeiras são mais valorizadas entre os critérios estabelecidos para a seleção, desconsiderando a possibilidade de desenvolvimento social, os riscos à saúde pública e a preservação ambiental. E como se não bastasse, a mobilização da sociedade em torno da discussão destas questões tem sido cada vez mais dificultada.

Por outro lado, a dinâmica de organização e gestão das cooperativas de catadores de recicláveis não é um processo simples. O funcionamento e produtividade nestes empreendimentos, requerem integração dos aspectos técnicos e sociais, a conexão dos vários elos da cadeia de reciclagem e a capacidade organizativa dos catadores. A fase inicial de organização do empreendimento, bem como os períodos em que há um número maior de novos associados, exige de todos investimento afetivo - além de investimento físico, no sentido de construir coesão no grupo. A construção de uma cooperativa ou associação não é um processo que não se dá “da noite para o dia”.

Chama-nos atenção a experiências, da Cooperativa Solidária dos Recicladores e Grupos Produtivos do Barreiro e Região, a (COOPERSOLI BARREIRO). Esta cooperativa é parte integrante do Movimento Nacional de Catadores de Recicláveis e tem sua sede na Região do Barreiro, município de Belo Horizonte. O trabalho em cooperação é norteado pelos princípios da economia solidária e fundamentado na pedagogia feminista. Criada em 2002, conta atualmente com trinta e cinco associados. A participação, protagonismo e liderança das mulheres é perceptível. A maioria dessas mulheres nunca tiveram a carteira de trabalho assinada. São mães e/ou avós, com filhos ainda pequenos, cujo trabalho possibilita conciliar trabalho e vida familiar.

CONSIDERAÇÕES

São muitas as dificuldades e não obstante as condições em que se encontram, as dificuldades as mantêm unidos, numa construção coletiva em busca de cidadania e reconhecimento sociopolítico. Cidadania ainda frágil, presentes no trabalho desses agentes ambientais que encontram no lixo formas organizativas e sóciopolíticas em busca do direito a ter direitos. O conjunto de leis e decretos referentes à PNRS representa conquistas, reafirma a dignidade do trabalho exercido a céu aberto, em horários variados e submetidos à violência urbana. No entanto, ainda que se reconheça a PNRS como uma conquista importante, ela, por si só, não assegura a participação efetiva dos catadores na cadeia produtiva da reciclagem, podendo, inclusive, fragilizar ainda mais, se não forem oportunizados aos empreendimentos condições reais de trabalho e adequada participação. Sem isso, haverá o risco de que os catadores ocupem um lugar subalterno, servindo apenas para vender a falsa imagem de responsabilidade social de empresas e governos com as quais estabelecem parcerias.

Referências

BRASIL. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 03 de ago. de 2010.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 611.

GEORGES, Isabel P. H; LEITE, Márcia de Paula. Novas configurações do trabalho e economia solidária: democratização, inclusão ou precarização? In: GEORGES Isabel P. H; LEITE, Márcia de Paula. (Org.) **Novas configurações do trabalho e economia solidária**. São Paulo: Annablume; FAPESP, p. 13-30, 2012.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Situação social das catadoras e catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis**. Brasília: Ipea, 2013.

NEVES, Magda de Almeida. Dilemas dos empreendimentos solidários: entre a precarização e a inserção social. In: LEITE, Márcia de Paula, GEORGES, Isabel P. H.

Novas configurações do trabalho e economia solidária. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2012. p. 323-349.

SILVA. **Trabalho, cidadania e reconhecimento:** a Rede CATAUNIDOS e o protagonismo sociopolítico de Catadores de Recicláveis na RMBH. 2014. 395f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte.

SILVA, Carlúcia Maria; OLIVEIRA, Fabiana Goulart de. Participação dos Catadores de materiais recicláveis na política nacional de resíduos sólidos e seus desafios. In: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DO TRABALHO, 7, 2013. São Paulo. USP. **Anais...** Brasil, São Paulo: USP, 2013.

**COOPERATIVAS DE TRABALHO DE CATADORES DE MATERIAIS
RECICLÁVEIS E A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO TERRITÓRIO DO
PLANALTO CATARINENSE**

Profa. Sueli Kraus Coelho de Farias

Universidade do Planalto Catarinense

sueli_kraus_farias@hotmail.com

Maria Aparecida da Fonseca

Universidade do Planalto Catarinense

mdmariafonseca24@gmail.com

Paloma Carla Rodrigues Marques

Universidade do Planalto Catarinense

palomakarla21@gmail.com

Neste texto refletimos o cenário de emergência e desenvolvimento da organização de cooperativas de trabalho de catadores de materiais recicláveis e a economia solidária no território do Planalto Catarinense. Contextualizamos brevemente o espaço, a origem das cooperativas e demonstramos o atual estágio destas organizações com seus avanços e desafios nos processos de incubação realizados pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade do Planalto Catarinense (ITCP UNIPLAC). Nossa abordagem é descritiva, histórica e participativa “[...] assumindo uma compreensão dialética da história, uma clara intencionalidade política transformadora e uma opção de trabalho junto com as classes oprimidas na sociedade”, conforme refletem Moretti e Adams (2011, p. 456).

O Planalto Catarinense localiza-se na região sul meridional do Estado de Santa Catarina. É constituído por dezoito município organizados na Associação dos Municípios da Região Serrana (AMURES), uma entidade de integração político-administrativa, econômica e social. Segundo o Plano de Desenvolvimento de Santa Catarina 2030 – PDSC 2030 – (2018), tem uma população estimada (2016) em 290 mil habitantes, ocupando uma área de 16.086,2 (km); uma densidade demográfica de 17 habitantes por km². Renda domiciliar per capita (2010) de R\$/mês 744,00. Pessoas em situação de pobreza (2016) 49.629. (Idem, p. 140).

Neste mesmo documento, encontra-se que

"[...] o maior obstáculo ao desenvolvimento econômico da região reside na produção, de baixo valor agregado, como decorrência da baixa renda, problemas sociais diversos se acumulam. Os principais deles: o déficit habitacional, o emprego sazonal, a dificuldade das famílias em promover a formação dos jovens". (Idem, p. 143)

Se comparada com outras regiões, é a mais empobrecida do Estado de Santa Catarina. Lages é cidade polo regional, onde concentram-se os principais serviços de saúde, educação e comércio demandados pela população para além da AMURES. A década de 1970 foi marcada por forte migração de trabalhadores oriundos do interior do município e de outros, sobretudo, daquele contingente ocupado com atividades da exploração da madeira no período de 1940 a 1970, conforme analisa Martendal (1980). A cidade não apresentava condições para receber aquela migração massiva. Sem um plano diretor adequado, infraestrutura como saneamento, serviços de transporte urbano, oferta de ensino, postos de trabalho, serviços de saúde, etc., tornou-se no dizer de Peixer (2002, p. 165), “a cidade dos espoliados”. Assim nasceram os bairros adensando uma periferia empobrecida a circundar o centro urbano. Este contraste é o melhor espelho para se identificar a desigualdade social e os problemas sociais gerados pelo modo de produção capitalista no território do Planalto Catarinense.

Segundo a Secretaria do Meio Ambiente e de Serviços Gerais do município, estima-se em quinhentos o número de catadores que perambulam cotidianamente nas ruas de uma cidade, que segundo o IBGE (2018), é estimada em 157.743 pessoas. Neste

cenário, o catador emergiu como um trabalhador excluído dos bens essenciais para viver: sem teto ou moradia precária, desempregado, subempregado, sem renda, com mínima frequência escolar. Um sujeito descartado, redundante, refogado pela sociedade, conforme descreve Bauman (2005), que fez da catação de materiais recicláveis, a exemplo do que ocorreu por outros lugares do país, sua profissão para melhorar sua condição de vida como analisou Scariot (2016).

Em agosto de 2014, o Consórcio Intermunicipal Serra Catarinense (CISAMA) que tem como finalidade promover o desenvolvimento humano, social, cultural e econômico do território onde atua, procurou a ITCP UNIPLAC, recém instituída na universidade pela Chamada Pública 089/2013 do CNPq, para participar e hospedar na Universidade o primeiro Seminário Intermunicipal para catadores e gestores da região cujo objetivo foi apresentar o Plano Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PIGIRS) decorrente da Lei 12.305/2010 instituinte da Política Nacional de Resíduos Sólidos; outrossim, demonstrar a relevância da participação dos catadores na gestão pública dos resíduos sólidos. Dois representantes do Movimento Nacional de Catadores fizeram-se presentes. Conforme se anota no relatório,

O CISAMA considerou este Seminário como o ponto de partida para futuras atuações, juntamente à ITCP-Uniplac, Prefeituras e Catadores, perante a inclusão social, melhorias de condições de vida, valorização da classe, considerando que os mesmos encontram-se informais e com condições precárias de trabalho. (CISAMA, 2014, p. 42)

Convém sublinhar que o PIGIRS prevê a construção de cinco Centrais de Gerenciamento de Resíduos Sólidos no território do Planalto Catarinense em cada uma delas agregará um determinado conjunto de municípios de 3 a cinco. A coleta, triagem, comercialização, educação ambiental e destinação ambientalmente correta dos resíduos sólidos são atribuições dos catadores organizados em cooperativa de trabalho. O paradigma desta proposição está calcado na formalização da cooperativa, possibilidade de contrato de prestação de serviço da coleta seletiva entre cooperativa e o poder público municipal, transporte da coleta conduzido pelos próprios catadores. A Cooperativa em

tese, tem três fontes de renda: o valor do contrato da prestação de serviço advindo do poder público, a venda dos reciclados e o serviço de educação socioambiental.

A partir do Seminário Intermunicipal, a ITCP UNIPLAC em parceria com o CISAMA, assume para si a atribuição de incubar as cooperativas de catadores previstas nas cinco Centrais de Gerenciamento de Resíduos sólidos. A primeira cooperativa de catadores foi na Central dos municípios de São Joaquim e Bom Jardim: a COOPERAC. Em 2015, no período de seis meses, ocorreu a pré-incubação implicando no mapeamento, mobilização e reunião dos catadores potenciais cooperados. Em sua maioria já se encontrava na atividade da catação na condição individual ou familiar. Estudos de estatutos, legislação de cooperativas, Lei 12.305/2010, economia solidária, preparação da assembleia, mobilização da comunidade, antecederam a assembleia de constituição da cooperativa. Entre outros motivos da imediata dispersão dos recém cooperados fundadores da organização, foi a mudança de governo gerada pelas eleições municipais, quando foram interrompidas as tratativas de formalização do contrato de prestação de serviço da coleta seletiva entre a cooperativa e o poder público. Na espera prolongada destas condições, a cooperativa resultou na sua fundação de direito e, mas não de fato. Neste ano de 2019, está sendo retomada na sua fase de incubação material.

A COOPERLAGES foi a segunda cooperativa de catadores de Lages município não integrado ao PIGIRS. A demanda veio de uma conjuntura favorável na qual o CISAMA, a ITCP e um grupo de catadores ocupante de um barracão da prefeitura, fazia espontaneamente uma parte da coleta seletiva. Com o aprendizado na COOPERAC, o percurso de formalização foi muito semelhante, com a vantagem de o grupo protagonista ter uma aprendizagem acumulada, demandando sua formalização. Atualmente a ITCP considera esta organização em fase de pós-incubação. A terceira foi a Cooperativa de Trabalho de Catadores do município de Otacílio Costa (COOPERCOC), constituída em 2017. Em plena atividade, estabeleceu contrato de prestação do serviço da coleta com o poder público, instalada em barracão provisório, aguarda a construção da Central de Gerenciamento dos resíduos sólidos agregando três municípios. As outras duas cooperativas a serem formalizadas estão sendo discutidas entre os parceiros, ITCP e CISAMA.

Finalmente, o que desejamos enfatizar é que estas cooperativas ainda em estágio de consolidação incorporaram em seus estatutos os valores e princípios da economia solidária, como a propriedade dos meios de produção, participação, autogestão,

distribuição equitativa dos resultados do trabalho associado, cuidado com o meio ambiente, responsabilidade com o entorno social e o respeito e acolhimento da diversidade de gênero, sexualidade, raça-etnia, etc. Nas ações de incubação, indiscutivelmente, a economia solidária implica no maior esforço da incubadora, em vigiar e construir com estes empreendimentos a maior coerência entre os princípios e a prática. É ente outras, a contradição que mais desafia as atividades de acompanhamento da ITCP no que concerne educação permanente, mediação e resolução de conflitos, os interesses imediatos dos cooperados versus o projeto cooperativo e solidário de médio e longo prazo.

Não obstante os avanços e desafios enfrentados no território do Planalto Catarinense, avaliamos que a cooperativa de trabalho de catadores que tem por base a economia solidária apresenta potencial para além de oportunidade de trabalho e renda, conquistar direitos de cidadania, colocar-se como alternativa ao modo de produção capitalista e gerar melhores condições de vida para seus cooperados.

Referências

BAUMAN, Zygmunt. **Vidas desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

CISAMA - Consórcio Intermunicipal Serra Catarinense.

Disponível em: <http://www.cisama.sc.gov.br/> acesso em: 08.mar.2019

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. População. 2018.

Disponível em:

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/lages/panorama> Acesso em: 07.mar.2019.

MARTENDAL. Ari José Celso. Processos Produtivos e trabalho-educação: a incorporação do Caboclo Catarinense na Indústria Madeireira. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro. Instituto de Estudos Avançados. Fundação Getúlio Vargas, 1980.

MORETTI, Cheron Zanini; ADAMS, Telmo. Pesquisa participação e educação popular: epistemologias do sul. In: **Educ. Real.**, Porto Alegre, v. 36, n. 2, p. 447-463, maio/ago. 2011. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/16999/12915>

Acesso em: 11.mar.2019.

PEIXER, Zilma Isabel. **A cidade e seus tempos**: o processo de constituição do espaço urbano em Lages, Santa Catarina. Ed. Uniplac, 2002.

PLANO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS (PIGIRS).

Disponível em: <http://www.cisama.sc.gov.br/>

Acesso em: 8. mar. 2019.

Plano de Desenvolvimento de Santa Catarina 2030. PDSC 2030. Governo do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 2018. Disponível em:

file:///C:/Users/Cliente/Downloads/Plano_SC_2030_VersaoFINAL.pdf

Acesso em: 31. jul. 2018.

SCARIOT, Nádia. A Socialização Profissional de Catadores de Materiais Recicláveis e a Constituição de Saberes Profissionais e Emancipatórios. Tese de Doutorado. 205 f. Ijuí. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. 2016.

Disponível em:

[http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/4956/Nadia%](http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/4956/Nadia%20Scariot.pdf?sequence=1)

[20Scariot.pdf?sequence=1](http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/4956/Nadia%20Scariot.pdf?sequence=1). Acesso em: 07. mar. 2019.

DIAGNÓSTICO RÁPIDO PARTICIPATIVO EMANCIPADOR (DRPE) NA ASSOCIAÇÃO DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DE CAXAMBU – MG

Rafaella Michalsky de Castro¹;

Daniella Dutra Carneiro²;

José Roberto Pereira³

¹Rafaella Michalsky de Castro, graduanda em Administração Pública da Universidade Federal de Lavras de Minas Gerais (UFLA-MG), rafaella_michalsky@hotmail.com

² Daniella Dutra Carneiro, graduanda em ABI - Engenharia Civil da Universidade Federal de Lavras de Minas Gerais (UFLA-MG), danielladclaranjal@hotmail.com

³ José Roberto Pereira, Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Brasília, Pós-doutorado em Ciências Sociais – CES, Universidade de Coimbra. Professor Titular em Administração Pública e Gestão Social da Universidade Federal de Lavras, jrobertopereira2013@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O Diagnóstico Rápido Participativo Emancipador (DRPE) tem como objetivo diagnosticar a realidade social por meio de técnicas participativas, fundamentado na educação comunicativa e dialógica, aplicadas por uma equipe interdisciplinar. Segundo Pereira (2017, p.) “os objetivos do DRPE estão voltados para as bases de um processo de conscientização dos participantes que lhes permita se mover de uma situação de dependência ou tutorial para uma situação sustentada e emancipada, na perspectiva da educação dialógica de Paulo Freire (1987), (...)”.

O objetivo deste trabalho foi diagnosticar a realidade da ASCAMARC (Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Caxambu – MG) obtendo informações qualitativas e quantitativas. O Diagnóstico foi aplicado por cinco integrantes da

Incubacoop (Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares) entre os dias 11 a 14 de março de 2019.

A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares - INCUBACOOOP/UFLA, é uma entidade de Extensão da Universidade Federal de Lavras – MG, sem fins lucrativos que, desde 2005 visa auxiliar grupos de trabalhadores que se encontram em situação de trabalho precarizado, desempregados que buscam uma recolocação no mercado formal de trabalho ou pessoas que já realizam alguma atividade econômica e desejam organizar-se em cooperativas. A equipe interdisciplinar da Incubacoop é formada atualmente por estudantes de Administração, Administração Pública e Engenharia Civil da Universidade Federal de Lavras.

2. METODOLOGIA

A metodologia utilizada para diagnosticar a realidade da Associação de Catadores Recicláveis de Caxambu-MG baseou-se no método do Diagnóstico Rápido Participativo Emancipador (DRPE), no sentido de valorizar a gestão democrática de organizações sociais. Foram utilizadas técnicas de caráter participativo e emancipador que orientaram os participantes a identificar seus próprios problemas, suas causas e para os mesmos acharem as possíveis soluções.

O processo de intervenção do DRPE se baseia na conjugação das técnicas apresentadas no Quadro 1. Porém, em cada trabalho são elencadas as técnicas a serem desenvolvidas para cada coletividade específica, ou seja, não necessariamente são utilizadas todas elas.

Técnica	Descrição
Entrevista Semiestruturada	Roteiro prévio que visa a conhecer o grupo ou a comunidade.

Apresentação	Tem o objetivo de aproximar a equipe interdisciplinar dos participantes quanto ao nome, idade, estado civil, ocupação, número de filhos e de dependentes.
Mapeamento Histórico	É feito um mapa do local pelos próprios participantes, descrevendo a situação atual e histórica.
Caminhada Transversal	Técnica complementar ao mapeamento histórico em que a equipe caminha transversalmente o mapa desenhado pelos associados, para constatar no local a descrição feita por eles, fotografando e/ou filmando.
Construção	Busca instigar a reflexão crítica da coletividade sobre as condições de infraestrutura que possuem atualmente e como desejam construir no futuro.
Calendário Sazonal	É feito um esquema gráfico onde as coordenadas Y e X representam, respectivamente, a demanda relativa de força de trabalho, medida em dias ou horas de trabalho, e as atividades ao longo dos meses de um ano.
Rotina Diária	Técnica que permite visualizar a distribuição do trabalho e a rotina de cada pessoa ao longo do dia, desde o momento em que desperta, até o momento em que vai se deitar.
Diagrama de Venn	Técnica em que os participantes fazem uma representação gráfica em forma de círculos, da importância e da atuação de organizações que são relevantes, tendo como referência a própria organização.
Entra e Sai	Os participantes avaliam a sua dependência ou autonomia em relação ao mercado, por meio de uma melhor visualização de

	seus gastos e receitas em cada atividade produtiva ou de serviço desenvolvida.
Matriz Realidade e Objetivo	Técnica que sintetiza os problemas, suas causas e possíveis soluções apresentadas pelos participantes.
Eleição de Prioridades	Técnica complementar a Matriz realidade e objetivo, em que é feita uma eleição para a identificação das prioridades dos objetivos elencados na matriz realidade objetivo.

Quadro 1: Técnicas do DRPE.

Fonte: Adaptado de Pereira (2017).

3. APLICAÇÃO DAS TÉCNICAS NA ASCAMARC E SEUS RESULTADOS

As técnicas utilizadas na Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis De Caxambu (ASCAMARC) foram: Mapeamento Histórico, Caminhada Transversal, Rotina Diária, Calendário Sazonal, Entra e Sai, Diagrama de Venn, Construção, Matriz Realidade/Objetivo e Eleição de Prioridades. As técnicas foram escolhidas com base na elaboração de um quadro de referência com os temas geradores e as técnicas correspondentes. A aplicação das técnicas reuniu os associados por cinco dias (Imagem1).



Imagem 1: Aplicação do DRPE na Ascamarc

Mapeamento Histórico

A equipe pediu para que os catadores desenhasssem no papel o mapa dos pontos de coleta e a rota que eles percorriam durante o dia. O motorista da caminhonete explicou que cada catador tem pontos específicos para deixar o material coletado e que ele passa por esses pontos algumas vezes ao dia para levar os bags cheios para a associação. Os associados que trabalham dentro do galpão desenharam a disposição dos materiais e equipamentos e o caminho que fazem desde a separação do material, passando pela confecção dos fardos por meio da prensa até a venda do mesmo.

Caminhada Transversal

A equipe caminhou com os associados nos pontos marcados no mapa que desenharam e mostraram a rota feita dentro do galpão, onde os materiais são colocados quando chega da rua, onde ficam dispostos para que possam ser separados de acordo com o tipo, cor, etc. Eles mostraram onde e como são feitos os fardos e onde são colocados para fazer a carga de um caminhão. A equipe percorreu o caminho feito pelo motorista, passando pelos mesmos pontos que ele passa diariamente para recolher o material (Imagem2).



Imagem 2: Caminhada Transversal com os associados

Fonte: arquivo da INCUBACOOB – UFLA, 2019

Rotina Diária

A equipe entrevistou os associados para conhecer o funcionamento da rotina de cada um deles, tanto dentro quanto fora da associação. Cada um relatou o que faz desde que acorda, suas tarefas em casa e atividades feitas fora do trabalho.

Calendário Sazonal

Por meio do calendário sazonal a equipe avaliou o volume de trabalho da associação ao longo dos meses do ano anterior, especificando a coleta de cada mês. Os catadores informaram a quantidade de material coletado, até que chegaram a conclusão de que o total de material do ano anterior foi igual durante todos os meses, o que fez com que o gráfico formado fosse uma linha reta e constante.

Entra e Sai

A equipe desenhou uma tabela com as seguintes colunas: “De onde vem”, “O que entra”, “O que sai”, “Para onde vai” e “Preço”. Os catadores preencheram a tabela, informando os tipos de materiais recolhidos, onde eram encontrados, o que era feito com eles dentro da associação, para quem vendiam e por qual valor. Por exemplo, eles coletavam papelão em fábricas, lojas ou mercados, faziam fardos de aproximadamente duzentos e sessenta quilos e vendiam para uma empresa chamada “Recrisul” por cinquenta centavos o quilo.

Diagrama de Venn

A equipe pediu para que os associados listassem as principais instituições que têm importância para eles. Foi desenhado no quadro um círculo representando a ACAMARC e os catadores desenharam círculos para cada instituição mensurando o tamanho relacionado a importância que ela tem para a associação e posicionaram a distância do círculo de cada organização em relação ao círculo central da ASCAMARC, se baseando no grau de atuação de cada uma delas. Foram listadas as seguintes organizações: Fundação Banco do Brasil, Fundação Estadual do Meio Ambiente, Secretaria Municipal do Meio Ambiente (Prefeitura de Caxambu-MG) e Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de Lavras-MG.

Construção

A equipe interdisciplinar da Incubacoop disponibilizou alguns materiais como palitos de churrasco, barbante, papelão, massinha de modelar, entre outros, para que os associados pudessem montar o projeto futuro da associação. Foram dois grupos de catadores. Os dois grupos colocaram prensas, esteiras, caminhão e outros equipamentos que eles gostariam de adquirir, além de citar um melhor relacionamento entre eles.

Matriz Realidade/Objetivo

Os associados listaram os principais problemas que eles encontraram na associação e, a partir deles, discutiram as causas, o objetivo a ser alcançado com a resolução do mesmo e o caminho que deveria ser seguido para que isso acontecesse. Assim, foram encontrados oito problemas: prestação de contas inadequadas; relacionamento ruim entre os associados; falta de organização do galpão; individualismo dos associados; falta de equipamentos e máquinas adequadas para o trabalho; renda

mensal baixa; coleta de pouco material e poucos parceiros para a realização do trabalho (Imagem3).

Causas	Problemas	Caminho	Objetivo
Falta de cobrança dos associados	1- Prestação de contas inadequada	Reunião Mensal de Prestação de Contas	Prestação de contas detalhada/explicada
Falta de diálogo e Reuniões	2- Descontinuidade	Tabelas de Preço	Se relacionar melhor com contadores
Falta de planejamento	3- Desorganização do Galpão	COOPERAÇÃO PARA uma boa org...	Organização do Galpão
Falta de aproximação/intimidade	4- Individualismo	aproximação e respeito	COOPERAÇÃO respeito
Falta de recursos	5- Infraestrutura insuficiente e insegurança	conseguir patrocínios e projetos	Comprar prensa, balança, embalagem e ferramentas
Baixa renda dos cidadãos	6- Colações independentes	Implementar a coleta seletiva	Aumentar o ganho
Falta de hábito certo p/ pagar o lixo e material	7- Baixa quantidade de material coletado	Trabalho, conscientização, caminhos, parceria e cooperação	Aumentar o volume de material coletado (100)
Falta de iniciativa dos próprios associados	8- Poucos parceiros p/ a coleta de material	Ter iniciativa e buscar em escolas, hotéis, restaurantes	Ampliar o número de parceiros
	9-		
	10-		
	11-		

Imagem 3: Matriz Realidade/Objetivo realizada na associação

Fonte: arquivo da INCUBACOOOP – UFLA, 2019

Eleição de Prioridades

Dando continuidade à técnica anterior, a equipe listou os objetivos encontrados e pediu para que os associados votassem para enumerá-los de acordo com a prioridade deles. Os associados saíram da sala, formando uma fila do lado de fora e, cada um deles recebeu papéis representando notas de dinheiro de cinco, dez e vinte reais. Assim, um a um, eles foram entrando e depositando as notas em cada um dos oito envelopes que representavam os oito objetivos, de forma que, aquele que eles consideravam ter maior prioridade, era o que recebia a nota de valor maior e a proporção que a prioridade diminuía, o valor da nota também. A lista de prioridade é apresentada abaixo (Imagem4):

ELEIÇÃO DE PRIORIDADES				
OBJETIVOS	NOTA(5)	NOTA(10)	NOTA(20)	TOTAL
1- Prestação de contas	2(10)	0	0	6°10
2- Melhor relacionamento	0	0	3(60)	1°(60)
3- Organização do galpão	1(5)	0	0	7°5
4- Cooperação	0	2(20)	1(20)	2°40
5- Compra de equipamentos	0	1(10)	1(20)	3°30
6- Aumentar o ganho	0	2(20)	0	5°20
7- Aumentar em 100% a coleta	1(5)	0	1(20)	4°25
8- Ampliar o número de parceiros	2(10)	1(10)	0	5°20

Imagem 4: Eleição de Prioridades realizada na associação

Fonte: arquivo da INCUBACOOB – UFLA, 2019

4. **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Como foi apresentado, o DRPE promoveu a participação e a formação de uma perspectiva crítica dos associados da Ascamarc em prol de um bem comum. A partir de diálogo e debates puderam visualizar os problemas dentro da associação e juntos buscar as soluções e traçar os objetivos a serem transformados em projetos para serem desenvolvidos por eles. As práticas metodológicas utilizando o DRPE apresentam um compromisso ético e social e os resultados demonstram que há maneiras de se obter uma transformação cultural.

5. **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

PEREIRA, J. Roberto. **Diagnóstico Participativo: O Método DRPE**. Tubarão: Perito, 2017. 176p.

**FERRAMENTA PARA AVALIAÇÃO DE PRODUTIVIDADE EM
EMPREENHIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DE CATADORAS/ES²⁶**

Ana Maria Rodrigues de Carvalho Doutora

Psicologia Social; Professora voluntária

Universidade Estadual Paulista – Unesp Assis

ana.mr.carvalho@unesp.br

Gabriel Pavani Brandino

Psicólogo; Ex Bolsista CNPq

Unesp Assis

gabrandino@gmail.com

Keicy Virginio da Silva Reis

Licenciada Letras; Bolsista CNPq

Unesp Assis

keicyreis03@gmail.com

²⁶ Ver *Manual para uso não sexista da linguagem*. Rio Grande do Sul, Governo do Estado, 2014. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3034366/mod_resource/content/1/Manual%20para%20uso%20n%C3%A3o%20sexista%20da%20linguagem.pdf>. Acesso: 28 fev 2019.

O desenvolvimento da ciência e tecnologia esteve sempre voltado para o atendimento das demandas da sociedade, sobretudo dos interesses privados do setor produtivo, em detrimento dos sociais oriundos das camadas populares.

Os grupos populares organizados em cooperativas e associações, a partir dos princípios da economia solidária visando à geração de trabalho e renda, a despeito dos conhecimentos tradicionais que possuem, poderiam ter suas atividades de trabalho beneficiadas por saberes científicos. O diálogo entre esses conhecimentos, a partir de uma realidade concreta, possibilitaria a identificação de demandas e a busca conjunta por tecnologias sociais.

Catadoras/es de materiais recicláveis, organizadas/os em empreendimentos de economia solidária (EESs) vêm há décadas realizando informalmente o trabalho de coleta seletiva, triagem, processamento e comercialização desses materiais. A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), Lei 12.305/2010, dentre outras determinações, atribui ao gestor municipal a responsabilidade pela gestão dos resíduos sólidos, garantindo a prioridade na contratação daqueles EESs para os serviços de coleta seletiva. Essa contratação, somada a outros fatores, vem impondo-lhes o aperfeiçoamento de organização e realização das atividades, em busca da melhoria das condições de trabalho e de resultados.

O objetivo desse trabalho é apresentar e refletir sobre a construção de ferramenta para avaliação de produtividade em EESs de catadoras/es, tecnologia social construída conjuntamente pela equipe da Incubadora de Cooperativas Populares da Unesp Assis e representantes de grupos de catadoras/es assessorados no Oeste Paulista.

A demanda pela construção dessa ferramenta foi apreendida na execução do Projeto Sistematização de uma Metodologia de Incubação Fortalecedora do Desenvolvimento e Autonomia de Grupos Populares²⁷, por meio do qual a equipe da Incubadora e representantes de catadoras/es da região construíram a ferramenta RISAAC – Roteiro de Identificação da Situação Atual de Associações/Cooperativas de Catadoras/es²⁸. Pelos limites de tempo e complexidade da adoção de ferramenta de avaliação diagnóstica participativa, as/os catadoras/es ponderaram a inviabilidade de

27 Convênio SENAES/CNPq - Processo nº 420128/2013-1

28 Disponível em: <http://repositorio.unesp.br/handle/11449/146746>

incluir a temática da produtividade, remetendo-a para momento mais oportuno. No entanto, alguns empreendimentos já vinham recebendo das Prefeituras, a cobrança pela baixa produtividade.

Considerando que o trabalho em cooperativas populares não deve reproduzir a divisão social e técnica do trabalho, a apropriação de todos os seus aspectos não pode ser negligenciada; é necessário que as/os trabalhadoras/es tenham seus conhecimentos aperfeiçoados, de modo a cumprirem o importante papel e enfrentarem os desafios colocados pela nova realidade: a PNRS.

Oportunamente, a equipe da Incubadora incluiu no Projeto Fortalecimento da Eco Sol no Oeste Paulista: fóruns, EESs e Incop Unesp Assis²⁹, meta específica: Construir uma ferramenta, complementar ao RISAAC, com a participação de catadoras/es, para mensuração da produtividade em seus empreendimentos, visando sua reaplicação (tecnologia social).

A metodologia adotada baseou-se nos princípios da Educação Popular e de outras metodologias participativas, em concordância com os preceitos da construção de tecnologias sociais (BRASIL, 2004), numa estreita relação entre equipe de assessores e cooperadas/os. Todas/os protagonistas, consonante à ideia de formação e educação como “[...] formadora da consciência nacional e instrumentalizadora de profundas transformações político-sociais na sociedade brasileira, como possibilidade de emancipação humana”, como apontam Brandão e Fagundes (2016, p. 92).

O processo com formação teórica e prática, envolveu representantes dos grupos de catadoras/es assessoradas/os, membros da equipe executora do Projeto e contou com a contribuição técnica de membro da CIRCUS - Circuito de Interação de Redes Sociais, entidade de apoio e fomento, parceira da Incubadora e com experiência em formação de catadoras/es.

Inicialmente, aqueles com formação acadêmica realizaram levantamento bibliográfico sobre a temática da produtividade. As leituras e discussões contribuíram para a diferenciação necessária quanto ao conceito de produtividade aplicado no ambiente empresarial do capitalismo, reforçando que as “[...] cooperativas de catadores de materiais recicláveis são operacionalmente muito diferentes, e que o principal fator que

29 Convênio SENAES/CNPq - Processo n° 441927/2017-3

as diferencia não é seu tamanho, seu número de cooperados, ou sua localização regional” (OLIVEIRA FILHO, et al., 2006, p. 57) e, sim, suas eficiências físicas e econômicas. A ênfase está na relação produto e trabalho realizado, “[...] tanto em termos físicos, como em termos de valoração (R\$) – a fim de permitir que sejam avaliados eventuais diferenciais na produção per capita, ou seja, por trabalhador cooperado” (idem, 2006, p. 23).

Em Bensen (2017), sobre avaliação de produtividade em EES’s de catadoras/es a autora defende, como a equipe do Projeto, que “[...] precisam-se construir indicadores locais, uma vez que existe dificuldade de adequar o uso de indicadores em nível nacional para situações locais específicas” (p. 23).

De posse dessas compreensões, a equipe ampliou o espaço de reflexões e construção da ferramenta, incluindo as/os catadoras/es³⁰. Em oficina buscou-se, a partir de uma cooperativa fictícia, problematizar os aspectos que interfeririam em sua produtividade. De modo bastante participativo, o grupo chegou à conclusão que produtividade em empreendimentos de catadoras/es relacionava-se ao valor da retirada mensal das/os trabalhadoras/es; ao produto final do trabalho. Possivelmente, deduziam a quantidade de material coletado e comercializado por meio da flutuação da renda. Compreensão certamente influenciada, em parte, pelo modo como as cooperativas têm seus contratos de prestação de serviços firmados com as Prefeituras. Em alguns casos, com remuneração por tonelada de materiais coletados e/ou comercializados. Em outros, com valor mensal fixado a partir das condições do município. Ou ainda, por convênio com repasse mensal fixo, e não contrato.

A etapa seguinte de construção da ferramenta, nova oficina, da qual participaram todas/os envolvidas/os (catadoras/es e equipe do Projeto), foram disparadores os dados concretos das cooperativas e associação participantes. A questão central continuava sendo a identificação dos indicadores. A partir de raciocínio indutivo, do particular para o geral, procedeu-se à comparação dos indicadores elencados pelos empreendimentos e a identificação daqueles comuns a todos. A transposição para um esquema (espinha de peixe) permitiu a separação de fatores internos e externos ao empreendimento, contribuindo para a compreensão dos que seriam pertinentes à ferramenta de avaliação

30 Visando ampliar o escopo de dados concretos dos empreendimentos na construção da ferramenta, além dos três previstos no Projeto, foram incluídos outros dois.

de produtividade, separando-os daqueles que já haviam sido contemplados na ferramenta anterior, o RISAAC.

Esse esforço teórico prático conduziu à transformação das informações em quatro indicadores, os quais, por sugestão das/os catadoras/es, teriam sua mensuração em cores: (azul, verde, amarelo e vermelho, do melhor ao pior resultado): 1. Renda líquida mensal; 2. Horas trabalhadas semanais; 3. Toneladas de materiais coletadas; 4. Toneladas de materiais comercializadas, conforme tabela abaixo:

Ferramenta de Avaliação de Produtividade em EES's de Catadoras/es do Oeste Paulista					
Empreendimento:			Nº de Catadoras/es:		
Local:			Data:		
Indicadores por catadora/or					
Retirada mensal líquida (Salário Mínimo)	Menos que 1/2	De 1/2 a 1	Igual a 1	Mais que 1	
Horas trabalhadas semanais	Menos que 30	Entre 30 e 34	Entre 35 a 39	Entre 40 e 44	
Toneladas coletadas mês	Menos que 1,0	Entre 1,0 a 1,5	Entre 1,5 a 2,0	Entre 2,0 a 2,5	
Toneladas comercializadas mês	Menos que 0,5	Entre 0,5 a 0,8	Entre 0,8 a 1,1	Entre 1,1 a 1,5	

Tabela 1: Indicadores de Produtividade para EESs de Catadoras/es no Oeste Paulista

Para fins didáticos, construiu-se um gráfico de pizza com os quatro indicadores, coloridos à medida que os empreendimentos procedessem à avaliação: sendo: azul, quadrante completo; verde, $\frac{3}{4}$; amarelo, $\frac{2}{4}$; vermelho, $\frac{1}{4}$. O resultado do exercício possibilitaria aos empreendimentos a visualização dos espaços não coloridos, indicativos de desafios a serem superados. O gráfico abaixo simula um resultado.

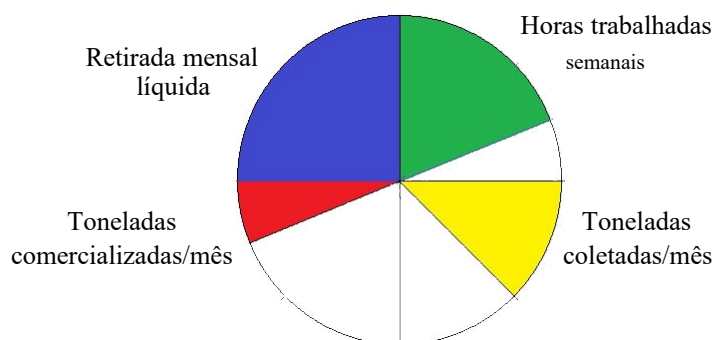


Gráfico 1: Indicadores de Produtividade para EESs de Catadoras/es do Oeste Paulista (simulação).

O conjunto de dados dos indicadores dos cinco empreendimentos envolvidos, média dos últimos três meses, foi base para definição dos intervalos de classe (maiores e menores). Para Retirada Mensal, o parâmetro foi o Salário Mínimo Nacional, considerada aceitável, sendo ideal que fosse maior. Para Carga Horária, considerou-se a legislação vigente, 44 ou 40 horas semanais como ideal. Para os demais indicadores, Toneladas coletas e Toneladas comercializadas, foi aplicada a Regra de Sturges³¹.

Finalizando a ferramenta, em nova oficina, realizou-se a simulação de sua aplicação, garantindo a compreensão e efetuando ajustes. As estratégias de aplicação da ferramenta mereceram atenção especial, visando a apropriação pelas/os catadoras/es e a reaplicação.

A avaliação da produtividade nos empreendimentos foi realizada em conjunto: catadoras/es e equipe do Projeto. Em geral, foram momentos nos quais os grupos, ao constatarem sua condição, buscaram compreender os determinantes dos resultados obtidos. O impacto pela aplicação da ferramenta mostrou-se potencializador do compromisso deles em aperfeiçoarem sua organização e realização de suas atividades.

Considerações finais

³¹ Ver BARBETA, P. A. Estatística aplicada às Ciências Sociais. Florianópolis: Ed. UFSC, 1999. A equipe contou com supervisão da Professora Liliane Úbeda Morandi Rotoli.

A conjuntura da PNRS, ao facilitar aos empreendimentos de catadoras/es a aquisição de meios e bens de produção, melhores condições de trabalho e renda, inclusive pela prioridade de sua contratação pelos Gestores Municipais, traz maior responsabilidade no desenvolvimento de suas atividades e de seus resultados na destinação correta dos resíduos sólidos.

Essa realidade reforça a importância da criação de tecnologias sociais para o segmento, de modo a favorecer o aperfeiçoamento de suas competências e possibilidades de avaliação da eficiência de seu trabalho, contribuindo para sua maior autonomia.

O atual desmonte das políticas de fomento da economia solidária, que não haviam produzido todos os efeitos desejados para a redução das desigualdades sociais, ameaça sobremaneira os segmentos beneficiados, inclusive entidades de apoio e fomento.

Referências

BESSEN, G. R.; et al. *Gestão da Coleta Seletiva e de Organizações de Catadores: indicadores e índices de sustentabilidade*. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública/USP, 2017.

BRANDÃO, C. R.; FAGUNDES, M. C. V. *Cultura popular e educação popular: expressões da proposta freireana para um sistema de educação*. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 61, p. 89-106, 2016.

BRASIL. ITS. *Caderno de Debate – Tecnologia Social no Brasil*. São Paulo: ITS BRASIL, 2004.

OLIVEIRA FILHO, J. D.; et al. *Análise do Custo de Geração de Postos de Trabalho na Economia Urbana para o Segmento de Catadores de Materiais Recicláveis*. Relatório de Pesquisa, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Janeiro/2006.

O MERCADO DE RESÍDUOS SÓLIDOS NA REGIÃO SUL DO RS E A CONSTITUIÇÃO DA REDE RECICLAR.

Renato da Silva Della Vechia – Dr. em Ciência Política, Prof. Do PPG em
Política Social da UCPEL

Diego Rodrigues Gonçalves – Mestrando no PPG de Política Social (UCPel)

1. Introdução

Este artigo é resultado parcial de um projeto de pesquisa que buscou a realização do mapeamento do número de pontos de comercialização de produtos originados pela coleta de resíduos sólidos na região do Conselho Regional de Desenvolvimento da Região Sul (COREDE Sul) do Estado do Rio Grande do Sul (RS), com área de abrangência de 22 municípios.

A região do COREDE/sul foi escolhida pela proximidade da sede da instituição de execução da pesquisa, UCPEL. Os dois municípios maiores são Pelotas e Rio Grande. Pelotas é o município mais populoso da região, logo, o maior centro urbano. Contudo, a concentração populacional - a maior da região - não garante nem os melhores índices do IDESE, nem o maior Produto Interno Bruto do Município ou per capita. Rio Grande, por sua vez, se destaca pela questão do transporte hidroviário entre as lagoas de grande extensão na região e a saída para o mar.

A intenção desta pesquisa consistiu em mapear os pontos de compra e venda, quem são esses comerciantes e sua relação com os catadores de materiais recicláveis, com o objetivo de identificar a dinâmica da cadeia de comercialização, que se inicia nos catadores, passando por diferentes níveis de intermediários até chegar às indústrias de reciclagem.

O entendimento dessa cadeia é fundamental para o planejamento de uma logística que possa ser impulsionada pelo poder público, que resulte em melhores condições de trabalho e melhor preço dos produtos vendidos pelos catadores individuais e pelas cooperativas organizadas, e ainda, a integração do trabalho das cooperativas dentro da Política Nacional de Resíduos Sólidos. No período em que se desenvolveu a elaboração

e aplicação da pesquisa o Governo do Estado do Rio Grande do Sul e o Governo Uruguio, tinham estabelecido um convênio que previa a formação de uma rede de seleção e processamento de resíduos sólidos, projeto denominado de Cadeia PET Binacional. Paralelo a este projeto, o NESIC (Núcleo de Economia Solidária e Incubação de Cooperativas) da UCPEL³² também desenvolveu um projeto financiado pelo MTE/SENAES³³ e que buscava a organização e formação de cooperativas de catadores inicialmente em 10 municípios³⁴ da região ainda não organizados pela Cadeia PET.

2. Política Nacional de Resíduos Sólidos/Plano Nacional de Resíduos Sólidos

A Política Nacional de Resíduos Sólidos PNRS, instituída pela lei 12.305/2010, prevê a elaboração do Plano Nacional de Resíduos Sólidos num amplo processo de mobilização e participação social³⁵. Neste contexto, o III Plano Nacional de Resíduos Sólidos possibilita não apenas políticas adequadas para trabalhar as questões ligadas a sustentabilidade, como também permite uma melhor organização do trabalho. Determina os deveres dos estados e municípios para o manejo do lixo e contribui significativamente com a organização dos catadores na medida em que prioriza que as prefeituras façam convênios com cooperativas.

A perspectiva criada pelo III Plano tende a proporcionar um aumento da coleta de resíduos sólidos, ao mesmo tempo em que pode criar condições adequadas para aumentar o número de recicladores cooperativados dentro de estruturas associativas vinculadas à economia solidária.

32 Universidade Católica de Pelotas

33 Ministério do Trabalho e Emprego/Secretaria Nacional de Economia Solidária

34 Turuçú, Capão do Leão, Pedro Osório, Arroio Grande, Cerrito, Cristal, Camaquã, Dom Feliciano, Chuvisca e Morro Redondo.

35 O Plano Nacional de Resíduos Sólidos contempla a problemática dos diversos tipos de resíduos gerados, as alternativas de gestão e gerenciamento passíveis de implementação, planos de metas, programas, projetos e ações correspondentes. O documento, elaborado sob a coordenação do Comitê Interministerial da Política Nacional de Resíduos Sólidos - CI, composto por 12 ministérios, apresentou o diagnóstico atual dos resíduos sólidos no Brasil, o cenário ao qual devemos chegar até 2031, diretrizes, estratégias e metas que orientam as ações para o Brasil implantar a gestão ambientalmente adequada dos resíduos sólidos.(BRASIL.Lei nº 12.305, de 02 de Agosto de 2010).

Essa pesquisa, portanto, tinha como objetivo fazer uma ligação entre as demandas dos municípios que precisavam se adequar à política nacional de resíduos sólidos e o projeto de extensão da UCPEL, que contribuir na organização de cooperativas de reciclagem (previsto no III Plano).

Entretanto, para que esse processo fosse melhor estruturado se faziam necessárias três iniciativas, quais sejam: (a) identificar quem eram os comerciantes de resíduos sólidos na região, (b) qual a logística utilizada pelos mesmos, (c) quais as demandas e necessidades dos pequenos grupos de catadores.

Para que pudéssemos organizar novas cooperativas era necessário entendermos as condições materiais de vida bem como as concepções de mundo que norteavam estes trabalhadores. Além disso, para que as cooperativas que já existiam ou que foram criadas pudessem disputar espaços no mercado de trabalho, necessitavam de capital e ou escala suficiente para vender seus produtos a preços melhores. Como as mesmas não possuíam quantidade suficiente nem capital para comprar de outros grupos e revender, entendemos que a criação de uma cooperativa de segundo grau (mesmo que informal) contribuiria para pressionar os grandes atravessadores a remunerar melhor o material.

3. A Rede Reciclar

Essa iniciativa, que posteriormente recebeu o nome de Rede Reciclar, se constitui em uma rede de cooperativas da região que comercializa de forma articulada, na perspectiva de melhorar a condição dos empreendimentos, da Economia Solidária e impulsionando também um processo autogestionário no interior da rede, diminuindo com os chamados “atravessadores” que atuam na região e vendem diretamente para as centrais de triagem em Porto Alegre e sua região metropolitana.

A Rede Reciclar surgiu com o objetivo de articular as cooperativas da região sul do estado do RS a partir da perspectiva da economia solidária, sendo que a construção da rede se constitui com base no processo de autogestão.

Buscando a articulação da cooperativas de forma com que se rompesse com a ação do atravessador, foram realizados contatos e visitas de sensibilização e mobilização com os 10 municípios da região aos quais o projeto se destinava. Posteriormente, pensou-se na organização de um Fórum de empreendimentos que atuam com resíduos sólidos na

região sul do RS. O primeiro encontro ocorreu em 2015, na UCPel, quando participaram 7 municípios. De Junho de 2015 até o momento foram realizadas dezenas de reuniões (mensais) do Fórum de Empreendimentos. Durante esse período a efetivação da rede passou por diversas etapas do processo de incubação e no início do ano de 2016 começaram as vendas coletivas.

A definição consensual da venda passou por várias etapas como, planejamento, logística, pagamento, notas de compra e venda, tipos de materiais comercializáveis, definição da data, características dos compradores, contatos e aproximação com o comprador, informações sobre preços de venda e comparação dos preços praticados pelos compradores da região metropolitana e do atravessador da região. Enfim, discussões necessárias e que regulamentaram a operação de venda.

Um cuidado importante foi a construção do entendimento de que as cooperativas não poderiam romper imediatamente com os atravessadores, pois os desdobramentos da venda coletiva, mesmo que planejados e analisados criteriosamente, poderiam não garantir, por si só, o desenvolvimento à médio e longo prazo da rede.

4. A Pesquisa

Nessa perspectiva, foram realizadas entrevistas com os atravessadores e cooperativas, nos 22 municípios do COREDE/Sul, com um questionário semi-estruturado, contendo 52 questões para visavam a identificação do perfil sócio-econômico e cultural dos compradores de resíduos sólidos, bem como a cadeia de comercialização.

Ao total foram entrevistados 64 atravessadores e 10 representantes de cooperativas, 5 pontos não aceitaram responder ao questionário, totalizando 79 pontos de comercialização localizados e identificados.

5. A dinâmica de comercialização entre os municípios da região do COREDE/Sul

Como resultado deste mapeamento, identificamos que Pelotas recebe material de quase todos os municípios da região, exceto Santana da Boa Vista em função da distância geográfica. Outro município que não entra na dinâmica geral da cadeia de comercialização da região é São José do Norte. Com uma grande estrutura de galpão, o atravessador local se destaca em relação aos demais atravessadores da região. Sua

estrutura e grande movimentação de materiais lhe concede a capacidade de envio direto para centros industriais como São Paulo (observe-se que é o único município que não tem acesso direto à região sul por rodovias, apenas por via marítima).

Pelotas recebe os materiais de duas formas. Na primeira os comerciantes das cidades de pequeno porte enviam diretamente para Pelotas. Na segunda, um comerciante de uma cidade menor arrecada de outras cidades de mesmo porte ou menores e próximas geograficamente antes de repassar. Ou seja, o destino final é Pelotas, mesmo que não seja a referência direta de alguns municípios.

Rio Grande é um pólo industrial bem desenvolvido na região e produz grande quantidade de material. A condição de cidade portuária, com o segundo maior porto em movimentação de carga do país, lhe propicia uma capacidade de logística mais consolidada quanto aos outros municípios. Desta forma, o município de Rio Grande recebe material de outros municípios da região (principalmente ferro) e envia direto para a região metropolitana e/ou Santa Catarina.

O cenário geral aponta que, somente o município de Rio Grande e São José do Norte criaram condições de envio direto e expressivo para atravessadores de grande porte e/ou direto para a indústria. Contudo, alguns materiais ainda têm como destino o município de Pelotas. Esta dinâmica caracteriza o município de Pelotas como o grande pólo de recebimento de materiais e como município central para a cadeia de comercialização da região e para fora da região.

Já o município de Rio Grande tem um fluxo mais diversificado e potencializado, inclusive com vendas direto para São Paulo, região do país onde se encontra um grande numero de indústrias de processamento dos Resíduos Sólidos. Porém, o município de Pelotas aparece como um dos compradores (dependendo do material) da cadeia de comercialização iniciada em Rio Grande.

Por fim, identificamos que no contexto de novas práticas fundamentadas nas experiências históricas é que surge a constituição da Rede Reciclar. A organização das cooperativas da região sul do Rio Grande do Sul, em uma rede de comercialização conjunta, que elimine a figura do atravessador (que obtém parte do lucro do trabalho realizado pelo trabalhador) é uma importante e necessária experiência. Há três anos em desenvolvimento e com boa adesão das cooperativas da região (o que pressupõe melhores

condições de comercialização e de trabalho) a rede alcança seus objetivos iniciais e se consolida como uma alternativa de auto organização das cooperativas.

6. Referências

ANTEAG. **Autogestão e economia solidária: Uma nova metodologia.** 2º vol. Brasília: Anteag, 2004.

CRUZ, Antonio Carlos Martins da. **A diferença da igualdade: a dinâmica da economia solidária em quatro cidades do Mercosul.** Tese Unicamp, Campinas, SP: [s.n], 2006.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária.** 1ª ed. - São Paulo: editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

ZANIN, Maria e GUTIERREZ, Rafaela Francisconi (org.). **Cooperativas de Catadores: Reflexões sobre práticas.** São Carlos: Claraluz, 2011.

**PROJETO GERA: CONECTAR COOPERATIVAS COM EMPRESAS
GERADORAS DE RESÍDUOS POR MEIO DE UMA LOGÍSTICA
INTELIGENTE, MUDANDO SUAS REALIDADES E REDUZINDO O
IMPACTO AMBIENTAL**

Autor: Hemmely Cristina Rodrigues dos Santos, Graduada em Engenharia de Telecomunicações, Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET/RJ, rodrigueshemmely@gmail.com

Co-Autor: Eduardo Moraes dos Santos Fernandes Vieira, Graduando LEANI (Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais) , Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET/RJ, emdsfv@gmail.com;

Em 2015 aproximadamente 79 milhões de toneladas de lixo foram geradas no Brasil e 30% disso teria potencial para ser reciclado, mas apenas 3% encontrou tal destino. Uma pesquisa realizada em 2016 pelo Compromisso Empresarial para Reciclagem/ revelou que 82% dos municípios brasileiros não possuíam coleta seletiva implementada. E que apenas 15% da população tinha acesso a este sistema. A partir deste cenário desfavorável para o meio ambiente e a coleta apropriada de resíduos, surge o Projeto GERA.

O Projeto esse que foi criado por membros da ENACTUS CEFET/RJ no início de 2018 para concorrer ao edital “ComMc mudamos o mundo”, edital formado pela parceria entre a Enactus Brasil e o McDonald’s. A partir de conversas com funcionários de restaurantes, que têm a política de separação de resíduos recicláveis, foram diagnosticadas algumas necessidades, como por exemplo a falta de consciência ambiental da população. E visando suprir essas questões, o projeto surgiu, objetivando a viabilização logística da coleta e destinação correta dos resíduos produzidos pelas lojas geradoras de resíduos no Rio de Janeiro.

Pensando nisso, o Projeto visa desenvolver uma logística de conexão das administrações de estabelecimentos que geram resíduos sólidos com Cooperativas/Associações de Reciclagem que possam, através de uma rota traçada ou já aproveitando suas rotas diárias, trabalhar - de maneira rentável - os materiais recicláveis descartados e já separados pelos estabelecimentos (restaurantes, condomínios, lojas, etc). Por meio de pesquisas, capacitações de gestão de negócios e consolidação de parcerias com prestadoras de serviços aptas a trabalhar corretamente com o material descartado, o projeto vem voltando-se para uma boa estruturação e se tornando cada vez mais perto de seu objetivo.

Pensando em sua expansão, o projeto procura facilitar e automatizar o contato entre lojas geradoras de resíduos recicláveis e cooperativas que trabalham corretamente com tais descartes. Além disso, almeja estabelecer uma rede de contato entre as cooperativas de reciclagem, onde elas possam passar conhecimento umas para as outras, de modo a criar uma rede sólida e estimular o desenvolvimento em conjunto, assim como as suas produtividades e participação no mercado.

A médio/longo prazo planejamos operar com uma plataforma digital, a qual ainda estamos em fase de elaboração e estudo, que possa unir os interesses dos estabelecimentos e das cooperativas. Esta plataforma digital, visa facilitar a retirada dos resíduos de estabelecimentos comerciais e residências de forma mais frequente, onde essas administrações irão se cadastrar, assim como as cooperativas de reciclagem e possam entrar em contato facilmente com uma cooperativa próxima que tenha disponibilidade de enviar o seu caminhão até o local para a retirada. Acreditamos que, com essa plataforma, estaremos fomentando o descarte consciente na nossa cidade, e esperamos que além de servir como ponte de contato, esta plataforma também possa se tornar um espaço para troca de informações entre as cooperativas e os estabelecimentos, sempre visando a melhor forma de estocagem e tratamento dos resíduos antes do seu descarte final.

Nosso projeto conta ainda, com uma frente de conscientização, na qual entramos em contato com escolas que estejam interessadas em receber a nossa equipe para falar

sobre a importância do descarte consciente nos dias de hoje e também levar material e atividades lúdicas desenvolvidos pela nossa equipe para os alunos, visando facilitar a passagem do conteúdo para eles e até mesmo inspirando uma mudança individual e coletiva, além de possíveis mudanças nos ambientes escolar e familiar.

Dentro do projeto, já elaboramos um Guia de Gestão contendo diversas ferramentas de planejamento de tarefas, planejamento financeiro e gestão de equipe e administração, passado para a Cooperativa Cootrabom, situada no bairro de Cascadura, cooperativa com a qual temos a relação mais sólida dentro do Projeto. Nesta mesma cooperativa, também realizamos três capacitações, sobre os temas de Negociação, Planejamento Financeiro e Orçamento, ministradas e desenvolvidas por membros da nossa equipe, com um material acessível para duas cooperadas. Também desenvolvemos dentro do Projeto, um questionário base para a aplicação de um Diagnóstico Rápido Participativo (DRP), o qual já aplicamos em quatro cooperativas diferentes, e através dele, pudemos observar os maiores problemas das Cooperativas hoje no Rio de Janeiro, e nos permitiu criar um plano de ação para que o nosso projeto pudesse tentar solucionar e pensar formas de atuação dentro do nosso Projeto. Esse material é ainda hoje utilizado e aprimorado pela nossa equipe para estreitar as parcerias com as Cooperativas e inovar na solução de problemas recorrentes neste cenário.

O Gera, assim como todo projeto Enactus, enxerga os recursos da seguinte forma:

- a) Econômico: A cooperativa/associação, por fazer um trabalho muito básico em termos de reciclagem, não consegue muitos recursos, o que acaba sendo uma armadilha para qualquer tentativa de investimento em algo novo. Já que, hoje, a reciclagem pode ser vista como uma fonte de renda, o material separado das lojas - restaurantes -, alinhado às cooperativas/associações, vai gerar maior rentabilidade para as mesmas. Trazendo assim o protagonismo econômico para as mesmas.
- b) Ambiental: Percebemos uma falta de consciência dos recolhedores em relação à triagem feita pelos funcionários, uma vez que em algumas lojas já acontece a separação do material que não é utilizado, porém, este é aglomerado na hora do recolhimento por parte das empresas que atualmente fazem a coleta. Através de nossas ações, mostraremos

a real importância dessa separação prévia para que os resíduos sejam encaminhados corretamente viabilizando o transporte dos resíduos recicláveis para as cooperativas/associações. Assim, haverá a minimização da quantidade de resíduo transportado para o tratamento final, além da expansão do uso racional dos recursos naturais por meio do reaproveitamento.

c) Social: Através de diversos contatos percebemos que muitas cooperativas ainda não estão totalmente inseridas na sociedade e precisam de auxílio tanto na parte de gestão de seus negócios como na capacitação e reconhecimento de seus funcionários. Por isso, atuar nessa área de crescimento e inserção das cooperativas é essencial para o sucesso do projeto e das cooperativas/associações.

d) Humano: Percebemos a necessidade de motivação dos funcionários que, muitas vezes, não são reconhecidos tanto pela sociedade como pelas cooperativas/associações. Esse cenário é marcado pela falta de programas públicos que estimulem o crescimento profissional e o reconhecimento do importante trabalho dessas pessoas. A partir disso, mostraremos a importância desses funcionários as cooperativas/associações para que elas se preocupem mais com a proteção e qualificação dos seus cooperados para que eles se sintam valorizados. E, também realizaremos campanhas em escolas para conscientização das crianças em relação ao trabalho realizado nas cooperativas. Com o intuito de inspirá-las com o trabalho feito pelos cooperados transmitindo essa sensação aos seus familiares

e mostrar para elas que não há nada de errado em trabalhar com “lixo”.

e) Físico: Podemos perceber que a maioria das cooperativas possuem recursos físicos precários, mas suficientes para a demanda que apresentam. A grande questão é a escassez de resíduos, já que muitas passam por problemas relacionados a falta de lixo. Além disso, a criação de uma logística - algoritmo - para captação dos materiais a serem reciclados vai permitir um maior rendimento durante as rotas diárias realizadas pelas cooperativas/associações.

No último ciclo (2017/2018) o projeto contou com R\$1500,00 advindos da semifinal do Edital e também com a parceria do McDonald's (loja AAM - Avenida das Américas com 63 funcionários) e a parceira Cooperioeste com aproximadamente 20 cooperados, mas atualmente o GERA busca outras cooperativas de reciclagem e outros restaurantes parceiros, para que a expansão seja possível. Já temos o contato com cinco cooperativas no Rio e algumas empresas e lojas interessadas na coleta consciente.

O projeto hoje conta com seis integrantes, sendo eles:

Ana Carolina de Sousa Machado

Caio Henrique Guarino Barros

Camilla Pinheiro de Carvalho

Eduardo Moraes dos Santos Fernandes Vieira

Hemmely Cristina Rodrigues dos Santos

Natalia Seixas Longo

Membros Enactus que dedicam tempo trabalhando da melhor forma para alcançar os objetivos do Gera.

Referências Bibliográficas

1. BARBIERI, Jose Carlos. Gestão Ambiental Empresarial: Conceitos, Modelos e Instrumentos. São Paulo: Saraiva, 2004;
2. GHOSHAL, Sumantra; TANURE, Betania. Estratégia e gestão empresarial: construindo empresas brasileiras de sucesso: estudos de casos. Rio de Janeiro: Campus, 2004;
3. TAHA, H. Pesquisa Operacional 8.ed; São Paulo: Pearson / Prentice Hall, 2008.

PROJETO INTERAÇÃO: FORTALECIMENTO DA COLETA SELETIVA E DAS ASSOCIAÇÕES DE CATADORES DO MUNICÍPIO DE VIÇOSA-MG

Jacqueline Sancho Pereira Lourenço⁽¹⁾ (jacquelorenco@gmail.com)

Graduanda em Engenharia Ambiental pela Universidade Federal de Viçosa.

Nádia Dutra de Souza⁽²⁾ (nadiads@ufv.br)

Docente do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Viçosa.

Ana Paula de Freitas Altoé⁽³⁾ (altoeanapaula@gmail.com)

Graduanda em Geografia pela Universidade Federal de Viçosa.

Priscila Herdy Portugal⁽⁴⁾ (priskui@gmail.com)

Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Viçosa.

Resumo

O Programa “Projeto Interação - Responsabilidade Social e Meio Ambiente” surgiu em 2008, com a finalidade de sensibilizar a comunidade para expansão da coleta seletiva, assim como consolidar nos locais onde a mesma já foi implantada, juntamente com a Associação dos Trabalhadores da Usina Triagem e Reciclagem de Viçosa (ACAMARE) e a Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Viçosa (ACAT), e também com o Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE). Através de metodologias participativas, a dinâmica de trabalho consiste em: ações de educação ambiental, aplicação de questionários onlines e físicos na comunidade; reuniões semanais para planejamento e realização de seminários de formação com as associações de catadores; produção de materiais audiovisuais sobre os mesmos; reuniões e parcerias com o poder público e outros projetos. Dessa forma, acredita-se que os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), ACAT e ACAMARE, estão se fortalecendo e se reconhecendo como trabalhadores essenciais na realização da coleta seletiva em Viçosa-MG contribuindo para a sustentabilidade da mesma.

Palavras-chave:

Catadores, Coleta Seletiva, Resíduos Sólidos.

Introdução:

O reaproveitamento dos materiais recicláveis se apresenta como uma forma viável para solucionar os desafios oriundos da geração excessiva de resíduos sólidos no mundo. Sendo esta uma maneira mais eficaz de aumento da vida útil dos produtos, uma vez que auxilia na preservação do meio ambiente, diminuindo com isso a extração de matérias primas através da reciclagem e diminuindo a quantidade de resíduos enviados aos aterros sanitários.

A partir disso, medidas sustentáveis vêm sendo tomadas. Como uma destas, pode-se citar a Lei Federal nº 12.305, de 12 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), e estabelece que todos os municípios brasileiros se adequem aos critérios exigidos por esta. Assim vale ressaltar alguns instrumentos descrito nesta lei:

“Art. 8º :

III – a coleta seletiva, os sistemas de logística reversa e outras ferramentas relacionadas à implementação da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;

IV – o incentivo à criação e ao desenvolvimento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis;

VI – a cooperação técnica e financeira entre os setores público e privado para o desenvolvimento de pesquisas de novos produtos, métodos, processos e tecnologias de gestão, reciclagem, reutilização, tratamento de resíduos e disposição final ambientalmente adequada de rejeitos;

VII – a pesquisa científica e tecnológica;

VIII – a educação ambiental. ”(Lei Federal nº 12.305/10).

No município de Viçosa-MG temos duas associações de catadores: a ACAT e a ACAMARE, sendo a primeira fundada em 2006, e a segunda em 2008, ambas compostas por antigos catadores do lixão. O Projeto InterAção surge no mesmo ano de criação da ACAMARE, com o objetivo de consolidar e expandir a coleta seletiva no município, e também fortalecer o trabalho das associações de catadores. Com a criação da PNRS, os catadores passaram a ter o apoio dessa política pública, tendo maior incentivo, começando a serem vistos como profissão, e assim terem seus direitos garantidos e resguardados.

É essencial destacar o trabalho exercido pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP), da Universidade Federal de Viçosa (UFV), junto às associações de catadores do município de Viçosa-MG. O trabalho consiste em um acompanhamento e auxílio técnico das mesmas, procurando sempre estimular os catadores a refletir sobre a dinâmica e a organização do trabalho dos mesmos, com base nos princípios da Economia Solidária. Atualmente, a ITCP e o Projeto InterAção atuam em parceria.

Tendo em vista, o fortalecimento das associações, o Projeto Interação e a ITCP, em 2016, buscaram o Ministério Público de Viçosa para relatar sobre a precariedade tanto da coleta seletiva, que estava sendo realizada, como também com relação às associações de catadores existentes no município. Assim, a promotoria solicitou a Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais (CIMOS) um diagnóstico sobre as questões apresentadas, originando a criação de um Fórum Municipal para tratar especificamente das questões apresentadas para a busca de soluções. Com isso, em agosto de 2017, foi criado o Fórum Municipal Lixo e Cidadania de Viçosa (FMLC), instância que agrega pessoas e organizações interessadas pela gestão dos resíduos sólidos no município; atuando de acordo com os princípios dos Fóruns Nacional e Estadual Lixo & Cidadania, e com o Movimento Nacional dos Catadores (MNCR) e em consonância com a legislação vigente.

Como um dos desdobramentos, o Serviço Autônomo de Água Esgoto (SAAE), em 04 de outubro de 2018, firmou um contrato de prestação de serviços com as associações de catadores de materiais recicláveis do município. Esse contrato prevê que as associações se responsabilizem pela coleta seletiva, recolhendo os materiais recicláveis e fazendo sensibilizações com a comunidade viçosense.

O Projeto InterAção e a ITCP buscam também, auxiliar os catadores no cumprimento do contrato e fortalecer o vínculo entre as duas associações. A união entre

as mesmas é de extrema importância, uma vez que se vislumbra a constituição de uma cooperativa, que trará muito mais benefícios jurídicos, sociais e econômicos para os catadores. Portanto, tem-se buscado inserir os conceitos da Economia Solidária com os catadores, principalmente o princípio geral da autogestão segundo a Ecosol, quando: “todos os que trabalham são donos do empreendimento e todos os que são donos trabalham no empreendimento”.

Métodos:

O Projeto InterAção utilizou de metodologias participativas nas realizações das atividades ao longo dos anos. Essa forma de trabalho buscou romper com a ideia do conhecimento hierárquico, trazendo uma nova dinâmica, em que todos os atores envolvidos contribuíram para o aprendizado de maneira horizontal. Aplicou-se da seguinte forma:

- Ações de educação ambiental, através de dinâmicas e instalações artísticas pedagógicas, foram aplicadas em escolas, centros educacionais, eventos, universidades, bairros, associações de moradores, entre outros. O objetivo seria demonstrar como é realizada a coleta seletiva na cidade e a importância dos catadores nesse processo;
- Questionários online com a comunidade, através da divulgação dos mesmos nas redes sociais, com o objetivo de se buscar informações que pudesse auxiliar na melhoria da coleta seletiva;
- Reuniões semanais e realização de seminários de formação com as associações de catadores, de forma a promover a troca de conhecimento entre todos e solucionar os desafios encontrados;
- Produção de materiais audiovisuais sobre os catadores, com o intuito de divulgar e invisibilizar o trabalho das associações;
- Levantamento de dados sobre a coleta seletiva e mapeamento das rotas dos caminhões junto com as associações de catadores, para poder avaliar sobre a quantidade de resíduos que estão sendo levados às associações e melhorar o serviço prestado;

- Visitas dos catadores das associações a eventos do MNCR e a outras cooperativas/associações de catadores, visando a promoção da troca de conhecimentos;
- Reuniões e parcerias com o poder público e outros projetos, com o intuito de discutir sobre a coleta seletiva e as associações de catadores, efetivando as mudanças necessárias cumprindo a PNRS.

Resultados e Discussões:

O Projeto InterAção teve muitas parcerias ao longo dos anos e gerou grande conhecimento para os estudantes de graduação que tiveram a oportunidade de fazer parte dele. Também auxiliou as associações de catadores, levando capacitações e promovendo a aproximação das mesmas com a comunidade. Buscou-se sempre dialogar com o poder público e dessa forma atender a PNRS. Obtendo os seguintes resultados, principalmente no ano de 2018:

- Exibição do filme “Olha a Coleta!”, produzido pelo projeto “Descortinando o Trabalho Invisível dos Catadores vinculado ao Programa Projeto InterAção , em um sábado letivo na Escola Municipal João Francisco da Silva;
- Produção do filme “Vida de Catador” com alguns catadores da ACAT e exibição do mesmo pela TV Viçosa;
- Produção do vídeo sobre uma manifestação realizada pelos catadores e exibição do mesmo no Quintal Solidário;
- Gravação do documentário sobre o trabalho da ACAMARE;
- Exibição de fotos da manifestação dos catadores e de todos os vídeos produzidos por esse projeto, na 89ª Semana do Fazendeiro;
- Participação do Ciência na Praça, no Centro Municipal de Educação Dr. Januário de Andrade Fontes;
- Participação da Semana Lixo Zero, com a exibição dos vídeos produzidos nesse projeto pelo Cine Carcará;
- Participação das associações de catadores de Viçosa-MG no primeiro FMLC - Ponte Nova;
- Promoção da educação ambiental na Escola Municipal João Francisco da Silva e no Centro Educacional Rebusca, utilizando a dinâmica das tarjetas e instalações artístico pedagógicas sobre o trabalho dos catadores;

- Divulgação dos trabalhos e do FMLC-Viçosa nas redes sociais, promovendo a educação ambiental e aproximação da comunidade com a coleta seletiva e as associações de catadores;
- Notou-se através de depoimentos de alguns catadores que as reuniões semanais e encontros, proporcionou um intenso processo de reflexão dos mesmos sobre suas próprias condições de trabalho e sobre a importância de sua atuação.

Conclusões:

Durante os anos de atuação do Projeto InterAção em Viçosa, verificou-se a expansão das localidades atendidas pela coleta seletiva, bem como o aumento da sensibilização da comunidade em relação ao tema. No entanto, apesar das conquistas, como por exemplo o contrato de prestação de serviços entre o SAAE e os catadores, nota-se que ainda temos muito a avançar. Para isso, é preciso que o poder público municipal tenha um maior comprometimento para com o cumprimento de suas obrigações, tornando mais eficiente a coleta seletiva e o trabalho das associações de catadores.

Referências Bibliográficas:

BRASIL. Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010. **Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.** Brasília: Diário Oficial da União.

CARVALHO, Ana Maria Rodrigues de, **Projeto InterAção: Responsabilidade Social e Meio Ambiente.** Revista ELO - Diálogos em Extensão .Volume 05, número 03. Dezembro de 2016.

Ecosol Base Brasília. **Empreendimento Solidário.** Disponível em: <<http://www.ecosolbasebrasil.com.br/index.php/economia-solidaria/empreendimento-solidario/>>. Acesso em: 24 de março de 2019.

Souza, A. C. G. de. Silva, E. A. da. Castro, D. G. de. Baiero, M. S. Souza, N. D. de. **Fórum municipal lixo e cidadania de viçosa: inclusão dos catadores e mobilização social.** In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 8., 2018,

Rio Grande do Norte . Anais...Rio Grande do Norte, 2018. p.331.

Castro, D. G. de. Souza, A. C. G. de. Baiero, M. S. Souza, N. D. de. **Descortinando o trabalho invisível dos catadores**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 8., 2018, Rio Grande do Norte . Anais...Rio Grande do Norte, 2018. p.2677.

RESÍDUOS SÓLIDOS: GARGALOS DA ESTRUTURAÇÃO DA LOGÍSTICA REVERSA A PARTIR DO ESTUDO DE CASO DA REDE RECICLA VERDE

Roman Bertoldo Coutinho -
Graduando em Gestão Pública pela
UFRJ

(Roman.bertoldo@itcp.coppe.ufrj.br
)

Viviane Parente - Bacharel em
Direito e graduanda em Gestão
Pública pela UFRJ

(Viviane.parente@itcp.coppe.ufrj.br
)

Após a aprovação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), Lei 12.305/2010, que estabelecia o fechamento dos lixões em todo o território nacional, no intuito de dar uma disposição final ambientalmente correta aos resíduos, foram estimuladas a criação e formação de cooperativas de catadores de materiais recicláveis a fim de caracterizá-la como um instrumento indutor do desenvolvimento econômico, social e ambiental; econômico e social pelo fato de estruturar melhor a logística reversa dando prioridade de acesso ao serviço de reciclagem às cooperativas, destinando tais recursos aos catadores; e ambiental por estimular a indústria da reciclagem como um todo, evitando o despejo de resíduos, prejudicial ao meio ambiente.

Nesse contexto, a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ITCP/UFRJ) atua nesse segmento do cooperativismo, prestando assessorias técnicas e gerindo projetos de apoio a essas organizações. Em 2018 iniciou-se o projeto de assessoria a uma rede de cooperativas de catadores de material reciclável, a Rede Recicla Verde, localizada em Duque de Caxias, especificamente no bairro de Jardim Gramacho onde se localizava, até 2012, o maior lixão da América Latina. Justamente por movimentar grande volume financeiro devido à

proporção de resíduos oriundos de grande parte da região metropolitana do Rio de Janeiro a demanda pela formação de cooperativas no local foi alta possibilitando esta rede.

Das seis cooperativas que inicialmente viriam a formar a Rede Recicla Verde, três não possuíam espaço próprio e dividiam o galpão com o restante, característica clássica de atividades da Economia Solidária¹, compartilhamento de propriedade e relações de solidariedade. Foram constatadas péssimas condições de trabalho nos galpões, não havendo cobertura sobre todo o galpão, o que leva os trabalhadores a exposição massiva aos raios solares no clima quente da cidade, assim como exposição a chuva, muitas vezes impossibilitando o trabalho. O espaço nos galpões é muito limitado se comparado ao volume de material que chega, os banheiros são insalubres quando existem e não há alojamento nem refeitório. Além disso, o uso de Equipamentos de Proteção Individual

(EPI) não é uma prática muito difundida. Após mobilizações, diálogos e luta dos trabalhadores a Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Duque de Caxias viabilizou durante algum tempo o aluguel de um galpão no mesmo bairro, Jardim Gramacho, assim como a doação de três caminhões. Com as Cooperativas cumprindo a documentação legal necessária pra sua oficialização foi possível constituir a Rede Recicla Verde que passaria a operar no novo galpão, agora sem subsídio de aluguel, configurando-se como uma cooperativa de 2º grau, compartilhando cooperados e remanejando recursos excedentes entre os respectivos galpões das cooperativas filiadas.

Então, partindo do estudo de caso da Rede Recicla Verde, do seu diagnóstico elaborado pela ITCP/UFRJ acerca: (1)da sua gestão; (2)do modelo de produção cooperativista, compreendendo seus princípios enquanto projeto de emancipação social e geração de valor através da associação popular, (3)seus aspectos financeiros e legais; este estudo tem como objetivo encontrar na Política Nacional de Resíduos Sólidos lacunas que dificultam o desenvolvimento de uma logística reversa socialmente inclusiva e produtiva, e examinar de acordo com o estudo de caso potencialidades e dificuldades dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) de catadores para o atendimento às diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos o que justifica sua relevância, porque o mesmo pretende encontrar falhas, disparidades entre objetivos, diretrizes e práticas que comprometam a eficiência do investimento público para estruturação da logística reversa através da inclusão sócio produtiva.

A metodologia deste trabalho consiste nas pesquisas documental e de campo, e através destas coletaram-se os dados que permitiram o diagnóstico e sua análise frente ao contexto. No quesito gestão a Rede Recicla Verde demonstrou elevado nível de informalidade no que tange a definição de funções e processos. A falta de uma estrutura organizacional com competências definidas gera duplicidade de comando, sobrecarga em determinados cargos e ociosidade em outros, desgastando as relações profissionais e gerando deficiência de produtividade nas atividades de gestão. A informalidade dos processos prejudica a transparência e aumenta os riscos para casos de corrupção na organização indicando não só a necessidade da formalização dos mesmos e estruturação de fluxogramas como também a instalação de uma política de compliance e mecanismos de controle.

A falta de disposição de informações e prestação de contas é cara à viabilidade cooperativa, que é o eixo de análise e ação da ITCP/UFRJ que examina o empreendimento enquanto organização econômica, social e política inerente ao modelo cooperativista. Nesse quesito, a Rede Recicla Verde demonstrou severas distorções em sua cultura organizacional em relação aos princípios cooperativistas: Autogestão inexistente, impedindo qualquer forma de controle democrático; e nebulosa participação econômica dos sócios e ampliação do quadro societário. A contabilidade feita de forma analógica além de demonstrar a carência da inserção tecnológica, chama a atenção para a precária formação básica dos cooperados em relação às atividades administrativas e o funcionamento da cooperativa como forma de organizar a produção.

No eixo legalização a Rede Recicla Verde manteria-se regularizada se não fosse pela falta de alguns fundos previstos em lei que ainda não foram constituídos, tais como o fundo de reserva e o fundo de assistência técnica. No aspecto financeiro, a organização permanece em um ciclo de adiantamento de receitas concedidas pelos clientes a fim de arcar com despesas operacionais como pagamento de funcionários. Em relação ao emprego da mão de obra a Rede emprega um número variado de cooperados no seu galpão central em virtude da volatilidade do volume de material reciclável que entra para a triagem.

O maior obstáculo parece ser justamente esse: o direcionamento dos materiais recicláveis às cooperativas não parece se efetivar tal qual prevê como prioridade a PNRS, e, mesmo se ocorresse como deveria, as cooperativas não teriam estrutura nem qualificação profissional para a triagem nesse volume e não estariam preparadas para

efetivar a gestão cooperativa que viabilizaria um modelo de produção com maior distribuição de renda e que fosse agregador de capital social para a gestão compartilhada dos conselhos e fóruns responsáveis por discutir a destinação dos recursos gerados da exploração dos gases dos antigos lixões que deveriam ir para projetos de desenvolvimento local.

A PNRS estabelece um sistema integrador de gestão de resíduos sólidos em diversas escalas prevendo o conteúdo e os objetivos de planos de gestão de resíduos sólidos para todos os entes da federação. Prevê variados instrumentos econômicos e fundos para a estruturação da logística reversa e fomento à projetos públicos e privados de sustentabilidade na produção de entidades públicas e privadas. No entanto, a única determinação prática e efetiva que ela impõe de fato é o fim dos lixões, deixando todos os instrumentos, diretrizes e objetivos prescritos por ela relegados a uma lista de recomendações.

A prioridade de acesso aos recursos da união para municípios que “implementarem a coleta seletiva com a participação de cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda” constitui enorme avanço para a instrumentalização da logística reversa como indutora de desenvolvimento econômico e socioambiental no entanto não os obriga a implementá-la de forma alguma deixando a cargo da vontade política dos estados e municípios. Isso compromete a efetividade de todos os instrumentos por ela criados.

O estudo de caso indica que os principais gargalos para a estruturação da logística reversa com a inclusão sócio-produtiva das cooperativas de catadores de materiais recicláveis são: (1) o financiamento para escalonamento da produção; (2) a implantação e o efetivo direcionamento dos resíduos oriundos da coleta seletiva; (3) a formação e qualificação profissional dos cooperados e a implantação de um modelo de gestão cooperativa socialmente responsável e autogerido que possibilite garantir um desenvolvimento social mais eficiente.

Embora a PNRS estabeleça como objetivos formação e capacitação técnica na área de resíduos sólidos, assim como o incentivo à políticas de financiamento a condições especiais para cooperativas o faz de maneira superficial sem promover uma articulação concreta das instituições que atuam nesse sentido como o Serviço Nacional de

Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP) ou mesmo ITCP's da mesma forma acontece com os serviços de crédito que também possuem respaldo de outro ramo do cooperativismo. A falta de acesso ao crédito impede a formação de capital de giro pelas cooperativas apresentando um gargalo no aprimoramento da logística reversa pois estas não conseguem constituir capital fixo o que impede o maior escalonamento da produção.

A falta de efetivação dos planos, especialmente a falta de um plano nacional, é um dos principais empecilhos para a efetividade da política de resíduos sólidos. De acordo com o acórdão do Tribunal de Contas da união (TCU), falta um Plano Nacional de Resíduos Sólidos da União, tal documento seria o principal instrumento para a efetivação dessa política, estabelecendo suas metas e estratégias. Além disso, o alto custo para a implementação plena da política, bem como o alto custo do processo e a falta de receitas destinadas ao setor, dificultam o cumprimento integral da legislação. A maioria dos municípios não cobram nenhum tipo de imposto específico a política de resíduos sólidos, conforme prevê a lei do saneamento básico.

REFERÊNCIAS:

GRIMBERG, Elizabeth. **A Política Nacional de Resíduos Sólidos: a responsabilidade das empresas e a inclusão social**. São Paulo: Instituto Pólis, 2004.

BRASIL. Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.

BRASIL. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010.

SINGER, Paul. **Introdução À Economia Solidária**. 1ª edição. São Paulo. Editora Perseu Ábramo. Abril de 2002.



V Congresso da Rede de ITCPs

**UNIVERSIDADE E ECONOMIA SOLIDÁRIA:
REDE ITCPs - 20 ANOS RESSIGNIFICANDO A UNIVERSIDADE NO BRASIL**

**CEFET/RJ
RIO DE JANEIRO - RJ
01 A 04 DE MAIO DE 2019**

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Área temática

Tecnologias Sociais e Economia Solidária

Coordenação: Tiago Rafael e Douglas Viana

A CONSTRUÇÃO DA AUTOGESTÃO NO NÚCLEO DE PRODUÇÃO DE ARTESÃS DA ASSOCIAÇÃO BEM DA TERRA - PELOTAS/RS

Samantha Vieira

Schornack³⁶

samanthavz9@gmail.com

Solaine Gotardo³⁷

mana.gotardo@gmail.com

Tiago de Garcia

Nunes³⁸

nunestg@gmail.com

INTRODUÇÃO

O Núcleo de Produção das Artesãs da Associação Bem da Terra (NP) é um coletivo composto por um grupo de artesãs e foi constituído há aproximadamente três anos no interior da Associação Bem da Terra (ABDT), que consiste numa associação de fins não lucrativos de Empreendimentos de Economia Solidária (EES) da região sul do Rio Grande do Sul.

Apesar de ser formado por trabalhadoras de empreendimentos da Associação Bem da Terra, o *NP* possui organicidade própria, podendo ser considerado um empreendimento independente, no qual toda a gestão e organização do trabalho são determinadas pelas próprias trabalhadoras. No entanto, antes da análise do *NP*, é imprescindível compreender o contexto do seu surgimento no interior da Associação assim como o contexto de criação da própria Associação.

A ABDT nasceu como resultado direto de uma *pesquisa-ação* desenvolvida por trabalhadores dos empreendimentos e fundadores e pesquisadores extensionistas do

36 Discente do curso de Tecnologia em Design de Moda e bolsista de extensão do NESIC/UCPEL

37 Bolsista Técnica/ CNPQ/ NESIC/UCPel

1. ³⁸ Professor/Doutor da Universidade Católica de Pelotas e coordenador do NESIC/UCPEL

Núcleo de Economia Solidária e Incubação de Cooperativas da Universidade Católica de Pelotas / NESIC/UCPEL entre os anos de 2007-2009.

As reuniões de trabalho desenharam um modelo apropriado para ser coletivamente construído e que considerou as principais especificidades da Economia Solidária. Os trabalhadores concretizaram a proposta: formalizaram uma associação, criaram nome e marca, e passaram a realizar uma *atividade experimental* – uma feira mensal nas imediações da universidade, que atenderia a um público muito variado (como um passo de *dupla acumulação, ou seja articulando aspectos* sociais e econômicos).

Transcorridos quase dez anos do seu surgimento como rede, a Associação conta atualmente com cerca de 25 empreendimentos que representam aproximadamente 250 produtores/trabalhadores da Região Sul do RS (de Pelotas, Canguçu, Capão do Leão, Pedras Altas, Morro Redondo e Piratini), além das entidades de ensino (técnico e superior) tanto públicas como privadas enquanto parceiras e apoiadoras da iniciativa.

Neste sentido, o *NP* cumpre papel relevante, pois é o primeiro grupo a se estruturar como uma *Organização de Trabalho Associado*³⁹ com tarefas propostas a partir da articulação entre extensão universitária e iniciativa de projeto de pesquisa para proposição de uma coleção de artesanal alicerçada no trabalho associado.

O projeto de pesquisa mencionado foi submetido pelo NESIC/UCPel junto ao CNPQ/2015 e obteve recursos para a preparação da coleção *Elementos da Terra*, como componente propulsor do Núcleo de Produção. Os recursos aprovados contemplaram a contratação de equipe, bem como a aquisição de serviços necessários à execução técnica do projeto.⁴⁰ A assinatura do convênio entre a UCPel e o CNPQ viabilizou a

39 De acordo com Dal Ri e Vieitez o trabalho associado configura-se quando um coletivo detém posse ou a propriedade de uma unidade econômica passando a controlar a sua gestão. Este possui algumas características que o diferencia das empresas capitalistas, como: “supressão do trabalho assalariado; retiradas (salários) iguais ou equitativas; substituições das hierarquias burocráticas por coordenações; deliberações em Assembleias gerais; nova perspectiva educacional para os trabalhadores, entre outras”. Os mesmos autores ainda empregam a expressão OTAs *mais-democráticas* para designar empreendimentos com algumas características mais propensas ao engajamento em processos de mudança social

40 Aqui fazemos especial destaque a possibilidade obtida junto ao CNPQ - no que se refere a dois decisivos investimentos - que diferenciaram o trabalho do NESIC quando comparado a processos de incubação anteriores, quais sejam: a autorização para vinculação, na condição de bolsista EXP B, de uma artesã/produtora, cuja atribuição e participação foram decisivas para a construção de uma dinâmica de trabalho e estímulo a construção de processos coletivos de gestão, e: aquisição de maquinário e matéria prima como incremento financeiro inicial (capital de giro).

cessão do uso de uma sala da universidade para a produção, que funciona como ateliê do NP, sendo esta sua única unidade produtiva. Além disso, o projeto possibilitou a realização de um estudo de mercado preliminar à execução da coleção e de uma pesquisa sobre o perfil das trabalhadoras do núcleo, realizado concomitantemente à execução das etapas da coleção.

Em novembro de 2015 foi lançada a coleção *Elementos da Terra*, que reúne itens com destaque para a identidade e a flora local, cuja perspectiva é o resgate e preservação de traços regionais. “Na confecção de todas as peças são utilizadas técnicas artesanais combinadas com novas tecnologias sociais. Resgatar as técnicas do bordado caseiro transmite a ideologia do cuidado com a natureza”⁴¹. O lançamento da *Coleção* simbolizou importante momento de superação coletiva.

Entretanto, entre os anos de 2017 e 2018, o NP passou por um processo de reestruturação organizativa e, devido a redução do acompanhamento sistemático da incubação em virtude do término do projeto, além da evasão de significativo contingente de integrantes, a *Coleção Elementos da Terra* passou a ter dimensão secundária e as atividades produtivas assumiram caráter difuso. A prioridade voltou-se para a produção de artesanato de formato tradicional e a comercialização perdeu potencial e se manteve circunscrita ao mercado local.

MATERIAL E MÉTODO

A *pesquisa-ação*, de natureza militante, orientou-se epistemologicamente, pelo materialismo histórico⁴², a partir de uma abordagem comparativa de cunho sociológico e político. Foi realizada pesquisa de campo para articular dimensões qualitativas e quantitativas à investigação; combinou-se a análise documental, audiovisual e eletrônica do empreendimento com entrevistas aplicadas às trabalhadoras que o integram.

RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES

41 Entrevista realizada com trabalhadora do NP em abril de 2016.

42 A construção metodológica a partir da definição de *Materialismo Histórico* se dá, especialmente, com referência nas obras de Karl Marx, Istvan Mészáros e Cláudio Nascimento.

Preliminarmente, a pesquisa e a extensão universitária foram determinantes num duplo aspecto: - primeiro por contribuir na consolidação da Associação Bem da Terra; segundo por submeter, mediante demanda das produtoras, projeto de pesquisa junto ao CNPQ que obteve recursos para a preparação da coleção *Elementos da Terra*, como componente propulsor do *NP*. Cabe assim, aos núcleos universitários manterem-se vigilantes e sensíveis aos impactos gerados pelo término dos projetos a fim de resguardarem o futuro e a sustentabilidade dos empreendimentos.

O perfil socioeconômico das integrantes do Núcleo de Produção destaca a sua particularidade e aponta alguns elementos para os futuros processos de formação técnico-política.

Sobre a questão de gênero, o *NP* é composto integralmente por mulheres. Destas, 80% está acima dos 51 anos de idade e 90% moram em bairros pobres.

A escolaridade média das trabalhadoras é o ensino médio completo [...]. 50% reside com companheiros ou filhos que trabalha e contribuem com a renda familiar. Sobre a composição da renda declararam receber menos de R\$100,00 mensais na atividade junto ao empreendimento solidário a qual está vinculada. 60% recebe até um salário mínimo regional e 30% recebe menos de R\$300,00. Em relação a composição da renda 60% declarou receber menos de R\$100,00 mensais na atividade junto ao empreendimento solidário a qual está vinculada e 40% declarou não receber mais de R\$ 400,00 [...] 50% usufrui de benefício previdenciário (aposentadoria, pensão por morte ou benefício de prestação continuada). Estes resultados são determinados pelos fatores mencionados anteriormente como, a composição familiar (se mais alguém trabalha na família), bem como se tem alguma outra fonte de renda (benefício previdenciário, aposentadoria, pensão etc.).

É possível inferir que a *avançada faixa etária*, somada a *fruição de benefícios previdenciários* e à *falta de garantia de renda digna* proveniente da OTA, apresenta-se como variáveis que não favorecem estruturas organizativas mais dinâmicas e intensas. Talvez, por esta razão, as trabalhadoras não se sintam encorajadas a dedicarem-se exclusivamente ao NP, desempenhando uma dupla função e acumulando as tarefas produtivas nos seus grupos de origem. Apesar de serem trabalhadoras em situação de vulnerabilidade social e que necessitam de fontes alternativas de renda, os números referenciados apontam para o eventual papel que o trabalho associado representa na vida destas trabalhadoras. A maioria significativa,

em torno de 90% das entrevistadas⁴³, manifestou que a Economia Solidária tem mais relevância política e de sociabilidade que econômica.

No terceiro ano de atividade produtiva o NP ainda não atingiu viabilidade econômica e os poucos recursos que compõem a sua receita são destinados a pagamentos de taxas e outras contribuições aos espaços de comercialização onde os produtos encontram-se expostos.

Em relação à organização do trabalho percebeu-se que o NP possui algumas funções razoavelmente definidas como a costura, o crochê e a pintura.

As reuniões da produção e os processos deliberativos são realizados de acordo com a necessidade. As trabalhadoras mantêm o ateliê funcionando dois dias por semana e a incipiente produção é escoada principalmente nos canais de comercialização da *Rede Bem da Terra* – loja do mercado, feira virtual e feira itinerante. Em relação às práticas comunicativas, por se tratar de um coletivo recente e pequeno, a comunicação interna funciona basicamente por meio de uma rede social e alguns murais afixados no ateliê, que também exibem fotos e um breve histórico do NP. Além disso, algumas atividades do Núcleo são divulgadas no sítio e nos perfis de redes sociais da Associação.

Quanto às práticas formativas, as trabalhadoras declararam não terem participado de atividades de formação técnica e/ou política nos últimos anos. No entanto, algumas entrevistadas registraram a ocorrência de atividades desta natureza, especialmente durante os momentos iniciais da Associação Bem da Terra e, mais recentemente, nas ações de incubação empreendidas pelo NESIC/UCPel, que realizou cerca de 20 oficinas com vistas ao desenvolvimento técnico e produtivo do coletivo.

A partir do resultado comparativo global da pesquisa é possível desenhar algumas considerações específicas ao caso do *Núcleo de Produção*:

1. Na sociedade sob domínio do Capital, enquanto seu *sociometabolismo*⁴⁴ alcançar todas as esferas da vida, não há autogestão plena, da mesma forma que não é possível

43 Dados obtidos a partir da realização de entrevistas com 10 trabalhadoras do empreendimento (Núcleo de Produção).

44 Para Mészáros, “o verdadeiro alvo da transformação emancipatória é a 'completa erradicação do capital como modo de controle totalizante' do próprio sociometabolismo reprodutivo, e não simplesmente o 'deslocamento' dos capitalistas da condição historicamente específica de 'personificações do capital'”(2002, p. 451). Para o marxista húngaro, o objeto da crítica de Marx não era o capitalismo, mas o capital. Marx

contemplar uma *nova consciência* dos trabalhadores; a autogestão e o processo de consciência precisam ser analisados como processo, a partir da relação dialética existente entre as representações ideais dos indivíduos e as suas relações concretas;

2. Sob as circunstâncias anteriores, as experimentações autogestionárias nos empreendimentos podem, sob algumas condições, engendrar mediações propícias para o desenvolvimento de práticas democratizantes no âmbito interno das experiências com a eventual socialização dos avanços obtidos no interior das unidades produtivas. As rupturas não anulam as continuidades com a lógica heterogestionária, portanto o horizonte da emancipação dos trabalhadores não está garantido; as condições e mediações precisam ser pesquisadas e podem ser um potente instrumento a serviço da extensão universitária;

3. Em relação aos componentes relativos à autogestão interna, além de inexistir quaisquer perspectivas reflexivas sobre o que venha a ser a *autogestão*, seja de forma *direita*, como

autonomia ou como *autodeterminação*; a fragilidade dos indicadores revela a debilidade política do empreendimento.

4. O convênio governamental estabelecido pelo *NP* possibilitou a aquisição de maquinário e recursos tecnológicos que possibilitarão uma produção apta a gerar renda às trabalhadoras. Contudo, se a renda não vier acompanhada de um salto político, será mais uma, dentre tantas experiências orientadas unicamente para a sobrevivência dos seus integrantes. Assim, o fortalecimento da organicidade da organização é tarefa urgente e necessária e deve ser trabalhada no plano da formação tanto técnica quanto política.

não estava preocupado em demonstrar as deficiências da produção capitalista, mas imbuído da grande tarefa histórica de livrar a humanidade das condições sobre as quais a satisfação das necessidades humanas deve ser subordinada à "produção do capital". Ou seja, livrar a humanidade das condições desumanizadoras sobre as quais ganham legitimidade apenas aqueles valores de uso, não importa quão desesperadamente necessários, que possam caber na camisa de força dos valores de troca lucrativamente produzidos pelo sistema. Sendo assim, ir para além do capital significa superar o modo de controle do capital como sistema orgânico: uma tarefa só possível como empreendimento global. É impossível simplesmente "abolir" o capital. O único caminho, entretanto, no qual o momento histórico da política radical pode ser prolongado e estendido - sem recorrer a soluções ditatoriais - é fundir o poder de tomada de decisão política com a base social da qual ele foi alienado durante tanto tempo, criando, por esse meio, um novo modo de ação política e uma nova estrutura - determinada genuinamente pela massa - de intercâmbios socioeconômicos e políticos" (Trecho da entrevista de István Mészáros, disponível no Portal do Fórum de Direitos Humanos e da Terra – FDHT/ MT)

REFERÊNCIAS

- DAL RI, Neusa Maria; VIEITEZ, Cândido, Giraldez. **Movimentos Sociais, Trabalho Associado e Educação: Reformas e Rupturas**. In: NOVAES, Henrique Tahan; BATISTA, Eraldo Leme. (orgs.) **Trabalho, Educação e Reprodução Social – As contradições do capital no século XXI**. Bauru, SP: Canal 6, 2011.
- MARX, Karl. **O capital. Livro 1**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. Campinas: Editora da Unicamp/Boitempo, 2002.
- _____. **O Marxismo de Istvan Mészáros**. Portal do Fórum de Direitos Humanos e da Terra /FDHT-MT <<https://direitoshumanosmt.blogspot.com/2011/09/o-marxismo-de-istvan-meszaros.html>> acesso em 22 mar. 2019).
- NASCIMENTO, Cláudio. **As lutas operárias autônomas e autogestionárias**. Rio de Janeiro: CEDAC, 1986.
- NOVAES, Henrique. T. (Org.). **O retorno do caracol à sua concha: alienação e desalienação em associações de trabalhadores**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

A INCUBAÇÃO COMO SUPORTE AO FORTALECIMENTO DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

Luiz Victor Moraes
Teixeira¹ Bruna
Ranção Conti²

O Turismo de Base Comunitária (TBC) se constitui como um modelo alternativo de turismo, baseado no tripé da sustentabilidade (sociocultural, ambiental e econômico) em detrimento da sobrevalorização dos possíveis ganhos financeiros advindos da atividade turística e da falácia de que o turismo pode se estabelecer como tábua de salvação para determinados locais. Não se configura, portanto, como um segmento de mercado, voltado apenas à geração de emprego e renda (geralmente empregos de baixa qualidade e renda concentrada nas mãos dos grandes investidores), mas como uma lógica diferente de se entender, pensar e planejar a realização da experiência turística.

Nesse sentido, o TBC vem sendo estudado desde 1990, o que coincide com o momento histórico em que o turismo, entendido como mera atividade econômica, começa a sofrer uma série de críticas relacionadas aos impactos sociais, culturais e ambientais que vem gerando a diversos destinos. Vale ressaltar que a década de 90 foi também de fortalecimento da democracia no Brasil e das reivindicações pela ampliação da participação da sociedade civil. É, ainda, momento de divulgação dos diversos impactos ambientais ocasionados por um modelo de produção capitalista, e de reivindicação de novos modelos de desenvolvimento, de economia e de turismo (CONTI, ROCHA, VITEZE, 2018).

Diante disso, os conceitos de TBC incluem a participação de todos os atores nas tomadas de decisão, a valorização das culturais locais, a proteção dos recursos naturais, a repartição justa dos benefícios econômicos, a reciprocidade no encontro entre visitantes e visitados, o protagonismo das populações tradicionais e o domínio do território (BARTHOLO, 2009; MIELKE & PIEGAS, 2013; FERREIRA & RAIMUNDO, 2016).

1 Graduando no curso de Bacharelado em Turismo da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). victormoraes.adm@gmail.com.

2 Professora Adjunta no curso de Bacharelado em Turismo da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). bruna.conti@unirio.br.

No que diz respeito aos princípios que devem nortear as iniciativas de TBC, Fabrino, Nascimento e Costa (2016) discutem que os mais recorrentes na literatura são: a dominialidade (grau de domínio da comunidade sobre a propriedade e gestão do turismo); a organização comunitária; a democratização de oportunidades e a repartição de benefícios; a integração econômica; a interculturalidade (intercâmbio cultural e troca de experiências); e a qualidade ambiental. Para apoiar essas iniciativas, o Ministério do Turismo lançou, em 2008, o primeiro edital voltado a esse público, e, em 2010, publicou o caderno “Dinâmica e Diversidade do Turismo de Base Comunitária: desafio para a formulação de política pública” (BRASIL, 2010). Neste documento os princípios do TBC são: a autogestão; o associativismo e cooperativismo; a democratização de oportunidades e benefícios; a centralidade da colaboração, parceria e participação; a valorização da cultura local; e o protagonismo das comunidades locais na gestão e na oferta de bens e serviços turísticos.

É possível perceber, a partir dos princípios elencados, a inserção do TBC na lógica da Economia Solidária (Ecosol). Vale destacar que a própria organização do movimento de TBC nasce de um projeto de fomento à Ecosol, da Embaixada da França no Brasil, que culminou na criação da Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário, em 2003. Assim, os movimentos de Ecosol e TBC dialogam no sentido de propor alternativas às formas convencionais de organização do trabalho, seja por meio de associações e cooperativas, ou através de grupos informais que estão articulados para serem os próprios detentores dos meios de produção e tomadores de decisões (CONTI, ROCHA, VITEZE, 2018).

Diversas lutas empreendidas pelo movimento de Ecosol resultaram em uma estrutura governamental e em políticas públicas que garantiram, até o momento, seu fortalecimento. Com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária, em 2003, a Ecosol passa a fazer parte da agenda governamental e a garantir recursos que foram, pouco a pouco, repassados à sociedade por meio de editais públicos. Além disso, os sindicatos, as entidades eclesiais de base e as universidades desempenharam papel fundamental no apoio à Ecosol, na cidade e no campo. Este cenário, apesar de atualmente ameaçado, foi fundamental para a Ecosol no Brasil, o que não ocorreu com o TBC. Após o edital de 2008 nenhuma outra ação governamental foi desempenhada para apoiar as iniciativas de TBC; o movimento social, articulado em torno da Rede Turisol,

pouco se fortaleceu; e não há, em diversos cursos superiores de Turismo, a discussão sobre associativismo e cooperativismo, basilares para a organização de empreendimentos de TBC.

No quesito universidade, é importante destacar o papel desempenhado pelas Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs) e pelas Incubadoras Tecnológicas de Empreendimentos Econômicos Solidários (ITEES), criadas como centros de tecnologia que tornariam disponíveis os conhecimentos e os recursos acumulados nas universidades para gerar, por meio do suporte à formação e desenvolvimento de empreendimentos solidários autogestionários, alternativas de trabalho, renda e cidadania (SINGER, 2006).

Diante do contexto apresentado, o objetivo deste trabalho é o de mapear as iniciativas de turismo de base comunitária já apoiadas pelas Incubadoras de Ecosol localizadas no Estado do Rio de Janeiro. A finalidade maior é a de evidenciar um possível campo de atuação das incubadoras e incentivar que estas abram oportunidades aos empreendimentos de TBC.

A metodologia do trabalho envolveu pesquisa bibliográfica sobre os temas em questão, a identificação das incubadoras do Estado do Rio de Janeiro que se dedicam à Ecosol e o mapeamento dos projetos de TBC já incubados. Esta última etapa se deu através da consulta aos sites e redes sociais das incubadoras, pesquisa secundária em publicações que descrevem e analisam a atuação dessas e contatos por e-mail.

Como resultado, foram identificadas seis incubadoras de Ecosol no Estado do Rio de Janeiro: a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da UFRJ, criada em 1995; o Núcleo de Solidariedade Técnica (SOLTEC/UFRJ), criado em 2003; a Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Econômicos Solidários do CEFET, de 2014; a Gênese PUC Rio, de 1997; a Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários da UFF; e a Incubadora Tecnológica de Empreendimentos de Economia Solidária do Médio Paraíba (InTECSOL), criada em 2014 a partir de uma parceria entre a UFF e o IFRJ Pinheiral.

A partir dos dados disponíveis sobre as incubadoras, foi possível mapear seis projetos voltados ao turismo, sendo cinco deles da ITCP/UFRJ.

O primeiro projeto, intitulado “Reaplicação de Tecnologia Social de Incubação de Cooperativas Populares: Organização Comunitária em Áreas Priorizadas de Baixo IDH com Potencial Turístico” foi realizado em parceria com o Mtur e a Agência Espanhola de Cooperação Internacional e Desenvolvimento (AECID), nos anos de 2005 a 2007. O projeto tinha o objetivo de assessoramento e transferência tecnológica de incubação, para criação de duas novas ITCPs nas regiões dos Lençóis Maranhenses/MA e Serra da Capivara/PI. Ainda com o objetivo de fortalecimento da incubação de cooperativas nessas áreas, foi criado, em 2008, o projeto “Consultoria Especializada para Desenvolvimento e Adequação da Produção Associada ao Turismo”, em parceria com o Instituto Ambiental Brasil Sustentável.

Nesse mesmo ano, para dar suporte à implantação das novas cooperativas e incubadoras, foi desenvolvido o projeto “Cooperativismo Popular na Cadeia Produtiva do Turismo”, com o apoio do MTur, com foco na transferência de tecnologia de incubação, no fomento ao cooperativismo e às atividades econômicas da cadeia produtiva do turismo, e no desenvolvimento local sustentável em áreas de conservação ambiental. Vale destacar que o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses estava previsto como um dos 65 destinos indutores do turismo, priorizados no “Plano Nacional de Turismo 2007-2010”, do Mtur.

Entre os anos de 2008 e 2010, foi realizado o projeto “Incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários e Organização Comunitária na Cadeia Produtiva: Desenvolvimento no município de Paraty”, em parceria com o MTur/FINEP. Os objetivos estavam direcionados à formação e desenvolvimento de empreendimentos solidários populares na cadeia produtiva do turismo; à transferência de tecnologia de incubação e estímulo à sua consolidação no âmbito local; à articulação com as Políticas Públicas de Turismo; à formação de recursos humanos; e à pesquisa e divulgação do conhecimento em Ecosol e Turismo. Na sequência, foi realizado o projeto “Incubação e Desenvolvimento Local: Empreendimentos Econômicos Solidários na Cadeia Produtiva do Turismo no Município de Armação de Búzios”, em parceria com o MTur/FINEP, no ano de 2010, com os mesmo objetivos do projeto desenvolvido no município de Paraty.

Desde então, não foi possível identificar novas ações da ITCP/UFRJ voltadas ao turismo, e não há em sua página eletrônica informações referentes aos resultados de

cada um dos projetos brevemente descritos. Com relação às cooperativas atualmente incubadas, estas se concentram nas áreas de coleta seletiva, reciclagem, artesanato e alimentação.

Com relação às demais incubadoras identificadas no Rio de Janeiro, foi possível mapear apenas mais um projeto de turismo, atualmente em curso em Valença, com o apoio da ITEES/CEFET. Este projeto se desenvolve no Quilombo São José da Serra, mas não foram encontradas maiores informações a respeito.

Conclui-se, portanto, que o apoio do MTur foi fundamental para um fomento momentâneo à temática do TBC, o que se reflete nos projetos realizados pela ITCP/UFRJ no período de 2005 a 2010. No entanto, para além desse suporte financeiro, fica evidente a existência de um campo de atuação das incubadoras, ainda pouco trabalhado, principalmente a partir da reflexão teórica de que os empreendimentos de TBC são também de Ecosol. Por fim, há necessidade de as próprias iniciativas de TBC terem maior conhecimento sobre as incubadoras e o quanto poderiam se beneficiar delas.

Referências:

BARTHOLO, R. Sobre o sentido da proximidade: implicações para um turismo situado de base comunitária. In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Org.). Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra & Imagem, 2009.

CONTI, B. R.; ROCHA, L. R. V. G.; VITEZE, N. N. As Conexões entre a Economia Solidária e o Turismo de Base Comunitária no Estado do Rio de Janeiro. Revista Observatório de Inovação do Turismo. Rio de Janeiro, 2018.

MIELKE, E. J. C; PEGAS, F. V. Turismo de Base Comunitária no Brasil. Insustentabilidade é uma Questão de Gestão. Turismo em análise. 2013.

FABRINO, N. H.; NASCIMENTO, E. P. DO; COSTA, H. A. Turismo de Base

comunitária: uma reflexão sobre seus conceitos e práticas. Caderno Virtual de Turismo. Rio de Janeiro, 2016.

FERREIRA, P. T. A; RAIMUNDO, S. Conflitos e possibilidades para um desenvolvimento do turismo de base comunitária na Vila de Barra do Una em Peruíbe (SP). Caderno Virtual de Turismo. Rio de Janeiro, 2016BRASIL, Ministério do Turismo. Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Disponível em:

<http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/TURISMO_DE_BASE_COMUNITxRIA.pdf>. Acesso em: 27/02/2019.

SINGER, P. Introdução à economia solidária. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

APRESENTAÇÃO DAS INCUBADORAS TECNOLÓGICAS DE COOPERATIVAS POPULARES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CHRISTIANE FLORINDA DE CIMA AIRES – MESTRANDA EM ENGENHARIA AMBIENTAL –
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO DE JANEIRO

AIRES.CHRISTIANECIMA@GMAIL.COM

VINICIUS MATTOS VON DOELLINGER - MESTRE EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO E
SISTEMAS - CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA
FONSECA

ANA NERI GASPAR BARRETO - GRADUANDA EM TECNOLOGIA EM GESTÃO DE TURISMO -
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA

ELMO RODRIGUES DA SILVA – DOUTOR EM SAÚDE PÚBLICA - ENSP

METODOLOGIA

Os dados apresentados neste artigo foram coletados durante as reuniões da Rede de ITCs do Estado do Rio de Janeiro, foram utilizados também dados coletados através de um questionário que servirá de base para a futura dissertação do mestrado de uma das autoras. Para complementar as informações, foi feita uma pesquisa bibliográfica utilizando como pesquisa as palavras-chave: Economia Solidária, Incubadoras Tecnológicas de Economia Solidária, Rede de Incubadoras.

INTRODUÇÃO

Na década de 90 o Brasil enfrentava uma das crises mais severas da sua história, com altos índices de desemprego e inflação anual que se aproximava dos 500%. Dentro deste cenário, em 05 de janeiro de 1995, numa reunião no Fórum de Ciência e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Gonçalo Guimarães, técnico do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia- COPPE propõe a criação de uma Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares. (GUIMARÃES, 1998).

Após a criação e início das atividades da ITCP/COPPE/UFRJ, e contando com o apoio inicial da mesma, outras ITCPs começaram a surgir em todo território nacional, na Universidade do Ceará (UFC), Universidade Estadual da Bahia(UNEB), em Juiz de Fora (UFJF), Pernambuco (UFRPE) e em São Paulo (USP).

Junto com as ITCPS surge também uma rede entre elas, A Rede de ITCPS . Somente 10 anos depois do início das atividades da ITCP/COPPE/UFRJ e com a obtenção de recursos do Edital do Programa Nacional de Incubadoras-PRONINC 2005 que outra ITCP iniciou suas atividades a ITCP/CEFET/RJ, encerrando suas atividades em 2008. Em 2007 através de um acordo de transferência de tecnologia com a COPPE/UFRJ, a Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Populares- ITEP da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF inicia suas atividades.

No final de 2013 com recursos obtidos através da chamada PRONINC Nº 89/2013 quatro novas ITCPs surgem: INTECSOL/UFF, ITCP/IFF, ITCP/IFRJ e a ITESS/CEFET/RJ.

BREVE APRESENTAÇÃO DAS ITCPS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ITCP COPPE UFRJ

A ITCP UFRJ foi criada no âmbito do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia - COPPE, a unidade da Universidade Federal do Rio de Janeiro que coordena os programas de pós-graduação em engenharia desta universidade. A experiência que pode ser destacada com o fato gerador da criação da ITCP COPPE UFRJ, começou com uma articulação entre a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), empresas públicas como o Banco do Brasil (BB) e a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e posteriormente com a UFRJ (FRAGA,2002).

Do início de suas atividades até o presente momento a ITCP/COPPE/UFRJ já incubou mais de 250 Empreendimentos Econômicos Solidários.

ITEP/ UENF

Em 13 de novembro de 2007 foi firmado um Convênio entre a UENF e a Fundação Coordenação Projetos, Pesquisas e Estudos Tecnológicos – COPPETEC – ITCP / COPPE / UFRJ (processo E-26/052.490/07) para a formação da ITEP UENF . Em 16 de março de 2009 é publicado a RESOLUÇÃO CONSUNI Nº 001 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2009 que dispõe sobre a criação do programa de extensão universitária de Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Populares da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF (UENF, 2009). Atualmente a ITEP UENF trabalha para o fortalecimento da ECOSOL no norte fluminense.

ITESS/CEFET/RJ

Em 2013, foi elaborado um projeto solicitando recursos para a reestruturação do Programa ITCP - CEFET/RJ e implantação da ITESS-CEFET/RJ , no campus Maracanã, e no campus Maria da Graça, como núcleos de expansão da ação extensionista de articulação e transferência/intercâmbio de conhecimento para a promoção de empreendimentos, que possibilitem a geração de emprego e renda, no âmbito da economia solidária. Em junho de 2015, a ITESS se constitui uma Coordenadoria da Diretoria de Extensão – DIREX, com diretrizes norteadoras do seu funcionamento. A ITESS , em seu Regulamento, tem como missão: mobilizar, articular e acompanhar grupos populares a partir dos princípios da ECOSOL, com vistas à geração de trabalho e renda e à inclusão social, ressaltando os valores da democracia, da participação e da cidadania, que proporcionam o surgimento de relações de trabalho pautadas pela autogestão e pela posse coletiva dos meios de produção. (CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA ,2014).

INTECSOL/UFF

A Incubadora Tecnológica de Empreendimentos de Economia Solidária do Médio Paraíba (INTECSOL) é uma incubadora da Universidade Federal Fluminense (UFF) que também teve sua criação a partir da obtenção de recursos da chamada nº 89/2013 . A INTECSOL está vinculada ao Instituto de Ciências Humanas e Sociais da (ICHS). A incubadora possui atividades de extensão , ensino e pesquisa.

ITCP/IFF

A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares do Instituto Federal Fluminense - ITCP/ IFF campus Bom Jesus do Itabapoana , iniciou suas atividades em dezembro de 2013 após obtenção de recursos provenientes da chamada PRONINC nº 89/2013 . O projeto submetido tinha a proposta de trabalhar com mulheres provenientes do programa mulheres mil ,iniciativa da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (Setec/MEC) instituído no território nacional em 2011 .

ITCP/IFRJ

A ITCP IFRJ está localizada no Campus Realengo desta instituição, iniciou suas atividades em 2015 com recursos da chamada PRONINC nº 89/2013 tendo como proposta fortalecer o diálogo entre a saúde mental , a universidade , os serviços de saúde e a geração de renda na zona oeste do município do Rio de Janeiro. O público alvo são Usuários da rede pública de saúde mental, e comunidade do entorno de Realengo . A ITCP atua com 4 iniciativas : Bordado, arte , culinária e mosaico , todas formadas por usuários e familiares vinculados aos serviços públicos de saúde mental do Campus Realengo do IFRJ.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em 2017, as ITCPS mencionadas iniciaram um processo de articulação em uma rede regional . O quadro 1 apresenta as ITCPs, as instituições a que estão vinculadas, início de suas atividade e tipo de instituição.

Quadro 1 : ITCPs do estado do rio de Janeiro e ano de início de suas atividades

	INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR	CAMPUS	INÍCIO DAS ATIVIDADES	TIPO	NÍVEL
ITESS	CEFET /RJ	MARACANÃ	2014	PÚBLICA	FEDERAL

ITCP	IFF	BOM JESUS DO ITABAPOANA	2013	PÚBLICA	FEDERAL
ITCP	IFRJ	REALENGO	2015	PÚBLICA	FEDERAL
ITCP	UENF	CAMPOS	2007	PÚBLICA	ESTADUAL
ITCP	UFRJ	FUNDÃO	1995	PÚBLICA	FEDERAL
ITCP	UFF	VOLTA REDONDA	2014	PÚBLICA	FEDERAL

Fonte: Os autores

Além das listadas acima destacamos a existência de duas Incubadoras que também atuam com incubação de Empreendimentos Econômicos Sustentáveis no Estado do Rio de Janeiro , O Instituto Gênesis vinculado da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC/RJ e a Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Sociais e Cooperativas Sociais - ITECS da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ. É possível que no Estado do Rio de Janeiro existam outras incubadoras ou institutos que prestem serviço de apoio a Empreendimentos Econômicos Solidários.

Durante os dias 05 a 07 de abril de 2017, foi realizado em Brasília o Seminário Nacional da Avaliação do PRONINC, durante o evento foi sugerido por Gonçalo Guimarães , primeiro coordenador da ITCP COPPE UFRJ, a ideia de uma aproximação entre as ITCPs do Estado do Rio de Janeiro com o intuito de fornecer capacitação às mesmas e o fortalecimento de uma rede entre elas.

Em 2017 foram realizadas duas reuniões, uma com o intuito de criar um primeiro vínculo entre às incubadoras e outra já no formato de capacitação ministrada por Gonçalo Guimarães .

Na primeira reunião realizada no dia 09.05.2017, estiveram presentes representantes de 5 das 6 ITCPs, cada representante fez um relato de sua incubadora e apresentou brevemente os EESs em incubação à época.

Quadro 2: ITCPs e os projetos incubados em 2017

ITCPS FLUMINENSES	INSTITUIÇÕES	PROJETOS ATUAIS
ITCP COPPE UFRJ	UFRJ	Associação de Mulheres de Tumiritinga/ Ass. Mulheres de Serra Pelada- Produção de Alimentos
ITCP IFF	IFF	Produção de alimentos artesanais/Costura de Produtos Alternativos
ITCP IFRJ	IFRJ	Saúde Mental – artesanato
ITCP UFF	UFF Campus Volta Redonda	Cooperativa de catadores /Costura/Produção de alimentos
ITESS (Incubadora Tecnológica de economia solidária sustentável)	CEFET/RJ Campus Maracanã	CAF (Cooperativa de artistas da Floresta/ AGROPRATA - associação de agricultores orgânicos do Rio da Prata - vinagre de caqui

Fonte: Os autores

Nos dias 19 e 20 de 2017 realizou-se uma capacitação ministrada por Gonçalo Guimarães tendo como foco o modelo de gestão de incubadoras baseado no CERNE (Centro de Referência para Apoio a Novos Empreendimentos). Esta capacitação mais uma vez contou com representantes de 5 ITCPS.

Em fevereiro de 2018 foi realizado no IFF Campus Bom Jesus de Itabapoana um novo curso de capacitação CERNE com duração de uma semana com a presença de representantes de todas as 6 ITCPS do Estado do Rio de Janeiro. Esta capacitação foi certificada pelo IFF campus Bom Jesus de Itabapoana e ficou acordado entre as ITCPS um retorno de algumas atividades que foram destinadas a cada uma no prazo de um mês porém durante o resto do ano de 2018 e primeiro trimestre de 2019 as interações entre as

ITCPs tiveram seu foco na coordenação do V Congresso da Rede de ITCPs a ser realizado em maio de 2019 no CEFET/RJ Campus Maracanã.

Além das atividades expostas anteriormente, uma nova iniciativa no Estado do Rio de Janeiro surgiu em março de 2019 que é o mapeamento das atividades de Economia Solidária para além do CADSOL. Essa iniciativa surge através do FCP (Fórum de Cooperativas Populares) do Estado do RJ e será executada via cooperação espontânea por técnicos e alunos da ITESS-CEFET/RJ e do Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social - NIDES-UFRJ. Esta ação tem como objetivo conhecer os trabalhadores e trabalhadoras que exercem a Economia Solidária no Estado, dentro de um banco de dados controlado pelo movimento, para entender quantos somos e assim lutar por políticas públicas para apoio a essas mulheres e homens que fazem acontecer a ECOSOL no RJ.

CONCLUSÕES

A tendência de articulação em redes é algo muito presente no âmbito da Economia Solidária em todo Brasil. Quase todas as ITCPs do estado do Rio de Janeiro estão vinculadas e tem representação dentro da Rede de ITCPs (entidade de abrangência nacional). Entende-se que através do compartilhamento de experiências de incubação de EES exitosas ou não, e através de diálogo e luta por direitos será possível articular parcerias para o crescimento da Economia Solidária no Estado do Rio de Janeiro.

Sugere-se para o futuro a retomada das reuniões entre as ITCPs do Rio de Janeiro e um mapeamento das atividades exercidas por cada uma, desta forma cada ITCP poderá articular parcerias e apoio entre as demais com mais agilidade.

REFERÊNCIAS

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA. **Regulamento ITESS**, 2014.

FRAGA, Lais Silveira. **Extensão e transferência de conhecimento: As Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares**. 2012. 242 f. Tese (Doutorado) - Curso de Política Científica e Tecnológica, Instituto de Geociências, Unicamp, Campinas, 2012.

GUIMARÃES, Gonçalo. **Ossos do ofício: cooperativas populares em cena aberta**. 2. ed. Rio de Janeiro: Itcp/coppe/ufRJ, 1998. 134 p.

UENF - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO. Resolução Consuni nº 001, de 13 de fevereiro de 2009. **Dispõe sobre a criação do Programa de Extensão Universitária de Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Populares da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF, com base na Lei Complementar 99/2001.** Campos dos Goytacazes, RJ, 16 mar. 2009.

CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL EM BARBEARIA AUTOGESTIONÁRIA PARA JOVENS EM VULNERABILIDADE: TECNOLOGIA DE INCLUSÃO SOCIAL

ISABELA AP. DE OLIVEIRA LUSSI; ANA LAURA DE MELO ALVES; ANA
CLÁUDIA ESTEVES DOS REIS FUGIKAHA;

INTRODUÇÃO

De acordo com Freire (2005), os processos de inclusão social e o modo como adquirimos conhecimento se torna mais prazeroso e eficaz quando buscamos por experiências que aproximem nossos desejos. Em seus vastos estudos sobre a realidade da sociedade brasileira, Freire nos elucida a importância em se reconhecer no que fazemos como traçamos nossas vivências e relações. O mesmo ocorre no mundo laboral, ao atribuírmos sentido e identificação ao trabalho este flui e cria raízes com forte potência para mudança social.

Assim, a possibilidade de realizar um trabalho com o qual nos identificamos somado à perspectiva de organização do mesmo nos moldes da Economia Solidária, que tem a autogestão como um de seus princípios, fez com que o projeto de sensibilização para a Economia Solidária de jovens de 14 a 17 anos, participantes do Programa de Medidas Socioeducativas na modalidade “Liberdade Assistida – L.A.”, em São Carlos/SP, pudesse ser construído em conjunto com os participantes, envolvendo seus desejos e sonhos desde o início. O projeto foi desenvolvido pela equipe da Linha de Ação “Inserção Laboral de Pessoas em Desvantagem Social”, do Núcleo Multidisciplinar e Integrado de Estudos, Formação e Intervenção em Economia Solidária (NuMI-EcoSol) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) em parceria com a equipe do Programa de Medidas Socioeducativas em meio aberto de São Carlos, com apoio do Programa de Extensão Universitária (ProExt) do Ministério da Educação (MEC), da Pró-Reitoria de Extensão da UFSCar e do CNPq.

O projeto teve como objetivo a capacitação profissional de jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto (LA) na perspectiva da Economia Solidária. A capacitação foi em barbearia autogestionária.

Partindo da compreensão de tecnologia social como o “conjunto de técnicas, metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a

população e apropriadas por ela, que representam soluções para inclusão social e melhoria das condições de vida” (INSTITUTO DE TECNOLOGIA SOCIAL, 2004, p. 130), entendemos a metodologia desenvolvida na Capacitação Profissional em Barbearia Autogestionária como uma tecnologia social.

OBJETIVO

O objetivo do presente trabalho é descrever a metodologia desenvolvida no projeto de capacitação profissional em barbearia autogestionária, de jovens de 14 a 17 anos, participantes do Programa de Medidas Socioeducativas na modalidade “Liberdade Assistida – L.A.”.

DESENVOLVIMENTO

A equipe do projeto foi composta pela coordenadora da Linha de Ação “Inserção Laboral de Pessoas em Desvantagem Social”, por uma técnica de incubação, por duas estudantes extensionistas, uma educadora de medidas socioeducativas e um barbeiro.

Parte da Capacitação foi voltada para o ensino-aprendizagem da técnica, na qual eles aprendiam o corte de cabelo discutindo a técnica e o manuseio das ferramentas de trabalho e outra parte focalizou a autogestão, na qual discutíamos as dificuldades da inserção no trabalho, os interesses na área profissional, as possibilidades de trabalho associado como alternativa ao mercado de trabalho tradicional, a divisão de tarefas e a construção de processos coletivos.

Por meio de atividades de formação de grupo, com exercícios de construção coletiva de um possível empreendimento econômico solidário e do aprendizado coletivo do ofício da barbearia, descrevemos o encontro desses jovens com as práticas da autogestão, cooperação e construção de relações interpessoais sadias e da possibilidade de geração de renda lícita, autônoma e não opressora.

Para tal o projeto foi desenvolvido em três eixos centrais: 1) Construção do Grupo; 2) Formação Técnico-Prática; 3) Inclusão em Grupos.

Para o Eixo 1) Construção do Grupo, realizamos atividades de identificação de potencialidades dos jovens para atividades laborais, seus sonhos e desejos para o trabalho, por meio de dinâmicas para construção de vínculos e autopercepção, posteriormente, atividades para criação do logotipo e nome para a Barbearia. Ademais, construção dos objetivos coletivos para o espaço físico da Barbearia, dinâmicas para imaginar o espaço físico e o que existiria para ofertar neste espaço, quais os trabalhos e outros. Realizamos um quadro que dispunha sobre a distribuição de tarefas, organização do espaço e execução dos cortes, conforme o interesse dos jovens, garantindo a participação de todos os interessados na aprendizagem prática da barbearia por meio da rotatividade entre eles. Realizamos uma festa de confraternização final com os jovens e suas famílias, entregamos álbuns individuais

com fotos do trabalho e das atividades realizadas, uma linha do tempo da participação dos jovens nos encontros semanais, construímos também de maneira coletiva uma camiseta para a barbearia e cartões de visita, sendo a primeira entregue aos jovens no último dia de atividades. No Eixo 2) Formação Teórico-Prática, houve a divisão do trabalho em dois momentos,

A) Formação Teórico-Prática no Ofício de Barbearia e B) Formação Teórico-Prática em Economia Solidária. Para o primeiro começamos buscando um profissional no ofício de barbearia que tivesse interesse no escopo do projeto, compreendendo suas especificidades e demandas. Depois de realizada uma seleção com barbeiros da cidade de São Carlos/SP, começamos a formação técnica com os jovens. Durante as atividades práticas o ofício foi apresentado, bem como materiais de trabalho, normas de segurança e higiene no trabalho, construção de um cronograma para o aperfeiçoamento técnico: apresentação das medidas da cabeça e face; manipulação dos equipamentos e introdução aos cortes básicos e estilizados.

Para o segundo, realizamos atividades e dinâmicas introdutórias de EcoSol, abordando os princípios da mesma, o que é um E.E.S e as formas de organização coletiva no trabalho, autogestão e administração de um E.E.S, por meio de organização e identificação de material e espaço, comunicação visual e oral, listas de tarefas e distribuição destas, em conjunto a gestão de pessoas. Comercialização solidária, abordamos sobre oferta de serviços, propaganda e marketing solidário, fortalecimento da comunidade e daqueles que compõem um E.E.S, bem como o comércio justo e solidário. Em relação às vendas trabalhamos o estudo de viabilidade econômica (E.V.E). Por fim, trabalhamos a formalização de um E.E.S.

No eixo 3) Inclusão em Grupos, tínhamos como ideia central realizar visitas as barbearias da cidade, aos espaços de Economia Solidária e estreitar os vínculos entre esses dois espaços, barbearia e EcoSol. Contudo, no que diz respeito às visitas em barbearias, tivemos bastante dificuldade, pois, apesar de conseguirmos uma rede de barbeiros que demonstraram interesse nas visitas, por eventualidades e outras demandas não foi possível a concretização das mesmas. As visitas aos EES foram realizadas.

RESULTADOS

Os impactos da experiência foram bastante positivos na vida dos jovens participantes, tanto segundo eles, na perspectiva de construção de projetos de vida; como segundo seus familiares, uma das mães relatou que este foi o único projeto, até o momento, que seu filho participou do início ao fim. Ao final da capacitação os jovens receberam dois certificados, um referente à capacitação em barbearia e outro referente à capacitação em autogestão. Argumentamos que a Economia Solidária pode oferecer subsídios para construção de ferramentas de prevenção psicossocial para populações em situação de vulnerabilidade social. Por meio da interface entre a inclusão social pelo trabalho e o cooperativismo social, entendemos a importância de trabalhos que acolham e possibilitem um novo olhar para o futuro de jovens em vulnerabilidade social.

Ao fim de 18 encontros semanais de sensibilização para a EcoSol e Ofício de Barbearia, com duração de 2 horas por encontro, desenvolvidos durante 4 meses com os jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, nas dependências da Instituição Salesianos São Carlos, sede do Programa de Medidas Socioeducativas em meio aberto da cidade, compreendemos que o processo desenvolvido se caracteriza como uma tecnologia de inclusão social, entendida como “metodologias reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representem efetivas soluções de transformação social” (REDE..., 2009, s/p).

Está sendo construída uma cartilha com a descrição da tecnologia social desenvolvida a ser distribuída em todos os Programas de Medidas Socioeducativas do Brasil visando estimular a reaplicação da metodologia desenvolvida.

REFLEXÕES FINAIS

Apontamos a importância da parceria com a equipe do Programa de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto da cidade de São Carlos para o desenvolvimento do projeto, inclusive com a participação de uma educadora de medidas na equipe de trabalho. O vínculo prévio desta profissional com os jovens facilitou sobremaneira o entrosamento inicial da equipe com eles.

A equipe do Programa de Medidas se mostrou consideravelmente impressionada com a rápida e forte construção de vínculos, especialmente por terem encaminhado ao grupo jovens com experiência de difícil convivência e baixa

vinculação. Avaliou que as atividades realizadas com o grupo impactou positivamente os atendimentos individuais e as perspectivas de convivência e trabalho dos jovens.

Finalizamos este trabalho com reflexões que os encontros com os jovens neste projeto nos proporcionaram: numa manhã ensolarada em meio a uma sala que construiu fortes laços entre pessoas que nunca haviam conversado entre si como grupo, o sol entra pela janela e se estende aos corpos compassados que em meio ao sono se entusiasmam com um novo reencontro, entre navalhas, desejos, músicas, tesouras e conversas, eis o encontro de si, o encontro com outros e com o futuro. Os sorrisos e os olhares de acolhimento sempre foram presentes nesse espaço. No resgate de memórias os sonhos são transformados em potenciais de mudança, as palavras amigas e o sentimento de pertencer florescem. Resgatar sonhos e possibilitar sua existência no plano físico é uma tarefa diária que caminha entre aprender, germinar, cuidar e fomentar. Os olhos cheios de orgulho daqueles que acompanharam este projeto entendem que no país que a cada 23 minutos um jovem negro periférico é morto, no país em que o racismo estrutural ocorre de forma desenfreada, palavras e trabalho pautado na identificação destes com suas vivências e sentimentos podem acolher e cuidar. Tornam-se potenciais na transformação da vida de jovens que vivenciam a negligência estatal, genocida e racista, que não oferece oportunidades de geração de trabalho, renda e estudo, de saídas para a situação de vulnerabilidade social. É na construção coletiva que sonhos se tornam realidade, transformam vidas e trilham caminhos menos danosos.

REFERÊNCIAS

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 42.^a edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

INSTITUTO DE TECNOLOGIA SOCIAL. Reflexões sobre a construção do conceito de tecnologia social. In: LASSANCE JÚNIOR, A. E. et al. *Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento*. Fundação Banco do Brasil: Rio de Janeiro, 2004. p. 117-133.

REDE DE TECNOLOGIA SOCIAL. Disponível em: <<http://www.rts.org.br>>. Acesso em: 23 set. 2009.

INCUBAÇÃO DE COOPERATIVAS DE TRABALHO DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS NO PLANALTO CATARINENSE:

Jonatas da Silva Campos

Graduando em Ciências Biológicas

Centro Universitário Leonardo Da Vinci

campos.cienciabio@gmail.com

Prof. Dr. Geraldo Augusto Locks

Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação

Universidade do Planalto Catarinense

geraldolocks@gmail.com

João Eduardo Branco de Melo

Doutorando em Educação

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

joaoeduardo1@gmail.com

Este texto reflete sobre as tecnologias sociais na criação e desenvolvimento de cooperativas de trabalho de catadores de materiais recicláveis tendo como base os valores e princípios da economia solidária no Planalto Catarinense. Nossa abordagem é histórica, descritiva, interdisciplinar e participativa, pois seus autores são pesquisadores vinculados ao Grupo de Pesquisa Educação e Desenvolvimento Territorial: políticas e práticas (GEDETER) do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Educação da Universidade do Planalto Catarinense. Grupo, que por sua vez, incorpora a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP-UNIPLAC), institucionalizada por meio da Chamada Pública 089/2013 do CNPq. Suas ações de ensino, pesquisa, e extensão inserem-se no

projeto maior “Educação, economia solidária e emancipação social”. Neste saber/fazer cotidiano, como refletem Moretti e Adams (2011, p. 456), assumimos “[...] uma compreensão dialética da história, uma clara intencionalidade política transformadora e uma opção de trabalho junto com as classes oprimidas na sociedade”.

O texto apresenta o contexto no qual atua a ITCP-UNIPLAC e reflete a utilização de tecnologias sociais nas cooperativas de trabalho de catadores de materiais recicláveis inseridas no Plano Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PIGIRS). O Plano é executado pelo Consórcio Intermunicipal Serra Catarinense (CISAMA), que age no território da Associação dos Municípios da Região Serrana (AMURES), uma entidade de integração político-administrativa, econômica e social agregadora de dezoito municípios, conforme pode ser vislumbrado no mapa abaixo:



Fonte: <http://www.cisama.sc.gov.br/>

As tecnologias convencionais utilizadas no paradigma do modo de produção capitalista ao atenderem a lógica da exploração e da acumulação, são excludentes e multiplicadoras da miséria. É nesta contradição que emerge a tecnologia social como alternativa de emancipação social no campo da economia solidária.

Qual a relevância de se discutir a tecnologia social no contexto da constituição e desenvolvimento de cooperativas de trabalho de catadores de materiais recicláveis? Na contramão da economia política que rege as regras de organização hegemônica da sociedade contemporânea, a tecnologia social demarca o campo ideológico da esquerda, expõe as mazelas produzidas pela tecnologia convencional, verdadeira usina de produção da pobreza; demonstra que a organização do trabalho pode se dar de modo humano, inclusivo e democrático; problematiza o conhecimento produzido na universidade, para quê e para quem? O progressivo empresariamento das instituições de ensino superior tem orientado o conhecimento para a maximização do lucro das empresas privadas. Para além da escolha ideológica de gestores, as universidades não estão aparelhadas nem preparadas para produzirem tecnologias inclusivas, uma vez que seus planos de desenvolvimento institucionais são divorciados das necessidades e interesses das populações empobrecidas.

Considerando o ambiente universitário, Dagnino ao refletir a relação tecnologia convencional (TC), tecnologia social (TS) e a inclusão social (IS), sustenta que:

Temos de gerar uma nova cultura institucional que seja favorável à TS. Uma cultura institucional que viabilize uma agenda, de pesquisa e de formação de recursos humanos, coerente com a IS, a economia solidária, coerente com a TS, alargando seu nicho, no interior do conjunto de projetos que diferentes atores sociais

impulsionam de forma aderente à TC”. (DAGNINO, 2014, p. 32).

Neste contexto, emergiu o movimento denominado de Rede de Tecnologia Social, contra hegemônico nas universidades problematizando a utilização das tecnologias convencionais.

Desta forma, o termo tecnologia social tem sido utilizado por pesquisadores, movimentos sociais, gestores públicos e diversas organizações no intuito de demarcar um campo de iniciativas que atuam segundo uma vertente crítica às visões de neutralidade e de determinismo tecnológico que, comumente, influenciam os modelos de ciência e tecnologia hegemônicos nas instituições de ensino e pesquisa. (VARANDA; BOCAUYUA, 2009, p. 11).

Segundo os autores supra citados a Rede de Tecnologia Social construiu um marco teórico conceitual da Tecnologia Social – que nós assumimos nesta reflexão – “compreendido como o desenvolvimento de produtos, técnicas e metodologias reaplicáveis a partir de diferentes formas de interação com as comunidades e que representem soluções para a diminuição das desigualdades sociais. (VARANDA; BOCAYUVA, 2009, p. 11).

O campo da economia solidária, orientado pelos princípios e valores tais como, a autogestão, propriedade coletiva dos meios de produção, distribuição justa do resultado do trabalho associado, cuidado com o meio ambiente, responsabilidade compartilhada com o entorno social, respeito e valorização da diversidade de gênero, étnico-racial, sexual, etc., detém uma relação estreita com a tecnologia social. Nossa prática de incubação assume os princípios citados e confirma esta relação de indissolubilidade. Quando pensamos em metodologias, técnicas, produtos, conhecimentos adequados voltados aos empreendimentos solidários, estamos envolvidos inteiramente com tecnologias sociais. Então, a economia solidária e a tecnologia social compõem “[...] uma estratégia de desenvolvimento socialmente inclusiva, economicamente responsável e ambientalmente sustentável”. (VARANDA; BOCAYUVA, 2009, p. 9).

Há quatro anos a ITCP-UNIPLAC incuba cooperativas de trabalho de catadores de materiais recicláveis. Nosso primeiro encontro com catadores do território do Planalto Catarinense, ocorreu em agosto de 2014, por meio de um seminário organizado pelo CISAMA e a incubadora. Seu objetivo foi apresentar o PIGIRS, decorrente da Lei 12.305/2010 instituinte da Política Nacional de Resíduos Sólidos; outrossim, demonstrar a relevância da participação dos catadores na gestão pública dos resíduos sólidos.

O CISAMA considerou este Seminário como o ponto de partida para futuras atuações, juntamente à ITCP-Uniplac, Prefeituras e Catadores, perante a inclusão social, melhorias de condições de vida, valorização da classe, considerando que os mesmos encontram-se informais e com condições precárias de trabalho. (CISAMA, 2014, p. 42).

A parceria entre CISAMA e a ITCP, bem como o reconhecimento político e social do catador como um trabalhador profissional da cadeia produtiva de recicláveis é adentrar e assumir o universo da tecnologia social solidária e incluyente. A sociedade todavia classifica este agente como “redundante”, “refugio humano” que perambula pelas ruas num “planeta cheio” de refugos. (BAUMAN, 2005). Reconhecer que “[...] os catadores utilizam como tecnologia **seus próprios corpos e mentes**, e a indústria, **somente máquinas e equipamentos**”, como registra Veronese, (2016, p. 224), tem marcado nossos processos de incubação de cooperativas de catadores, os quais podemos também assumi-los como tecnologia social, autenticado pela compreensão de que,

A metodologia de incubação foi reconhecida como uma Tecnologia Social, e sua reaplicação em escala, incentivada através da Rede de Tecnologia Social. O Edital, lançado em 2005 pela Rede, estabelece a seguinte definição: “a incubação e apoio a empreendimentos solidários é uma metodologia de ensino, aprendizagem e transferência de tecnologia de gestão para a criação de empreendimentos, valorizando a autogestão e a inclusão social. O processo envolve a dimensão do letramento e acesso ao conhecimento e tecnologia”. (VARANDA; BOCAYUVA, 2009, p. 28).

Atualmente, são três cooperativas incubadas pela ITCP-UNIPLAC com mais duas projetadas para 2019 no PIGIRS. Está previsto a implantação de cinco Centrais de Gerenciamento dos Resíduos congregando três a cinco municípios em cada uma delas na área de abrangência da AMURES. Todas incorporam cooperativas de catadores para a triagem e destinação correta dos resíduos. Os municípios de Lages, Otacílio Costa e São Joaquim, respectivamente, a COOPERLAGES, a COOPERCOC e COOPERAC, estão constituídas e em plena atividade, com exceção da última formalizada mas não efetiva.

Portanto, a equipe da ITCP encontra-se em permanente interação com a população de catadores deste território. As cooperativas tem representado oportunidade de trabalho e renda, ou seja, são instrumentos de inclusão social e melhoria das condições de vida de seus cooperados.

O planejamento das ações de incubação das cooperativas implicam em quatro eixos:

1. Acompanhamento socioassistencial; 2. Apoio pedagógico; 3. Assessoria na gestão da cooperativa e da coleta seletiva de materiais reciclados; 4. Assessoria nas relações interinstitucionais e elaboração e efetivação de contratos. O acompanhamento socioassistencial ocorre sobremaneira na fase de pré-incubação, quando os catadores encontram-se em situação de extrema vulnerabilidade social. O apoio pedagógico é realizado por meio de uma metodologia orientada pelos princípios da educação popular; é quando o saber e as práticas dos catadores se encontram com o saber e as práticas acadêmicas dos integrantes da ITCP, resultando num saber e práticas que se quer emancipatórias, incluídas e solidárias. Os temas de estudo a destacar, entre outros, são os estatutos sociais da cooperativa; a lei 12.305/2010; a economia solidária e sua política pública existente na cidade de Lages, cuja lei municipal foi aprovada em 2014.

Em suma, uma auto avaliação crítica nos estimula a percorrer um longo caminho de desafios e possibilidades. A vivência e compromisso com as tecnologias sociais nos processos de incubação da ITCP-UNIPLAC junto as cooperativas de catadores no território do Planalto Catarinense, além de implicar em uma crítica às tecnologias convencionais subordinadoras dos trabalhadores em grandes empresas, são instrumentos técnicos, políticos, pedagógicos, socioculturais, de resistência, insurreição e alternativa das classes trabalhadoras ao modo de produção capitalista.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **Vidas desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

CISAMA - Consórcio Intermunicipal Serra Catarinense.

Disponível em: <http://www.cisama.sc.gov.br/> acesso em: 08.mar.2019.

DAGNINO, Renato. A tecnologia social e seus desafios. In: **Tecnologia Social:**

contribuições conceituais e metodológicas. Campina Grande: EDUEPB, p. 19-34, 2014.

MORETTI, Cheron Zanini; ADAMS, Telmo. Pesquisa participação e educação popular: epistemologias do sul. In: **Educ. Real.**, Porto Alegre, v. 36, n. 2, p. 447-463, maio/ago. 2011. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/16999/12915>

Acesso em: 11.mar.2019.

VARANDA, Ana Paula de MOURA; BOCAYUVA, Pedro Claudio Cunha. **Tecnologia Social, Autogestão e Economia Solidária**. Rio de Janeiro: FASE | Ippur | Lastro | UFRJ, 2009.

VERONESE, Marília Veríssimo. Associativismo entre catadores de material reciclável urbano. *Contemporânea* v. 6, n. 1, p. 213-236 Jan.–Jun. 2016.

Disponível em: <http://doi.editoracubo.com.br/10.4322/2316-1329.002>

Acesso em: 23.mar.2019.

PROJETO IARA:

O negócio social que tem o propósito de diminuir os impactos causados pela falta de saneamento básico em comunidades carentes através do uso de tecnologias sociais de baixo custo.

Autor: Iago Antão Sabença Cruz, Graduando em Engenharia Civil, Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET/RJ, iago.antaosc@gmail.com

Co-Autores: Nathália Brito dos Santos , Graduanda em Engenharia Ambiental, Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET/RJ, nathalia.brito.santos@gmail.com;

Yago Sacramento Moriello, Graduando em Engenharia Ambiental, Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET/RJ, yagomoriello@gmail.com;

Giovanna Marcondes Ferraz Lanzoni Marins Pessanha, Graduanda em Engenharia de Produção, Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET/RJ, giovannapessanha@gmail.com.

Os dados mundiais de saneamento básico são muito preocupantes. Segundo a OMS, pelo menos uma em cada quatro pessoas no mundo (1,8 bilhões de pessoas), bebe água contaminada por coliformes fecais. No Brasil a situação não é diferente. São mais de 35 milhões de brasileiros sem acesso à água tratada, causando aumento dos gastos do SUS com infecções gastrointestinais. Propondo a diminuição desses impactos negativos, O Projeto IARA, uma iniciativa da Enactus CEFET/RJ, visa remediar a falta de saneamento básico em comunidades do Rio de Janeiro. Isso é feito por meio do desenvolvimento de tecnologias sociais, fornecimento de água clorada e conscientização, sensibilização quanto à importância do saneamento e preservação do meio ambiente para evolução da qualidade de vida das pessoas.

Até o momento, atuamos no distrito de Suruí, comunidade-piloto do Projeto,

situada em Magé-RJ, município que compõe a área da Baixada Fluminense com uma população de quase 250.000 habitantes segundo o IBGE. Suruí vive majoritariamente do comércio local e da atividade pesqueira no Rio Suruí que, nos últimos anos, sofreu uma grande perda em sua vida aquática após um grave derramamento de petróleo.

Grande parte dos moradores do distrito não possuem acesso à rede de distribuição pública de água potável. A CEDAE, prestadora do serviço de abastecimento de água, costuma atender somente a área mais central e comercial do território. Para tanto, a grande maioria da população de Suruí utiliza poços artesianos e semi-artesianos para o seu suprimento hídrico. Também é utilizada, por algumas famílias, a água proveniente de uma represa, próxima ao local. Porém, apesar dessa opção ser ainda muito comum, há indícios de que essa água já não tenha características próprias para o consumo, por apresentar oscilações frequentes de qualidade. Quando ambas as opções não estão disponíveis, os moradores se veem obrigados a caminhar por grandes distâncias até uma fonte natural de água mineral. Independentemente das opções de acesso, é raro o uso de dispositivos de tratamento de água.

Enfrentando essas problemáticas, o IARA tem como objetivo levar tecnologias sustentáveis de baixo custo ligadas ao fornecimento de água limpa às comunidades desprovidas deste bem, melhorando a qualidade de vida e saúde pública no local. Buscando a sustentabilidade do projeto, um plano financeiro vem sendo desenvolvido. Nele, moradores interessados serão ensinados a construir as tecnologias e capacitados a fazer seu marketing e vendê-las aos habitantes da localidade.

O projeto conta com o apoio do departamento de Engenharia Civil e Engenharia Ambiental do CEFET, que nos aconselha e nos oferece treinamentos sobre o assunto, parceria com o departamento de Química do IFRJ para os testes de qualidade da água e também com a parceria do Instituto Trata Brasil para coleta de dados, contato com novas comunidades e para apoio ao projeto. Em contrapartida, o Trata ganha mais um braço parceiro atuando dentro de mais uma comunidade.

Nos últimos meses de atuação, a equipe do projeto finalizou as ações para a aproximação inicial com a comunidade e instalou ao todo 5 cloradores da Embrapa nas casas de 5 famílias locais. Futuramente, estas casas servirão como base para a elaboração e prototipagem do clorador automatizado, que também será testado nessas residências. Consequentemente, 19 pessoas já têm acesso a uma água de melhor qualidade. Ao todo,

974.500 litros de água foram tratados até o dia 22 de março de 2019 pela tecnologia implementada, gerando uma economia de R\$3415,50 em gastos com água mineral (período de Novembro 2018/ Fevereiro 2019). O projeto também já está em contato com outros 3 moradores da região, para que estes recebam capacitações e tenham conhecimento para construir, vender, instalar e fazer a manutenção do clorador. O intuito é gerar uma renda extra a eles e expandir o raio de alcance do Projeto.

O IARA ainda tem como parceiro o Centro de Referência em Assistência Social de Suruí, que auxilia no acesso às informações sobre a comunidade e com as indicações de colaboradores locais. Foram aplicados 6 pré-testes com possíveis colaboradores e destes, 3 foram selecionados. A ONG Água Doce é outra parceira do IARA, que abre seu espaço para estudos que auxiliarão o projeto na elaboração da tecnologia automatizada e para a realização das capacitações e divulgação do projeto. Em troca, nós levaremos seu nome como parceiro do projeto e trabalharemos juntos no desenvolvimento de atividades educativas.

Em relação às tecnologia, montamos e testamos duas tecnologias (clorador Embrapa e filtro caseiro). Ainda, fizemos diversos protótipos, 7 versões de um clorador automatizado, baseado no conceito de uma bomba peristáltica, através de um motor de 12V e conjunto de rolamentos, injetando hipoclorito de sódio de um recipiente de armazenagem para a tubulação de alimentação de água do poço para a caixa d'água. Além disso, foi fechada a parceria com a AMBahia Studio, empresa que fará a impressão das peças em 3D que os protótipos precisam e que nos auxilia, também, na elaboração e estruturação da tecnologia automatizada. Com isso, realizamos 3 teste do protótipo em linha a uma tubulação alimentada com água sobre pressão de uma bomba hidráulica num sistema fechado, averiguando encaixe da tecnologia ao sistema de abastecimento.

Tendo em vista que as casas da região possuem necessidades específicas, tivemos algumas dificuldades para fazer um modelo eficiente, que despeje a quantidade certa de cloro na tubulação que alimenta a caixa d'água. Após diversos estudos para a elaboração de uma tecnologia automatizada, chegamos a conclusão que a tecnologia que melhor atenderia nossas necessidades seria uma tecnologia passiva, sem ter a necessidade de energia elétrica para seu funcionamento. Esta tecnologia passiva, que ainda está em fase de elaboração, funciona a partir da diferença de pressão que é exercida sobre as extremidades da mangueira. Com isso, conseguimos fazer uma tecnologia eficiente, que despeja a quantidade necessária de cloro de acordo com a necessidade da casa em que for

instalada, e com isso, uma tecnologia replicável, o que garante sua difusão na comunidade e garante a expansão do Projeto IARA para outras comunidades.

Ainda que a população da região se depare com a falta de acesso à água tratada diariamente, é evidente que não há uma percepção mais cuidadosa sobre a questão. Durante diversas visitas ao distrito de Suruí, conversando com a população local, pode-se identificar que, devido à longevidade e omissão de políticas de atuação pública voltadas às obras de infraestrutura, os moradores convivem com essa problemática da água e esgoto como algo normal na vizinhança.

Eventualmente, o pensamento dos habitantes reconhece que está correndo riscos de saúde, associando os inúmeros casos de diarreia entre os familiares e amigos de bairro à baixa qualidade de água que conseguem captar. Por vezes, também, o poço do terreno de um ou outro morador é escavado muito perto de alguma fossa sanitária, havendo consequente contaminação por coliformes fecais. São questões que precisam ser abordadas e elucidadas para que, cada vez mais, ocorra a prevenção de doenças e menos gastos com saúde.

Nesse sentido, o Projeto mapeou locais que pudessem entrar em contato com assuntos sobre o saneamento básico e meio ambiente com objetivo de instrução e alerta para problemas e práticas de risco diárias. A primeira opção de público-alvo foram escolas municipais e colégios estaduais pela região. Em seguida, entramos em contato através de indicações de profissionais dessas escolas e conseguimos realizar um encontro com o Diretor Carlos Henrique, da Escola Municipal Comandante Amaral Peixoto, localizada a 7 km de Suruí, no distrito de Guia de Pacobaíba, popularmente conhecido como Praia de Mauá.

A proposta sobre conscientização do Projeto IARA foi muito bem recebida pela coordenadoria pedagógica que, de pronto, alinhou os objetivos da estrutura curricular vigente com as atividades pretendidas. Iniciamos em seguida o planejamento de um encontro em dezembro de 2018, final do ano letivo, onde os membros do IARA abordaram as quatro esferas do saneamento básico: água, esgoto, drenagem e lixo, com estudantes do 4º ano do ensino fundamental.

Nesse primeiro contato, foram apresentados os temas citados acima, seus significados e apresentações no cotidiano e, em seguida, realizada uma roda de conversa sobre a realidade dos alunos quanto ao saneamento. Além disso, assistiram um vídeo à

respeito de uma escola no semiárido nordestino onde não havia estrutura adequada de limpeza, banheiro nem água potável, onde, posteriormente a instalações e reformas, ouvimos relatos de crianças sobre como era motivador estudar numa escola que apresenta condições dignas de vida e higiene. Realizamos também, nesse mesmo encontro, dinâmicas com os alunos separados em grupos sobre ecossistemas, relações do homem com o ambiente natural, poluição urbana e preservação da água.

Com os bons resultados gerados, em 2019 foram programados, junto ao Professor Ricardo, responsável por ministrar aulas às turmas do 5º ano do ensino fundamental, 6 encontros ao longo do primeiro semestre deste ano letivo. Cada encontro será realizado em cima de temas geradores e por meio de oficinas, jogos, experiências e dinâmicas. Os temas estão divididos em água como fonte da vida, resíduos sólidos, esgoto, qualidade de vida e desigualdade social, doenças provocadas pela falta de saneamento básico e tecnologias sociais.

O IARA conta com o auxílio de estudantes do curso de Engenharia Ambiental e professores da Escola Amaral Peixoto na elaboração dos materiais e encontros. Acredita-se que há maior desenvolvimento da percepção sobre as questões ambientais quando a abordagem se dá de forma lúdica. Brincadeiras e jogos compõem as metodologias que serão aplicadas para que os estudantes possam aprender de forma mais descontraída e leve, ressignificando o modelo de ensino arcaico, desmotivante, engessado e pouco aberto a críticas. Importante ressaltar também que a maioria deles vive em condições inadequadas de saneamento, onde o conhecimento levado para dentro de casa, também por meio de oficinas, influencia pais, mães e parentes mais atentos à problemática que o Projeto se envolve.

O IARA, ao longo de sua trajetória participou de diversos editais, dentre eles o Water Race, um edital mundial fornecido pela rede ENACTUS, o qual busca projetos que proponham soluções para a crise de água. Em 2018, o Iara foi inscrito e prosseguiu até a segunda fase, ficando entre os 32 melhores. Atualmente, o projeto encontra-se inscrito novamente no edital, o qual é lançado todo ano, e está concorrendo na primeira fase.

Além disso, o IARA também participou do edital Vitrine Tech CGG. A CGG é uma empresa líder em geociência e juntamente com a Argilando, ONG que trata de responsabilidade social, patrocinaram o edital. Durante ele, passamos por 3 fases concorrendo com diversos outros projetos tecnológicos e ao fim alcançamos o 1º lugar na competição.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

1. EMBRAPA. Clorador Embrapa. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. 2010. Acessado em 19 de fevereiro de 2017 em: <http://saneamento.cnpdia.embrapa.br/tecnologias/Folder_Clорador.pdf>
2. IFRJ Maracanã. Relatório da primeira análise de águas de Magé. Rio de Janeiro, novembro de 2017.
3. Secretaria de Estado de Saúde e Defesa Civil da Prefeitura Municipal de Magé. Resumo do Reconhecimento Geográfico - Bairro Suruí. Rio de Janeiro, abril de 2018.
4. Instituto Trata Brasil. Benefícios Econômicos e Sociais da Expansão do Saneamento no Rio de Janeiro. Acessado em 04 de dezembro de 2017 em: <<http://www.tratabrasil.org.br/datafiles/estudos/beneficios-ecosocio/relatorio-completo-rj.pdf>>

TECNOLOGIAS SOCIAIS E INCLUSÃO SOCIAL PRODUTIVA: CONTRIBUIÇÕES ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS DE GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA NA SAÚDE MENTAL”

Neli Maria Castro de Almeida - Doutora em Serviço Social pela PUC/Rio, Mestre em Psicologia Social pelo ISCTE, Lisboa. Bolsista Produtividade em Desenvolvimento Tecnológico/CNPq

Christiane Florinda de Cima Aires – Mestranda em engenharia ambiental – Universidade Estadual do Rio de Janeiro

Este trabalho pretende apresentar o projeto “Tecnologias sociais e inclusão social produtiva: contribuições às políticas públicas de geração de trabalho e renda na saúde mental”, que consiste em uma proposição de atividades de pesquisa e extensão de base tecnológica, tendo por foco contribuir para a qualificação e ampliação dos programas de geração de trabalho e renda da rede pública de assistência em saúde mental. Este projeto foi desenvolvido no âmbito da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares do Instituto Federal de Educação do Rio de Janeiro – ITCP/IFRJ, e teve por público-alvo de suas ações os usuários, familiares e técnicos vinculados ao campo da saúde mental. Buscou-se, assim, garantir uma estrutura permanente de funcionamento da ITCP/IFRJ para o desenvolvimento de ações tecnológicas voltadas para a inovação de produtos e de processos a serem transferidos às políticas públicas de saúde mental.

Segundo o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC (2019), Tecnologia Social pode ser entendida como "um conjunto de técnicas, metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, que representam soluções para inclusão social e melhoria das condições de vida.

Tendo por objetivo principal desenvolver e sistematizar tecnologias sociais de inovação de produtos e de processos para o campo da saúde mental, a proposta foi estruturada em 3 segmentos de atividades:

1. Inovação de produtos e processos: criação de estruturas permanentes de processos de inovação nos segmentos de produção de alimentos, sob a técnica de reaproveitamento

de alimentos naturais, e de técnicas artesanais em argila e outros materiais, todos voltados para grupos de usuários e familiares de saúde mental, e abertos para demais grupos de empreendimentos solidários;

2. Estratégias de comercialização de produtos e difusão de tecnologias sociais: organizações de feiras comerciais e encontros temáticos em períodos regulares junto aos Fóruns de Economia Solidária.

3. Desenvolvimento de pesquisa: foco no perfil tecnológico dos programas de geração de trabalho e renda e de Centros de Convivência em todo território nacional e internacional.

Para a consecução de seus objetivos, o projeto estabeleceu uma estratégia de parceria intersetorial entre o campo da saúde mental e da economia solidária. Assim, temos a parceria com o Nuppsam/UFRJ, Núcleo de Políticas Públicas de Saúde Mental da UFRJ, buscando desenvolver um trabalho de articulação com o grupo “Familiares Parceiros do Cuidado” que reúne familiares e usuários vinculados à Rede Estadual de CAPS. E uma parceria com a Seção de Economia Solidária da Superintendência Regional do Trabalho no Rio de Janeiro - Ministério do Trabalho, para fins de integração entre as políticas de geração de trabalho e renda em saúde mental e as políticas de economia solidária.

Os principais resultados pretendidos neste projeto são: (a) consolidação e continuidade das atividades da ITCP/IFRJ, (b) ampliação dos empreendimentos solidários incubados pela ITCP, (c) realização de feiras e encontros de tecnologias sociais e comercialização de produtos artesanais produzidos em oficinas de saúde mental e outras, (d) difusão das tecnologias sociais junto ao campo da Saúde Mental e da Economia Solidária, (e) desenvolvimento de pesquisa de perfil tecnológico em geração de trabalho e renda na saúde mental, produção de publicações de resultados em revistas especializadas e (f) ampliação de Centros de Convivência (Cecos) - dispositivos de saúde mental e economia solidária destinados a programas de geração de trabalho, renda e cultura. As ações do projeto já possibilitaram a criação de um coletivo formado por técnicos, usuários e familiares de saúde mental para a construção de uma rede em prol da implantação de Centros de Convivência. Esse coletivo vem se reunindo sistematicamente e foi o principal autor do Projeto de Lei de Centros de Convivência no Estado do Rio de Janeiro, apresentado em dezembro de 2018 na Alerj.

Neste sentido, o projeto proposto pretende contribuir para ampliar o acesso dos usuários e de seus familiares a processos de formação para atividades produtivas, acessando novas tecnologias de inclusão social pelo trabalho, buscando também contribuir para a consolidação de novas políticas públicas de geração de trabalho, renda e cultura voltadas para grupos de maior vulnerabilidade social.

b. Objetivos:

b.1) Objetivo geral:

Desenvolver e sistematizar tecnologias sociais de inovação de produtos e de processos, buscando ampliar e qualificar os programas de geração de trabalho, renda e cultura, tendo em vista contribuir para as políticas públicas intersetoriais de Centros de Convivência no campo da saúde mental.

b.2) Objetivos específicos:

1. Criar uma estrutura permanente na ITCP para as atividades de inovação em produção de alimentos, tendo por base a tecnologia social de reaproveitamento de resíduos de alimentos naturais.
2. Ampliar o número de grupos incubados nas atividades de inovação na arte carnavalesca, produção artesanal em argila, buscando incluir os empreendimentos solidários em arte, artesanato e cultura desenvolvidos na zona oeste.
3. Organizar, promover e executar feiras de exposição e comercialização de produtos das atividades de incubação para difundir as tecnologias sociais da ITCP/IFRJ e os produtos desenvolvidos pelos grupos de geração de renda no campo da saúde mental.

4. Articular fóruns de discussão das políticas de geração de trabalho e renda, promover rodas de conversa, encontros, oficinas de tecnologias sociais para

Centros de Convivência, tendo por base o Guia “Dá para fazer! Economia Solidária e Saúde Mental” publicado pela ITCP/IFRJ.

5. Desenvolver pesquisa de mapeamento de Centros de Convivência (Cecos) e de programas de geração de trabalho e renda no campo da saúde mental, tendo por base o Cadastro de Iniciativas de Inclusão Social pelo Trabalho (CIST) / Ministério da Saúde, buscando conhecer o perfil tecnológico dos Cecos e dos programas de geração de trabalho e renda em saúde mental em território nacional e internacional.

c) Relevância

Esta proposta está inserida no campo dos desafios tecnológicos para a consolidação de um novo modelo de assistência em saúde mental centrado nos direitos sociais, conforme prevê a Lei 10.215/2001 da Reforma Psiquiátrica brasileira. Consideramos que, ainda, lidamos com a necessidade de superar o modelo anterior centrado no modelo hospitalar, que vem ao longo dos anos excluindo das atividades produtivas, sociais e econômicas os usuários, e seus familiares (Almeida, 2004), vinculados à rede pública de assistência em saúde mental. A experiência de Nise da Silveira em sua valorização do trabalho artístico de pessoas portadoras de transtornos mentais e a concepção de Benedetto sobre a importância do trabalho como fator de reabilitação psicossocial (Saraceno, 1999) indicam que temos um enorme desafio para desenvolver novas tecnologias sociais capazes de garantir a inclusão social desta população portadora de transtornos mentais.

A questão que se coloca é justamente poder identificar que tecnologias sociais, tanto no que se refere a produtos como a processos, podem constituir metodologias aplicáveis ao campo da assistência em saúde mental, no que se referem ao objetivo principal da inclusão social destes usuários e de seus familiares, sobretudo, por sua condição de alta vulnerabilidade social (Almeida, 2011).

De acordo com o “Relatório sobre a saúde no mundo: saúde mental nova concepção, nova esperança” (OPAS/OMS, 2005) os transtornos mentais exercem forte impacto não apenas para os indivíduos, mas também para suas famílias e comunidades. Para o próprio indivíduo, além do sofrimento trazido pela doença, há também grande perda em termos da possibilidade de exercer atividades de trabalho e lazer, muitas vezes em virtude de discriminação. Ainda segundo o Relatório, uma entre quatro famílias possui pelo menos um membro que sofre de transtorno mental ou comportamental. Sobre a família recaem desde dificuldades econômicas até as reações emocionais às doenças, ao estresse em face de um comportamento perturbado, à disrupção da rotina doméstica e a restrição das atividades sociais. O impacto econômico dos transtornos mentais é enorme. Além dos custos sociais diretos com os serviços de saúde mental, o indivíduo e sua família se veem diante de importante restrição econômica devido à significativa diminuição da capacidade produtiva e de inserção social do portador de sofrimento psíquico.

Assim, o projeto procura intervir junto a um grupo populacional formado por usuários e familiares vinculados à rede de saúde mental, mas especificamente aos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS). Os CAPS prestam atendimento clínico em regime de atenção diária às pessoas com transtornos mentais graves, buscando preservar e fortalecer os laços sociais dos usuários e promover a autonomia, o que só é possível através de um variado repertório de ações voltadas para o acesso ao trabalho, ao lazer, ao exercício de direitos civis, sendo fundamental a construção destas redes intersetoriais.

Referências:

Almeida, Neli _ Contribuições à temática das oficinas nos Centros de Atenção Psicossocial in Oficinas Terapêuticas em Saúde Mental, pp167-172, Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2004

Almeida, Neli _ Contribuições à temática das oficinas nos Centros de Atenção Psicossocial in Oficinas Terapêuticas em Saúde Mental, pp167-172, 2011

Almeida, Neli et al - Dá para fazer - guia prático de Saúde Mental e Economia Solidária, Rio de Janeiro, Ed.Wall Print, 2017.

Ministério da Ciência, Tecnologia , Inovações e Comunicações - MCTIC (2019)

Saraceno, Benedetto - Libertando identidades, da reabilitação psicossocial à cidadania possível, Rio de Janeiro: Te Corá, 1999



V Congresso da Rede de ITCPs

**UNIVERSIDADE E ECONOMIA SOLIDÁRIA:
REDE ITCPs - 20 ANOS RESSIGNIFICANDO A UNIVERSIDADE NO BRASIL**

**CEFET/RJ
RIO DE JANEIRO - RJ
01 A 04 DE MAIO DE 2019**

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Área temática

Economia Solidária, Legislação e Marco Legal

Coordenação: Valmor Schiochet

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA – CNES NO PERÍODO DE 2003 A 2019

OLIANI, Fabiana da Silva. Mestre em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental (UDESC). Analista de Projetos na Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade do Vale do Itajaí. – ITCP/UNIVALI – fabiana.oliani@univali.br

MARTINS, Leila Andrésia Severo Martins. Mestre em Educação e Cultura (UDESC). Professora e Coordenadora na Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade do Vale do Itajaí. – ITCP/UNIVALI – leilasevero@univali.br

RESUMO EXPANDIDO

Este breve estudo trata das alterações na institucionalização do Conselho Nacional de Economia Solidária – CNES. Tem por objetivo apresentar o marco legal do CNES desde sua criação, em 2003, até o atual contexto, março de 2019. O advento da Medida Provisória – MP 870/2019 apresenta uma explícita alteração na composição do CNES, fato que desencadeou esta a pesquisa pairando sobre o texto trazido na MP que altera essencialmente a composição do CNES. Primeiramente foi elaborado ementário jurídico, que pode ser entendido como um instrumento metodológico utilizado para a elaboração de marcos normativos e regulatórios em políticas públicas. Consiste na descrição sequencial de normativas que regulam determinado assunto. O ementário foi organizado de forma cronológica, as normativas constantes são fontes desta pesquisa e a partir disto, pode-se compreender o histórico de institucionalização do CNES, conferindo na legislação federal, as alterações na estrutura e composição até o presente momento. A partir da construção do ementário jurídico averiguou-se que esta mudança na composição no Conselho iniciou no governo anterior. Os resultados são apresentados com fontes em pesquisas bibliográficas e documentais, realizadas por meio digital, em especial ao ordenamento jurídico brasileiro.

LEGISLAÇÃO FEDERAL - ORDEM CRONOLÓGICA	
NORMATIVA	EMENTA
Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003. (Conversão da Medida Provisória nº 103, de 2003)	Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios
Decreto nº 4.764, de 24 de junho de 2003.	Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro dos Cargos do Ministério do Trabalho e Emprego
Decreto nº 5.811, de 21 de junho de 2006.	Dispõe sobre a composição, estruturação, competência e funcionamento do Conselho Nacional de Economia Solidária - CNES
Decreto nº 5.999, de 26 de dezembro de 2006.	Dá nova redação ao art. 3º do Decreto nº 5.811/2006 que dispõe sobre a composição do CNES
Decreto nº 8.894, de 3 de novembro de 2016	Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos do Ministério do Trabalho
Medida Provisória nº 782, de 31 de maio de 2017 (Convertida na Lei nº 13.502, de 2017)	Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios
Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017.	Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; altera a Lei nº 13.334/2016; e revoga a Lei nº 10.683/2003 , e a Medida Provisória nº 768/2017
Decreto nº 9.674, de 2 de janeiro de 2019	Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro dos Cargos do Ministério da Cidadania

Decreto nº 9.679, de 2 de janeiro de 2019	Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro dos Cargos do Ministério da Economia

Quadro 1: Ementário jurídico

Fonte: Elaborado pela autora

Quando foi criado, pela Lei 10.683/2003, o CNES integrava a estrutura básica do extinto Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, enquanto órgão colegiado excepcional. Isto porque todos os demais colegiados vinculados ao referido Ministério eram de composição tripartite, observando-se a paridade entre representantes do governo, de trabalhadores/as e dos/das empregadores/as, à exceção do CNES (Art. 29, inciso XXI, §2º da Lei 10.863/2003). Ainda em 2003, o Decreto 4764 aprovou a estrutura regimental do MTE e criou a Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, sendo definidas suas competências, entre as quais a de “supervisionar, orientar e coordenar os serviços de secretaria do CNES”, contemplava ainda as competências do Conselho, que foram sutilmente alteradas posteriormente pelo Decreto 5811/2006. Com a regulamentação, o CNES reafirmou suas competências de:

- I - estimular a participação da sociedade civil e do Governo no âmbito da política de economia solidária;
- II - propor diretrizes e prioridades para a política de economia solidária;
- III - propor medidas para o aperfeiçoamento da legislação, com vistas ao fortalecimento da economia solidária;
- IV - avaliar o cumprimento dos programas da Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego e sugerir medidas para aperfeiçoar o seu desempenho;
- V - examinar propostas de políticas públicas que lhe forem submetidas pela Secretaria Nacional de Economia Solidária;

VI - coordenar as atividades relacionadas com a economia solidária desenvolvidas pelas entidades nele representadas com as da Secretaria Nacional de Economia Solidária;

VII - estimular a formação de novas parcerias entre as entidades nele representadas e a Secretaria Nacional de Economia Solidária;

VIII - colaborar com os demais conselhos envolvidos com as políticas públicas de desenvolvimento, combate ao desemprego e à pobreza; e

IX - aprovar o seu regimento interno.

(Art. 2º Decreto 5811/2006)

O Decreto 5811 tratou especificamente do CNES, trazendo sua definição, competências composição, estrutura, atribuições da presidência, fontes de recursos, etc. Sua composição teve uma pequena alteração no nome das representações, resguardando suas competências e composição. Em maio de 2017, foi proposta a MP 782, convertida posteriormente na Lei nº 13.502/2017, com esta MP é que houve drástica mudança na composição do CNES, como pode se observar abaixo:

Art. 56. Integram a estrutura básica do Ministério do Trabalho:

[...]

III

- o Conselho Nacional de Economia Solidária; [...]

Parágrafo único. Os Conselhos a que se referem os incisos I a V do caput são órgãos colegiados de composição tripartite, observada a paridade entre representantes dos trabalhadores e dos empregadores, na forma estabelecida pelo Poder Executivo federal. (Art. 56 da MP 782/2017)

Art. 56. Integram a estrutura básica do Ministério do Trabalho:

[...]

III

- o Conselho Nacional de Economia Solidária; [...]

Parágrafo único. Os Conselhos a que se referem os incisos I, II, III, IV e V do caput deste artigo são órgãos colegiados de composição tripartite, observada a paridade entre representantes dos trabalhadores e dos empregadores, na forma estabelecida pelo Poder Executivo federal. (Art. 56 da Lei 13.502/2017)

A MP 782 foi proposta para substituir a Lei 10.683/2003, a mesma que criou o CNES, revogando-a na sua integralidade. As MPs enquanto vigentes equivalem a leis ordinárias, podendo acrescentar, alterar ou revogar normas. É comum serem editadas MPs com a troca de gestão governamental. No processo legislativo, compete privativamente a/o Presidenta/e da República adotar MPs, permitida sua edição em caso de relevância e urgência, com força de lei, sendo submetidas de imediato ao Congresso Nacional (Art. 62 da CRFB/88). Na exposição de motivos da MP 782, consta a necessidade e urgência em consolidar “de forma imediata a estrutura governamental em um único instrumento, garantindo a organicidade e coerência necessárias”, o que não aconteceu de fato em relação às mudanças impostas ao CNES, visto que o novo formato na composição da representatividade de conselheiras/os é uma afronta aos princípios da economia solidária. Essa alteração passou despercebida, talvez pela linguagem jurídica adotada na redação do texto, como apresentado acima.

Ao analisar as duas normas: Lei 13.502/2017 e Decreto 5811/2016 há um conflito aparente de normas, solucionado aplicando-se o critério da especialidade. Este critério considera a supremacia da norma mais específica, verificando-se qual delas dispõe sobre o objeto conflituoso, no caso concreto a composição do CNES, isto porque o Decreto possui caráter mais específico, em oposição a um caráter mais genérico da MP. Segundo TARTUCE (2018, p. 54) a antinomia acontece na presença de duas normas conflitantes, válidas e emanadas de autoridade competente, sem que se possa dizer qual delas merecerá aplicação ao caso concreto. BOBBIO (2007, p. 234) defende que se coexistirem duas normas conflituosas “a coerência não é condição de validade, mas

continua a ser condição para a justiça do ordenamento”. Para o autor, no caso de haver duas normas válidas estas podem ser aplicadas indistintamente segundo o livre juízo daqueles que são chamados a aplicá-las, porém “são violadas duas exigências fundamentais, em que se infundem os ordenamentos jurídicos: a exigência da certeza e a exigência da justiça”. Isto significa que apesar de lei ordinária ter maior hierarquia, tem-se no Decreto maior especificidade sobre o CNES, definido como “órgão colegiado integrante da estrutura do Ministério do Trabalho e Emprego, de natureza consultiva e propositiva, que tem por finalidade realizar a interlocução e buscar consensos em torno de políticas e ações de fortalecimento da economia solidária”. O Decreto define a composição tripartite: governo federal, secretarias estaduais de trabalho e órgãos de apoio à economia solidária de governos estaduais e municipais; empreendimentos econômicos solidários e, representação das organizações da sociedade civil e serviços sociais. O aparente conflito entre a MP 870 e o Decreto 5811 se dirime ao analisar dois decretos posteriores à MP, Decretos nº 9674 e 9679 de 2 de janeiro de 2019, que tratam da estrutura regimental do Ministério da Cidadania e do Ministério da Economia respectivamente. Em ambos diplomas legais, consta que cabe ao CNES “exercer as competências estabelecidas no Decreto nº 5.811/2006”. Assim restam ao CNES suas competências originárias, não estando revogados os artigos que tratam da composição. Permanecendo em vigência toda a regulamentação do Decreto 5811. Não se pode concluir se a alteração, desde a MP 782, se trata de mero descuido ou se realmente há má intenção do poder executivo em desconfigurar o CNES. De qualquer forma a modificação na composição não foi impeditiva para a realização de duas reuniões do CNES desde 2017, conforme composição do Decreto 5811. Como visto, as mudanças no CNES iniciaram antes da MP 870, passando despercebida, ao contrário da alteração mais recente que traz nova definição ao CNES, alterando substancialmente sua composição, motivo pelo qual pode ter havido certa mobilização por parte da sociedade civil atuante na economia solidária. A MP 870 estabelece que o CNES “é órgão colegiado de composição tripartite, observada a paridade entre representantes dos trabalhadores e dos empregadores, na forma estabelecida em ato do Poder Executivo federal.” Reiterar esse desarranjo na composição do CNES é certamente negar a economia solidária e atestar desconhecimento ou afronta aos seus princípios. Isto porque fere diretamente o princípio da autogestão, ao desconsiderar a forma de organização do trabalho na economia solidária, pois esta se fundamenta na inexistência da figura de patroas ou patrões e da exploração do trabalho. Destaca-se que a MP 870 também extingue o Ministério do

Trabalho e traz consigo o descaso do atual governo com as relações de trabalho e com o direito das/dos trabalhadoras/trabalhadores. Com a extinção do Ministério todas as competências, direções, chefias e unidades ligadas à economia solidária foram transferidas para um Departamento de Economia Solidária, vinculado à Secretaria de Inclusão produtiva Urbana no Ministério da Cidadania. As demais foram distribuídas entre Ministério da Justiça e Segurança Pública (imigração e registro sindical) e o Ministério da Economia (conselhos vinculados a fundos). Esta organização atrela a economia solidária à assistência social, e somente ao meio urbano, não reconhecendo o trabalho associado e solidário no meio rural e muito menos economia solidária enquanto estratégia de desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

BOBBIO, Norberto. Teoria Geral do Direito. Martins Fontes. São Paulo. 2007.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 6 de outubro de 1988. Disponível em: <https://bit.ly/1bIJ9XW>. Acesso em 20 de março de 2019.

TARTUCE, Flávio. Manual de Direito Civil. Volume Único. Editora Método. São Paulo. 2018

**O PROCESSO DO MARCO LEGAL DA ECONOMIA SOLIDÁRIA EM CAMPOS
DOS GOYTACAZES: PAPEL DO FÓRUM E DA INCUBADORA TECNOLÓGICA
DE EMPREENDIMENTOS POPULARES.**

Autora: Nilza Franco Portela

Mestre em Planejamento Regional e Gerência de Cidades - Universidade Estadual do
Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF)

E-mail: ngabby0@gmail.com

Telefone de contato: 22. 981176431

Co-autora: Márcia Regina Pacheco Soares

Mestre em Cognição e Linguagem

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

E-mail: mpachecosoaes@gmail.com

22 981113638

Co-autora: Fernanda Gonçalves Fernandes

Mestre em Cognição e Linguagem

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

E-mail: fernandagfernandes1@hotmail.com

22 999636612

Co-autora: Heloísa Landim Gomes

Mestranda em Cognição e Linguagem

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

E-mail: lamdim.hl08@gmail.com

22. 981153030

Introdução

O estudo tem como base a análise das experiências desenvolvidas pelo Programa de Extensão Universitária Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Populares (ITEP), da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), com sede em Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro. O Programa foi aprovado em 2009 e atua junto empreendimentos econômicos, com perfil da economia solidária, foco na formação e assessoria técnica que potencialize o surgimento de novos modelos produtivos baseados na autogestão, através de transferência de conhecimentos acumulados na universidade e tecnologias sociais. As ações de extensão estão voltadas para a experimentação de microprocessos produtivos, gestão administrativa e financeira, melhoria de produtos, introdução de moeda social, circuitos de comercialização, incubação de cooperativas e empreendimentos, fortalecendo a viabilidade econômica dos negócios autogestionários, no incentivo do consumo consciente e como um projeto de desenvolvimento local/municipal. É também indutor de políticas públicas municipais com ações de sensibilização, formação para as práticas e conceitos sobre economia solidária, organização dos fóruns municipais, apoio técnico-jurídico para delinear um marco legal para os municípios e estudo sobre banco comunitário com moeda social. Em Campos dos Goytacazes resultou na aprovação do marco legal instituído via Lei Orgânica e da Lei 8.717/2016, essa criando as primeiras condições para viabilizar as políticas públicas para a economia solidária no município.

1. Fundamentação teórica

O município de Campos dos Goytacazes, no Estado do Rio de Janeiro, tem mais de três séculos de desenvolvimento econômico baseado na monocultura da cana-de-açúcar onde todo o simbolismo social girou em torno dos usineiros que ditaram seus valores éticos e morais e forjaram um padrão vertical de sociabilidade, fortemente ancorado em relações de dependência. Estas relações foram ritualizadas por meio de festas, rodadas de futebol, atividades religiosas e mesmo educacionais com a implantação de escolas no entorno de suas propriedades. A sociedade campista se teria habituado a

conceber o usineiro sob viés paternalista e até hoje “tende a esperar por soluções que sejam ‘dadas’ por uma instância qualquer superior, em vez de trabalhar coletivamente para produzi-las” (SMIDERLE, 2010, p.117).

Morin (2000, p. 51 e 85) publicou que a sociedade humana é um processo de complexificação social. Durante esse processo aparece a linguagem “propriamente humana”, ao mesmo tempo que se constitui a cultura como “capital adquirido de saberes, de fazeres, de crenças e mitos transmitidos de geração em geração”. “A cooperação voluntária é mais fácil numa comunidade que tenha herdado um bom estoque de capital social sob a forma de regras de reciprocidade e sistemas de participação cívica”. (PUTNAM, 1996, p180). A sociedade campista não possuiu, pelos estudos disponíveis, uma cultura de participação social espontânea o que requer muita organização e persistência para as lutas coletivas e exige um esforço permanente para manter o movimento de Economia Solidária do município.

O Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC) foi instituído pela Presidência da República (BRASIL, 2010) para ser implementado de forma integrada pelos diversos órgãos do Governo Federal responsáveis pela execução de ações voltadas à geração de trabalho e renda, por meio de ações de economia solidária, tendo como base a organização de empreendimentos econômicos solidários como sendo organizações de caráter associativo que realizam atividades econômicas, cujos participantes sejam trabalhadores do meio urbano ou rural e exerçam democraticamente a gestão das atividades e a alocação dos resultados. Para efeitos deste Programa, a incubação de empreendimentos econômicos solidários é o conjunto de atividades sistemáticas de formação e assessoria que abrange desde o surgimento até a conquista de autonomia organizativa e viabilidade econômica dos empreendimentos econômicos solidários; e incubadoras de cooperativas populares são organizações que desenvolvem as ações de incubação de empreendimentos econômicos solidários e atuam como espaços de estudos, pesquisas e desenvolvimento de tecnologias voltadas para a organização do trabalho, com foco na autogestão.

Desempenhando o papel que lhe foi conferido, a Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UNEF) tem procurado contribuir para o desenvolvimento da Região Norte-Fluminense, com uma atuação maior em Campos dos Goytacazes. Como parte do seu papel, tem consolidado o Programa de Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Populares (ITEP) implementado por sua Pró-reitoria de Extensão e

Assuntos Comunitários (PROEX), procurando aproveitar a sua “potencialidade extensionista” e a “função social” para incubar empreendimentos de economia solidária que prioriza estes objetivos: inclusão socioeconômica; dinamização da economia local; e geração de trabalho e renda.

São empregadas três metodologias no Programa ITEP: Bola de Neve, Pesquisa-Ação e a de incubação própria da ITEP. A metodologia Bola de Neve é usada para identificação de novos empreendimentos. A Pesquisa-Ação é considerada um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e na qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo (THIOLLENT, 1997). A metodologia de incubação projeta fases definidas de técnicas e ações.

2. Resultados alcançados

O Programa ITEP/UENF (2009) teve como mote para sua implantação os estudos que apontavam a ausência de práticas autogestionárias e a constatação de um relevante número de trabalhadores com perfil da economia solidária que sobreviviam com este trabalho e não possuíam amparo dentro das políticas públicas de desenvolvimento econômico. A implantação passou por várias fases.

A primeira fase da Incubadora tratou de realizar a sensibilização junto aos mais diferentes atores envolvidos — em várias cidades da Região Norte Fluminense, mas com ações mais permanentes na cidade de Campos dos Goytacazes. Foram realizados seis grandes eventos como seminários, encontros e mostras de tecnologias sociais, trazendo para dentro da UENF a discussão do tema sobre incubadoras universitárias e economia solidária e envolvendo nesse debate vários segmentos sociais, organizações parceiras, poderes públicos, pesquisadores de várias partes do Brasil e comunidade acadêmica regional.

Nesta fase ainda foi realizado um esforço maior para mobilizar os trabalhadores dos segmentos do artesanato, agricultura familiar e assentados, quilombolas, pesca artesanal, doceiras, artistas e catadores de materiais recicláveis para que se reconhecessem como trabalhadores da economia solidária e identificassem as

possibilidades do trabalho em rede e da autogestão como alternativa para melhorar os processos produtivos e aumentar a renda. Os primeiros resultados positivos foram a criação, em outubro de 2010, do Fórum de Economia Solidária em Campos dos Goytacazes e de uma rede de empreendimentos para comercialização. Nos anos de 2011 a 2014 várias cidades da Região Norte Fluminense construíram seus pré-foruns; mas por dificuldades de assessoria técnica da ITEP (como transporte, recursos humanos e parceiros locais), tais iniciativas não frutificaram como movimento forte para negociar um marco legal para a economia solidária municipal. Em Campos dos Goytacazes o resultado foi altamente positivo. O movimento tornou-se permanente e forte. No ano de 2017 havia 141 cartas de adesão e mais de 400 trabalhadores de oito segmentos da economia solidária. Estes trabalhadores organizados tiveram um papel fundamental na visibilidade e organização da política pública de economia solidária no município, com a criação de leis municipais.

A segunda fase da implantação da ITEP se volta mais especificamente a pesquisa e extensão com a adequação de metodologia de incubação de empreendimentos solidários. O processo de incubação na ITEP apoia-se na concepção da criação de vínculo mais permanente entre a Universidade e a sociedade, além de transferência de tecnologias e formação. Novos empreendimentos solidários se ligam à Incubadora. A transformação desses empreendimentos (informais) para a legalização em cooperativas não é um processo fácil e não garante a permanência no mercado. O que se mantém é a organização em empreendimentos e redes onde os trabalhadores exercitam a autogestão de parte de sua produção, a exemplo de compras ou comercialização coletiva.

Outro aspecto trabalhado foi criar condições para a indução de políticas públicas de economia solidária. Foram envolvidos gestores públicos e os legislativos municipais em 17 cidades com foco na questão do marco legal dessa política pública. Campos dos Goytacazes teve dois grandes avanços neste quesito. Inseriu-a na sua Lei Orgânica Municipal (LOM), capítulo da Ordem Econômica, e criou um programa para fomento de ações para a economia solidária, consubstanciado na Lei 8.717/2016.

Conclusões

A ITEP/UENF, no período de oito anos, concretizou parte de seus objetivos e metas. Destacamos a questão da visibilização de centenas de trabalhadores da economia solidária para a sociedade local e para os governos municipais, inclusive forçando a necessidade de incluí-los nos orçamentos públicos e pensar estratégias econômicas. Quanto ao caráter de pesquisa e extensão para o tema, houve um avanço, e alguns pesquisadores já propõem pesquisas e extensão para este modelo econômico. As instituições de ensino superior perceberam que este público-alvo representa um percentual expressivo da população e demanda conhecimento e tecnologias.

Principais referências bibliográficas

BRASIL, Presidência da República (PR). Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares - PRONINC. Casa Civil - Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto nº 7.357, de 17 de novembro de 2010, publicado no DOU de 18/11/2010.

MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à educação do futuro. [trad.] Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya. 2ª. ed. São Paulo : Cortez, 2000. Brasília, DF: UNESCO. Título original: "Les sept savoirs nécessaires à l'éducation du futur". Revisão técnica de Edgard de Assis Carvalho.

PUTNAM, Robert D. **Making Democracy Work: Civic Traditions in Modern Italy**. Princeton University Press. Princeton, 1993. Traduzido para o Português em 1996.

SMIDERLE, Dilceia de Araújo Vieira. O multiforme desafio do setor sucroalcooleiro de Campos dos Goytacazes. Campos dos Goytacazes: Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima, 2010.

THIOLLENT, Michel. Pesquisa-Ação nas organizações. São Paulo: Atlas, 1997.



V Congresso da Rede de ITCPs

**UNIVERSIDADE E ECONOMIA SOLIDÁRIA:
REDE ITCPs - 20 ANOS RESSIGNIFICANDO A UNIVERSIDADE NO BRASIL**

**CEFET/RJ
RIO DE JANEIRO - RJ
01 A 04 DE MAIO DE 2019**

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Área temática

Economia Solidária e Saúde Mental

Coordenação: Neli de Almeida

A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ALTERNATIVA PARA O TRATAMENTO E REINSERÇÃO SOCIAL DE DEPENDENTES QUÍMICOS EM RECUPERAÇÃO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES PRÉVIAS SOBRE UMA EXPERIÊNCIA NO MUNICÍPIO DE PELOTAS.

Autor: Alexandre dos Santos de Lima
Co-autora: Aline Mendonça dos Santos

Conforme o avanço do neoliberalismo, o mundo do trabalho passou por rápidas transformações, a flexibilização das relações de trabalho e sua precarização são tanto objetivas como subjetivas. Objetivas, no sentido dos próprios contratos de trabalho, como contratos temporários, trabalhadores terceirizados, longas jornadas de trabalho. E subjetivas no sentido de que o processo de precarização do trabalho influi diretamente nas relações de trabalho, colocando os trabalhadores como competidores entre si, visando uma maior produtividade, tendo como objetivo, o alcance de metas. O adoecimento no mundo do trabalho é uma questão diretamente ligada ao processo de precarização. (ANTUNES, PRAUN - 2015)

Ainda segundo os autores,

Parte dos efeitos desse processo materializa-se, conforme indicam diferentes pesquisas, na relação direta entre trabalho terceirizado e alta incidência de acidentes de trabalho, inclusive aqueles que resultam no óbito do trabalhador. Outra manifestação, bastante significativa, diz respeito aos adoecimentos com nexos laborais, sobretudo, aqueles relacionados às lesões osteomusculares e transtornos mentais. (ANTUNES & PRAUN - 2015, p.409)

As consequências da precarização do trabalho contemporâneo podem ser conferidas nas estatísticas de saúde. Segundo a Organização Mundial de Saúde, os transtornos mentais chamados menores atingem 30% dos trabalhadores ocupados e os transtornos mentais graves, em torno de 5% a 10% (BRASIL, 2001, p. 161).

Dentre os transtornos mentais constatados em trabalhadores cada vez mais submetidos aos efeitos da acumulação capitalista, do liberalismo econômico e da consequente precarização do trabalho, aparece a dependência química. Segundo Silva, *et al.* é preciso considerar que

(...) o agravamento dos transtornos mentais dos trabalhadores submetidos a condições penosas é frequente, levando-os ao consumo de drogas, a sofrerem acidentes de trabalho, à incapacidade para o trabalho, ao afastamento do trabalho por tempo prolongado e à exclusão do mercado de trabalho, resultando em grandes custos ao Estado e à sociedade (LANCMAN; TOLDRÁ; SANTOS, 2010; LAX; KLEIN, 2008; DEMBE, 2001; SELIGMANN-SILVA, 1997 apud SILVA, *et al.* 2010, p. 188-189).

Em contraponto ao neoliberalismo econômico, a Economia Solidária (ES) surge como alternativa de economia fundada em moldes diferentes aos do capitalismo.

Na ES, os fundamentos são o humanismo, a liberdade, a igualdade, a solidariedade e a racionalidade (Singer, 2002). Pode-se dizer que na ES, de acordo com seus princípios, os trabalhadores participam dos benefícios gerados pelos empreendimentos, que tem por característica, serem auto-gestionários, democráticos e solidários que, portanto, possuem o foco nos sujeitos e na coletividade. O foco nos sujeitos e na coletividade é um fator que demonstra certa afinidade com o programa de recuperação proposto em comunidades terapêuticas (CT), onde todas as tarefas são realizadas pelos próprios residentes e o tratamento é desenvolvido conjuntamente, residentes e equipe, objetivando a reinserção social (RS) dos sujeitos.

Existem poucas experiências no Brasil da relação entre ES e CT, exemplos desta relação são mais recorrentes nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) (BARRETO, LOPES, PAULA 2013), tendo em vista que de 2003 a 2016, período de funcionamento da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) havia um relação estreita entre as políticas de ES e de saúde mental.

Conforme Santiago e Yasui (2015, p. 704)

Em 2004, a área técnica de Saúde Mental e a SENAES estabeleceram uma aliança com o intuito de fomentar mais objetivamente as experiências de geração de trabalho e renda, constituindo um grupo de trabalho interministerial (instituído pela Portaria Interministerial 353/2005).

Ainda conforme os autores,

A estratégia da inclusão social pelo trabalho na saúde mental, uma iniciativa do Ministério da Saúde, está fundamentada nas Leis n. 9.867/1999 e n. 10.216/2001. No entanto, o fundamento da inclusão social pela via, especificamente, da economia solidária foi regulamentado somente em 2005 pela Portaria Interministerial n. 353/2005. (SANTIAGO e YASUI, 2015, p. 702)

Na área da saúde mental, tanto no CAPS, como em CT, a proposta da ES aparece como forma de inserção social pelo trabalho em seu sentido ontológico, ou seja, o trabalho em si, na sua dimensão ampla e fundamental. Trata-se de uma condição em que o trabalhador decide por não vender sua força de trabalho para os donos dos meios de produção, o que caracteriza um trabalho alienado, típico das relações de exploração do trabalho em moldes capitalistas. Assim a ES, via o trabalho cooperado, autogestionário e solidário, sem a figura do patrão seria um espaço estratégico para a relação dos sujeitos com outras formas de produzir e viver.

Nas CT's, em razão do modelo de tratamento, a proposta pode ser direcionada para os residentes que se encontram no período de Reinserção Social (RS), mas também para os demais, no processo de laborterapia, principalmente privilegiando a produção agroecológica e o desenvolvimento territorial, respeitando as particularidades das fases do tratamento em que cada um se encontra.

Recentemente, no âmbito do Núcleo de Economia Solidária e Incubação de Cooperativas da Universidade Católica de Pelotas (NESIC/UCPEL) foi elaborado o projeto intitulado “Tecnologias Sociais, Economia Solidária, Agroecologia e Desenvolvimento Territorial: a ação extensionista do NESIC/UCPel junto à comunidade de dependentes químicos em recuperação e o seu entorno”, o mesmo foi aprovado junto ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e se encontra em sua fase inicial.

Como objetivo geral, o projeto pretende desenvolver e ampliar as ações de extensão e incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) do NESIC, a

partir do trabalho proposto em parceria com o programa de recuperação de dependentes químicos - vinculados a CT Casa do Amor Exigente Pelotas (CAEX) - articulando as dimensões associadas a ES, Laborterapia, Agroecologia, Segurança e Soberania Alimentar e Nutricional e o desenvolvimento de Tecnologias Sociais junto a populações em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Uma vez que no modelo da CAEX, a RS começa em geral após sete meses decorridos de tratamento, neste período, o residente sai da comunidade, uma vez a cada mês, retornando após 7 dias, este processo se repete até a conclusão do mesmo, desde que não ocorra nenhuma intercorrência, como recaídas por exemplo.

Na CT o trabalho é desenvolvido através da Laborterapia que, em termos da Psicologia, consiste na Terapia através do trabalho (QUEIROZ 2019). As atividades são necessárias tanto para manutenção da casa, como para os residentes, os quais têm um papel importante na administração da mesma, são responsáveis pela manutenção da vida comunitária, salientando que consiste em uma parte importante no processo de tratamento pelo fato de estarem assumindo responsabilidades, estarem trabalhando em prol da coletividade, constituindo uma parte importante no processo de retomada da consciência.

Atualmente, na CAEX, estão em tratamento 40 residentes, sendo que 12 destas vagas são disponibilizadas pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e são encaminhadas através dos serviços prestados pelo Centro de Atenção Psicossocial Álcool e outras drogas (CAPS AD).

O tratamento está fundamentado em três pontos essenciais para a recuperação, o trabalho, a espiritualidade e a disciplina, o chamado “Tripé da Recuperação”, sendo o trabalho elemento central para RS. Neste caso, a ES se mostra como um meio para este fim, através do desenvolvimento de um empreendimento econômico e solidário como espaço real de trabalho, onde serão estimulados valores relacionados a atividade cooperada, participação democrática e autogestão, fortalecimento do coletivo, valorização dos saberes e dos recursos das pessoas e dos contextos locais, enfim criar condições para a reinserção na sociedade através do trabalho.

A proposta é que o projeto se articule com outro projeto de ES já existente no território e também acompanhado pelo NESIC, que é a Rede Bem da Terra.

Atualmente, a rede conta com 33 empreendimentos, nas cidades de Pelotas, Canguçu, Capão do Leão, Pedras Altas e Piratini e várias entidades apoiadoras, incluindo duas universidades (UCPel e UFPel), além do Instituto Federal Sul - riograndense Campus Pelotas (IFSUL). Além das feiras itinerantes, a Rede também conta com a Feira Virtual Bem da Terra (FVBTD).

A FVBTD é uma ferramenta para comercialização dos produtos de empreendimentos de ES para consumidores previamente organizados em núcleos de consumo responsável.

Os Grupos de Consumo Responsável se constituem em pessoas organizadas para acessar produtos que estejam alinhados com seus valores, representando uma alternativa aos principais canais de comercialização do mercado.

A participação nestes grupos e na dinâmica das atividades, aparecem como alternativa para RS dos residentes, bem como alternativa de desenvolvimento territorial para os moradores do entorno da comunidade.

Por tratar-se de um projeto preliminar, ainda sem resultados, ainda não é possível fazer análises e avaliações mais elaboradas, porém, tem-se a expectativa de que a relação entre estes dois projetos possa estar contribuindo para o desenvolvimento tanto da ação extensionista do NESIC, como principalmente, para o tratamento de dependentes químicos em recuperação, sobretudo no que se refere a RS dos mesmos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Antunes, R., Praun, L. **A sociedade dos adoecimentos no trabalho** in: Serv. Soc. Soc. no.123 São Paulo jul./set. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282015000300407&lng=pt&nrm=is&tlng=pt> Acesso em: 07/02/2019.

BARRETO, Raquel de Oliveira; LOPES, Fernanda Tarabal; PAULA, Ana Paula Paes de. A economia solidária na inclusão social de usuários de álcool e outras drogas: reflexões a partir da análise de experiências em Minas Gerais e São Paulo. Cad. psicol. soc. trab., São Paulo , v. 16, n. 1, p. 41-56, jun. 2013 . Disponível em:

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-37172013000100005> Acesso em: 07/02/2019.

Ministério da Saúde. Doenças Relacionadas ao Trabalho: Manual de Procedimentos para os Serviços de Saúde. Série A. Normas e Manuais Técnicos. Brasília: Ministério da Saúde, 2001

Queiroz, Isabela Saraiva de. Os programas de redução de danos como espaços de exercício da cidadania dos usuários de drogas. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932001000400002> Acesso em: 07/02/2019.

Santiago, E. & Yasui, S. (2015). Saúde mental e economia solidária: cartografias do seu discurso político. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v27n3/1807-0310-psoc-27-03-00700.pdf>> Acesso em: 03/03/2019.

SANTOS, A.M., GOTARDO, S.: MONKS, V. (2018). Tecnologias Sociais, Economia Solidária, Agroecologia e Desenvolvimento Territorial: a ação extensionista do NESIC/UCPel junto à comunidade de dependentes químicos em recuperação e o seu entorno. Projeto de Extensão do NESIC. Pelotas: UCPEL.

Silva, Bernardo, Maeno, Kato. O mundo contemporâneo do trabalho e a saúde mental do trabalhador. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/html/1005/100515726002/>> Acesso em: 03/03/2019.

Singer, P. (2002). *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Perseu Abramo.

A INTERSEÇÃO ENTRE A ECONOMIA SOLIDÁRIA E A SAÚDE MENTAL: O CASO DO SEMEART GRUPO DE PRODUÇÃO SOLIDÁRIA INCUBADO PELA INCUBADORA TECNOLÓGICA DE COOPERATIVAS POPULARES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA (ITCP-UFV)

Débora Cristina Donizete¹

Kívia Silva Tosta²

Gabriela Santos Gomes³

Introdução

No ano de 2016 a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de Viçosa (ITCP-UFV), firmou uma parceria com o Instituto UFV de Seguridade Social - Agros, que desde 2004 vem assistindo pacientes com transtornos psiquiátricos crônicos e acompanhando familiares nos tratamentos realizados. Essa parceria teve como intuito a incubação do grupo de Produção Solidária

- grupo esse oriundo do Serviço de Atenção à Saúde Mental (SEMENTE) do instituto.

Diante dos trabalhos de identidade realizados com o grupo de Produção Solidária, houve a mudança do nome, onde o grupo passou a se denominar Semeart. O trabalho desenvolvido parte da observação de como esse grupo terapêutico busca na economia solidária a possibilidade de geração de renda e inclusão social, através de atividades desenvolvidas a partir da produção de artesanatos.

No decorrer deste resumo, vamos apresentar a experiência do Semeart Grupo de Produção Solidária, como um empreendimento incubado pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP-UFV), e analisar a importância desse grupo especialmente na área da economia solidária e saúde mental.

¹ Graduanda em Cooperativismo na Universidade Federal de Viçosa, formadora na ITCP-UFV. E-mail: Debora.donizete@ufv.br

² Graduanda em Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal de Viçosa, formadora na ITCP-UFV e estagiária vinculada ao AGROS- Instituto UFV de Seguridade Social. E-mail: Kivia.tosta@ufv.br

³ Graduanda em Serviço Social na Universidade Federal de Viçosa, formadora na ITCP-UFV e bolsista do PIBEX-UFV. E-mail: Gabriela.s.gomes@ufv.br

Metodologia

O processo de incubação do grupo acontece levando-se em consideração todas as particularidades do mesmo, através do trabalho interdisciplinar e dá especial atenção a questões de viabilidade econômica. O Semeart grupo de Produção Solidária se reúne duas vezes por semana na sede da ITCP-UFV para a produção de variados itens artesanais, auxiliados pela equipe existente. Essa equipe é composta por uma assistente social e estagiária de graduação vinculadas ao Instituto Agros, e uma bolsista de graduação e docente vinculados à UFV. Além desses dias destinados à produção, também ocorrem oficinas voltadas à capacitação dos integrantes, relacionadas às questões estéticas e organizacionais do grupo (sempre respeitando a singularidade e o ritmo de cada participante). O grupo comercializa os produtos feitos no Quintal Solidário, feira agroecológica e de Economia Solidária que acontece na cidade de Viçosa-MG.

São realizadas análises do trabalho desenvolvido com o grupo, identificando o comportamento e as demandas dos integrantes do Semeart. Também são feitas reuniões com a equipe clínica do Semente-Agros, onde se relatam os acontecimentos que surgem ao longo dos encontros com o grupo. Nessas reuniões, são levantados alguns pontos de possíveis conflitos e problemas que ocorrem. Junto à equipe clínica do Semente-Agros, através de uma supervisão psicanalítica, são levantadas e discutidas algumas técnicas para lidar com esses conflitos.

A equipe da ITCP-UFV auxilia o Semeart na criação e desenvolvimento de seus produtos artesanais, em questões financeiras e administrativas. As atividades desenvolvidas com o grupo são: comercialização, oficinas de identidade, capacitação para gestão econômica e social do empreendimento, houve a criação de um estudo de viabilidade econômica e um plano de negócio para o semeart, divulgação dos produtos em redes sociais.

Fundamentação Teórica

Inicialmente, pensa-se que é fundamental conceituar o termo Economia Solidária uma vez que essa prática econômica vem ganhando um destaque cada vez maior na sociedade brasileira, pois em conjuntura de crise, ou seja, em contexto em que os

trabalhadores perdem espaço no mercado legal de trabalho, se faz necessário recorrer a outros meios para garantir a renda para o próprio sustento.

É a partir da década de 1990, que a Economia Solidária começa a ser consolidada no Brasil. Isso se dá devido ao contexto de crise econômica, estrutural do capital, que tem como resposta o receituário neoliberal, que promove o aumento do desemprego e de postos de trabalho em condições precárias. Diante desse cenário, os trabalhadores recorrem a economia solidária como uma forma de garantir a renda e assim o seu sustento. Contudo, não se pode demarcar apenas a face econômica por de trás dessa prática econômica. Silva, et. al (2007) aponta que a economia solidária proporciona o desenvolvimento da autonomia dos sujeitos uma vez que promove inserção e o exercício de cidadania.

Nesse sentido, a economia solidária é entendida como um conjunto de ações que permite que os sujeitos obtenham a própria renda por meio da produção de mercadorias, mas seguindo uma lógica distinta daquelas tidas pelas grandes empresas capitalistas. De acordo com Lima, et. al (2013), a economia solidária promove a produção baseada na cooperação, no igualitarismo, na autogestão, no desenvolvimento humano e na responsabilidade social.

Baseando-se em Rojo, et. al (2012), pode-se colocar que a economia solidária se relaciona com a saúde mental por meio da sua possibilidade de geração de renda e trabalho para os setores populares que não têm possibilidades ou tem dificuldade de inserção no mercado formal de trabalho. Nessa direção, a economia solidária vai possibilitar a execução de atividades inclusivas e o fortalecimento da autonomia das pessoas com sofrimento mental através da geração de trabalho e renda. Assim, como aponta Coqueiros (2011), a parceria entre economia solidária e saúde mental busca promover a inclusão ou a reintegração social.

A articulação entre esses dois campos obteve um aparato legal em 1999, por meio da lei de nº 9.986/1999 que estabelece as Cooperativas Sociais como os dispositivos responsáveis pela inserção dos deficientes psíquicos e mentais, as pessoas dependentes de acompanhamento psiquiátrico permanente e as pessoas egressos de hospitais psiquiátricos.

Santiago e Yusui (2015) apontam que a política pública de saúde mental ainda tem como foco o emprego formal, de acordo com as mesmas a política pública de saúde

mental e a economia solidária perigosamente caminha junto com a lógica capitalista, sendo frágeis as propostas de inclusão dos sujeitos usuários dos serviços mental por meio da economia solidária. Entretanto, as autoras indicam que tem ocorrido exceções, as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP's), incubadoras universitárias, vem realizando trabalhos na perspectiva da economia solidária. Diante disso, compreende-se que as ITCP's desempenham um papel importante na relação entre a saúde mental e a economia solidária.

Neste contexto, considera-se que a ITCP- UFV abre as portas para os empreendimentos que buscam por inserção, a incubadora auxilia os grupos nas realizações de suas atividades e ações. Conforme Bossatto et al. (2017), a ITCP-UFV possibilita ações de trabalho em conjunto com os empreendimentos, superando os desafios, criando processos de melhoria e auxiliando os grupos para que possam alcançar resultados satisfatórios.

Vale-se destacar que o Semeart possui um importante diferencial, pois demandam de uma atenção especial, por necessitarem de tratamento psicológicos crônicos, eles presenciam no artesanato a oportunidade de inserção na sociedade, onde estão em busca de trabalho e geração de renda diante a concepção dos empreendimentos econômicos solidários. Nesta medida, a ITCP- UFV surgiu como uma alternativa de promover o fortalecimento e reconhecimento desse empreendimento.

O processo de incubação do grupo acontece levando-se em consideração todas as particularidades do mesmo, através do trabalho interdisciplinar e dá especial atenção a questões de viabilidade econômica. O Semeart grupo de Produção Solidária se reúne duas vezes por semana na sede da ITCP-UFV para a produção de variados itens artesanais, auxiliados pela equipe existente. Essa equipe é composta por uma assistente social e estagiária de graduação vinculadas ao Instituto Agros, e uma bolsista de graduação e docente vinculados à UFV. Além desses dias destinados à produção, também ocorrem oficinas voltadas à capacitação dos integrantes, relacionadas às questões estéticas e organizacionais do grupo (sempre respeitando a singularidade e o ritmo de cada participante). O grupo comercializa os produtos feitos no Quintal Solidário, feira agroecológica e de Economia Solidária que acontece na cidade de Viçosa-MG.

São realizadas análises do trabalho desenvolvido com o grupo, identificando o

comportamento e as demandas dos integrantes do Semeart. Também são feitas reuniões com a equipe clínica do Semente-Agros, onde se relatam os acontecimentos que surgem ao longo dos encontros com o grupo. Nessas reuniões, são levantados alguns pontos de possíveis conflitos e problemas que ocorrem. Junto à equipe clínica do Semente-Agros, através de uma supervisão psicanalítica, são levantadas e discutidas algumas técnicas para lidar com esses conflitos.

A equipe da ITCP- UFV auxilia o Semeart na criação e desenvolvimento de seus produtos artesanais, em questões financeiras e administrativas. As atividades desenvolvidas com o grupo são: comercialização, oficinas de identidade, capacitação para gestão econômica e social do empreendimento, houve a criação de um estudo de viabilidade econômica e um plano de negócio para o semeart, divulgação dos produtos em redes sociais.

Considerações Finais

A partir das atividades e estudos realizados com o Semeart, podemos refletir de como o aperfeiçoamento do conhecimento teórico e prático dos formadores, bolsistas e estagiários que atuam na ITCP-UFV e também dos integrantes do Semeart, percebemos que há uma maior autonomia nas ações, contribuindo de forma positiva para autogestão do empreendimento, tendo assim, uma inclusão social e geração de renda. Neste sentido, podemos ressaltar a importância da economia solidária para o grupo Semeart, onde o empreendimento encontrou um caminho para valorização dos seus trabalhos e geração de renda, por terem dificuldades de se inserir no mercado de trabalho, por possuírem transtornos psiquiátricos crônicos. Assim, concluímos que o grupo está seguindo para o desenvolvimento pessoal e profissional, buscando a autonomia. Apesar das dificuldades, sempre estão dispostos a enfrentar os obstáculos e seguirem rumo ao reconhecimento do grupo.

Referências

BOSSATTO, L.R; BARROS, P.A.A; SILVA, D. V.C; DA SILVA, E.A; SANTOS, C.C.B; SODRÉ, A.

Artesanato e sua interface com a Economia Solidária: desafios e reflexões sobre a práticas de incubação. In COSTA, B.A.L; SILVA, M.G; DOURADO G.F. **Saberes construídos na Economia Solidária: experiências e vivências da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da UFV**. Viçosa, MG: Organização Cooperativa de Agroecologia, 2017.

Cap. 2, p. 30-45

COQUEIRO, Neusa Freire. **Economia Solidária na Saúde Mental e os sentidos do trabalho**.

Universidade Federal do Ceará - UFCE. V Jornada Internacional de Políticas Públicas, São Luís - Maranhão, 2011. Disponível em<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/TRANSFORMACOES_NO_MUNDO_DO_TRABALHO/ECONOMIA_SOLIDARIA_NA_SAUDE_MENTAL_E_OS_SENTIDOS_DO_TRABALHO.pdf> Acesso em 08 de setembro de 2015.

Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP-UFV).

Disponível em:

<<http://www.itcp.ufv.br/>>. Acesso em: 22 de outubro de 2018.

Instituto UFV de Seguridade Social Agros.

Disponível em:

<<http://www.agros.org.br/institucional/eventos-do-semente->> Acesso em: 09 de outubro de 2018.

LIMA, I.B; SILVA, J.E, CRUZ, S.S. **Políticas Públicas de Saúde Mental e Economia Solidária: Construção de Uma Nova Concepção.** Rev enferm UFPE on line., Recife, 7(esp):1008-15, mar., 2013.

ROJO, P. T. et al. **A experiência de incubar um empreendimento solidário formado por usuários de saúde mental.** Revista Ciência & Saúde, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 107-116, jul./dez. 2012.

SANTIAGO, Eneida ; YASUI, Silvio. **MENTAL HEALTH AND SOLIDARITY ECONOMY: CARTOGRAPHY ITS POLITICAL DISCOURSE.** Psicologia e Sociedade, Belo Horizonte, v. 27, n. 3, p. 700-711, set-dez 2015.

SILVA, A. L. A; **A Construção de um Projeto de Extensão Universitária no Contexto das Políticas Públicas - Saúde Mental e Economia Solidária.** UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. ESCOLA DE ENFERMAGEM. São Paulo, 2012.

ECONOMIA SOLIDÁRIA E SAÚDE MENTAL: REFLEXÕES SOBRE UMA EXPERIÊNCIA DE INCUBAÇÃO

Giovana Domingos da Silva Graduanda em Psicologia,
Estagiária Incop Unesp Assis Universidade Estadual
Paulista – Unesp Assis giovana.domingoss@gmail.com

Letícia Luana Costa Fabretti
Graduanda em Psicologia
Universidade Estadual Paulista – Unesp Assis
leticiafabretti1@gmail.com

Ana Maria Rodrigues de Carvalho Doutora
Psicologia Social; Professora voluntária
Universidade Estadual Paulista – Unesp Assis
ana.mr.carvalho@unesp.br

Introdução

Este texto, ao dar continuidade ao registro das experiências de assessoria realizada pela equipe da Incubadora de Cooperativas Populares da Unesp Assis – Incop Unesp Assis, junto à Associação de Usuárias/os, Familiares e Amigas/os da Saúde Mental de Assis – PIRASSIS, reflete sobre o trabalho desenvolvido. O primeiro registro ocorreu com a elaboração do trabalho apresentado no II Congresso de Pesquisadores de Economia Solidária – CONPES, em 2018, no qual procurou-se refletir sobre os métodos de incubação e os desafios e potencialidades do início da parceria. O presente relato tem por objetivo destacar a trajetória trilhada e as perspectivas para 2019, sobretudo no que tange às iniciativas da Economia Solidária, visando geração de trabalho e renda e sua relação com os princípios do Modo de Atenção Psicossocial, derivado da Reforma Psiquiátrica e do Movimento da Luta Antimanicomial.

Andrade (2010) entende a relação loucura – trabalho, a articulação da Saúde Mental com a Economia Solidária, como parte da elaboração de uma política pública intersetorial voltada à inclusão social por meio do trabalho, em curso desde 2004. A

junção dessas políticas gera reflexões a respeito desse entrelaçamento em relação à forma, ao significado e ao impacto do trabalho na vida dos que buscam inclusão social. Dessa forma, a execução do trabalho é compreendida através dos significados que lhe são atribuídos como recurso terapêutico, direito humano, produtor de subjetividade e possibilidade concreta de cidadania e de autonomia dos sujeitos.

Santiago & Yasui (2011) apontam para o status do trabalho como uma estratégia de cuidado e de inserção social prevista nas propostas da Reforma Psiquiátrica. A partir da compreensão ampliada da noção de produção, assinalam as iniciativas de geração de trabalho e renda nos serviços de saúde mental como responsáveis pelo reconhecimento e expressão das singularidades e das diferenças, podendo ser, ainda, um instrumento não só terapêutico, mas de ação e resistência diante do panorama atual, bem como de promoção de saúde.

Pensando o trabalho de maneira abrangente, os princípios da Economia Solidária propõem um modelo alternativo para a organização da produção e da oferta de serviços, apontando para a transformação social. Envolvem, além da geração de renda, a educação democrática e a construção de redes que proporcionam experiências novas de relação sociocultural e de convivência solidária e cooperativa. Ainda, os métodos de organização da atividade de produção propõem um modelo mais participativo de gestão, alternativo ao hegemônico pautado pelos princípios capitalistas que valorizam a individualidade e a competição. Singer (2008) destaca que essas transformações atingiriam não só as pessoas diretamente envolvidas com o trabalho organizado a partir dos princípios da Economia Solidária, mas suas relações coletivas, econômicas e familiares, estimulando a constituição de uma nova sociedade articulada de modo não tão competitivo ou mesmo antagônico.

Incop Unesp Assis e PIRASSIS: parceria e trabalho

Desde 2006, a Incop Unesp Assis acompanha o trabalho de associações e cooperativas, atuando junto aos segmentos de catadoras/es de materiais recicláveis, agricultura familiar, rede de consumo solidário e responsável e usuárias/os de serviços de saúde mental, em diversos municípios do Oeste Paulista. Sua metodologia baseia-se em referenciais críticos e em conhecimentos acadêmicos e populares, buscando produzir a superação das contradições históricas e a transformação da realidade econômica e social. Assim, o acompanhamento dos empreendimentos ocorre por meio de visitas, reuniões

semanais, capacitações e oficinas temáticas, visando contribuir para o desenvolvimento dos empreendimentos, intermediar suas relações com gestores públicos e outras instituições e incentivar a organização política das/os trabalhadoras/es. A equipe também assessora gestores públicos na elaboração e implementação de políticas de inclusão produtiva e estimula atividades de fortalecimento da Economia Solidária, como a organização de fóruns regionais. (Mendes, A. et al., 2014).

A PIRASSIS foi fundada em 2002 pela iniciativa de trabalhadoras/es e usuárias/os do Centro de Atenção Psicossocial – CAPS de Assis que, a partir da produção de artefatos em oficinas do serviço de saúde, encontraram uma alternativa para a geração de renda. No decorrer de sua trajetória, a PIRASSIS estreitou relações com pessoas, instituições e coletivos comprometidos com a consolidação dos princípios da Reforma Psiquiátrica. Essas parcerias colaboraram para a formação de diversas frentes de trabalho, bem como para o acesso a projetos e financiamentos públicos que possibilitaram as práticas de geração de renda da Associação ao longo dos anos.

Pode-se afirmar que as instituições que permaneceram mais próximas da PIRASSIS foram o CAPS e a Unesp/Assis, por meio de núcleos de estágios do curso de Psicologia. Neste contexto, a aproximação com a Incop Unesp Assis ocorreu em diversos momentos pontuais. Observando a necessidade do fomento de práticas educativas e de fortalecimento dos princípios da Economia Solidária como forma de colaborar para o aprimoramento de seu trabalho, a Associação estabeleceu parceria com a Incubadora que iniciou, no ano de 2017, o processo de incubação.

Os primeiros momentos de incubação voltaram-se para a reorganização da reunião/gestão e das frentes de trabalho, o mapeamento de parcerias e espaços de comercialização e a reflexão acerca do esvaziamento de usuárias/os da Associação. Em suma, buscou-se reestabelecer pactos e os objetivos da PIRASSIS. É importante ressaltar que essa reformatação, assim como quaisquer outras propostas de assessoria, eram apresentadas como sugestões, nunca imposições ou engendramentos cristalizadores. O processo de incubação considerou todo o tempo a organicidade do grupo, as histórias de vida, os afetos e as espontaneidades todas, tendo como norte uma postura política antimanicomial.

Como um dos mais positivos resultados desses esforços, pode ser mencionado o deslocamento da sede da PIRASSIS, antes localizada no CAPS, para o Ponto de Cultura Galpão Cultural. Tal mudança possibilitou maior convivência das/os usuárias/os com outros grupos e a participação na gestão de um espaço coletivo, bem como a afirmação

da PIRASSIS como uma associação de geração de trabalho e renda, para além do viés terapêutico.

No decorrer do ano de 2018, a Associação contou com a participação mais ativa de dez usuárias/os, uma psicóloga aprimoranda do CAPS, e seis estagiárias/os da Unesp Assis, dentre as/os quais duas assessoras da Incop Unesp Assis. Juntas/os compuseram, como frente principal de trabalho, uma oficina de culinária. A partir dela foram experimentadas diversas receitas, inclusive aquelas de famílias, como: tortas, bolos, salgadinhos, bolachinhas, todas comercializadas em ambientes públicos pelas/os associadas/os. Houve também a procura de coletivos solicitando almoços e jantares em eventos específicos, além da demanda de trabalho em outras cidades da Região.

Nos encontros para preparação dos alimentos ocorria uma divisão de tarefas rotativas para que todos pudessem participar da execução daquela receita. Ainda, esses encontros eram utilizados para debaterem assuntos relacionados aos entraves sociais que atingem cada um, possibilitando uma abordagem política com relação a esses temas, não mais com foco de uma oficina terapêutica. Neste sentido, nos momentos de discussões era possível perceber as reflexões de cada um quanto ao seu tratamento no serviço de saúde, a utilidade dos dispositivos extramanicomiais comumente abordados pela Atenção Psicossocial, bem como a importância do trabalho como dispositivo de geração de renda e emancipação social. Enquanto cozinhavam, os associados costumavam relatar fases da vida antes do envolvimento com a Associação e depois do mesmo, observando as diferenças durante esse tempo.

A assessoria debruçou-se, ainda, sobre as questões administrativas e burocráticas, contribuindo para a regularização de documentos e para a revisão do estatuto, tornando-o mais adequado às práticas atuais da PIRASSIS. Também a capacitação foi estimulada. Uma das propostas de formação contou com a presença de um Economista (Unicamp) em uma Oficina de Precificação e Preço Justo, norteadas pelos princípios da autogestão e do cooperativismo, auxiliando na divisão das retiradas e das práticas de trabalho (produção e comercialização).

Neste início de 2019, ocorreu uma alteração no apoio do CAPS à Associação, devido ao encerramento do Programa de Aprimoramento Profissional – PAP do Estado de São Paulo e a consequente saída da psicóloga aprimoranda. Alteração que traz maior dificuldade para na articulação entre a PIRASSIS e o serviço de saúde, afetando de diversas formas a Associação. Contudo, a permanência de pessoas na Associação, mesmo após a finalização do tratamento no CAPS, as quais, inclusive, passaram a se

responsabilizar por tarefas burocráticas e de gestão, revelam certa autonomia dos indivíduos, numa constante crescente.

Cabe destacar que o plano deste ano prevê que a PIRASSIS, em suas atividades de geração de renda, contará, além da frente de culinária, com a de produção de artesanatos para compor suas comercializações. A expectativa é de abranger um número maior de usuárias/os do CAPS e possibilitar a expansão das experiências de trabalho autogestionado, cooperativo e em rede, apostando na geração de trabalho e renda e nas práticas de Economia Solidária como uma via de inclusão social e de conquista de autonomia para os sujeitos em sofrimento psíquico.

Ao longo do ano, espera-se que a PIRASSIS possa estreitar as relações já estabelecidas com outros coletivos e cooperativas – como a de agricultores familiares do Assentamento de João Ramalho/SP e a Rede de Consumo e Comercialização Trem Bão, ambos também assessorados pela equipe da Incop Unesp Assis. O trabalho junto à Associação visará o estabelecimento de novas parcerias, eventos e espaços, com disposição para conhecer novas cidades, bem como continuar comercializando os produtos caseiros que carregam a identidade da PIRASSIS em feiras do município.

Importante apontar que no propósito de ampliação da rede de parcerias, incluem-se, principalmente, associações de usuárias/os da saúde mental de outros municípios, bem como a participação em eventos e atividades de fortalecimento dos princípios da Reforma Psiquiátrica e da Economia Solidária, que abordem temáticas e estratégias de resistência perante o atual cenário de desmonte das políticas públicas. É neste sentido, portanto, que a PIRASSIS se compromete em continuar atuando na luta pela inclusão mais efetiva e justa da/o louca/o na sociedade, mediante atividades que favorecem a inserção dessas pessoas nos diversos âmbitos da vida social, sobretudo as políticas, culturais e de geração de trabalho e renda a partir dos princípios da Economia Solidária.

Referências

- Andrade, M. C. O trabalho como interlocutor entre a saúde mental e economia solidária. In F. Hashimoto, (Org.), **Psicologia e trabalho: desafios e perspectivas**, pp. 241-266. Assis: UNESP, 2010.
- MENDES, A. A. et al. A trajetória da UNESP no contexto da Economia Solidária. **Revista Ciência em Extensão**. v.10, n.3, p.14-40, 2014.

SANTIAGO, E.; YASUI, S. O trabalho como dispositivo de atenção em saúde mental: trajetória histórica e reflexões sobre sua atual utilização. **Revista de Psicologia da UNESP**. v.10 (1), pp. 195-210, 2011.

SINGER, P. Economia solidária: entrevista com Paul Singer. **Estud. av.**, vol. 22 nº. 62. São Paulo, Jan./Abr. 2008.

Estudo longitudinal de uma cooperativa de triagem de resíduos sólidos na cidade de São Paulo (2010 – 2019).

Reinaldo Pacheco da Costa - Professor doutor do Departamento de Engenharia de Produção da Escola Politécnica da USP

Coordenador da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da USP - ITCP-USP - rpcosta@usp.br

Letícia da Luz Deves – Engenheiranda do Departamento de Engenharia Química da Escola Politécnica da USP – leticia.deves@usp.br

RESUMO EXPANDIDO

As atuais centrais de triagem de resíduos sólidos conveniadas com a prefeitura da cidade de São Paulo, operacionalizadas por cooperativas geralmente formadas por *ex-catadores(as)*, são responsáveis pela coleta, separação e destinação à reciclagem de mais de 70 mil toneladas anuais. Denominados de empreendimentos de economia solidária por compartilharem seus princípios e se organizarem em sistema de autogestão, apresentam, no entanto, várias fragilidades, sendo das mais recorrentes o acesso e a aplicação de conhecimentos de gestão e de tecnologias.

A criação de cooperativas de catadores nos municípios e sua inserção de forma organizada e duradoura na limpeza pública urbana se revelou, a partir de 1998, na prefeitura da cidade [Secretaria de Desenvolvimento do Trabalho e Solidariedade (SDTS)], também, como um mecanismo importante para a geração de trabalho e renda em um momento em que esta questão se apresentava como um problema candente e de difícil solução em nosso

país. Não se tratava de criação de frentes de trabalho com características transitórias e sem significado econômico, e sim de atividade que contribui na solução de outros importantes problemas que também afetam nossa sociedade nos dias de hoje: Escassez de recursos públicos em geral; necessidade de melhor utilização dos orçamentos municipais; prevenção quanto à saúde pública; controle da degradação ambiental; conservação de minerais com reservas definidas; necessidade de redução no consumo de energia, e principalmente combater o desemprego estrutural e perene que nos assola.

Cumpramos que se reconheça o trabalho da(o)s catadora(e)s como de efetivo interesse público – o que poderia ser classificado conforme Musgrave & Musgrave (1980; p.54)

também como uma produção de serviços “meritórios”. Daí a importância de se verificarem formas de medir a economia real proporcionada pela ação das cooperativas de catadora(e)s na triagem de recicláveis no Brasil e que se discutam e se proponham

políticas públicas de melhoria da renda desta imensa classe de trabalhadores - sobrantes no entendimento de Burgos (2013) *apud* Costa (2014) -, e em condições precárias de subsistência.

O presente artigo, portanto, buscou estudar os aspectos institucionais, econômicos e operacionais de uma conveniada Cooperativa de catadora(e)s da cidade de São Paulo (Cooperativa de triagem de resíduos sólidos), tomando como referência estudo realizado em 2012/13 (AMLURB/LIMPURB; 2013); e por um levantamento (Deves; 2019) da sua atual situação, considerando os mesmos parâmetros de comparação.

O primeiro trabalho foi realizado sob coordenação da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares – ITCP-USP, em parceria com a Agência Municipal de Limpeza Urbana (AMLURB), e se tratava do *Projeto Social de Capacitação da Cooperativa Coopervivabem*, com coordenação de um dos autores do presente artigo. (AMLURB/LIMPURB; 2013)

O segundo trabalho aqui considerado é resultado de uma orientação de uma Engenheiranda do Departamento de Engenharia Química da EPUSP (*), a outra autora deste artigo, em seu Trabalho de Conclusão de Curso, com o título “AVALIAÇÃO ECONÔMICA NA COOPERATIVA DE PRODUÇÃO DOS TRABALHADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS: UM ESTUDO DE CASO”. (DEVES; 2019).

O procedimento metodológico específico para a análise comparativa é o que se poderia denominar de “demonstração paralela dos casos”, cuja finalidade é a elaboração de proposições ou teorias por meio de comparações. É justamente a comparação proposta que permitirão mostrar as significativas modificações havidas no período. SKOCPOL *et alli*. (1980)

A coleta de dados da análise comparativa compreendeu a atualização da documentação coletada no estudo anterior à análise do ambiente socioeconômico da Cooperativa e do atual modelo de *custos evitados* - através do trabalho da Cooperativa, conforme demonstrado por Calderoni (2003). Assim, o levantamento contemplou a descrição das operações e seus processos, o entendimento do rendimento de algumas máquinas

utilizadas na Cooperativa - como caminhões e prensas, e a análise do histórico de comercialização com dados de produção e preços dos produtos vendidos.

Nos dois momentos considerados foram levantadas informações específicas, e que incluem os seguintes parâmetros de comparações (2012 – 2019):

MODELO DE NEGÓCIOS - O modelo de negócios que as Cooperativas apresentavam estava muito atrelado à comercialização dos resíduos coletados, triados e prensados, sem nenhum beneficiamento além da separação e sem uma forma de agregação de valor ao trabalho realizado pelos cooperados. A Cooperativa ampliou operações para fora da localização-sede, abrindo unidades de negócios em grandes centros geradores de recicláveis, como rede de supermercados e grandes centros de distribuição de bens duráveis e não duráveis.

INSTITUCIONALIZAÇÃO – Foi realizada uma análise ampla da legislação municipal sobre lixo urbano e da Lei dos Resíduos Sólidos implantada neste período. Ressaltamos a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) e seu efeito no tempo para a específica Cooperativa. BRASIL (2010)

ORGANIZAÇÃO - Estatuto e Regimento Interno; Estrutura Organizacional; Modelo de Gestão; sistema de controle. Há grande modificação na estrutura organizacional com funções estabelecidas pela assembleia geral com revisão anual.

SISTEMA DE OPERAÇÕES – Planejamento e Controle da Produção (PCP), Coleta, transporte, descarga, triagem, mecanizações (esteira, prensas, empilhadeira, etc.); despachos e carregamento e gestão de estoques. As mudanças aqui também foram significativas, com aumento de tarefas e atividades concernentes.

COMERCIALIZAÇÃO - Canais de vendas, demanda, compradores e preços. Aqui neste ponto também é significativa a revisão dos processos de comercialização nos vários novos canais de vendas.

ANÁLISE ECONÔMICA - Margens de contribuições dos vários negócios, produtos e serviços. Vale ressaltar que a partir de nova configuração de atividades, a Cooperativa modificou bastante a apuração de resultados e de análises gerenciais, como, por exemplo: *mix* de produtos; formação de preços, e formação de lotes econômicos. KAPLAN & COOPER (2008).

SISTEMA DE REMUNERAÇÕES - A Cooperativa já possuía uma complexa equação de distribuição das sobras, pois cooperados eram remunerados por vários direcionadores, como tonelagem, horas trabalhadas ou base mensal. Atualmente a Cooperativa possui um sistema complexo de distribuição pois envolve unidades em outros municípios e outros *sites* pela cidade, obrigando uma sistematização de resultados por unidade de negócios. Assim, foram levantados dados organizacionais, financeiros e de comercialização dos materiais através dos trabalhos citados.

A estrutura do trabalho compreende uma Introdução e um Referencial Teórico que busca introduzir a economia solidária no Brasil como um conceito *sui generis* e historicamente comprometido com a geração de renda a partir do trabalho associado, cooperativo e auto gestor, conforme Singer (2003), e o caso de uma Cooperativa com estudo de caso longitudinal.

Há uma similaridade do modelo usado pela Cooperativa com os modelos econômicos tradicionais, conforme Brunstein *et. alli.* (2010); daí uma exposição sobre seus processos e modelos de gestão aplicados ao estudo de caso, em capítulo específico; documentando os processos atuais.

É desenvolvida também uma análise sobre os custos das atividades e dos serviços realizados, confrontando a situação de 2010 com a de 2019. COSTA *et. alli.* (2014b)

E, por último, faz-se uma análise realçando a atual institucionalidade e suas diferenças no tempo, pois muitas modificações na legislação aconteceram no período bem como a sua implementação – com muitos problemas não resolvidos; trata-se de uma seção sobre institucionalidade x operações.

À guisa de breves conclusões já estabelecidas, verifica-se que um dos maiores desafios que a sociedade moderna enfrenta é o equacionamento da geração excessiva e da disposição final ambientalmente segura dos resíduos sólidos.

São apontados os custos em várias classificações, preços dos recicláveis e remunerações recebidas em 2010 e 2019, mostrando uma melhoria significativa da renda recebida pelos cooperados.

REFERÊNCIAS

AMLURB/LIMPURB - Projeto Social de Capacitação da Cooperativa Coopervivabem - Coordenador: COSTA, Reinaldo Pacheco - AMLURB/LIMPURB - 2012/2013.

BRASIL. (2010) Lei nº 12.305, de 02 de Agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. PLANO NACIONAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS (PNRS). Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.sinir.gov.br/documents/10180/12308/PNRS\Revisao\Decreto280812.pdf/e183f0e7-5255-4544-b9fd-15fc779a3657>. Acesso em: 24 de março de 2019.

Brunstein, L.; Costa, R. P. (2011): Proposta de modelagem do fluxo econômico em sistemas de operações. Anais do I CONGRESSO BRASILEIRO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO Ponta Grossa, PR, Brasil, 30/11, 01 a 02 de dezembro 2011.

Burgos, R. (2013). PERIFERIAS URBANAS O CHÃO DOS CATADORES NO URBANO PERIFÉRICO. HUMANITAS.

Calderoni, S. (2003). Os Bilhões Perdidos no Lixo. São Paulo. 4ªed. Ed. Humanitas.

COOPERVIVABEM (2014). Projeto Coopervivabem. Convênio FUSP/ITCP-USP/PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC) – RESÍDUOS SÓLIDOS, PREFEITURA DE SÃO PAULO – AUTORIDADE MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA (AMLURB). Coordenador: Reinaldo Pacheco da Costa. São Paulo. Não Publicado. 2014.

Costa, R. P; Chagas. H. P. (2014a). Análise econômica e social da implantação de Cooperativa s de triagem de resíduos recicláveis na cidade de São Paulo. ENCONTRO NACIONAL “CONHECIMENTO E TECNOLOGIA: INCLUSÃO SOCIOECONÔMICA DE CATADORES(AS) DE MATERIAIS RECICLÁVEIS”.

Costa, R. P. (2014b). Os catadores e as cidades. Estudos Avançados (USP. Impresso), v. 28, p. 283-288.

Deves, L. L. (2019). AVALIAÇÃO ECONÔMICA NA COOPERATIVA DE PRODUÇÃO DOS TRABALHADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS: UM

ESTUDO DE CASO. Trabalho de Conclusão de Curso. Dep. Engenharia Química. EPUSP..

Kaplan, R. S.; Cooper, R. (1998). Custo e desempenho: administre seus custos para ser mais competitivo. São Paulo: Futura.

Mankiw, N. (2005). Introdução à Economia, São Paulo: Thompson, 5º Ed.

Martins, E. (2006). Contabilidade de Custos. 9º ed. São Paulo: Atlas.

Musgrave, R. Musgrave, P. (1980 Public Finance in Theory and Practice Hardcover – International Edition.

Nakagawa, M. (2001). ABC: custeio baseado em atividades. 2nd ed. São Paulo: Atlas.

Severino, M. R.; Eid, F.; Chiariello, C. L.(2013). Organização do trabalho na economia solidária – desafios e limites na construção de modelo alternativo ao taylorismo. Revista Pegada, v. 14, n. 2, p. 143–162.

Singer, P. (2002). Introdução à Economia Solidária. 1ª. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.

Skocpol, T. Somers, M. The use of comparative history in macro-social inquiry. Comparative studies in society an history. v.22, n3, 1980.

INCUBAÇÃO DO EES PANESOL: AUTOGESTÃO PROMOVENDO AUTONOMIA E EMANCIPAÇÃO SOCIAL

BRENDA CAMARGO DIAS; ANA CLÁUDIA ESTEVES DOS REIS
FUGIKAHA; ISABELA AP. DE OLIVEIRA LUSSI

Introdução

Até o início da década de 1970, as formas de tratamento utilizadas na Saúde Mental, no Brasil, eram caracterizadas por um modelo de assistência asilar hospitalocêntrica, marcada pela segregação social e política dos sujeitos considerados adoecidos (SANTIAGO; YASUI, 2015). A fim de contrapor tais medidas, a Reforma Psiquiátrica surge como uma luta da sociedade civil, dos movimentos sociais e profissionais de saúde, concomitante ao movimento da Reforma Sanitária no período de redemocratização do país. Por meio do questionamento do modo de tratamento vigente, o movimento objetivou uma mudança e reestruturação político social no âmbito da saúde mental, dando espaço para atenção baseada na comunidade e não centrada no hospital como a escolha da política pública de saúde mental no país (PITTA, 2011).

A Política Nacional de Saúde Mental brasileira, desenhada a partir do movimento de Reforma Psiquiátrica e implementada desde o final da década de 1990 até meados dos anos 2016, instituiu as diretrizes dos Programas de Inclusão Social pelo Trabalho (MORATTO; LUSSI, 2015).

Nesse sentido, a Economia Solidária, pelas suas características, principalmente, aquelas relacionadas aos princípios da propriedade coletiva do capital, do respeito à diversidade e do direito à liberdade de cada indivíduo, encontrou campo fértil na política de saúde mental. A partir de 2004, ambos movimentos passaram a se reconhecer e a dialogar, “iniciando uma colaboração permanente entre estes campos e entre os integrantes dos movimentos sociais correspondentes”, tendo como desafio a inclusão social de pessoas com transtornos mentais e transtornos decorrentes do uso

problemático de álcool e outras drogas por meio da construção de empreendimentos econômicos solidários (BRASIL, 2005, p. 35).

É neste cenário que surge o empreendimento econômico solidário PaneSol - Panificadora Solidária, grupo constituído por usuários da rede de saúde mental do município de São Carlos, interior do estado de São Paulo, incubado pela equipe da Linha de Ação “Inserção Laboral de Pessoas em Desvantagem Social”, do Núcleo Multidisciplinar e Integrado de Estudos, Formação e Intervenção em Economia Solidária (NuMI-EcoSol) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), com apoio do Programa de Extensão Universitária (ProExt) do Ministério da Educação (MEC), da Pró-Reitoria de Extensão da UFSCar e do CNPq. O PaneSol foi criado com objetivo de incluir socialmente e gerar renda aos trabalhadores constituintes do grupo. O foco do trabalho foi gerar autonomia e independência aos participantes, por meio da autogestão e do protagonismo dos mesmos. O PaneSol foi criado em janeiro de 2017 e vem construindo interessante processo de autogestão e emancipação.

Objetivo

O objetivo deste trabalho é apresentar a sistematização da incubação do PaneSol, focalizando a autonomia dos participantes no processo de produção e na estruturação do próprio empreendimento.

Processo de Incubação

O grupo teve início em janeiro de 2017. Foi constituído por quatro usuários da rede de saúde mental de São Carlos, por meio da articulação entre a Universidade e os serviços de saúde: Centro de Atenção Psicossocial II (CAPS II) e Unidade Básica de Saúde (UBS). A equipe de incubação foi composta pela coordenadora da Linha de Ação “Inserção Laboral de Pessoas em Desvantagem Social”, por uma técnica de incubação e por cinco estudantes extensionistas, que se revezaram, duas no primeiro ano e três no segundo ano.

A equipe de incubação definiu quatro principais eixos de atuação descritos a seguir, juntamente com suas atividades.

Quadro 1: Atividades para construção de grupo e incubação de EES

Eixo 1 Construção de grupo	Eixo 2 Formação teórico-prática	Eixo 3 Inclusão do EES em grupos	Eixo 4 E.V.E.
-------------------------------	------------------------------------	-------------------------------------	------------------

<p>a) atividades de construção e fortalecimento de vínculos (dinâmicas, atividades coletivas, atividades para conhecimento inter-pessoal, celebrações)</p> <p>b) atividades de construção da identidade do grupo (sonhos coletivos, nome e identidade visual do grupo, objetivos gerais e específicos)</p> <p>c) atividades de construção de acordos coletivos;</p>	<p>a) formação básica no ofício da panificação;</p> <p>b) formação básica em Economia Solidária (princípios da Ecosol, EES e formas de associação coletiva, autogestão e administração de EES, comércio justo e solidário, finanças solidárias, cadeia produtiva e de comercialização, formalização de EES .etc);</p> <p>c) formação sócio-política (gênero e distribuição de tarefas e papéis, direitos trabalhistas básicos do/a trabalhador/a e formas de acessá-los , lei municipal da Economia Solidária e fundo municipal de EcoSol, órgãos públicos e associações civis relacionados à Economia Solidária etc.)</p>	<p>a) apresentação, aproximação e possível inclusão do EES nos coletivos municipais de Economia Solidária (Fórum de Economia Solidária, ComeSol, NuMI-EcoSol etc.)</p> <p>b) apresentação e aproximação do EES aos coletivos de comercialização solidária (Centro de Comércio Justo e Solidário, Feira de Economia Solidária da Praça XV de Novembro, Feira Eco-Solidária da UFSCar, Loja de Economia Solidária da ARTESCAR no Mercado Municipal, entre outras)</p>	<p>a) Atividades que antecedem a precificação:</p> <p>* listagem dos insumos, equipamentos e maquinários necessários para produção de cada artigo;</p> <p>* identificação das quantidades de cada insumo e seus custos financeiros;</p> <p>* identificação da vida útil de cada maquinário e equipamento e seus custos;</p> <p>* identificação do tempo médio de manutenção dos maquinários/equipamentos e seus custos;</p> <p>* identificação dos gastos com transporte para compras, produção e comercialização,</p> <p>* identificação dos gastos com publicidade;</p> <p>* identificação do uso médio de luz, água e gás e custos estimados;</p> <p>* identificação de outros gastos;</p> <p>b) Precificação de cada produto a partir das identificações e mensurações acima relacionadas;</p> <p>c) estudo de mercado;</p> <p>d) estudo do público consumidor;</p>
---	--	---	---

			e) conclusão do E.V.E
--	--	--	-----------------------

A prática da autogestão foi sendo realizada paulatinamente a cada encontro, em que se acrescentava uma nova atribuição a ser pensada, organizada, realizada pelo grupo. Assim, no início, o grupo se apropriou das atividades de produção do pão e

limpeza do espaço, mapeando etapas e eixos de atuação dessas atividades e distribuindo funções para cada membro/a da equipe.

As etapas das atividades foram expostas na parede da cozinha para que todos os trabalhadores tivessem acesso. Outros pontos discutidos foram a cotação de valores e definição de um valor destinado para o fundo do empreendimento, além do número limite de participantes, definido como quatro, e a criação de uma lista de espera para novos participantes integrarem o grupo em caso de desistência ou desligamento.

Posteriormente, a prática da autogestão passou a envolver as atividades de compras, comercialização, registro de reuniões e fluxo de caixa em livros documentais (livro ata e livro caixa). Além disso, o grupo participou de sua primeira reunião no Fórum Municipal de Economia Solidária, em que se apresentou como EES em fase de incubação.

O dia de trabalho foi dividido em cinco etapas, sendo I) Higienização das bancadas e dos utensílios a serem utilizados, II) Produção dos pães, III) Assembleia, IV) Embalagem do produto e V) Limpeza. As tarefas foram divididas de modos diferentes a cada semana, de forma que todos os trabalhadores escolhessem a função que desejassem exercer na produção em comum acordo, demonstrando rotatividade na função e compreensão de todos em relação aos processos de produção. Em relação às assembleias, todos decidiam coletivamente os pontos de pauta e quem faria a Ata e quem faria o livro caixa.

Nas assembleias são discutidos e decididos os encaminhamentos sobre assuntos de interesse e de necessidade do grupo, além dos pontos comuns trabalhados semanalmente, como a divisão do caixa, os responsáveis pela venda e pela realização das compras para a próxima produção.

Resultados

Com o decorrer dos encontros, foi possível verificar maior autonomia dos trabalhadores que compunham a equipe, mesmo com a entrada e saída de membros. Ao todo, dois membros se desligaram do empreendimento, sendo o primeiro devido à faltas

e o segundo por autodesligamento; houve um afastamento por questões de saúde e a entrada de novos membros da lista de espera no grupo.

A autonomia, liberdade e engajamento nos processos de produção e no próprio empreendimento ficaram visíveis por meio das opiniões compartilhadas de forma espontânea pelos membros durante as assembleias. Essa autonomia é prevista, e é fundamental tanto na Reabilitação Psicossocial como na Economia Solidária, pois demonstra o envolvimento, compreensão, pertencimento e inclusão dos participantes no trabalho, esfera ocupacional tão importante ao homem.

Concomitantemente, foi possível acrescentar novos acordos coletivos referentes aos desligamentos e retorno de usuários desligados, bem como a definição de critérios para a chamada de novos membros em aguardo na fila de espera. Houve também a possibilidade de alteração no número de pães a serem produzidos, sendo acordado o aumento de produção dos pães em dias com encomendas pré definidas. Apesar disso, verificamos que a venda dos pães ainda é a etapa na qual os trabalhadores encontram a maior dificuldade, por exigir uma habilidade social e independência que, mesmo com os avanços nas políticas públicas de saúde mental, ainda vem sendo negada pela sociedade, que sustenta um estigma ultrapassado em relação aos usuários da rede de saúde mental.

Conclusão

Diante da experiência do empreendimento econômico solidário PaneSol, foi possível compreender que a harmonia entre Economia Solidária e Saúde Mental se expressa nas relações de trabalho, na aquisição de um novo papel social pelos trabalhadores, nas relações afetivas e engajamento no empreendimento, além de fomentar e potencializar nas pessoas a autonomia, independência, autoestima e solidariedade. Apesar disso, a dificuldade dos trabalhadores com a comercialização dos produtos leva-nos ao enfrentamento de um dos muitos desafios para a superação de paradigmas reducionistas e excludentes.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. DAPE. Coordenação Geral de Saúde Mental. **Reforma psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil**. Documento apresentado à Conferência Regional de Reforma dos Serviços de Saúde Mental: 15 anos depois de Caracas. OPAS. Brasília, novembro de 2005.

MORATO, G. G.; LUSSI, I. A. O. Iniciativas de geração de trabalho e renda, economia solidária e terapia ocupacional: aproximações possíveis e construções necessárias. **Cad. Ter. Ocup. UFSCar**, São Carlos, v. 23, n. 4, p. 733-745, 2015. Disponível em <http://dx.doi.org/10.4322/0104-4931.ctoAO0737>. Acesso em 14/02/2019 às 20h56.

PITTA, A.M.F. Um balanço da Reforma Psiquiátrica Brasileira: Instituições, Atores e Políticas. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, n.12, p. 4579-4589, 2011. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v16n12/02>>. Acesso em 15/02/2019 às 21h00.

SANTIAGO, E; YASUI, S. Saúde mental e economia solidária: cartografias do seu discurso político. **Psicologia & Sociedade**, v. 27, n.3, p. 700-711, 2015. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/1807-03102015v27n3p700>>. Acesso em 15/02/2019 às 20h15.

INTERFACES ENTRE PRODUÇÃO ARTÍSTICA E TRABALHO PELA ECONOMIA SOLIDÁRIA NOS DISPOSITIVOS DE SAÚDE MENTAL

Lucas Felipe de Sousa Gonçalves - Estudante de Graduação em Psicologia; Universidade Federal Fluminense – Volta Redonda (UFF-VR), Email: lucassousa@id.uff.br

Flávia Helena Miranda de Araújo Freire - Docente do Departamento de Psicologia; UFF-VR, Email: flaviah.freire@gmail.com

Lana Soares Coelho - Estudante de Graduação em Psicologia; UFF-VR, E-mail: lanacoelho@id.uff.br

Introdução

No final do século XIX, a loucura torna-se tema de preocupação da saúde pública e, com sua apropriação pela psiquiatria, se popularizam dispositivos baseados na lógica higienista e eugenista, estabelecendo a noção de uma suposta “hereditariedade perigosa”. O ápice desse movimento para a saúde mental foi a disseminação dos manicômios, que possuíam como objetivo o isolamento e higienização social, através do enclausuramento e outras violações de direitos.

Apesar dos avanços institucionais e sociais, tal lógica ainda persiste. At hoje, usuários dos dispositivos de saúde mental mais humanizados que surgiram no país são segregados e taxados de “perigosos”, “incapazes” e “improdutivos”. A resistência se dá através de reivindicações dos usuários, do clamor pela cidadania que lhe é de direito, repensando as abordagens de tratamento, considerando elementos alternativos ao conhecimento biomédico que também operam saúde, como o trabalho em seu viés criativo, a arte e a inserção social daquele no qual o acesso à cidade foi negado.

Considerando os múltiplos aspectos de tratamento, atenção, cuidado e devolução da cidadania ao usuário de saúde mental, pretende-se discorrer acerca da relação entre a arte produzida no âmbito da saúde mental, em seus aspectos terapêuticos e de geração de renda, considerando o trabalho como forma de emancipação e produção de saúde,

sobretudo quando se dialoga com a economia solidária. O presente trabalho foi realizado através de pesquisa bibliográfica.

Novas formas de tratamento, cuidado e atenção em saúde mental através da expressão artística

A arte é conhecida como uma das mais antigas formas de expressão do ser humano e permeia diversas dimensões de sua existência, operando nos campos da ritualística e religiosidade, descrição e contemplação, imaginação e utopia, geração e movimentação de renda, quando é mercantilizada e, também, na produção e manutenção da saúde, quando seus potenciais terapêuticos, geralmente ignorados, são explorados.

A arteterapia opera saúde através da utilização de recursos artísticos de forma terapêutica, focando na criação estética no contexto de saúde mental. Segundo a União Brasileira de Associações de Arteterapia (UBAAT), a arteterapia surgiu no século XIX, porém, foi em 1906, que estudos feitos por Mohr evidenciaram que as criações artísticas continham manifestações de histórias de vida e de conflitos pessoais dos indivíduos que as produziam. Jung trouxe a arte para o ambiente clínico, pois, para ele, é nas expressões artísticas que há a simbolização dos inconscientes coletivo e individual.

No Brasil, a psicanalista Nise da Silveira se destaca em termos da utilização da arte na terapia ocupacional. Segundo Silva (2011), “uma das atitudes nobres da psiquiatra, na sua opinião, foi trazer os doentes esquecidos do Engenho de Dentro para a literatura, para as exposições de arte e para os olhos do mundo”.

O trabalho como dispositivo de reintegração psicossocial e suas possibilidades no âmbito da saúde mental

A reintegração psicossocial dos usuários de saúde mental comumente caminha junto à economia solidária, considerada um modelo socioeconômico alternativo à lógica do capital. A economia solidária propõe um desenvolvimento econômico aliado ao bem-estar social e à valorização das potências humanas, relações sociais e da realidade na qual se está inserido, como alternativa ao modelo hegemônico.

A economia solidária se relaciona com o trabalho para os usuários de saúde mental ao analisarmos as características da lógica dominante do mercado, onde quem não consegue se adaptar aos ritmos frenéticos do trabalho pautado no lucro são excluídos da esfera do trabalho. Os usuários da saúde mental estão dentre os inúmeros afetados desse processo de exclusão, por apresentarem algumas especificidades por conta de sua condição, o que não significa incapacidade para exercer determinada atividade, além de todo o estigma acentuado pela ideologia higienista. Assim, é na economia solidária que essas pessoas se inserem na dimensão do trabalho.

O cooperativismo social é a principal forma de entrada do usuário em tal dimensão, em que as oficinas de geração de renda e trabalho, que se popularizaram nos dispositivos de saúde mental do Brasil, geralmente seguem os princípios desse tipo de organização. Em 2013, havia cerca de 1.008 iniciativas de economia solidária no âmbito da saúde mental no país segundo levantado pelo Cadastro de Iniciativas da Saúde Mental de Inclusão Social pelo Trabalho (CIST).

Dentre os benefícios do trabalho exercido nas cooperativas sociais e organizações de trabalho tangentes a portadores de sofrimento mental destacam-se, a partir de estudos, como o de Estevam e Sales (2016), realizado em uma associação de trabalho solidário no âmbito da saúde mental no município de Belo Horizonte (MG), o valor do trabalho como prática integralizadora e socialmente legitimadora de indivíduos; recurso de produção e trocas de afeto; meio de satisfação pessoal através das possibilidades que o trabalhar oferece; potencializador de poder aquisitivo e da autonomia; e ampliador da capacidade relacional do indivíduo. Apesar dos inúmeros benefícios relacionados à essa forma de organização dos usuários, alguns obstáculos também transparecem de maneira recorrente nos trabalhos dentro do tema, como a ausência de condições materiais, recursos humanos e mecanismos administrativos para viabilizar os processos de trabalho e geração de renda.

Percebe-se que a legislação e políticas públicas não consideram a relação existente entre a intervenção terapêutica e o trabalho, sobretudo em uma cooperativa social. A ideia de que a economia solidária mudaria o enfoque dos trabalhos realizados em unidades psiquiátricas e cooperativas sociais de prática terapêutica para simplesmente atividade laboral é refutada quando se sistematiza os relatos da maioria dos integrantes das mesmas, vinculados à economia solidária, que dizem buscar no trabalho ali exercido uma recuperação e/ou manutenção de saúde mental, enquanto nos participantes não vinculados, essa relação não se encontra na mesma razão quantitativa.

Também pode-se extrair do levantamento bibliográfico realizado que um empreendimento de economia solidária de usuários de saúde mental atribui mais responsabilidades, o que pode mudar a forma como suas famílias os veem, facilitando a obtenção de outros papéis familiares, muitas vezes fazendo com que os doentes passem a ser reconhecidos como trabalhadores. Assim, a importância dessas ações enfatiza a inclusão social pelo trabalho e a desconstrução de ações excludentes e estigmatizantes.

O trabalho deve ser visto como uma ferramenta poderosa na reabilitação psicossocial dos usuários de saúde mental pois possibilita a conquista da autonomia em uma sociedade que os rotula como incapazes de conduzir suas próprias vidas. Portanto, quando tratamos o trabalho como atividade, como nos elucidam as clínicas do trabalho e, também, com o viés emancipatório da economia solidária, devemos estimular que tais experiências alcancem esses usuários a fim de produzir empoderamento e romper com estigmas construídos pela sociedade acerca de sua condição, gerando reconhecimento, como através do retorno financeiro, indicando que aquilo o que é produzido por um usuário de saúde mental possui sim valor.

Repensando a dicotomia entre arte e trabalho na saúde mental

Quando se pensa nas oficinas dos dispositivos de saúde mental, visualizamos uma separação temática e de objetivo entre as oficinas de arte e as de geração de renda. Na primeira, o instrumento criativo como comunicação subjetiva e experiência estética remete a uma proposta terapêutica individual, que trabalha com o sofrimento e sintoma psicopatológico. Na segunda, o trabalho realizado pelos usuários é valorado pelo efeito de inclusão social, promoção de cidadania e participação coletiva, que visa a autonomia do usuário e sua inserção comunitária, tal distinção não tem sentido pela indivisibilidade do sujeito enquanto indivíduo e social, ambas funções, artística e laboral, partilham seus efeitos subjetivos e terapêuticos.

As clínicas do trabalho colocam a atividade laboral como mobilização subjetiva, de um sujeito que se apropria do coletivo e implica sua subjetividade para uma mudança no meio, dialeticamente. Especialmente na psicodinâmica, vemos que uma organização saudável do trabalho, que promova autonomia e cooperação, como no caso daquelas com viés econômico solidário, possibilita que o sofrimento seja superado com inteligência, numa ação claramente terapêutica.

Portanto, defendemos em relação ao apresentado que, para os profissionais que gerem as oficinas de arte e de geração de renda nos dispositivos de saúde mental, o diálogo que os dois campos fazem e os efeitos que partilham devem ser sempre considerados. Além da luta pela captação de recursos, sobretudo públicos, para o atendimento de todas as demandas e manutenção de todas as oficinas e atividades, existe o trabalho real e cotidiano de se fazer na prática a inclusão pela arte e a terapia pelo trabalho, principalmente quando os serviços carecem de uma das intervenções ou não possuem articulação efetiva com outros dispositivos em rede.

Referencial Bibliográfico

ALMEIDA, N. C. [et al.] **Dá para fazer!/: guia prático de economia solidária e saúde mental**, WalPrint Gráfica e Editora: Bel Lab Design e Comunicação. Rio de Janeiro, 1. ed, 2017.

BALLARIN, M. L. G. S. [et al.] **Centro de atenção Psicossocial do município de Campinas: estudo sobre o perfil sociodemográfico e clínico de seus usuários**, Rev. Ciênc. Méd., Campinas, 20(3-4):59-67, maio/ago., 2011.

BEZERRA JUNIOR, B. C. **O normal e o patológico: uma discussão atual**. In: SOUZA, Alicia Navarro; PITANGUY, Jacqueline. (Org.). Saúde, corpo e sociedade. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

CADERNOS DE ATENÇÃO BÁSICA. Saúde Mental. Brasília-DF, n. 34. Editora Ministério da Saúde, 2013.

CRUZ, Maria Alice da. **O Lugar da Arte na Terapia de Nise**. Jornal da Unicamp, Campinas, 25 de abril a 1º de maio de 2011 – ANO XXV – Nº 491.

DEJOURS, C. **Subjetividade, trabalho e ação**. Prod., São Paulo , v. 14, n. 3, p. 27-34, Dec. 2004.

ESTEVAM, N. M.; SALES, M. M. **Loucos pelo trabalho: a interface entre economia solidária e a saúde mental**. Pretextos - Revista da Graduação em Psicologia da PUC MG, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, p. 15-34, jul./dez. 2016

FREITAS, Walkíria de A. R. **Arteterapia em Consultório: uma viagem interior**. Monografia de especialização em Arteterapia, Instituto Junguiano da Bahia (IJBA), Salvador – BA, 2009.

LIMA, E. M. F. A. **Por un arte menor: ressonâncias entre arte, clínica e loucura na contemporaneidade**. Interface - Comunic., Saúde, Educ., v.10, n.20, p.317-29, jul/dez 2006.

PINHO, L. R. P. [et al.] **Relatos de experiências em inclusão social pelo trabalho na saúde**, Compacta Gráfica e Editora, São Carlos, 2014.

SILVA, J. O. M P. **A arte na terapêutica ocupacional de Nise da Silveira**. Campinas: UNICAMP, 2011. 219 p. Tese (doutorado) - Programa de Pós-graduação em Arte, Instituto de Artes, Universidade Estadual de Campinas, Campinas - SP, 2011.

União Brasileira de Associações de Arteterapia. Disponível em: <<https://www.ubaatbrasil.com/>> Acesso em: 30/05/2018.

JAVAPORCO COMO PERSONAGEM CONCEITUAL DA EXPERIÊNCIA DE UM EMPREENDIMENTO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Carlos Gassen Nascimento

Acadêmico do 8º semestre do curso de Psicologia da UFPel, estagiário/extensionista do TECSOL e pesquisador do grupo TELURICA (Territórios de Experimentação em Limiares Urbanos e Rurais: In(ter)venções em Coexistências Autorais).
E-mail: carlos8_gn@hotmail.com

Bruno Silva dos Santos

Acadêmico do 8º semestre do curso de Psicologia da UFPel, estagiário/extensionista do TECSOL e pesquisador do grupo TELURICA. E-mail: brunossantos1908@gmail.com

Prof. Dr. José Ricardo Kreutz

Professor Associado do Curso de Psicologia da UFPel, extensionista do TECSOL e coordenador do grupo TELURICA. E-mail: jrkreutz@gmail.com

Contextualização da Problemática de Estudo

Nesta cartografia⁴⁵, matérias de expressão vivenciadas no processo de incubação trazem ao campo de visibilidade um grupo de produtores hortifrutigranjeiros em transição para o modelo econômico solidário agroecológico, acompanhado pelo Núcleo Interdisciplinar de Tecnologias Sociais e Economia Solidária (TECSOL) da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), o qual designaremos ficticiamente com o nome de Grupo Nefal. Este grupo passa a ser incubado, pois a história pregressa individual dos seus integrantes foi atravessada pelos processos de saúde e doença impostos pelo modo de produzir convencional do contexto rural, descrito historicamente pela lógica da subordinação do trabalho (SINGER, 2002), danos ao ambiente e saúde próprias dos sujeitos do desempenho estruturados por uma sociedade do cansaço (HAN, 2015). A partir da necessidade de driblar esta lógica subalterna, criam-se condições para se tornarem um Empreendimento de Economia Solidária (EES). Ao longo da experiência de incubação e das trocas coletivas, o Grupo Nefal passa a perceber através da agroecologia

45 A cartografia é um método de pesquisa psicossocial, “um desenho que acompanha e se faz ao mesmo tempo que os movimentos de transformação da paisagem” (ROLNIK, 2006, p.23).

e autogestão um desejo por um modelo de vida híbrido - rentável e saudável (BAUMAN, 2010).

Ao longo do processo de adesão aos conceitos agroecológicos, o Grupo Nefal depara-se com uma rede de EES que intervêm entre si, e uma incubadora, cujo repertório de conhecimentos técnicos e experiências auxiliam na transição agroecológica e tensionam os processos autogestionários. Nesse contexto encontramos indicadores de saúde no protagonismo da própria renda enquanto dispositivo capaz de estimular a construção do valor do trabalho do grupo. Além disso, forjam-se alternativas de produção e comércio, onde apesar de haver mais trabalho envolvido, este tende a não ser automatizado ou predeterminado, demandando tomadas de decisão coletivas. É um espaço de criatividade e aprendizado: um grande *sandbox*⁴⁶ de tecnologias sociais e produção de conhecimento único do grupo (SINGER, 2002).

Encontros, dores e delícias de ser Nefal e o Javaporco como personagem conceitual⁴⁷

No mar de novidades do processo grupal, produzem-se efeitos através dos quais emerge a angústia e as dificuldades deste movimento emancipatório, almejando um suposto pináculo solidário, uma idealização inatingível. Viver a economia solidária requer um repertório existencial contraditório ao que seria a norma: a competitividade do mercado convencional, o lucro como virtude mais desejada e o desdém pela fauna, flora, cultura e política do território (SINGER, 2002).

As dores e delícias do grupo apresentam-se nas aproximações e afastamentos que levam à mudança e criação de novos costumes. A autogestão propõe a emancipação das pessoas e dos seus métodos de produção, ainda assim, para se emancipar, primeiro é preciso libertar-se da alienação e dissociação instaladas ao longo de uma vida de trabalho e existência capturados por estruturas de organizações velozes e instáveis que tendem a

⁴⁶ Ambiente controlado onde se pode observar e experimentar com as interações entre diferentes elementos.

⁴⁷ O Javaporco não é um representante dos autores ou símbolo abstrato, mas sim um personagem conceitual que opera no pensamento – pelos atravessamentos e afetos que surgem das interações entre os personagens intercessores. O Javaporco permeia os processos grupais e nos incita a pensar de modos diferentes.

lógica neuronal fantasiadas de boas intenções, onde a máxima é “Yes we can” (HAN, 2015). São características exaltadas na história pregressa de produção aviária e cultivo de fumo dos agora associados ao Nefal, logo, a estruturação do grupo enquanto EES e a autogestão como método começam a polinizar gotículas vitais de cooperação como afectos germinais em direção a saúde. O suporte mútuo promove o sucesso e a existência saudável dos grupos e indivíduos (SINGER, 2002).

Definidos os movimentos de afastamento e aproximação do Grupo Nefal com os processos autogestionários, solidários e de cooperação, necessitamos apresentar um analisador, um elemento dissonante daquilo que poderia ser considerado um processo contínuo de incubação. Trata-se de um (in)fortúnio, um paradoxo da “terapia autogestionária” surge em forma de corpo físico, mas que nos prospecta para um incorporeal, um conceito, um personagem conceitual: o Javaporco. Um ser vivo e híbrido que surge da conjunção entre os desejos e avanços destrutivos da sociedade humana sobre a natureza e o simples ímpeto de vida da própria natureza. Diferente de um porco domesticado ou um javali exótico, o *Super Suíno Selvagem* goza de um habitat múltiplo, tanto no conforto da selva quanto nas pretensas propriedades privadas humanas. Ele representa um limiar divisor do mundo da natureza selvagem, só que destituída de seu território original e abalada por um aparelho de estado⁴⁸ produtor de desejos. Não importa se há veneno ou não, se o cultivo é agroflorestal ou monocultural, se os animais estão livres ou encaixotados, o Javaporco (des)respeita os animais, revira as hortas e segue se reproduzindo, tanto nas propriedades quanto no mato. Este devir-javaporco traz uma potência de desencadear crises e guerra, embaralha os códigos e confunde as ideias que se têm de agroecologia e autogestão.

A resposta instituída do aparelho de estado é o passe livre, concedido pelo Ministério do Meio Ambiente, para exterminação da praga Javaporco e dos Javalis das zonas rurais. De acordo com Deleuze e Guattari (2011), a máquina de guerra possui uma extrínseca flexibilidade micropolítica e plural dos movimentos instituintes que a influenciam e concebem uma paleta de respostas conflitantes entre si: entrar em guerra com o território para exterminar o Javaporco? Domesticá-lo? Domá-lo? Criar barreiras

48 Organização soberana de controle, representante do Estado, o aparelho não participa de combates ou possui guerreiros, ele atua com ferramentas burocráticas de captura imediata e repressão de forças instituintes e insurgentes. Mas à todo aparelho de estado coexiste, de forma exterior a ele, uma máquina de guerra.

passivas de defesa? Transformá-lo em produto de consumo? É um problema bem colocado, não há nítida solução que seja coerente com a moral adotada e desenvolvida pelo Grupo Nefal.

Possibilidades de intervenção e negociação com o Javaporco

O Javaporco tem ao menos dois planos existenciais: um ser vivo que surge como reação a uma ação de violência contra um animal e seu território, além de um personagem conceitual subterrâneo presente nas tarefas mais melindrosas dos protocolos de trabalho do EES. A constante agressividade humana contra a fauna e flora do meio rural criou um ambiente de crise que pode ser equiparado a uma situação de guerra, um conflito de produtividade contra sustentabilidade.

O Meio Ambiente não possui afetos ou emoções como medo, terror, raiva ou ódio até onde se pode compreender com faculdades humanas. No entanto, nos propomos a pensar, partindo de uma filosofia deleuziana, a natureza como intercessora (DELEUZE; GUATTARI, 1992) de afectos e perceptos singulares ao território que, por vezes, se incorpora como devir-javaporco, uma *Natureza não-natural* que prolifera percepções estéticas e éticas sobre como se dão as manifestações e enunciados da guerra, protagonizada pelo personagem conceitual aliado a *Natureza natural*: o Javaporco surge de um lugar de medo/terror, como recurso desesperado e feroz de resistência a um contínuo cerco.

Todas as instâncias humanas do território sentem o movimento javaporquista, desde o agronegócio mais afrontoso até o menor produtor autônomo. Assim como numa guerra convencional, existem ações de combate e ações de diplomacia, o que nós observamos e indicamos nesta cartografia é especificamente a negociação diplomática entre Ser Humano e Meio Ambiente, e o nome que damos a ela é agroecologia. A agroecologia é como uma política de guerra/paz, as pessoas que a protagonizam aspiram um equilíbrio pacífico entre o proveito de recursos naturais e o respeito à natureza de onde fluem, porém, o combate e a diplomacia acontecem simultaneamente. O Javaporco não negocia, tampouco é um soldado adquirido pelo aparelho de estado, pois está na condição de trair tudo ou de não entender nada, um devir-guerreiro, ameaçador ao

aparelho de estado que traz “engravidado” dentro de si a própria máquina de guerra (DELEUZE; GUATTARI, 1997). Como efeito, pergunta-se: não se negocia com terroristas? Parece um problema mal colocado. Antes fosse a pergunta: somos todos terroristas?

Seguindo a proposta de nos debruçarmos sobre a experiência de um EES nesta situação de pânico que é realizar negociações com uma entidade que não expressa o menor desejo em negociar, nós exploramos os afetos que o analisador Javaporco provoca no EES e nos traços que tecem o “tratado de paz”: a autogestão, a cooperação, a solidariedade e a sustentabilidade. Como este estado constante de guerra instaurado pelo devir-javaporco anima as forças organizantes e instituintes no Grupo Nefal? Este devir orienta comprometimentos em prol de conquistas para o grupo inserido nesta interação de territorialidades, a crise precipita a urgência de novas experiências tecnológicas sociais, o devir-javaporco contesta a eficácia dos consagrados processos cooperativos em favor de soluções convencionais que não promovem as negociações, mas aumentam o abismo entre as duas entidades.

Humanos são seres pensantes e românticos, diante de situações de medo, as respostas vão além da reptiliana fuga e luta. A clássica fantasia de que a destruição da espécie humana vai surgir de uma rebelde criação humana é um exemplo: uma metáfora, pois essa rebeldia não é apenas física, é fundamentalmente ideológica, e está correlacionada ao exagero, ao consumo excessivo, a volúpia por lucro e posse, um sentimento de soberania generalizado. Quem não é monstro nesta história? Revela-se o problema: lidando com um ser tão voluptuoso quanto o próprio ser humano, quais as consequências de um extermínio? Qual a viabilidade ou por quanto tempo pode se manter uma posição conciliatória? Como viver com o monstro (em nós) no processo de incubação do Nefal enquanto potência criadora?

Referências

BAUMAN, Zygmunt. **Capitalismo Parasitário e Outros Temas Contemporâneos**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2010.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Mil Platôs: **Capitalismo e Esquizofrenia**. São Paulo: Ed. 34, vol. 5, 1997. 240 p.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O Anti-Édipo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2011. 560 p.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O que é a filosofia?**. São Paulo: Ed. 34, 1992. 279 p.

HAN, Byung-chul. **Sociedade do cansaço**: 2. Petrópolis: Ed. Vozes, 2015. 136 p.

ROLNIK, Suely. **Cartografia Sentimental**: Transformações Contemporâneas do Desejo. Porto Alegre: Ed. Sulina; Ed. da UFRGS, 2006. 248 p.

SINGER, Paul. **Introdução a Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 2002. 127 p.

QUANDO SAÚDE MENTAL, CULTURA E ARTE SE ENCONTRAM: PRÁTICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO ÂMBITO DA REDE DE SAÚDE MENTAL EM PORTO ALEGRE-RS

Marilia Verissimo
Veronese Docente e pesquisadora do PPG em Ciências Sociais da
Unisinos-RS
mariliav@unisinos.br

Esta apresentação se debruça sobre as experiências de economia solidária que, articulando criação artística e cultural, se produzem no âmbito do sistema público de saúde mental. Trata-se de pesquisa em andamento, focando a articulação entre a economia solidária, o binômio arte/cultura e a produção de cidadania e autonomia entre sujeitos em situação de sofrimento psicossocial.

O registro empírico analisado é o **GeraçãoPOA – Oficina Saúde e Trabalho**, serviço de média complexidade que compõe a rede de atenção psicossocial de Porto Alegre-RS, cujas ações de promoção da saúde incluem o trabalho como eixo central, contribuindo para a qualificação da inserção social dos usuários. O grupo trabalha com papel reciclado, serigrafia, costura e bordados, fotografia, pintura, produção de velas, bolsas e camisetas, mosaicos de pedras e poesia/literatura, sendo tudo comercializado em diversos espaços culturais da capital gaúcha. Norteando o inquérito, as questões de como se define e se representa para estes sujeitos a sua experiência com a produção artístico-cultural? Que efeitos as vivências têm em suas trajetórias de vida marcadas, anteriormente, pela exclusão e confinamento? Quais seriam as formas de inserção socioeconômica e culturais mais potentes? O registro de caráter etnográfico orienta a coleta e a análise dos dados, através de participação semanal em várias atividades internas e externas à sede do GeraçãoPOA.

Estão em análise arranjos institucionais e produtivos que envolvem, ao mesmo tempo, cultura autogestionária e produção artístico-cultural, neste caso de grupo oriundo da desinstitucionalização da loucura. Segundo Vilutis (2011), da mesma forma como a cultura pode ser pensada a partir da sua produção e mediação semiótica de “sujeitos culturais atuantes”, a economia solidária trabalha com uma dimensão da economia que

vai para além do binômio produção/consumo. Trata-se de um “econômico” que é também social, cultural e político. Na problematização desse “econômico” emerge uma forma de abordá-lo que não se dissocia dos aspectos institucionais, psicossociais e culturais.

A experiência em tela compreende dimensões distintas, conectadas entre si, no âmbito do sistema de saúde mental: *acolhimento, iniciativa e solidariedade*, nos modos de cuidar e de trabalhar. Da antiga concepção de ocupar o tempo e afastar o ócio, o papel do trabalho na reabilitação social se desloca para o campo dos direitos, das potências e das capacidades das pessoas que, ao realizá-lo, realizam-se como cidadãos, assumindo um papel de inserção social ativa e promovendo maior autonomia em suas vidas.

No campo da saúde e da assistência social, Sistema Único de Saúde (SUS) e Sistema único de Assistência Social (SUAS) representaram importantes inovações sociais em termos de política pública, fruto de concepções que se afastaram do clientelismo e casuísmo, práticas comuns em sucessivos governos brasileiros. O momento que o país vive hoje (março de 2019) como nação coloca em risco as conquistas sociais trazidas pela Constituição de 1988, dentre elas o SUS e sua concepção de saúde mental. Por esta razão, sustenta-se que a economia solidária é um instrumento potente de defesa das redes públicas de proteção à saúde, engajando parte da sociedade civil através de seus produtos e serviços e legitimando a existência dos grupos que empreendem em suas instituições de origem.

A produção de dados consistentes sobre esse tipo de Empreendimento Econômico Solidário (EES) não é recente, tendo a última informação sido apresentada até o ano de 2013 (OLIVEIRA et al, 2018, p. 133):

Tabela 1: Empreendimentos econômicos e solidários por ano (2005-2013).

Ano	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Nº de Empreendimentos Solidários	151	239	256	345	380	640	640	660	1.008

Fonte: Ministério da Saúde. Coordenação Nacional de Saúde Mental, 2015. SILVA, 2012.

Em 2005, constituiu-se a Política Intersetorial de Saúde Mental e Economia Solidária, que resulta da articulação entre o Ministério da Saúde e a Secretaria Nacional de Economia Solidária, na época parte do Ministério do Trabalho e Emprego e sob o comando do professor Paul Singer (ANDRADE et al, 2013). Aponta Paul Singer que: “a economia solidária e o movimento antimanicomial nascem da mesma matriz – a luta

contra a exclusão social e econômica. Uns são excluídos (e trancafiados) porque são loucos, outros porque são pobres.” (2005, p.12).

As experiências têm sido avaliadas pela sustentabilidade financeira, pela capacidade de gerarem renda para os usuários, de lhes conduzirem à autonomia. Mas existem múltiplas dimensões através das quais podem ser compreendidas, para além desse aspecto, considerando que a promoção de autonomia para os usuários, nas condições sociais e institucionais que temos, será relativa e a renda gerada, modesta; muito embora, como no caso em foco, extremamente importante em suas dinâmicas de vida.

Conceito também relevante na pesquisa é o de *sofrimento ético-político*, que Sawaia (2009) afirma ser provocado por condições psicossociais adversas, mas que também pode ser gerador de transformações, principalmente quando desencadeia ações coletivas. Os espaços sociais nos quais circulam, via de regra renegam e estigmatizam os sujeitos da “loucura”; eles/elas experimentam, por isso, sofrimento específico que, se canalizado na luta por reconhecimento, pode vir a modificar sua inserção nos mesmos espaços (MIURA; SAWAIA, 2013).

Quando Amarante e Torre (2017, p.763) referem que,

Um novo campo de práticas e experiências está em construção por meio dos projetos e intervenções artístico-culturais do processo de Reforma Psiquiátrica (RP) no Brasil. Isso ocorre pela invenção de novas possibilidades de vida e participação para os atores sociais envolvidos e da construção de um novo “lugar social” para a loucura, no qual os protagonistas não se identificam pelo diagnóstico psiquiátrico ou psicopatológico, mas sim pela afirmação de direitos de cidadania e construção de possibilidades de reprodução social,

observa-se, no caso estudado, que esse processo tem a ver com a admiração das pessoas que compram os produtos em feiras, lojas etc. Os clientes se encantam com a qualidade dos produtos e surpreendem-se por terem sido confeccionados por “loucos”. Por suas reações observadas em trabalho de campo, pode-se entender que concluem que os “loucos podem ser talentosos e capazes” e que o “SUS, afinal, faz coisas boas”.

Além disso, fica clara a importância da atividade artística e econômica na vida dos usuários, que têm os mais diversos diagnósticos. Alguns trabalham com economia solidária já há mais de dez anos, complementando a renda e aprendendo novos ofícios, além de manterem relações de trabalho, afeto e entreajuda com outros usuários, técnicos

da rede e comunidade de entorno (clientes, visitantes etc.). Ampliam sua rede de contatos, socializam-se, frequentam espaços de arte como galerias, centros culturais e museus – normalmente restritos a público de classe média –, deslocam-se pela cidade e desse modo se aproximam muito daquilo que o senso comum chama de “vida normal”, e que por tanto tempo lhes foi negada. Além disso, o empoderamento político de alguns participantes é notório, posto que se engajam em atividades do Conselho Municipal de Saúde, atuando na preparação das conferências e representando o Serviço nas reuniões regulares.

Mas tais conquistas, fruto da concepção desmanicomializante das políticas públicas de saúde no Brasil, estão continuamente ameaçadas, como advertem Amarante e Torre (2017, p. 771):

Nas últimas décadas, o avanço dos processos de abertura manicomial convive com um vertiginoso aprofundamento da disseminação dos psicofármacos e do discurso da medicalização da sociedade, relacionado à hiperinflação diagnóstica, à renovação da indústria da doença e ao recrudescimento dos interesses manicomializantes.

Nesse sentido, buscamos desenvolver uma análise qualificada sobre o potencial que reside na articulação entre as políticas públicas de saúde mental com a produção artística em bases de economia solidária, na luta pela manutenção de um modelo humanizado e potente de cuidado em liberdade para portadores de sofrimento psíquico.

Referências:

AMARANTE, Paulo; TORRE, Eduardo Henrique Guimarães. Loucura e diversidade cultural: inovação e ruptura nas experiências de arte e cultura da Reforma Psiquiátrica e do campo da Saúde Mental no Brasil. **Interface (Botucatu)**, Botucatu, v. 21, n. 63, p. 763-774, Dec. 2017.

ANDRADE, Márcia Campos et al. Loucura e trabalho no encontro entre saúde mental e economia solidária. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 33, n. 1, p. 174-191, 2013

BRASIL. Ministério da Saúde. Saúde Mental em Dados – 12, ano 10, nº 12. **Informativo eletrônico**. Brasília: outubro de 2015 (acesso em 10/01/2019).

MACHADO, Cristiani. O SUS e a privatização: tensões e possibilidades para a universalidade e o direito à saúde. **Cad. Saúde Pública**, 2018; 34(7):e00116218.

OLIVEIRA, Francisca Bezerra de et al. Articulação das políticas públicas de saúde mental e economia solidária – iniciativas de geração de trabalho e renda. **HOLOS**, [S.l.], v. 6, p. 130-140, dez. 2018.

SAWAIA, Bader Burihan. Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social. *Psicologia & Sociedade*, 21(3), 364-372, 2009.

MIURA, Paula Orchiucci; SAWAIA, Bader Burihan. Tornar-se catador: sofrimento ético-político e potência de ação. *Psicol. Soc.*, Belo Horizonte, v. 25, n. 2, p. 331-341, 2013. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822013000200010&lng=en&nrm=iso>. access on 23 Mar. 2019.

SINGER, Paul. Saúde Mental e Economia Solidária. In: BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Saúde mental e economia solidária: inclusão social pelo trabalho / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2005, p. 11-13.

VILUTIS, Luana. *Pontos de cultura e economia solidária – aproximações e possibilidades*. Rio de Janeiro: Casa Rui Barbosa, 2011. Disponível em: <http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/files/2011/11/Luana-Vilutis.pdf>.



V Congresso da Rede de ITCPs

**UNIVERSIDADE E ECONOMIA SOLIDÁRIA:
REDE ITCPs - 20 ANOS RESSIGNIFICANDO A UNIVERSIDADE NO BRASIL**

**CEFET/RJ
RIO DE JANEIRO - RJ
01 A 04 DE MAIO DE 2019**

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Área temática

Empreendimentos de Cultura na Economia Solidária

Coordenação: Eliane Ribeiro Pereira

FANFICTION NA ESCOLA

Eloá Gaspar Barreto

Graduanda de Produção Cultural

IFRJ - Campus Nilópolis

eloagaspar@yahoo.com

Ana Neri Gaspar Barreto

Especialista em Saberes e Práticas na Educação Básica

UFRJ - Praia Vermelha

neribarroto@ig.com.br

Antes de iniciar a elucidação do que se trata o projeto Fanfiction na Escola, é necessário explicar o que é fanfiction. “A fanfiction é, assim, uma história escrita por um fã, envolvendo os cenários, personagens e tramas previamente desenvolvidos no original, sem que exista nenhum intuito de quebra de direitos autorais e de lucro envolvido nessa prática.” (VARGAS, 2015. p.21)

A definição de Vargas resume bem o que significa fanfiction, porém é necessário ressaltar sua natureza coletiva e inspiradora, capaz de proporcionar a crianças, jovens e adultos o prazer pela leitura e a escrita partindo de algo, um livro, filme, série ou até mesmo jogo, que já faz parte do seu dia a dia e do seu interesse.

Dentro das fanfictions todo o processo de consumo e produção é coletivo, a relação entre escritor e leitor é a base de todo o processo e ao longo do mesmo vai se formando novas relações similares as relações de trabalho, quando por exemplo são integrados betas (uma espécie de leitor secundário, que age como editor) e capistas.

Apesar das fanfictions não possuírem fins lucrativos, o seu consumo e produção é responsável muitas vezes, como foi pontuado por Barreto 2018, pelo o desenvolvimento de profissionais das áreas de editoração, comunicação e educação. Sendo assim, o ensino das fanfics na escolas já é por si só uma iniciativa de incentivo a geração de renda coletiva e até mesmo sustentável. Entretanto, o Fanfiction na Escola visa além do ensino das fanfiction, a geração de renda para pequenos empreendedores independentes, através do seu coletivo de trabalhadores necessários para execução do projeto.

O Fanfiction na Escola é uma iniciativa de caráter coletivo, que visa promover o consumo e a produção literária coletiva. Acreditando no poder das fanfictions em instigar o interesse de crianças e adolescentes em ler e escrever, o projeto irá realizar leituras sistêmicas e críticas de obras já publicadas, possibilitando posteriormente a execução de uma oficina de criação de fanfictions, construindo assim, uma coletânea de textos criados pelos próprios alunos do projeto, que será convertido em um livro, com direito a lançamento do mesmo.

O projeto contará com profissionais e serviços distintos, criando assim, uma cooperativa de cunho educacional e editorial em prol da prática literária, formando uma equipe com um ou mais professores, editores, capistas, diagramadores e revisores, dependendo da demanda dos participantes do projeto, além dos serviços de pequenos empreendedores do ramo da fotografia, organização de eventos e produtos gráficos.

O Fanfiction na Escola terá duração programada de 4 meses, tendo seu início através de uma aula ilustrativa sobre o que é a fanfiction e seus potenciais.

Com aulas semanais de 2 horas, o projeto irá introduzir a leitura de uma obra original de uma pequena editora parceira, ou de um autor independente parceiro, sendo possível até mesmo o uso de obras de domínio público, após a aula inaugural.

Durante o primeiro mês do projeto, as crianças e adolescentes irão realizar uma leitura sistêmica da obra canônica escolhida, debatendo sobre a mesma e discutindo as possibilidades criativas da obra com o auxílio do professor ministrador das aulas.

No segundo mês do Fanfiction na Escola, os alunos participantes irão iniciar seu processo criativo, desenvolvendo fanfictions baseadas na obra original lida e analisada no primeiro mês. Após o processo de criação, os alunos irão apresentar suas produções ao final do segundo mês, uma fanfiction one-shot (de um único capítulo) ou até mesmo drabble (de exatas 100 palavras), se assim for a preferência criativa do aluno.

Caminhando para o final do projeto, o terceiro mês irá proporcionar aos alunos a oportunidade de montar um livro com suas próprias produções literárias e com o auxílio de profissionais da área editorial e literária.

As fanfictions criadas no segundo mês passarão por um processo de revisão e diagramação, onde todos os alunos do projeto estarão envolvidos, até que os próprios alunos aprendam a criar e orçar um livro digital, além de preparar o livro para a versão impressa, com monitoria do responsável pelas aulas e os demais profissionais da equipe.

Após a finalização do livro, a organização do projeto em conjunto com uma

editora parceira será responsável pela impressão e entrega dos livros físicos para seus respectivos donos, no caso, os alunos criadores e a biblioteca da escola.

Os livros criados não poderão ser comercializados, por questão de direitos autorais, porém, os alunos estarão prontos para repetir todo o processo criativo, caso

queiram, criando assim um produto literário próprio para comercialização.

Após todo o projeto concluído, será promovido um lançamento dentro da própria escola, onde os livros serão entregues ao seus donos e os alunos poderão experimentar a sensação de participar de um lançamento como autor.

O Fanfiction na Escola justifica-se na necessidade em despertar na criança e no adolescente o prazer e a paixão pela leitura e escrita consciente, acreditando que o hábito da leitura e da escrita será preservado na vida adulta e irá influenciar as futuras gerações positivamente, combatendo o mal do alfabetismo funcional¹ e gerando até mesmo novos profissionais da área editorial.

¹O termo alfabetismo funcional foi cunhado nos Estados Unidos na década de 1930 e utilizado pelo exército norte-americano durante a Segunda Guerra, indicando a capacidade de entender instruções escritas necessárias para a realização de tarefas militares (Castell, Luke & MacLennan 1986). A partir de então, o termo passou a ser utilizado para designar a capacidade de utilizar a leitura e a escrita para fins pragmáticos, em contextos cotidianos, domésticos ou de trabalho, muitas vezes colocado em contraposição a uma concepção mais tradicional e acadêmica, fortemente referida a práticas de leitura com fins estéticos e à erudição. Em alguns casos, o termo analfabetismo funcional foi utilizado também para designar um meio termo entre o analfabetismo absoluto e o domínio pleno e versátil da leitura e da escrita, ou um nível de habilidades restrito às tarefas mais rudimentares referentes à “sobrevivência” nas sociedades industriais. (RIBEIRO, 1997)

Em 2018 o Instituto Pró-Livro promoveu uma discussão na 25a Bienal Internacional do Livro de São Paulo Inaf onde foram apresentados dados do Inaf (Indicador de Alfabetismo Funcional), uma pesquisa realizada com apoio do IBOPE Inteligência, pelo Instituto Paulo Montenegro e a ONG Ação Educativa, com a intenção de medir o nível de alfabetismo da população brasileira entre 15 e 64 anos. “Segundo o estudo, 32% da população que está no ensino médio possui um nível de alfabetismo rudimentar. Esse número sobe para 42% se forem considerados os que estão no Ensino e cai para alarmantes 25% de alfabetismo elementar no ensino superior.” (Plataforma Pró-Livro)

Após uma análise dos dados apresentados é evidente a necessidade de criação e aplicação de medidas que melhorem os níveis da educação e ampliem o consumo e a produção literária, principalmente entre crianças e adolescentes, com o intuito de incentivar e promover esses jovens a serem produtores e consumidores conscientes, realmente letrados e alfabetizados, capazes de se tornarem cidadãos mais críticos e agentes atuantes no desenvolvimento de novas gerações ainda mais interessadas pelo consumo e prática literária.

“A fanfiction é, atualmente, uma prática de letramento on-line ainda largamente desconhecida para a comunidade educativa no Brasil, porém, nos Estados Unidos, sua origem antecede ao aparecimento da internet” (VARGAS, 2015. p. 20)

Em concordância à afirmação de Vargas, o Fanfiction na Escola mostra-se capaz e necessário na formação literária de crianças e adolescentes, principalmente no que tange a produção e o consumo, pois ele se utilizará de uma prática de letramento capaz de despertar o interesse de crianças e adolescentes, por ser coletiva, igualitária e parte de uma leitura pessoal e participativa, onde o leitor e escritor podem ser capazes de se enxergar no texto.

De forma resumida, a fanfiction e todo o seu sistema de produção coletiva se auto justifica pelo seu potencial criativo e igualitário, logo, o Fanfiction na Escola apresenta-se como um projeto inovador, consciente e capaz de proporcionar a crianças e adolescentes uma experiência educacional e prazerosa, que irá mudar positivamente o seu modo de produzir e consumir literatura.

Além de beneficiar os alunos participantes do projeto, as escolas que adquirirem o Fanfiction na Escola, obterão ao final do projeto exemplares do livro que será idealizado

e produzidos pelos alunos, possuindo também sua logomarca impressa nos livros e o direito de divulgar tal produção como um diferencial no seu método de ensino.

E a equipe participante do projeto contará com os benefícios de geração de renda e divulgação do seu trabalho, ganhado assim, notoriedade e visibilidade, tendo consequentemente mais chances de participarem de novos projetos e produções.

Referência

BARRETO, Eloá Gaspar. **O Universo Fanfiction: campo de oportunidades para a produção cultural**. Monografia (Graduação em Produção Cultural) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro. Nilópolis, 2018.

PECHI, Daniele. IPL na Bienal: Inaf 2018 e Retratos da Leitura no Brasil. **Plataforma Pró-Livro**, São Paulo, 06 ago. 2018. Disponível em <<http://plataforma.prolivro.org.br/ipl-na-bienal-inaf-2018-e-retratos-da-leitura-no-brasil/>> Acesso em 25 fev. 2019. RIBEIRO, Vera Masagão. Alfabetismo funcional: referências conceituais e metodológicas para a pesquisa. Educação & Sociedade, Campinas, n. 60, p. 144-158, dez. 1997.

VARGAS, M.L.B. **O fenômeno Fanfiction**: novas leituras e escrituras em meio eletrônico. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2015.

PROJETO MUTIRÃO MAIS CULTURA NA UFPR: A EXPERIÊNCIA DA INCUBADORA TECNOLÓGICA DE COOPERATIVAS POPULARES – ITCP

Raquel dos Santos Vieira

Doutoranda em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Mestra em Turismo, Bacharela
em Gestão e Empreendedorismo, Graduanda em Gestão de Turismo

Universidade Federal do Paraná – UFPR

raquelsantosufpr@gmail.com

Sandro Miguel Mendes

Doutorando em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Mestre em Turismo,
Administrador

Universidade Federal do Paraná – UFPR

sandromiguel@ufpr.br

Introdução

Em 2017, a ITCP UFPR foi convidada a integrar o Projeto Mutirão Mais Cultura que apresenta como objetivo:

Criar Planos de Cultura das Instituições Federais de Ensino Superior e das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, por meio da concessão de apoio financeiro a programas, projetos e ações em espaços culturais que articulem a formação, inovação e difusão em arte e cultura, inclusive equipando e re-estruturando espaços e ambientes de ensino e pesquisa já existentes, voltados para o desenvolvimento de atividades artísticas e culturais, podendo contar com a participação de outras instituições de caráter cultural, artístico ou educacional. Outro produto esperado é a elaboração de um Plano de Cultura Institucional da Universidade

Federal do Paraná. Entende-se por Planos de Cultura os programas, projetos e ações culturais que valorizem, reconheçam, promovam e preservem a diversidade cultural nas Instituições Federais de Ensino Superior. (PROEC, 2018).

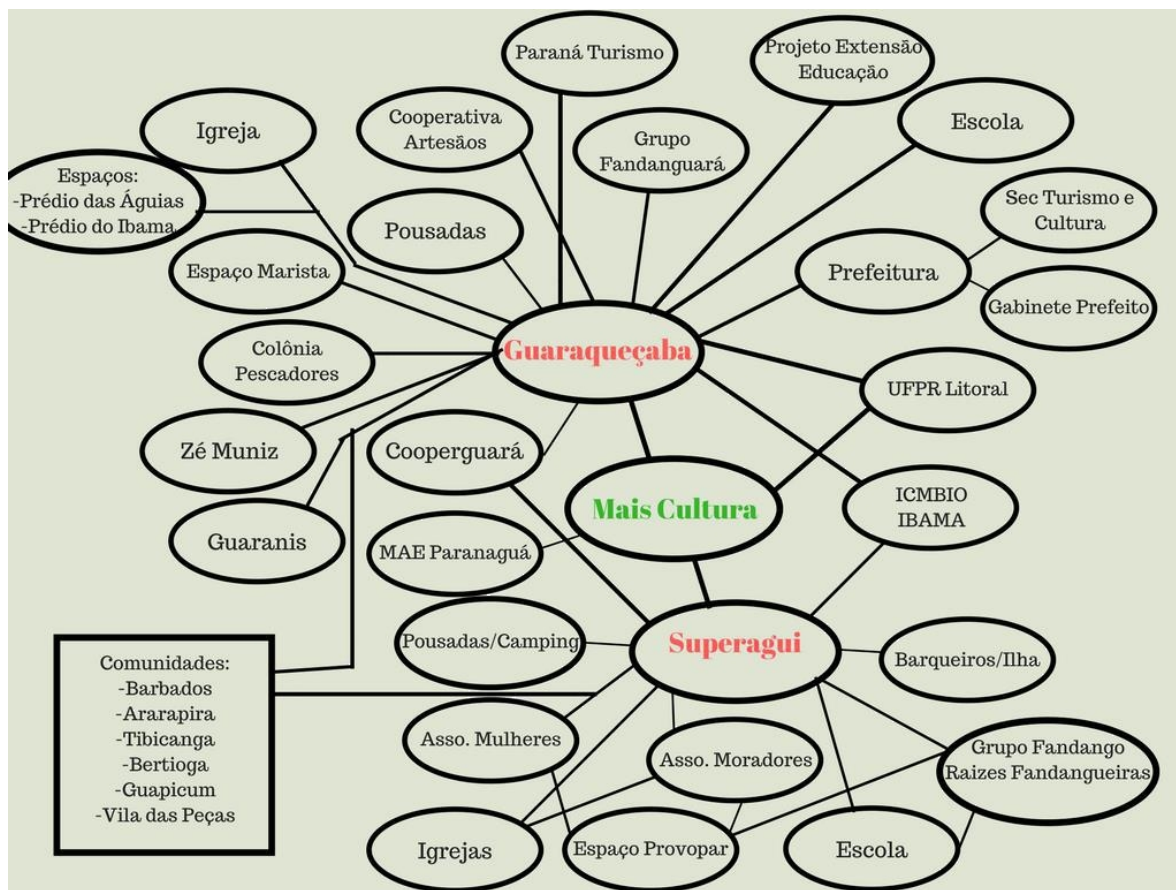
A ITCP UFPR recebeu como missão: desenvolver ações para o resgate e valorização cultural no Município de Guaraqueçaba e na Ilha de Superagui, localizados no litoral do Estado do Paraná e integrou os eixos 4 – Diversidade Artístico-Cultural e 6 – Economia Criativa, Empreendedorismo Artístico e Inovação Cultural do projeto (PROEC, 2018),

A partir da experiência e conhecimento obtido pela ITCP UFPR em projetos desenvolvidos anteriormente na localidade, como: “Incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários na Cadeia Produtiva do Turismo” e “Projeto de Economia Solidária e Turismo – ETUR” (VIEIRA et al, 2018), optou-se por empreender as ações do Projeto Mutirão Mais Cultura na UFPR em duas frentes: Fandango Caiçara e artesanato tradicional.

Articulação dos atores no território

Inicialmente, realizou-se um diagnóstico do território do Município de Guaraqueçaba e da Ilha de Superagui, que resultou em um mapa mental onde podem ser observadas as articulações entre os atores no referido território. (FIGURA 1).

Figura 1 – Articulações Mutirão Mais Cultura UFPR em Guaraqueçaba



Fonte: ITCP UFPR (2018)

A realização de ações de extensão em territórios como Guaraqueçaba é complexa devido à necessidade de articulação dos atores. Além dos grupos de Fandango de Guaraqueçaba e Superagui e da Cooperativa de Artesãos de Guaraqueçaba, foi necessário dialogar com órgãos públicos, organizações privadas, de terceiro setor, órgãos ambientalistas, escolas, instituições religiosas e a própria comunidade local.

Em cada visita a campo realizaram-se reuniões e conversas com os diferentes atores do território, no intuito de, a partir do diálogo, envolver a comunidade nas ações do projeto, promover e instigar a valorização cultural pelos residentes da localidade.

Cabe destacar que no decorrer das reuniões e conversas foram coletadas informações que compuseram o diagnóstico do território, bem como, em algumas situações, culminaram no direcionamento de ações a serem empreendidas durante o projeto.

Ações Realizadas - Cooperativa de Artesãos Arte Nossa

No decorrer das ações do projeto, a Associação de Artesãos de Guaraqueçaba constituiu uma loja de artesanatos no prédio onde localiza-se a secretaria de turismo de Guaraqueçaba, localizado no trapiche do município, considerado um local propício para a construção da loja devido ao fluxo de turistas que passam pela localização.

A Cooperativa de Artesãos Arte Nossa passou por um período de reestruturação, com a eleição de nova diretoria. Nesse sentido, a equipe da ITCP UFPR apresentou papel importante na realização de capacitação e suporte na reorganização da cooperativa, com vistas ao resgate dos princípios do trabalho cooperativo.

Ações realizadas - Grupo de Fandango de Guaraqueçaba

No decorrer dos diálogos com o Grupo Fandanguará, foram levantadas, de maneira participativa, algumas demandas que pudessem ser supridas ou auxiliadas a partir das ações do projeto Mutirão Mais Cultura na UFPR.

As ações empreendidas com o grupo de Fandango de Guaraqueçaba foram: roda de conversa com mestre fandangueiro e oficina de como tocar instrumentos, oficina de confecção de instrumentos, oficina de confecção de figurinos para o grupo e oficina de construção de tablado para ensaios e apresentações.

Encontro de Comunidades Tradicionais e o Turismo de Base Comunitária

O Encontro de Comunidades Tradicionais e Turismo de Base Comunitária foi realizado em Guaraqueçaba e direcionado a representantes de comunidades do Litoral do Paraná interessados em desenvolver o turismo de base comunitária em suas comunidades e/ou que já o realizam sem saber que o estão praticando.

Participaram do encontro, representantes das comunidades de Antonina, Paranaguá, Cabaraquara em Matinhos, Caieras em Guaratuba, Barbados, Tagaçaba,

Açungui, Potíngua, Serra Negra, Pedra Chata e Cerco Grande em Guaraqueçaba. Participaram ainda, representantes do Grupo Guarapés, que desenvolvem o turismo de base comunitária na Baía de Guaratuba, relatando sua experiência na atividade e trocando conhecimentos com os demais participantes sobre o assunto.

Colégio Marista e o Projeto “Artesanias Caiçaras”

Outro ator considerado como importante para o trabalho de resgate e valorização cultural do litoral do Paraná é o Colégio Marista de Guaraqueçaba, representado por seu Coordenador Pedagógico que, em parceria com o Setor de Educação da UFPR, promoveu, com os jovens da comunidade um curso para captação de técnicas artesanais locais a partir da fotografia capturada com celular, o qual foi intitulado como “Artesanias Caiçaras”.

O curso obteve como resultado mais de mil fotografias que retratam 25 técnicas artesanais locais que vão desde a produção da coxinha de siri até a confecção da rabeca, instrumento tradicional utilizado no Fandango Caiçara. As fotografias foram publicadas pelo projeto Mutirão Mais Cultura na UFPR em um livro. Algumas fotos foram ampliadas e compõem exposição permanente em Guaraqueçaba.

Mutirão mais Cultura na Ilha de Superagui

Na Ilha de Superagui o diálogo para a realização das ações envolveu, a Associação Cristã de Mulheres, o Grupo de Fandango Raízes fandanguueiras, a Associação de Moradores da Ilha de Superagui, proprietários de pousadas e restaurantes, pescadores e moradores locais.

As conversas apontaram para a participação e contribuição da comunidade de maneira geral para o fortalecimento, o resgate e a valorização da cultura local e apoio à equipe executora das ações, principalmente no que se refere ao fandango na Ilha de Superagui, visto que, conforme os relatos da comunidade, não há mais pessoas que

toquem fandango na Ilha de Superagui, tendo a necessidade da vinda de fandanguheiros e mestres fandanguheiros de outras localidades.

Outras demandas identificadas referentes ao fandango na Ilha de Superagui foram a obtenção de um espaço físico para que o grupo possa ensaiar e se encontrar, a necessidade de formalização do grupo de Fandango e a possibilidade da vinda de um mestre fandanguheiro que ensine os mais jovens a tocar para que a cultura fandangueira permaneça viva nesta ilha.

Intercâmbio cultural em Superagui - Giro de Estudos Brasil – Chile

A partir de uma parceria com o colégio Cervantino localizado em Putaendo no Chile, um grupo de estudantes do ensino médio tiveram a oportunidade de fazer uma viagem de finalização de curso para o Brasil. Entre o roteiro estavam inclusas cidades do Sul do Brasil como Florianópolis e Curitiba, incluindo uma visita a Ilha de Superagui no litoral paranaense.

A ITCP promoveu uma mediação entre os estudantes e os moradores da ilha, facilitando a comunicação por conta da barreira linguística. A visita proporcionou uma experiência internacional e interdisciplinar para os estudantes chilenos a partir do turismo comunitário, possibilitando a interação com a natureza e a comunidade local.

Algumas considerações

A ITCP UFPR se apresenta, por um lado, como fundamental para a formação acadêmica por proporcionar ao estudante vivenciar a realidade e refletir sobre ela a partir do que aprendeu em sala de aula, e por outro, como ator importante para o desenvolvimento local em Guaraqueçaba e na Ilha de Superagui, principalmente referente à organização comunitária e articulação dos atores no território.

A experiência obtida a partir do projeto de extensão universitária Mutirão Mais Cultura na UFPR proporcionou o conhecimento de um mundo novo, o mundo da cultura

do Litoral do Paraná. Foi possível dialogar com representantes das comunidades e aprender com eles sobre histórias, conhecimentos, experiências e como eles gostariam que suas culturas fossem perpetuadas.

Uma lição apreendida com a extensão é a do respeito e da valorização dos diferentes saberes. De que não existe um saber mais importante que outro, mas que todos têm sua importância.

Referências:

DAGNINO, R. P. **Tecnologia Social: base conceitual**. Revista do Observatório do Movimento pela Tecnologia Social da América Latina. 1(1) 2011. pp.1-12.

FORPROEX. **Extensão Universitária: organização e sistematização / Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras**; organização: Edison José Corrêa. Coordenação Nacional do FORPROEX. Belo Horizonte: Coopmed, 2007. Disponível América Latina. Buenos Aires: Editorial Miño y Dávila, 2012.

IPHAN. **Fandango Caiçara**. Disponível em:
<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/83>. Acesso em: 30/08/2018

IPHAN. **Fandango Caiçara**: Texto descritivo completo. Disponível em:
<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossi%C3%AA%20Fandango%20Caicara.pdf>. Acesso: vários em 2018.

PREVOST, P. **Enjeux didactiques dans la formation des agronomes: cas de la notion de terroir**. Natures Sciences Sociétés 19, 50-55 (2011). pp. 50-55.

PROEC. **Mutirão Mais Cultura na UFPR.** Disponível em: <http://www.proec.ufpr.br/maiscultura/links/eixo6.html>. Acesso: vários em 2018.

SINGER, P., SOUZA, A.R. (org.) **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

VIEIRA, R. S.; MENDES, S. M.; DENKEWICZ, P.; PANHOCA, L. **Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal do Paraná - ITCP UFPR e turismo no litoral do Paraná:** um estudo sobre as ações realizadas. Encontro Nacional de Turismo com Base Local, 2018.

